

Kathiuça Bertollo

**MINERAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO: ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DE
MARIANA-MG**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva, D.ra

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bertollo, Kathiúça
Mineração e superexploração da força de trabalho :
análise a partir da realidade de Mariana-MG /
Kathiúça Bertollo ; orientadora, Beatriz Augusto de
Paiva, 2017.
289 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós
Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Capitalismo Dependente. 3.
Mineração extrativista. 4. Superexploração da força de
trabalho. 5. Lutas sociais. I. Paiva, Beatriz
Augusto de. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
III. Título.

Kathiuça Bertollo

**MINERAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO: ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DE
MARIANA-MG**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutora em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis-SC, 17 de novembro de 2017.

Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva, D.ra
Coordenadora do curso

Banca examinadora:

Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva, D.ra
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. André Monteiro Mayer, Dr.
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof.^a. Roberta Sperandio Traspadini, D.ra
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Prof. Ricardo Lara, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Para os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.
Para os trabalhadores superexplorados na mineração.
Para os que lutam cotidianamente contra os desmandos do
capital no contexto da mineração extrativista em Mariana-MG, no
Brasil e na América Latina.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste estudo exigiu inúmeros momentos de concentração e isolamento. Em tantos destes momentos me senti (muito) sozinha, no entanto, logo a realidade despertava, apontando que eram inúmeros os sujeitos com quem dialogava constante e intensamente ao longo do que foi esta jornada, sejam aqueles que contribuíram mais diretamente ou aqueles a quem espero contribuir com este percurso investigativo. É para estes sujeitos que vão os meus agradecimentos.

Aos meus pais, Adi e Ilone, agradeço por me fazerem quem sou e pela grandeza humano-genérica de vocês.

À minha irmã Bruna, pela sua sempre presença, apesar da distância física entre nós.

À minha orientadora, professora Beatriz Augusto de Paiva, que desde a primeira aula, a primeira orientação, até o último momento deste percurso, que compreendeu o mestrado e o doutorado, contribuiu instigando, ensinando e permitindo que eu pudesse fazer escolhas e me fazer enquanto sujeito genérico ao longo de cada processo vivido.

À banca examinadora, professora Roberta Sperandio Traspadini, professor André Monteiro Mayer e professor Ricardo Lara, pelas valorosas contribuições desde a banca de qualificação até a banca de avaliação final.

Aos Movimentos Sociais, especialmente ao MAM e ao MAB, que estão diretamente envolvidos na luta e na resistência contra os desmandos do capital, organizando e fortalecendo os trabalhadores e as comunidades atingidas pelo processo de mineração extrativista.

Aos Sindicatos dos trabalhadores vinculados à atividade da mineração, especialmente ao Sindicato Metabase Inconfidentes, pelo diálogo e colaboração estabelecidos.

Aos trabalhadores da mineração, especialmente ao Jerônimo Castro e Ivan Targino, exemplos de persistência e competência na luta contra o modelo minerário explorador em vigência e por uma sociabilidade igualitária.

A todos os alunos com quem dialoguei, desde a primeira aula ministrada na UFSC, e especialmente ao Filipe Souza Coelho e, em nome dele a todos os alunos da UFOP com quem convivi diariamente ao longo do período de elaboração deste estudo e que tanto me instigam a continuar estudando e lutando

por uma outra conformação das relações sociais, verdadeiramente livre.

Ao professor, militante comunista, amigo e companheiro de lutas André M. Mayer, por contribuir significativamente na minha formação política, me fortalecer humanamente e ser um exemplo de sujeito que se posiciona na luta para a construção, alcance e realização da Emancipação Humana;

Aos amigos que carrego comigo desde o Oeste Catarinense e aos que a vida me apresentou em Florianópolis-SC e também em Mariana-MG, especialmente à Débora Rosa, que me proporcionou um inusitado e feliz encontro e convivência entre oestinas catarinenses em terras marianenses. Que o desenrolar do tempo permita estarmos próximos sempre.

Ao Marlon Garcia da Silva, meu amigo, meu companheiro de vida e na vida. Um inusitado encontro na antessala da entrevista do mestrado foi se fortalecendo e há sete anos é presença intensa e autêntica em minha vida. Obrigada pelas suas rigorosas contribuições teóricas e políticas e, pela sensibilidade e disposição de ser a pessoa que tão bem me conhece e me torna melhor nessa sociabilidade tão estranhada. Por todo o vivido e para o tanto por viver. “Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas!”

A Flor e a Náusea

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.
Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
Uma flor nasceu na rua!
Vomitar esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres, mas levam jornais
E soletram o mundo, sabendo que o perdem.
Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.
Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral refletir sobre a questão social na mineração, buscando apreender as conformações contemporâneas dessa atividade, para além da sua feição econômica, na realidade de Mariana e região, no estado de Minas Gerais. A hipótese assumida é que a questão social no contexto da mineração extrativista em Mariana e região assente-se na lógica da dependência e tem como fundamento a superexploração da força de trabalho nos termos do processo de produção de valor, desencadeando junto aos trabalhadores um conjunto de misérias, privações e violências. Nesse sentido, o rompimento da barragem de Fundão de propriedade da mineradora Samarco, ocorrido em 05 de novembro de 2015, é reconhecido como uma expressão máxima de confirmação desta hipótese. Tal acontecimento/crime deixou um lastro de destruição e morte da natureza e do ser humano ao despejar mais de 34 milhões de m³ de rejeitos que atingiu e destruiu os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo no município de Mariana, além de outros inúmeros municípios ao longo de mais de 600 km até a chegada da lama ao mar no estado do Espírito Santo. Este percurso investigativo, orientado prioritariamente pelos referenciais teóricos e políticos da Teoria Marxista da Dependência, demonstra que esta é a condição histórica imposta pelos países de capitalismo central aos países de capitalismo dependente, nos termos da dinâmica imperialista. Da acumulação primitiva até as conformações contemporâneas, a relação entre os Estados-nação do Norte e suas colônias, posteriormente Estados-nação formalmente independentes do sul do globo, em diferentes condições econômicas e políticas, foi no passado e permanece no tempo presente fortemente marcada pela espoliação, expropriação e violência, o que conforma o desenvolvimento capitalista neste continente como um capitalismo *sui generis*. A partir deste contexto, é explicitada, na realidade contemporânea, a submissão do Estado ao capital, mais especificamente ao capital que detém o controle e operacionaliza a mineração extrativista em Mariana e região. Tal subserviência se inscreve numa lógica de queda e de retomada das taxas de lucro por parte do capital, conforme vivenciado recentemente no período denominado *boom* e *pós-boom* das *commodities*. Aponta-se, também, que a forma particular de

reprodução do capitalismo dependente assume e pauta significados econômicos, sociais, políticos e culturais na mineração extrativista no município de Mariana e região que são orientados pela disputa entre classes sociais com interesses antagônicos. De um lado, o capital que objetiva maximização dos lucros e, para tanto, busca cooptar a classe trabalhadora principalmente via ênfase ao discurso de desenvolvimento econômico e de geração de empregos e, em lado oposto, os trabalhadores, os atingidos direta e indiretamente pela mineração extrativista. Tomada como temática central desta tese tem-se os sujeitos coletivos que assumem e constroem as lutas sociais a partir dos interesses legítimos da classe trabalhadora superexplorada, discutindo, problematizando e denunciando o histórico e o atual contexto da produção e reprodução da questão social na mineração – que apenas deixa nestas terras e para estas gentes um lastro de destruição e mortes –, apontando, ao fim e ao cabo, para a imperiosa necessidade de construção de outra ordem societária, mediante organização e luta dos trabalhadores superexplorados deste continente.

Palavras-chave: Capitalismo Dependente. Mineração extrativista. Superexploração da força de trabalho. Lutas sociais.

ABSTRACT

The general goal of the present thesis is to reflect upon the social issue related to mining in the reality of Mariana city and its region, in the Brazilian State of Minas Gerais, seeking to understand the contemporary conformations of this activity and going beyond its economic feature. The assumed hypothesis is that the social issue related to the context of extractive mining activities in Mariana city and its region is based on the logic of dependence and has as a foundation the hyper exploration of the workforce in the terms of the value production process, occasioning a set of miseries, privations and violence to the workers. In this sense, the rupture of Fundão's dam, property of mining company Samarco, which occurred in November 5th 2015, is recognized as a maximum expression for confirmation of that hypothesis. Such event/crime left a trail of destruction and death to nature and human beings, since it occasioned the spilling of more than 34 million m³ of waste that reached and destroyed the districts of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, located in the city of Mariana. It happened as well to many other cities located along more than 600 km, until the mud arrived at the coastline of the State of Espírito Santo. The investigative course adopted in this thesis, which is oriented primarily upon the theoretical and political references of the Marxist Theory of Dependence, demonstrates that this is the historical condition imposed by countries of central capitalism upon the countries of dependent capitalism, in terms of the imperialist dynamics. From the primitive accumulation to the contemporary conformations, the relation between the northern nation-states and their colonies (which posteriorly became southern nation-states formally independent), in different economic and political conditions, was in the past, and still is in the present, strongly marked by plundering, expropriation and violence, which shapes the capitalist development in this continent as a sui generis capitalism. From this context, it is explicit, in the contemporary reality, the submission of the State to the capital, more specifically to the capital that holds the control and makes operational the extractive mining activities in the region of Mariana and its region. Such subservience inserts itself in a logic of fall and recovery of profits by the capital as experienced recently during the period named boom and post-boom of

commodities. This thesis also points that the particular form of reproduction of the dependent capitalism assumes and establishes economic, social, political and cultural meanings in the extractive mining activities of Mariana and its region that are oriented by the dispute between social classes with antagonistic interests. In one side, the capital that aims for the maximization of profits and, therefore, seeks to co-opt the working class mainly via an emphasis in the discourse of economic development and creation of jobs, and, in the other side, the workers, those that are affected directly and indirectly by the extractive mining activities. The central theme of this thesis consists of the collective subjects that assume and build the social struggles based on the legitimate interests of the super explored working class, discussing, problematizing and denouncing the history and the current context of the production and reproduction of the social issue in mining – which only leaves in these lands and to these people a trail of destruction and death –, and pointing, at the end, to the unavoidable necessity of building another societal order, through the organization and struggle by the super explored workers of this continent.

keywords: *Dependent Capitalism. Extractive mining. Super exploration of the workforce. Social struggles.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------------------|--|
| ANM | - Agência Nacional de Mineração |
| ATM | - Associação de Trabalhadores da Mineração |
| CEPAL | - Comissão Econômica para América Latina |
| CFEM | - Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais |
| CVRD | - Companhia Vale do Rio Doce |
| DIEESE | - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| DNPM | - Departamento Nacional de Produção Mineral |
| EUA | - Estados Unidos da América |
| FEAM | - Fundação Estadual do Meio Ambiente |
| FGTS | - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| FONASC | - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas |
| FUNDA CENTRO | - Fundação Jorge Duprat e Figueiredo |
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IELA | - Instituto de Estudos Latino-Americanos |
| IPEA | - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada |
| MAB | - Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MAM | - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração |
| MG | - Minas Gerais |
| MTE | - Ministério do Trabalho e Emprego |
| OIT | - Organização Internacional do Trabalho |
| POEMAS | - Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade |
| PPGSS | - Programa de Pós-graduação em Serviço Social |
| RAIS | - Relação Anual de Informações Sociais |
| RENCA | - Reserva Nacional de Cobre e Associados |
| SEMAD | - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| SFT | - Superexploração da Força de Trabalho |
| SINDICATO METABASE MARIANA | - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana |
| SINDICATO METABASE | - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos da região dos |

INCONFIDENTES Inconfidentes
SINDMETAL - Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo
L
SRTE - Seção de Segurança e Saúde no Trabalho
TMD - Teoria Marxista da Dependência
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 19 |
| 2 | CAPITALISMO DEPENDENTE: APROXIMAÇÕES DESDE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA | 41 |
| 2.1 | O lugar da América Latina: dependência em relação aos países de capitalismo central..... | 53 |
| 2.2 | A categoria superexploração da força de trabalho como fundamento da questão social nos marcos do capitalismo dependente..... | 60 |
| 2.3 | Subimperialismo: a conformação da condição de dependência econômica e política..... | 78 |
| 3 | QUESTÃO SOCIAL, CRISE E OFENSIVA DO CAPITAL NA PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE . | 89 |
| 3.1 | Considerações sobre a crise estrutural e a permanente busca pela retomada das taxas de lucro | 92 |
| 3.2 | O Estado na manutenção da ordem capitalista dependente: o papel da legislação e das privatizações a serviço do capital | 109 |
| 4 | O SETOR MINERÁRIO EXTRATIVISTA ENQUANTO UM ELEMENTO DE REAFIRMAÇÃO DA DEPENDÊNCIA | 137 |
| 4.1 | O panorama econômico de Minas Gerais e do município de Mariana-MG: considerações sobre a questão social no contexto da mineração extrativista | 138 |
| 4.2 | A superexploração da força de trabalho no Brasil: a mineração extrativista em evidência | 161 |
| 4.3 | O rompimento da barragem de fundão: manifestação da questão social na condição de dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo | 195 |
| 4.4 | O contexto da mineração extrativista e das lutas sociais em Mariana-MG: dilemas sobre a condição de minério-dependência e sua superação | 217 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 233 |
| | REFERÊNCIAS | 240 |
| | ANEXO A - Poema ‘América’ na íntegra. Autoria de Carlos Drummond de Andrade | 271 |
| | ANEXO B - Poema ‘Nosso Tempo’ de autoria de Carlos Drummond de Andrade | 275 |
| | ANEXO C - Poema ‘Hino Nacional’ de autoria de Carlos Drummond de Andrade | 280 |
| | ANEXO D - Mapa do Estado de Minas Gerais e suas mesorregiões | 282 |

| | |
|--|------------|
| ANEXO E - Mapa do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais..... | 283 |
| ANEXO F - Mapa do município de Mariana-MG | 284 |
| ANEXO G - Percurso da lama da barragem de Fundão até a chegada ao oceano no estado do Espírito Santo (ES)..... | 285 |
| ANEXO H - Foto de satélite da localização das barragens e de Bento Rodrigues antes e após o rompimento da barragem de Fundão..... | 286 |
| ANEXO I - Vista aérea do distrito de Bento Rodrigues/Mariana-MG, após o rompimento da barragem de rejeitos (Fundão) de propriedade da mineradora Samarco..... | 287 |
| ANEXO J - Estátua do poeta Carlos Drummond de Andrade e ao fundo a atividade da mineração na cidade de Itabira-MG..... | 288 |
| ANEXO K - Cartaz do filme ‘Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência’ | 289 |

1 INTRODUÇÃO

América - [excertos]

Sou apenas um homem.
 Um homem pequeno à beira de um rio.
 Vejo as águas que passam e não as compreendo.
 Sei apenas que é noite porque me chamam de casa.
 Vi que amanheceu porque os galos cantaram.
 Como poderia
 compreender-te, América?
 É muito difícil.
 Passo a mão na cabeça que vai embranquecer.
 O rosto denuncia certa experiência.
 A mão escreveu tanto, e não sabe contar!
 A boca também não sabe.
 Os olhos sabem – e calam-se.
 Ai, América, só suspirando.
 Suspiro brando, que pelos ares vai se exalando.
 Lembro alguns homens que me acompanhavam e hoje não me
 acompanham.
 Inútil chamá-los: o vento, as doenças, o simples tempo
 dispersaram esses velhos amigos em pequenos cemitérios do interior,
 por trás de cordilheiras ou dentro do mar.
 Eles me ajudariam, América, neste momento
 de tímida conversa de amor.
 [...]
 As cores foram murchando, ficou apenas o tom escuro, no mundo
 escuro.
 Uma rua começa em Itabira, que vai dar em qualquer ponto da terra.
 Nessa rua passam chineses, índios, negros, mexicanos, turcos,
 uruguaios.
 Seus passos urgentes ressoam na pedra,
 ressoam em mim.
 Pisado por todos, como sorrir, pedir que sejam felizes?
 Sou apenas uma rua
 numa cidadezinha de Minas
 humilde caminho da América.
 [...]
 Esta solidão da América... Ermo e cidade grande se espreitando.
 Vozes do tempo colonial irrompem nas modernas canções,
 e o barranqueiro do Rio São Francisco
 - esse homem silencioso, na última luz da tarde,
 junto à cabeça majestosa do cavalo de proa imobilizado
 contempla num pedaço de jornal a iara vulcânica da Broadway.

[...]

Portanto, solidão é palavra de amor.
 Não é mais um crime, um vício, o desencanto das coisas.
 Ela fixa no tempo a memória
 ou o pressentimento ou a ânsia
 de outros homens que a pé, a cavalo, de avião ou barco,
 percorrem teus caminhos, América.
 Estes homens estão silenciosos, mas sorriem de tanto sofrimento
 dominado.
 Sou apenas o sorriso
 na face de um homem calado.

Carlos Drummond de Andrade.

A escolha de um tema de estudo e a forma como o abordamos responde a distintos movimentos. O intuito com o qual nos apropriamos dele e, conseqüentemente, o que e como devolvemos à sociedade – seja com a intenção de produzir um novo conhecimento ou de reafirmar determinada perspectiva historicamente posta (mas que pode e deve ser superada) – estão diretamente relacionados à nossa condição de sujeitos na história do gênero humano, aos posicionamentos ético-políticos que assumimos e defendemos e o lugar em que nos localizamos na divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Nesse sentido, este estudo propõe-se também a ser um instrumento que potencialize a classe trabalhadora no contexto das lutas de classe. Desde já explicitamos nosso entendimento de que não há neutralidade na ciência, muito menos na perspectiva assumida nas linhas que seguem.

Na concepção de Ruy Mauro Marini, com as quais concordamos e adotamos como uma das premissas orientadoras deste percurso teórico que nos propomos desenvolver, “a ciência não é um conjunto de procedimentos destinados a embelezar ou escamotear a realidade. Cabe à ciência lidar com fatos, embora isso implique perder a elegância e sujar as mãos”. (MARINI, 2005a, p. 235).

Assim, partimos do real, isto é, de que vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais, que se enfrentam no processo de produção e reprodução social da riqueza. Apesar da complexificação das relações de classe, especialmente no

capitalismo contemporâneo¹, o que se tem fundamentalmente são dois lados, dois grupos antagônicos de indivíduos que possuem e representam interesses distintos e contraditórios no evoluir e nos rumos da história. Um lado que objetiva manter e incrementar seu poder de dominação e exploração, para isso lançando mão de vários expedientes, alguns dos quais serão analisados mais concretamente no presente estudo, e outro que enfrenta as mais variadas dificuldades para viver e sobreviver, trabalhar e reproduzir sua existência e que, no entanto, se põe nas trincheiras das lutas de resistência e de enfrentamento das contradições postas, objetivando a construção de outra sociabilidade.

Reconhecendo, dessa forma, a história do gênero humano e suas contradições nos marcos do capitalismo contemporâneo, buscando ser coerente com aquilo que enquanto profissão o Serviço Social defende, e objetivando contribuir com a superação desta ordem socialmente posta, que tem como um pilar principal de sustentação a exploração da força de trabalho pelo capital, é que nos propomos a estudar a questão social na mineração e suas conformações contemporâneas, tomando como observatório empírico o município de Mariana-MG, pertencente ao chamado quadrilátero ferrífero do Estado de Minas Gerais (MG). Este observatório empírico assenta-se historicamente sobre a atividade da mineração extrativista, que se configura como um contexto econômico determinante e estruturante das diferentes esferas da vida social, que insere a classe trabalhadora na condição de vida ditada pela dinâmica da superexploração da força de trabalho – como pretendemos especificar neste estudo –, e que recentemente vivenciou um dos maiores desastres ambientais/crime da história do setor minerário (FOLHA VITÓRIA, 2016): o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, que devastou povoados, rios, fauna, flora e a vida humana (G1, 2015).

Assumimos o entendimento, posição política e ética que o rompimento da barragem de Fundão foi um crime cometido contra as populações atingidas, contra os trabalhadores, contra o meio-ambiente. Assim, toda vez que referenciarmos, ao longo deste estudo, o rompimento da barragem de Fundão, também

¹ Sobre a complexificação das relações de classe no capitalismo contemporâneo ver Osório (2014); especialmente no caso brasileiro, ver Antunes (2009).

referenciaremos tal ação como crime, referência esta que é assumida pelos atingidos e pelos movimentos sociais que atuam junto à questão na região, mesmo após a suspensão do trâmite judicial que o enquadrava como tal. Convém explicitar que o ocorrido, chegou a ter como encaminhamento judicial o tratamento como crime (ESTADÃO, 2016). No entanto, após 21 meses do ocorrido a Justiça Federal de Ponte Nova-MG, município próximo de Mariana-MG, suspendeu o processo criminal contra 22 pessoas acusadas de serem responsáveis pelo rompimento da barragem. A ação do juiz Jacques de Queirós Ferreira acatou o argumento da defesa que considera que as escutas telefônicas foram feitas de forma ilegal. Conforme nota² divulgada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os atingidos e o movimento consideram que

Vergonhosamente, esta decisão é a única resposta que a Justiça consegue dar aos atingidos e a toda sociedade brasileira 21 meses depois do crime e reafirma em nós atingidos a completa descrença com o poder judiciário que atua para favorecer as mineradoras responsáveis pelo maior crime ambiental da história do Brasil e o maior da mineração global. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2017).

A decisão beneficiou além do presidente afastado da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão, o diretor de Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra, três gerentes operacionais da empresa; 11 integrantes do Conselho de Administração da Samarco e cinco representantes das empresas Vale e BHP Billiton na Governança da Samarco que respondem pela ação penal.

Ainda sobre tal questão, é importante referenciar que no dia 22 de agosto de 2017 os atingidos de Barra Longa e do Rio Doce, organizados pelo MAB, participaram de um ato de repúdio em frente à Justiça Federal em Ponte Nova-MG, contra o que chamam de “injustiça que se renova”. Por meio de cartazes, os atingidos demonstraram a revolta contra a decisão do juiz

²A nota de repúdio na íntegra pode ser consultada em Movimento dos Atingidos por Barragens (2017).

Jacques de Queiroz Ferreira. Após o protesto na sede da Justiça Federal em Ponte Nova, os atingidos foram recebidos pelo juiz Jacques de Queiroz e pelo procurador da Advocacia Geral da União (AGU), Guto Malta.

De acordo com o juiz da Vara Federal de Ponte Nova, a suspensão se deu a pedido da defesa dos acusados, que alegou escutas telefônicas realizadas fora do período permitido judicialmente. Ainda segundo o juiz, a decisão seguiu desta maneira para evitar que o processo pudesse sofrer anulação em outra instância, bem como evitar parcialidade sobre os Direitos Constitucionais dos envolvidos. Para Thiago Alves, jornalista e integrante do movimento, a discussão com o judiciário foi positiva, mas registra e reafirma a posição do MAB sobre o papel da Justiça brasileira.

Concordamos com o Juiz de que não podemos ceder em princípios em nome de uma suposta 'justiça', tais como divulgar grampos que contém conversas entre réus e advogados, o que seria dar força à fascização e à barbárie em marcha no Brasil. Mas, o respeito ao devido processo legal não pode significar abrir brechas ridículas para que as mineradoras escapem de uma condenação justa diante de um crime tão complexo. (A SIRENE, 2017).

Ainda sobre essa questão, no dia 09 de outubro de 2017 o Ministério Público Federal (MPF) peticionou, em caráter de urgência, nos autos da Ação Penal n. 2725-15.2016.4.01.3822, requerendo ao Juízo Federal de Ponte Nova a retomada do processo que se encontra paralisado desde julho do corrente ano. O MPF peticionou ao juízo, afirmando que “após minucioso levantamento, não foi constatada a utilização, na denúncia, de nenhum monitoramento telefônico feito sem ordem judicial”. (MINIVER JORNALISMO INDEPENDENTE, 2017)³.

Relacionado ao rompimento da barragem/crime, recentemente, mais precisamente no dia 20 de setembro de 2017, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho,

³ O pedido do MPF pode ser acessado na íntegra em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/peticiao-mpf-samarco-criminal/>>.

disse em um seminário para investidores estrangeiros em Nova York:

tivemos recente o desastre em Mariana, que não contribuiu. Mas aquilo tem que ser encarado como o que de fato foi: um acidente. E nós temos que trabalhar para que outros não ocorram, mas com uma fatalidade você não tem controle sobre isso”. (FLECK, 2017).

Esses episódios são ilustrativos do que chamamos de omissão do Estado, própria da condição periférica e dependente que particulariza a formação sócio-histórica brasileira.

Para compreender tal dimensão da realidade, partimos do entendimento de que a América Latina é um continente marcado pela ‘superexploração da força de trabalho’ (MARINI, 2005), superexploração que constitui um dos fundamentos de um capitalismo *sui generis*. Para Marini (2005), o capitalismo dependente só pode ser compreendido a partir da consideração de processos como (i) a integração subordinada da América Latina ao mercado mundial, mediante a violência e a expropriação de riquezas pelas metrópoles europeias, (ii) o “intercâmbio desigual”, (iii) a “superexploração da força de trabalho”, (iv) “o ciclo do capital na economia dependente”, (v) o modo como se dá a industrialização nesse tipo particular de formação capitalista, dentre outros elementos afins a esses processos particulares (MARINI, 2005). Entendemos que sobre tais fundamentos, as engrenagens da dialética da dependência e da expropriação da riqueza acentuam um capitalismo de tipo periférico e subordinado, o que se intensifica especialmente a partir das últimas três décadas do século XX e na primeira do século XXI. Nesse contexto, as ofensivas do capital monopolista acirram as formas e os mecanismos de superexploração dos trabalhadores nos mais diversos setores produtivos, tal como se verifica na realidade particular e cotidiana da mineração no município de Mariana-MG, realidade que desafia a presente pesquisa.

Convém ressaltar que este estudo é desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS-UFSC) e integra a Linha de pesquisa: Questão social, Trabalho e

Emancipação Humana⁴. É vinculado ao Núcleo Veias Abertas⁵ e, neste âmbito, se propõe a refletir, problematizar e explicitar a realidade de um *locus* empírico determinado pela dinâmica da mineração extrativista. Deste modo, a pesquisa vincula-se e pretende contribuir organicamente com a profissão do Serviço Social e com as lutas da classe trabalhadora no continente latino-americano.

Assim, muito antes de optar por uma profissão, no caso o Serviço Social, muito mais do que defender abstratamente princípios e diretrizes que orientam e norteiam (ou deveriam) nosso exercício profissional, nosso primeiro entendimento é que tais princípios e diretrizes devem ser materializados em nosso cotidiano profissional, nas lutas alinhadas à classe trabalhadora, seja nos diversos espaços diretamente ligados ao exercício profissional, seja na docência – espaço de formação de novos assistentes sociais.

Queremos ressaltar que é fundamental para o desenvolvimento do exercício profissional alinhado aos preceitos éticos e políticos da profissão, que se conheça a realidade a partir da qual se intervém, que se conheça a real condição de vida da classe trabalhadora que reivindica e demanda serviços sociais públicos, para, desse modo, poder intervir, tencionar e alargar a esfera de atuação profissional, assim como a esfera da pesquisa e as atividades da docência, no sentido favorável aos reais interesses destes sujeitos históricos.

⁴ Neste mesmo Programa de Pós-Graduação iniciamos nossa trajetória de pesquisa sobre o Capitalismo Dependente desde o marco da Teoria Marxista da Dependência, com dissertação defendida em 2012, sob orientação da Prof. D.ra Beatriz Augusto de Paiva, naquela oportunidade, estudando “A contraditória relação entre trabalho e o direito à assistência social: um estudo desde a perspectiva latino-americana”. (BERTOLLO, 2012).

⁵ “Como espaço político-acadêmico da área do Serviço Social - a reunir estudantes da graduação e pós-graduação, além de profissionais, militantes sociais e docentes - o Coletivo Veias Abertas tem como proposta articular e potencializar projetos de pesquisa e extensão, vinculados institucionalmente ao IELA/UFSC, nos temas relacionados à questão social, trabalho e políticas públicas, sempre com uma mirada latino-americana. Sua origem decorre do anseio político e investigativo de nos debruçarmos sobre a análise das particularidades da produção e reprodução capitalista no continente latino-americano, a partir do legado teórico-político da Teoria Marxista da Dependência, bem como do estudo das condições concretas das políticas sociais na sociedade brasileira, incluindo a realização de projetos de extensão, cujo caráter prima pelo fortalecimento do protagonismo popular, em diferentes segmentos populacionais, porém, sempre vinculados na luta contra a opressão”. Maiores informações consultar: <<http://www.iela.ufsc.br/veias-abertas>>.

Reconhecemos e assumimos na presente tese a referência fundamental de que as relações sociais na sociedade capitalista são entendidas como

reprodução da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições. É reprodução de um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classe. [...] assim, pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa afirmar que ele participa de um movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. (IAMAMOTO, 2010, p. 24-25, grifo do autor).

Entende-se, dessa maneira, que partir da realidade é a premissa estruturante de uma intervenção profissional do Serviço Social alinhada eticamente à transformação societária, conforme expresso no Código de Ética Profissional de 1993. Portanto, conhecer o contexto da mineração, conhecer como se estabelecem as relações de trabalho nesta atividade e neste território geográfico é relevante e necessário, e traduz um esforço comum da universidade brasileira de se comprometer e se debruçar sobre os grandes dramas da população do nosso País.

É a partir destes elementos, oriundos da aproximação pessoal e profissional com a realidade da cidade histórica e minerária de Mariana-MG⁶, que surge o anseio e a intenção de abordar e refletir sobre tal temática que, em nosso entendimento, deve ser evidenciada e problematizada no meio acadêmico e no

⁶ Para uma aproximação informativa, consultar: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/372/>.

meio político, isto é, a problemática acerca dos determinantes econômicos e das mediações sociopolíticas que incidem e conformam as relações de trabalho num contexto pautado na atividade da mineração extrativista.

O destino do ‘paraíso Brasil’ foi traçado desde a ancoragem portuguesa, perpetuando-se e agravando-se ao longo do tempo até este início de século XXI. Isto é, coube a este território, neste período histórico, constituir-se como um espaço propício de ser violentamente espoliado no que concerne à sua terra, às suas águas, às suas riquezas naturais e às suas gentes. O português Pero Vaz de Caminha, em Carta enviada ao rei de Portugal, escreveu nos primórdios da violência e da espoliação:

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com ele, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra. [...] Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (CAMINHA, 1500).

Nas disputas europeias pela apropriação do continente, recém alcançado pelas chamadas “grandes navegações”, a parte sul das terras do continente foi dividida quase em sua totalidade entre espanhóis e portugueses, estes últimos se apossando da imensidão territorial que veio a constituir o Brasil. O processo de apropriação territorial envolveu violência direta sobre os povos originários, e também a violência indireta, na imposição dos mecanismos econômicos, políticos e administrativos europeus, tais como os processos da constituição das capitanias

hereditárias, das sesmarias e outros mecanismos de imposição da dominação colonial⁷. Desde esses processos, destacam-se algumas regiões em referência a esta já reconhecida desde muito tempo atrás, como uma “terra de muito bons ares”; é o caso do território que outrora fora denominado Província de Minas Gerais e que atualmente é denominado de estado/unidade federativa de Minas Gerais e que tem a mineração como principal marca histórica de sua estrutura econômica.

Compõem o quadro histórico da extração de metais e minerais, nesta “província” e depois neste estado, desde o tráfico e comercialização de escravos para trabalhar na extração de ouro, passando pela implantação da primeira instituição de ensino profissionalizante em geologia e mineração do continente Latino-Americano: a Escola de Minas⁸, até se constituir como sede de várias unidades de empresas multinacionais, de grandes grupos capitalistas-monopolistas, implantados para a extração de minério de ferro, como por exemplo a Samarco⁹, a Vale S.A., que ademais era uma empresa pública e foi privatizada de forma

⁷ Cabe referenciar que Theotônio dos Santos, um importante autor vinculado à Teoria Marxista da Dependência, distingue três formas históricas de dependência, são elas: a dependência colonial; a dependência financeiro-industrial e tecnológico-industrial. Para maior aprofundamento ver Dos Santos (1970) e Amaral (2012).

⁸ “Idealizada por Dom Pedro II e fundada por Claude Henri Gorceix no dia 12 de outubro de 1876, a Escola de Minas foi pioneira em estudos geológicos, mineralógicos e metalúrgicos. [...]. Após um minucioso estudo realizado aqui no Brasil, Gorceix chega à conclusão de que Ouro Preto era uma região de grande riqueza geológica e envia um relatório a D. Pedro II, informando ter encontrado o lugar ideal para fundar a sede da Escola. O ilustre fundador da Escola descrevia a cidade da seguinte forma: “Em muito pequena extensão de terreno, pode-se acompanhar a série quase completa das rochas metamórficas que constituem grande parte do território brasileiro e todos os arredores da cidade se prestam a excursões mineralógicas proveitosas e interessantes”. (Claude Henri Gorceix). Inicialmente, a Escola de Minas começou funcionando no antigo Palácio dos Governadores, as aulas que aconteciam inclusive aos sábados e domingos eram em tempo integral, com o objetivo de formar profissionais num menor espaço de tempo. Em 1969, houve pelo Decreto-Lei n. 778 do Governo Federal a incorporação da Escola de Minas à Escola de Farmácia, que juntas instituíram a Universidade Federal de Ouro Preto. No ano de 1995, a Escola de Minas foi transferida para o campus Morro do Cruzeiro, onde funciona atualmente junto à Universidade Federal de Ouro Preto, comportando nove cursos da área de engenharia e arquitetura. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, 2016).

⁹ “Fundada em 1977, a Samarco é uma empresa de capital fechado que atua no segmento de mineração. Seu controle acionário é dividido igualmente entre a BHP Billiton Brasil Ltda. e a Vale S.A. Seu principal produto são as pelotas de minério de ferro comercializadas para a indústria siderúrgica de 19 países das Américas, do Oriente Médio, da Ásia e Europa”. (SAMARCO, 2017).

espúria, dentre outros.

Reconhecendo a complexidade deste panorama, entendemos ser pertinente a realização deste estudo baseado na realidade concreta da mineração na vida da classe trabalhadora, no município de Mariana-MG. A partir disso, a pesquisa busca esclarecer em que medida este contexto econômico-produtivo está estruturado pela superexploração da força de trabalho e relacionado aos elementos característicos do capitalismo dependente, conforme assinalado mais acima, o que chamamos de 'questão social'¹⁰. Ou seja, em que medida é possível identificar nesta realidade particular elementos relacionados à condição de dependência na contemporaneidade, dimensão ainda mais contraditória da *questão social* própria do capitalismo dependente, como, por exemplo, a transferência de valor aos países de capitalismo central por diferentes mecanismos tais como: privatização dos bens público/estatais, financeirização da economia, pagamento de juros e amortização da dívida pública, ofensiva laboral e legal/normativa sobre a classe trabalhadora, dentre outros.

Desmistificar tal contexto, explicitando os reais interesses, interessados e beneficiados deste movimento é tarefa acadêmico-teórica e ético-política urgente, se quisermos contribuir de alguma forma no tencionamento e construção de

¹⁰ Acerca da questão social é importante evidenciar que: “[...] a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversos. (PAULO NETTO, 2011, p. 152). Convém explicitar que no seu surgimento a expressão “questão social” está vinculada ao conservadorismo, ao quadro da decadência ideológica da burguesia”. O autor discorre acerca da expressão “questão social”, referência que assumimos nas linhas que seguem nesta tese: “Mas a explosão de 1848 não afetou somente as expressões ideais (culturais, teóricas, ideológicas) do campo burguês. Ela feriu substantivamente as bases da cultura política que calçava até então o movimento dos trabalhadores: 1848 trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo. Dessa dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão ‘questão social’ seria função da eversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si à classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a ‘questão social’ está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. A partir daí o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão ‘questão social’ uma tergiversação conservadora, e a só emprega-la indicando este traço mistificador”. (PAULO NETTO, 2006, p. 155-156; 2011, p. 155-156).

saberes e estratégias que visem superar esta ordem social posta. Para tanto, este estudo se orienta a partir do ‘método crítico-dialético’, buscando por meio da categoria da ‘totalidade partir da aparência do fenômeno para apreender a sua ‘essência’. No entender de Marx e Engels (2007, p. 94):

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Sabemos que “no domínio científico toda conclusão é sempre provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono, etc.” (PAULO NETTO, 2011, p. 26), e que “só depois de concluído este trabalho [de investigação] é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada” (MARX, 1968 apud PAULO NETTO, 2011, p. 26-27).

Assumindo que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25), reconhece-se que a sociabilidade do tempo presente é conformada pela contradição Capital X Trabalho, manifestando-se pela chamada questão social.

Na condição de categoria heurística do Serviço Social, a partir da teoria social crítica, entende-se que a questão social se manifesta por meio de diferentes expressões que tem origem nos determinantes da lei geral de acumulação capitalista. São as causalidades da produção e acúmulo de riqueza como posse e de usufruto para poucos, e do pauperismo à grande maioria dos indivíduos, decorrentes de um determinado modo de produção – o capitalismo, que expressam os fundamentos deste fenômeno constitutivo da ordem burguesa.

Marx (2013, p. 721) afirma que esta lei que rege e organiza o modo de produção capitalista

Ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 2013, p. 721).

De acordo com Paulo Netto (2011, p. 158), a “questão social” “tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital”. O autor afirma também, que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”*; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. (PAULO NETTO, 2011, p. 157, grifo do autor).

A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. (PAULO NETTO, 2011, p. 160).

O autor ainda afirma que é preciso considerar a forma contemporânea da lei geral de acumulação capitalista e considerar “a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza”. (PAULO NETTO, 2011, p. 161).

[...] mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidade culturais, geopolíticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a “lei geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da *história* que a concretiza. (PAULO NETTO, 2011, p. 161).

Nessa perspectiva, em termos mais exatos, “buscando determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes [da questão social] e as modalidades imperantes de exploração” (PAULO NETTO, 2011, p. 161), a partir da realidade de capitalismo dependente e da atividade da mineração extrativista, delimitou-se como tema de estudo: A “questão social” na mineração, mais especificamente no município de Mariana-MG e região¹¹, desde as singularidades do capitalismo dependente. E, como problema de pesquisa: Quais as conformações contemporâneas que determinam a “questão social” na mineração em Mariana-MG e na região? Como objetivo geral delimitou-se: Refletir sobre a “questão social” na mineração buscando apreender as conformações contemporâneas na realidade de Mariana-MG e região. E, como objetivos específicos: a) Reconhecer as determinações econômicas, políticas e sociais sobre as quais se assenta a mineração em Mariana-MG no contexto da “questão social” ditada pela lógica da dependência; b) Refletir acerca do significado econômico, social, político e cultural da mineração no município de Mariana-MG, c) Explicitar os mecanismos contemporâneos pelos quais a superexploração da força de trabalho se põe como uma constante na mineração do município de Mariana-MG e região, nos termos do processo de produção de valor.

A partir desses delineamentos, entende-se que o tema de

¹¹ Ao utilizarmos o termo “região” não estamos nos referindo especificamente a todos os municípios que compõem a chamada “Região dos Inconfidentes”, pois este estudo não adentra mais profundamente à realidade mais específica de cada um dos municípios deste território assim denominado. Utilizamos o termo “região” para fazer uma referência mais genérica, reconhecendo que o contexto da mineração extrativista impacta também municípios próximos à Mariana-MG, município este priorizado para a análise.

estudo se coloca em sentido histórico e na agenda contemporânea como algo complexo e contraditório, assumindo fortemente um caráter funcional e estruturante da ordem social vigente. Sendo assim, se apresenta como uma questão de suma importância e urgência de ser estudada, a fim de construir e fortalecer caminhos para que se possa melhor entender o emaranhado contexto em que se inscreve e em que acontece, isto é, o campo das contradições e conflitos de interesses e aspirações, o campo da luta de classes e das batalhas a favor da superação desta ordem societária.

É preciso pautar e aprofundar o debate acerca da “questão social” na mineração e suas manifestações contemporâneas nos marcos deste continente e deste País que segue ao longo dos séculos na condição de “quintal do mundo desenvolvido”, isto é, de dependência em relação aos países de capitalismo central.

Como já mencionado, este estudo elege como objeto de análise a “questão social” na mineração e suas conformações nestes tempos contemporâneos, delimitando para estudo o município de Mariana-MG e região. Estabelecido isso, é preciso fazer algumas considerações acerca do ‘estado da arte’ deste debate.

Podemos afirmar que esta temática ainda está por exigir maiores aprofundamentos e teorizações. Atualmente é possível encontrar produções teóricas e políticas advindas de diferentes sujeitos, tais como: grupos de pesquisa vinculados a universidades federais brasileiras, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, instituições governamentais, das empresas mineradoras, dentre outros. Pela multiplicidade destes sujeitos são conseqüentemente múltiplas as problematizações, os referenciais teóricos e políticos assumidos para abordar diferentes e variados aspectos que se referem à mineração brasileira, do quadrilátero ferrífero de MG e do município de Mariana-MG e região, tais como: aspectos ambientais (ênfase na demonstração da progressiva e intensiva destruição do meio ambiente – água, vegetação, animais, etc.), de organização e resistência das comunidades diretamente vinculadas e atingidas pela mineração, de resistência e organização dos trabalhadores diretamente vinculados a esta atividade, de rentabilidade econômica do setor, prioritariamente.

No tocante ao debate especificamente da contradição Capital X Trabalho, isto é, da “questão social” e suas

conformações contemporâneas, reconhecendo a particularidade de capitalismo dependente e a superexploração da força de trabalho como uma constante, ou seja, como seu fundamento, consideramos restrita a produção teórica existente até o momento. Nesse sentido, pode-se reafirmar que este debate carece de um maior aprofundamento e problematização teórica.

É notório que esta temática não se circunscreve apenas no âmbito do Serviço Social, pois diferentes áreas de conhecimento devem ser acessadas, servindo de suporte para a problematização de modo que se possa compreender o fenômeno para além da sua forma aparente. Assim, recorrer e estabelecer um diálogo com e a partir das formulações da crítica da economia política, da história, das ciências sociais, especialmente no âmbito da Teoria Marxista da Dependência, analisando-as criticamente e problematizando-as nos seus aspectos históricos e contemporâneos é um movimento necessário a fim de enfrentar a ofensiva capitalista, que incide de maneira avassaladora sobre a classe trabalhadora, conseqüentemente sobre os trabalhadores inseridos no contexto da mineração extrativista.

Para tanto, utilizaremos os marcos conceituais e categoriais da teoria social crítica e de diferentes produções e autores a ela vinculados. Partindo das formulações clássicas de Karl Marx, utilizaremos para construção deste estudo, autores diretamente vinculados à denominada Teoria Marxista da Dependência (TMD), especialmente as formulações de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, autores estes considerados precursores das formulações que se propunham a analisar, a partir do marxismo, a condição de capitalismo dependente da América Latina e do Brasil. Vinculados a este mesmo marco teórico, utilizaremos ainda autores contemporâneos, tais como: Mathias Seibel Luce, Marcelo Carcanholo, Jaime Osório, Marisa Amaral, Roberta Sperandio Traspadini, Ádrian Sotelo Valencia, dentre outros.

Consideramos válido e imperioso recorrer a este marco teórico, uma vez que as formulações desses intelectuais contribuem significativamente para o entendimento da realidade latino-americana e conseqüentemente para a realidade da mineração histórica e contemporânea no município de Mariana-MG.

Dialogando com estas formulações, recorreremos a autores

como: Florestan Fernandes, Vladimir Lenin, István Mészáros; às produções teóricas oriundas dos pesquisadores vinculados ao 'Grupo de Estudos e Pesquisa Veias Abertas'¹², da Universidade Federal de Santa Catarina, ao Grupo de Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS)¹³; às produções elaboradas por movimentos sociais tais como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); às produções do Sindicato Metabase Inconfidentes e do Sindicato Metabase Mariana. Tais instituições e Movimentos Sociais contribuem para o entendimento e explicitação da realidade empírica que se vivencia no contexto da mineração extrativista no município de Mariana-MG e região.

Entendemos que a produção acadêmica ¹⁴, com

¹² Para maior conhecimento consultar a homepage do Coletivo Veias Abertas (2017).

¹³ Para maior conhecimento consultar a homepage do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) (2017).

¹⁴ Como exemplo ilustrativo desta inserção, destacamos uma reportagem publicada no dia 20 de setembro de 2017 no sítio eletrônico oficial da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP): "Cônsul da Holanda visita UFOP para debater mineração e sustentabilidade." Conforme a publicação: "O encontro foi solicitado pelo Consulado Holandês e ocorreu na última quarta (20), no prédio da reitoria, em Ouro Preto. Na reunião, foram discutidos temas acerca da mineração e da sustentabilidade, principalmente em referência ao rompimento das barragens da Samarco, ocorrido em novembro de 2015. [...] "Acredito que pode ser muito positivo manter esses contatos, no intuito de colocar em colaboração pesquisadores da UFOP com os pesquisadores e empresas que possuem tecnologia no exterior. Isso pode resultar não só em produtos científicos, mas também em soluções na área afetada pelo rompimento das barragens", afirma o vice-reitor da UFOP, Hermínio Arias Nalini Júnior, que levantou ainda a possibilidade de trabalhar em outras regiões, com foco na área social e ambiental." (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO., 2017).

Diante do exposto, entendemos que a universidade pública deve ser um instrumento a favor dos interesses legítimos da classe trabalhadora. Nesse sentido, quando mencionamos 'produção acadêmica' estamos nos referindo ao conjunto de atividades que compreende: ensino, pesquisa e extensão. Em consonância a isto, e também por entender que possui relação direta com este estudo, é importante evidenciarmos o curso de Serviço Social da UFOP por ser um espaço de formação profissional alinhado e que reitera por meio de seu projeto pedagógico e ações formativas, as diretrizes curriculares da ABEPSS e os preceitos ético-políticos da profissão, compondo o campo de luta a favor da classe trabalhadora. São significativas/relevantes as atividades desenvolvidas neste espaço de formação e que assumem como ponto de partida, isto é, de reflexão crítica e enfrentamento teórico, político e interventivo, a realidade econômico-social advinda do contexto da mineração extrativista. Destacamos os programas de extensão: 'Centro de Difusão do Comunismo' – que atualmente não está em execução, porém que teve efetiva contribuição às lutas dos trabalhadores da mineração e reconhecimento acadêmico-científico e, o programa de extensão, em vigência desde 2014, 'Mineração do Ouro: Programa marxista de cultura e crítica social' e seus projetos: 'Cine Fáisca', 'Lavras

posicionamento ético-político alinhado à superação desta ordem societária, é uma das “armas” necessárias neste tempo bárbaro em que vivemos, que é marcado pela ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora nos mais variados âmbitos, seja no âmbito das relações de trabalho, seja nas suas repercussões e rebatimentos no âmbito de direitos sociais tais como: saúde, previdência social, assistência social; na cidade ou no campo; e de forma cada vez mais opressora e exploratória.

É urgente também fazer frente ao ideário neoliberal que tudo desmonta e focaliza no âmbito público em detrimento do fortalecimento e enriquecimento privado, que captura a subjetividade, procura desmobilizar articulações coletivas críticas e busca acentuar a ideologia e a prática de “todos algozes de todos”. Nesse contexto, estão passíveis de capitulação os posicionamentos ético-políticos dos diferentes indivíduos e sujeitos coletivos. Não raras são as tentativas de apaziguar e de deformar a luta por melhores condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. A atividade da mineração extrativista no País, no quadrilátero ferrífero de MG, no município de Mariana-MG, vivencia fortemente essas questões, como se verifica, por exemplo, no caso da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, das estratégias de cooptação de figuras políticas que estão na gestão governamental federal, estadual e municipal, tentativas de colocar trabalhador contra trabalhador, seja diretamente no setor produtivo ou indiretamente, como é o caso vivenciado após o rompimento da barragem de Fundão/crime neste município.

Diante disso, compreendemos que é necessário alinhar a produção acadêmica aos desafios contemporâneos. Para tanto, é preciso adentrar no contexto de como se apresentam estas relações de exploração/dominação no cotidiano e na vida da classe trabalhadora, neste caso específico dos trabalhadores na mineração e das populações por ela atingidas, e de como lhes é apresentado o trabalho, neste caso o trabalho assalariado ‘superexplorado’, como única possibilidade de existência e de

de Versos’ e o curso de extensão ‘Ontologia, Estética, Arte e Sociedade’. Compreendemos que ambas as ações, com suas especificidades e ênfases interventivas contribuíram e contribuem à reflexão e ao entendimento crítico da realidade neste território e do continente Latino-americano, bem como ao campo das lutas sociais rumo a outra ordem societária, verdadeiramente livre da exploração de uma classe sobre a outra.

sobrevivência nesta sociabilidade.

Entendemos que é urgente desmistificar e fomentar o debate teórico e político sobre este continente e este país que tem sua história marcada pela condição de território passível de efetivar e manter relações pautadas na superexploração da força de trabalho. Dessa forma, é necessário evidenciar as nuances, os contornos, os conflitos a partir do contexto histórico, econômico, social, político e cultural em que a “questão social” se manifesta e se perpetua no contexto da mineração extrativista no município de Mariana-MG e região.

Demarcando a pertinência e urgência da elaboração deste debate e reconhecendo a parca produção a esse respeito é que a realização desta tese se torna relevante. Além disso, abordar a “questão social” e suas conformações contemporâneas no contexto minerário extrativista em Mariana-MG e região, a partir do referencial teórico-crítico, dando ênfase às formulações e contribuições oriundas da Teoria Marxista da Dependência (TMD), “em meio aos ventos pós-modernos que fluem pelos corredores e salas de aula das universidades, em que ‘tudo que é sólido se desmancha no ar’” (OSÓRIO, 2014, p. 109), constitui um dever e um compromisso ético-político assumido visando fortalecer a luta dos povos superexplorados desde o *Sur*.

Tomando por referência tal perspectiva analítica, reforça-se que este estudo adota a Teoria Marxista da Dependência como marco teórico que orientará a investigação e problematização acerca das relações de trabalho e suas conformações contemporâneas elegendo como recorte empírico o município de Mariana-MG e região, neste início de século XXI. O *lócus* empírico possibilitará apontar a realidade de um território em que o conflito Capital X Trabalho aparece por meio da atividade extrativa mineral que tem atualmente a extração de minério de ferro como a atividade mais expressiva.

Demarcado isso, é mister referenciar que este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental, em que foram utilizadas informações empíricas expressas em documentos e publicações de diferentes instituições, organizações e sujeitos, tais como sindicatos e movimentos sociais. A proposta metodológica da pesquisa compreende ainda o exame do material obtido à luz do referencial teórico adotado, de modo a explicitar os aspectos, nuances e processos capazes de esclarecer o objeto investigado numa perspectiva de

totalidade, situando-o no contexto da luta de classe.

Portanto, a opção de delimitar como *lócus* de estudo prioritariamente o município de Mariana-MG (sem desconsiderar uma realidade que é comum a outros municípios da região) inscreve-se no entendimento de que nele expressam-se agudas contradições econômicas, sociais e políticas, o que a nosso ver, conforme procuramos explicar pelo presente estudo, se relaciona com aquilo que entendemos ser historicamente uma das mais violentas faces do capitalismo dependente, a superexploração da força de trabalho, que neste espaço geográfico prioritariamente situa-se em uma atividade específica: a mineração extrativista.

Relacionando-se a isso, é importante enfatizar introdutoriamente que no Município de Mariana-MG ocorreu em 05 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, uma das três barragens de rejeitos da mineradora Samarco S.A. Situação esta que expressa e relaciona-se de maneira incomensurável com os variados determinantes e mecanismos de uma realidade capitalista dependente e da superexploração da força de trabalho neste setor produtivo.

É relevante trazer à tona esta realidade, estas manifestações contemporâneas sobre as quais se inscreve o contexto da mineração neste território geográfico do quadrilátero ferrífero de MG, a partir da realidade do município de Mariana-MG e região. Assim, delimitou-se este *lócus* empírico de maneira intencional. Neste movimento analítico, ao qual será analisado e sustentado a partir de análise bibliográfica e documental, buscar-se-á manter uma atitude crítica, conforme enfatiza Dieterich (1999, p. 179) quando menciona que “a atitude crítica do pesquisador não somente é necessária diante da consulta de conceitos, definições e reconhecimentos históricos, mas também quando se trata de dados quantitativos”.

Para dar conta de tal movimento, este estudo divide-se em cinco seções, além da introdução (seção 1) e das considerações finais (seção 5). Na segunda seção: (2) busca-se evidenciar as categorias ‘Dependência’, ‘Superexploração da Força de Trabalho’ e ‘Subimperialismo’ a partir do marco teórico da Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujas singulares determinações imprimem específicas e complexas dimensões à questão social, próprias da realidade de Mariana-MG; na terceira seção (3) busca-se evidenciar o papel do Estado, seja no âmbito legal e normativo (legislações trabalhistas e ambientais), bem como sua

imbricação e funcionalidade aos movimentos do capital em diferentes momentos históricos, enfatizando o chamado período neoliberal. Sobre tal período, consideramos que uma das suas marcas foi a privatização das empresas estatais, conforme se verifica ao longo da década de 1990. Também é importante destacar, com a entrada dos anos 2000, avançando para o período mais recente da história do País, ganha força a análise que identifica os traços do denominado neodesenvolvimentismo. Período este que, segundo alguns autores, pode ser identificado a partir das características da dinâmica econômica, social e política no contexto dos governos PT (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) ao longo da década de 2000, em que vivencia-se um momento de *boom* do preço das *commodities*, na qual a mineração adquire dinâmica ainda mais voraz, numa época de aposta e ênfase no acesso ao consumo de bens e produtos básicos pela classe trabalhadora e, ao mesmo tempo que se desenrola mais um ciclo de crise estrutural do capital, a atingir não só o país e o continente latino-americano, mas o globo como um todo; e, por fim, na quarta seção (4) aborda-se a realidade empírica do estado de Minas Gerais e do município de Mariana-MG, em que é apresentado e refletido sobre o panorama da mineração extrativista e suas conformações contemporâneas, buscando-se argumentar e explicitar que esta atividade é um dos elementos da histórica dependência do país em relação ao capital internacional, e que esta tem como pilar fundamental de sustentação a superexploração da força de trabalho e que especifica-se, por exemplo, em situações de extrema destruição como o rompimento da barragem de Fundão/crime, onde o meio ambiente e a vida de populações e de trabalhadores foi dilacerada em nome da produção de lucro para um grupo pequeno de indivíduos que representam a classe dominante, a burguesia monopolista local e internacional, detentora dos meios de produção.

Além de buscar entender, explicar e refletir acerca da “questão social” na mineração extrativista a partir do referencial teórico crítico, da crítica da economia política e pela perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, este estudo apresenta em cada abertura de item uma referência a este contexto por meio da poesia¹⁵. Recorremos, especialmente a Carlos Drummond de

¹⁵ Alguns poemas apresentados em excertos na abertura dos itens são apresentados

Andrade, poeta mineiro, de Itabira-MG, que tão bem mostrou ao mundo, por meio da arte, o significado desta atividade e da destruição por ela causada na vida dos indivíduos e do povo de Minas Gerais e da América Latina (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2017). Nos valemos de seus poemas repletos de 'sentimento, posição de classe, dor, perspectiva de luta e entendimento da possibilidade e necessidade de superação de tal realidade' devastadora sobre a natureza e sobre o gênero humano. Além de Drummond, recorremos também a outro mineiro, de Montes Claros-MG, Darcy Ribeiro, que sensivelmente e muito fortemente nos diz sobre o significado de ser mineiro, isto é, sobre Minas Gerais, seus dilemas, suas dores e sua história¹⁶.

em sua integralidade nos anexos desta tese.

¹⁶ O trecho apresentado compõe o livro 'Migo'. Esta obra é assim definida pelo autor: "É um romance confessional, em que me mostro e me escondo, sem fanatismos autobiográficos".

2 CAPITALISMO DEPENDENTE: APROXIMAÇÕES DESDE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Lira Itabirana

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade.

A realidade econômica, social e política da América Latina, nos marcos do capitalismo dependente, desencadeou historicamente diferentes interpretações e análises. Podemos considerar que decorrem desta realidade “teorias da dependência” (BORÓN, 2008), movimentos analíticos que se inscrevem em diferentes posicionamentos diante do mesmo fenômeno: a dependência latino-americana perante os países de capitalismo central. Nas palavras de Borón (2008, p. 20): “*la teoría de la dependencia o las teorías de la dependencia*”, grife-se, no plural, “*son un producto genuino de América Latina*”. A realização de análises críticas sobre as postulações de cada grupo, de cada posição divergente, de cada intelectual que se dedicou ao tema é, sem dúvida, uma tarefa árdua e urgente, que exige estudos específicos e articulados.

Podemos identificar dentre as principais tendências pioneiras de investigação sobre a realidade latino-americana, sobre seus processos particulares de constituição e consolidação três vertentes analíticas principais (BORÓN, 2008) que se

afirmaram e destacaram historicamente: aquela advinda da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)¹⁷ pelas formulações de Raul Prebisch, Celso Furtado, dentre outros intelectuais latino-americanos; aquela vertente formulada pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso juntamente com Enzo Falleto e José Serra e, ainda, a vertente formulada pelo grupo de teóricos vinculados à então denominada Teoria Marxista da Dependência (TMD), destacando-se as formulações de Vânia Bamberra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

Não é nossa intenção, neste momento, realizar um aprofundamento exaustivo sobre cada vertente analítica e interpretativa, haja vista que o objeto específico em estudo é outro, e também que há um conjunto de estudos qualificados e de referência sobre o tema, aos quais, em parte, recorreremos. Porém, é necessário evidenciarmos alguns elementos introdutórios que consideramos centrais em cada uma das vertentes mencionadas para demonstrarmos o porquê da opção teórica e política pela TMD, enquanto marco teórico que nos orientará nesta empreitada de aprofundamento sobre as relações de trabalho na mineração e as suas conformações na contemporaneidade, a partir do observatório empírico da realidade do município de Mariana-MG, complexos integrantes da 'questão social', conforme investigação desta tese.

Acerca da CEPAL, instituição criada em 1948, podemos afirmar que eram e atualmente continuam sendo múltiplas e diversas as interpretações e as formulações produzidas em seu âmbito (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 2017)¹⁸. Tais formulações, de um modo geral, podem ser

¹⁷ "A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe". (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, 2017). Uma abordagem teórica crítica da CEPAL encontra-se no trabalho de Teotônio dos Santos "Teoria da dependência: Balanços e perspectivas". (DOS SANTOS, 2015).

¹⁸ Sobre o agrupamento das elaborações cepalinas numa perspectiva histórica, podemos identificar, em termos iniciais, "cinco etapas na obra da CEPAL: Origens e anos 50: industrialização pela substituição de importações; Anos 60: reformas para desobstruir a industrialização; Anos 70: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora; Anos 80: superação do problema do endividamento externo mediante o "ajuste com crescimento"; Anos 90: transformação produtiva com equidade. (COMISSÃO

definidas como “estruturalistas”. Mesmo que apresentassem um viés aparentemente crítico e progressista, que expressava de certa forma a realidade e anseios então vivenciados no continente e no Brasil, no período dos anos de 1950 e 1960, bem como nas décadas posteriores, tais formulações se limitavam à interpretação e à proposição de um desenvolvimento ‘dentro da ordem’ capitalista.

Apresentamos o ponto de vista de Dos Santos (2015, p. 71) para melhor expressar essa compreensão:

A CEPAL era uma organização emanada dos governos latino-americanos e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria a governos. Seus estudos se concentraram nas políticas capazes de viabilizar o processo de industrialização procurando superar os obstáculos ao desenvolvimento. Suas propostas de políticas preservavam, contudo, as estruturas de poder existentes. (DOS SANTOS, 2015, p. 71).

Um dos maiores expoentes da vertente teórica e política da CEPAL foi o argentino Raul Prebisch. Segundo Borón (2008, p. 24):

El gran líder intelectual del desarrollismo era Raul Prebisch, por esos años director de la CEPAL. A sus relevantes dotes intelectuales unía una extraordinaria capacidad organizativa: fue él quien creó la CEPAL y, desde allí, articuló un pensamiento innovador y progresista dentro del capitalismo que planteaba la necesidad de un desarrollo dirigido por un Estado con capacidad para intervenir eficazmente la vida económica. (BORÓN, 2008, p.24).

Percebe-se, portanto, que a análise interpretativa e propositiva de superação da condição de dependência enfatizada pela CEPAL circunscreveu-se em uma ‘aposta’ no

desenvolvimento regional organizada pelos Estados Nacionais, principalmente pelo incentivo ao desenvolvimento industrial na região, porém, conforme evidencia Dos Santos (2015, p. 71) “o desenvolvimento industrial da região tornara-se dependente do setor exportador, através do processo de substituição de importações”. Dos Santos afirma que:

Essa característica do processo de industrialização baseado na substituição de importações fez com que o crescimento industrial dependesse enormemente das divisas obtidas com as exportações. Estas foram, em alguns casos, radicalmente apropriadas ou mesmo expropriadas pelo Estado, para servir ao processo de industrialização. É o caso típico do Brasil, onde a estatização do comércio exterior se afirmou definitivamente na década de 1930, apossando-se o Estado das divisas obtidas com as exportações e pagando aos exportadores em moeda nacional. (DOS SANTOS, 2015, p. 71-72).

Como consequência de tal panorama, desenvolve-se uma articulação estrutural entre o setor exportador e a industrialização, o que

vai configurar uma aliança política muito própria dos países latino-americanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. [...] Esta ficou limitada na sua dimensão revolucionária. Criou-se, em consequência, um bloqueio estrutural ao desenvolvimento econômico da região. (DOS SANTOS, 2015, p. 73).

O mesmo autor é enfático em afirmar sobre o capitalismo na América Latina e a interpretação e proposição da CEPAL que

A temática do desenvolvimento tal como se apresenta nas décadas de 1950 e 1960, sob a influência do pensamento cepalino, já sai

do debate entre civilização e barbárie, entre o moderno e o arcaico, entre o progresso e o atraso para produzir um debate mais consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as consequências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída. (DOS SANTOS, 2015, p. 73).

Nessa perspectiva, uma primeira aproximação e análise crítica às elaborações da CEPAL, diante do caráter múltiplo de perspectivas teóricas que foram assumidas como orientadoras das postulações dos diferentes intelectuais vinculados a esta instituição, revela, o que nos importa destacar nesse momento, um conjunto de proposições e análises 'limitadas em alternativas de desenvolvimento dentro da ordem capitalista dependente', alternativas que não superam seja teoricamente, seja politicamente, os limites e os horizontes da ordem societária capitalista dependente.

Bambirra (2012, p. 35) faz referência a um documento publicado em 1968 pela CEPAL intitulado: *La evolución social de América Latina*. Segundo a autora, tal documento

[...] talvez esteja entre as melhores expressões da tomada de consciência sobre a crise latino-americana frente ao reconhecimento do fracasso das soluções preconizadas durante anos pela própria CEPAL, em seu desejo de superar obstáculos ao desenvolvimento. (BAMBIRRA, 2012, p. 35).

Ao mesmo tempo, Bambirra (2012) evidencia que a referida publicação não reconhece os reais problemas, ou a condição de uma crise estrutural generalizada no continente, como elemento que impede qualquer desenvolvimento que não seja o dependente e associado aos países dominantes. Enfatiza que "o documento inteiro está repleto de observações no sentido de que os governos não foram capazes de cumprir os programas

de desenvolvimento propostos pelos especialistas da CEPAL”. (BAMBIRRA, 2012, p. 37).

A autora supracitada fundamenta sobre tal postulação da CEPAL:

[...] há uma crise, há uma ruptura de expectativas, há poucas possibilidades de que os países latino-americanos sigam pelo mesmo caminho dos países adiantados, mas “pode ser” que a crise não seja tão grave e que os problemas possam ser “paulatinamente” superados. (BAMBIRRA, 2012, p. 36).

Bambirra (2012) prossegue expondo sua posição crítica ao pensamento cepalino, afirmando sua posição teórica e crítica ortodoxa – no sentido de coerência ao método crítico dialético – na interpretação da realidade latino-americana, isto é, a explicitação de seu alinhamento à TMD e o rebatimento dessa posição sobre a elaboração de novas categorias capazes de renovar o pensamento e a produção teórico-crítica latino-americana, como pode se constatar na seguinte passagem:

É preciso tentar redefinir, como ponto de partida, todos os aspectos fundamentais dos enfoques tradicionais sobre a situação latino-americana que há muitos anos têm sido produzidos; deve-se buscar definir novas categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não propriamente para uma nova teoria do desenvolvimento, mas sim, para uma teoria da dependência. (BAMBIRRA, 2012, p. 37-38).

Prosseguindo ainda na aproximação crítica das produções teóricas e posições políticas da CEPAL sobre a América Latina, um fato que expressa bem as (im)possibilidades de desenvolvimento autônomo das nações do continente, bem como as (im)possibilidades de autonomia e de qualquer avanço crítico mais radical das posições cepalinas, está no afastamento/remoção de Raul Prebisch desta instituição, quando, de acordo com o esclarecimento de Borón (2008, p. 30),

[...] (em realidade, Estados Unidos ya no toleraba más la disidència cepalina y exigió ante la Secretaría General de la ONU que el economista argentino fuese destinado a outra institución). [...]. Cuando Prebisch se va de la CEPAL, a mediados de la década de los 60, ninguno de los documentos de circulación interna sobre la teoría de la dependència habia sido publicado por el organismo. Fueron archivados, “cajoneados” y aparecieron después de vários años publicados por diversas editoriales comerciales de América Latina. Esto sirve para tener una idea del clima de control ideológico que se estableció sobre la CEPAL uma vez que Prebisch fue removido se su cargo. (BORÓN, 2008, p. 30).

Sobre essa situação “ideológica”, Bambirra (2012, p. 35), já no início de sua obra sobre o capitalismo dependente, uma obra de expressiva contribuição para o real entendimento do que se processava no nosso continente, afirma que a “ciência se torna instrumento de mistificação, na medida em que revela apenas o aspecto “consentido” da realidade”. Tal consideração nos remete à afirmação clássica realizada por Marx e Engels (2007, p.47) quando mencionam que

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que

fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p.47).

Essas ideias de Marx e Engels, bem como as elaborações originais de autores marxistas latino-americanos como Bamberger, são importantes para situar e compreender também uma outra vertente das ‘teorias da dependência’, ou seja, as formulações de Fernando Henrique Cardoso juntamente com José Serra e Enzo Faletto, vertente que pode ser denominada com mais precisão como uma “teoria da interdependência”, conforme Traspadini (2014) demonstra em seu estudo. Para a autora,

[...] a obra teórica de Fernando Henrique Cardoso – seu estudo sobre os empresários brasileiros, passando pela teoria da dependência até chegar a seu conjunto de artigos – sempre apontou para aquilo que seu governo terminou concretizando: a inserção subordinada da economia brasileira ao capital internacional, que, ao contrário das promessas originais, bloqueia qualquer capacidade de desenvolvimento e termina comprometendo a própria democracia. A teoria da dependência, na versão elaborada por Cardoso e por Enzo Faletto, está na realidade comprometida com uma relação de interdependência com o capital internacional que, na prática, significa uma relação de subordinação. (TRASPADINI, 2014, p. 20).

No entendimento de Martins (2013, p. 27), “Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto constroem a versão weberiana da dependência. Para estes, a dependência é o paradigma de desenvolvimento dos Estados periféricos”. Martins (2013) acrescenta que:

Para os autores, o grau de autonomia dos Estados diante do grande capital internacional deve ser limitado, garantindo-se, assim, o dinamismo econômico, a ampliação do mercado interno e uma democracia estável. Para Cardoso, o capital

estrangeiro capitaliza a região ainda que provoque saídas superiores às entradas por meio de pagamento de remessas de lucros, juros, *royalties*, etc. (MARTINS, 2013, p. 27).

Percebe-se, com tal afirmação, algumas das características essenciais desta que é a segunda vertente que explicitamos, principalmente seu pensamento e posição em relação ao papel do Estado e em relação ao capital estrangeiro. Comparando de maneira muito sucinta as vertentes das quais estamos nos aproximando em termos iniciais, podemos destacar que enquanto para a CEPAL os Estados nacionais eram elementos ‘importantes e necessários’ na busca pelo desenvolvimento dos seus territórios, no continente, para Fernando Henrique Cardoso e seus parceiros teóricos, o papel do Estado deveria ser ‘limitado’. (Já para a terceira vertente que referenciamos – a TMD, que passaremos a tratar mais detalhadamente logo à frente –, evidencia-se que o Estado assume inequivocamente um ‘papel funcional’ à reprodução da ordem capitalista dependente).

Em contraste a essas posições, Martins (2013) elucida o entendimento de Ruy Mauro Marini, autor e um dos principais formuladores da TMD, acerca da realidade latino-americana, sobre o capital estrangeiro no continente. Para este, “o capital estrangeiro, embora apresente períodos cíclicos de predomínio de ingresso ou de saídas, tende no conjunto a descapitalizar os processos de acumulação da América Latina, restringindo-lhes o mercado interno”. (MARTINS, 2013, p. 31).

Por essa aproximação inicial podemos destacar uma expressiva diferença de posição e interpretação entre os autores vinculados a cada uma destas vertentes, principalmente quando se comparam as formulações de Fernando Henrique e José Serra e as de Ruy Mauro Marini. Tais diferenças foram confrontadas teórica e politicamente no âmago das teorias da dependência ao longo das décadas de 1960 e 1970, por parte dos dois primeiros, com a publicação do artigo denominado “As razões da dialética da dependência”. A polêmica surge desde a forma questionável teórica, ética e politicamente com a qual Cardoso e Serra tratam e rebatem o texto pioneiro de Marini (1978, p. 2):

En su conjunto, constituye un texto desaliñado y truculento, que deforma casi siempre mis planteamientos para poder criticarlos, manipula los datos que utiliza (o no utiliza) y que brilla por la falta de rigor, la torpeza e incluso el descuido en el manejo de hechos y conceptos. El lector lo entenderá mejor si toma en cuenta que va dirigido fundamentalmente a la joven generación brasileña, que conoce poco o casi nada de lo que he escrito. Esto es lo que lleva a los autores no sólo a "exponer" mi pensamiento, sino también a permitirse adaptarlo libremente a los fines que se han propuesto. Seguramente, habrían procedido de otra manera, si se dirigieran a un público más familiarizado con las tesis en cuestión. (MARINI, 1978, p. 2).

De modo geral, as formulações de Fernando Henrique Cardoso seja no texto acima mencionado, ou em outros textos que também se situam nesta mesma linha interpretativa da realidade latino-americana e brasileira, como por exemplo: 'Dependência e desenvolvimento na América Latina', de autoria de Cardoso e Enzo Faletto (1979), não nos servem para explicar em sua totalidade a condição de capitalismo dependente, sendo que uma razão fundamental para tal insuficiência é que carecem do imprescindível arsenal teórico-categorial da crítica da economia política de Karl Marx e, desta maneira, acabam por alinhar-se aos preceitos e lógica do capital.

Segundo Bambilra (2012, p. 49), nesta obra de Cardoso e Faletto o âmbito econômico está presente "somente como um 'marco' muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica". Nesse sentido, os autores criticados tendem a separar como fatores autonomizados o "econômico", o "social" e também o "político", perdendo suas inter-relações reais¹⁹. A autora ainda salienta que:

¹⁹ É oportuno resgatar aqui as palavras de Reinaldo Carcanholo sobre as formulações de F. H. Cardoso. Segundo este autor "o pensamento de FHC não foi de esquerda e nem mesmo progressista; nunca pertenceu à verdadeira teoria da dependência que, formulada naquela oportunidade por outros autores, teve ampla repercussão. Assim, deixemos a teoria da dependência e, mais que ela, a perspectiva dialética sobre a dependência a quem realmente merece: Ruy Mauro Marini. Que fique para FHC a

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes. (BAMBIRRA, 2012, p. 49).

Obviamente que, ao apresentar a questão nas linhas anteriores, não fazemos mais do que uma primeira aproximação em torno das polêmicas travadas entre as formulações de Marini e Cardoso²⁰. Reconhecemos, obviamente, que se trata de um embate teórico que diz respeito diretamente à interpretação da realidade de capitalismo dependente. Esperamos que ao adentrar mais detalhadamente na análise da estrutura do capitalismo dependente, bem como no estudo dos autores da Teoria Marxista da Dependência, possamos esclarecer os dilemas e as polêmicas em torno de uma matéria que é decisiva para a compreensão da história e dos desafios que surgem face à teoria crítica latino-americana no presente.

Buscando ser coerente com o método que nos orienta na elaboração deste estudo, e entendendo que é preciso situar o objeto estudado à realidade concreta na qual ele se encontra, o aporte teórico que adotamos na pesquisa é a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Dentre os teóricos que se propuseram a construir este marco teórico podemos citar como precursores: Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini²¹, e

miséria teórica de uma concepção sobre a “interdependência”. (CARCANHOLO, 2014, p. 18).

²⁰ Para uma análise detalhada dessa polêmica, ver a tese de doutorado intitulada “Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente”, de autoria de João Paulo de Toledo Camargo Hadler, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas. (HADLER, 2013).

²¹ “Ruy Mauro Marini é o melhor exemplo de intelectual revolucionário na América Latina. Intelectual revolucionário porque pensou a realidade de forma rigorosa e do ponto de vista da sua transformação revolucionária. Intelectual revolucionário porque não apenas pensou a realidade do ponto de vista da sua transformação revolucionária, mas foi sempre um militante, um dirigente revolucionário, vinculado a

como estudiosos contemporâneos alinhados a esta linha de pensamento: Jaime Osório, Adrian Sotelo Valencia, Marcelo Carcanholo, Roberta S. Traspadini, entre outros. É principalmente sobre as formulações originais contidas na obra de Marini que se embasará nossa reflexão, obra esta que, segundo Martins (2013, p. 15), “constitui-se em uma das mais importantes e originais do pensamento social e do marxismo no século XX”.

Na visão de Martins (2013, p. 43),

O pensamento de Marini constitui um dos mais originais e criativos estabelecidos na América Latina. Movendo-se do abstrato ao concreto o autor não apenas contribuiu para a elaboração da teoria da dependência, mas também aportou novas categorias em seu interior que enriqueceram o arsenal conceitual para interpretar a acumulação de capital nas periferias e na economia mundial, renovando o marxismo. (MARTINS, 2013, p. 43).

Recorremos às palavras do próprio Marini para explicitar mais fortemente a importância de seu posicionamento e pensamento teórico-político para a interpretação da realidade Latino-Americana. No ensaio “Dialética da dependência”, escrito em 1973, Marini (2005) deixa claro, já nos primeiros parágrafos do texto, seu entendimento acerca da diferença substancial entre ‘ortodoxia marxista’ e o ‘dogmatismo’ na utilização do método crítico-dialético para entendimento da realidade. Distinção esta que se caracteriza como fundamental, uma vez que “as categorias marxistas [...] não podem substituir ou mistificar os fenômenos” da realidade; “é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique em nenhum caso romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela”. (MARINI, 2005, p. 139).

Este autor, orientando-se e sendo fiel à teoria marxiana, busca trazer à luz a realidade do continente Latino-Americano

rechaçando qualquer explicação pautada na falta de rigor conceitual, metodológico e teórico, bem como qualquer procedimento que pretenda aplicar mecanicamente conceitos gerais, mesmo que sejam conceitos marxistas, numa realidade particular. Para Marini (2005), Marx não construiu sua teoria dessa forma. Isto possibilita que a análise por ele elaborada não incorra em nenhum dos dois tipos de desvio que ele mesmo destaca como recorrentes nas análises da dependência Latino-Americana pelos pesquisadores marxistas. Estes desvios decorrem da “substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura”. (MARINI, 2005, p. 137).

De maneira contundente, suas formulações teóricas e posicionamentos políticos pautam-se no entendimento de que

[...] mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005, p. 138).

Desse modo, a concepção que Ruy Mauro Marini (2005) formulou acerca do capitalismo dependente latino-americano está pautada em linhas gerais nos seguintes elementos: a transferência de valor para as economias centrais, a superexploração da força de trabalho e a agudização das contradições que são próprias do ciclo do capital.

Na próxima subseção buscaremos demonstrar, a partir da categoria ‘Dependência’ o lugar historicamente relegado à América Latina na lógica de organização mundial do capitalismo.

2.1 O lugar da América Latina: dependência em relação aos países de capitalismo central

A montanha pulverizada

Chego à sacada e vejo a minha serra,
a serra de meu pai e meu avô,
de todos os Andrades que passaram

e passarão, a serra que não passa.
 Era coisa dos índios e a tomamos
 para enfeitar e presidir a vida
 neste vale soturno onde a riqueza
 maior é sua vista e contemplá-la.
 De longe nos revela o perfil grave.
 A cada volta de caminho aponta
 uma forma de ser, em ferro, eterna,
 e sopra eternidade na fluência.
 Esta manhã acordo e
 não a encontro.
 Britada em bilhões de lascas
 deslizando em correia transportadora
 entupindo 150 vagões
 no trem-monstro de 5 locomotivas
 — o trem maior do mundo, tomem nota —
 foge minha serra, vai
 deixando no meu corpo e na paisagem
 mísero pó de ferro, e este não passa.

Carlos Drummond de Andrade.

Dentre as categorias por Marini (2005) formuladas e que mais significativamente contribuem para a abordagem da condição Latino-Americana nos marcos do capitalismo global, destacamos: subimperialismo, dependência e superexploração da força de trabalho²². As consideramos fundamentais para abordar nosso objeto de estudo historicamente e neste início de século XXI, uma vez que com as alterações desencadeadas a partir de uma nova divisão internacional e regional do capitalismo, temos na indústria extrativa brasileira uma importante demonstração da pertinência e da reafirmação destas, conforme veremos ao longo deste estudo.

A condição de dependência do continente Latino-Americano para com os países de capitalismo central é um

²² "O pensamento de Marini possui grande relevância para a interpretação do mundo no século XXI." (MARTINS, 2013, p. 31). "A análise empírica da situação social e dos processos de trabalhos na América Latina nas últimas décadas parece reafirmar a tese de Marini sobre a centralidade da superexploração no capitalismo da região." (MARTINS, 2013, p. 31). "A tese de Rui Mauro Marini é hoje muito mais exata do que nos anos 70." (Adrian Sotelo Valencia - Afirmação feita na palestra de abertura do 4º Encontro Internacional de Política Social/11º Encontro Nacional de Política Social realizado entre os dias 06 e 09 de junho de 2016, na Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória/ES).

processo histórico, complexo e que se aprofundou ao longo dos séculos, uma vez que se deu sob a regência das transformações decorrentes da estruturação do modo de produção capitalista na esfera global. Da colonização à fase da mundialização do capital, o lugar relegado a estas terras e gentes é de subserviência²³.

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p. 140).

No entender de Marini “a dependência não é apenas fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surge igualmente da especificidade das relações internas de exploração” (MARINI apud PRADO, GOUVEA, 2014, p. 58), consideração esta que conforma as relações de produção, especialmente aquelas tipicamente capitalistas, do Sul e do Norte do globo.

Assim, se nos séculos XVI, XVII e XVIII a América Latina serviu de fonte de enriquecimento aos países europeus por meio da riqueza advinda da extração de metais preciosos, principalmente do ouro brasileiro, no século XIX, com o surgimento da grande indústria a função cumprida por este continente no desenvolvimento capitalista, se refere principalmente

[...] à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição

²³ Não desconsideramos aqui as muitas e diversas lutas de resistência dos povos originários e nativos, assim como as lutas de resistência e contraposição que atravessam a história da América Latina, algumas delas registradas por autores como Darcy Ribeiro (2006) e Florestan Fernandes (2015).

para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. (MARINI, 2005, p. 143).

As primeiras décadas do século XIX são um marco temporal importante para o entendimento desta relação de dependência. Concomitante à independência política de um conjunto de países da América Latina, na Europa, mais precisamente na Inglaterra, tem início uma nova fase do desenvolvimento capitalista, a chamada Revolução Industrial, o que impõe à lógica capitalista mundial uma estrutura de divisão internacional do trabalho.

A partir desta forma de articulação entre a América Latina e os países de capitalismo central, se desenvolve e se configura uma

relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2005, p. 141).

Ao fornecer os meios de subsistência, principalmente de origem agropecuária, à classe operária industrial em formação nos países centrais possibilitou os mesmos a tornarem-se produtores mundiais de manufaturas, enquanto que a este continente coube a função de ser “quintal do mundo desenvolvido”.

Ao ser relegado ao posto de continente “fornecedor das condições de realização” do capitalismo na Europa, sobretudo nas relações com a Inglaterra em função de seu acelerado desenvolvimento industrial, um conjunto de países deste continente começará a produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo, e quando nesta relação as exportações superaram as importações, teve-se o surgimento das dívidas. Nesse sentido, o que ocorreu nestes trópicos, na visão de André Gunder Frank (1968), foi o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. (MARINI, 2005).

Uma questão central para o entendimento desta relação de dependência, tomando como base explicativa a crítica da economia política, é que

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista. (MARINI, 2005, p. 144).

Buscando explicitar o que é realmente a exploração capitalista internacional, Marini (2005) dedica-se a desvelar o 'segredo da troca desigual'. Para o autor, nestas relações mercantis, seja no interior de uma mesma esfera de produção ou no marco de distintas esferas que se inter-relacionam, operam distintos mecanismos. Estes mecanismos podem corresponder às aplicações específicas das leis de trocas ou corresponder ao caráter de transgressão delas.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e

os preços de produção de mercadorias. (MARINI, 2005, p. 151).

Uma das possibilidades desta situação acontecer, principalmente entre as nações industriais centrais-centralizadoras de capital, haja vista que nestas as leis capitalistas são exercidas de maneira plena, é a partir de uma 'maior produtividade do trabalho'. Por meio deste mecanismo "uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar" (MARINI, 2005, p. 151), possibilitando, assim, um 'lucro extraordinário'.

Outra circunstância em que a referida situação pode ocorrer é nas

transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. (MARINI, 2005, p. 152).

Nestas relações entre diferentes estados-nação pode ocorrer uma 'dupla transferência de valor' quando a relação mercantil se dá entre uma nação desfavorecida pela não produção ou produção com dificuldade de determinados bens e uma nação que possui sua produção apoiada numa maior produtividade do trabalho, o que desencadeia, no segundo caso, preços de produção inferiores a seus concorrentes, justamente porque neste caso as mercadorias são produzidas com um valor individual que fica abaixo do valor médio geral. Dessa forma, as nações desfavorecidas "cedem", na relação de troca, "gratuitamente parte do valor que produzem" ao adquirir bens e produtos destes países que possuem uma produtividade mais elevada. (MARINI, 2005).

A fim de neutralizar total ou parcialmente estes mecanismos que desencadeiam a transferência de valor, são adotados na "periferia" do sistema global 'mecanismos de

compensação', isto é, de busca de incremento do valor para obtenção de vantagem (ou minimização da desvantagem) na troca. A alternativa principal adotada para tanto é uma maior exploração do trabalhador.

Segundo Marini (2005, p. 153):

[...] as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas [...], mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2005, p. 153).

Em suma, esta relação desigual entre nações baseia-se antes de mais nada na “apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação”. (MARINI, 2005, p. 154). Contudo, quando se considera os processos históricos que “cada nação” percorre, bem como as relações e lutas de dominação e subordinação entre as diferentes nações e os diferentes continentes do globo, se evidencia que a expropriação de riqueza durante séculos, a “troca desigual” (que corresponde a uma determinação do valor muito diferente “em cada país” e em cada continente), os diferentes tempos e processos de industrialização, etc., são situações indispensáveis para explicitar a real dialética da dependência. Considerando essas relações, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas”, conseqüentemente, superação e supressão da estratégia fundamental adotada pelas burguesias neste continente: a superexploração da força de trabalho. (MARINI, 2005, p. 141)

2.2 A categoria superexploração da força de trabalho como fundamento da questão social nos marcos do capitalismo dependente

O maior trem do mundo

O maior trem do mundo

Leva minha terra

Para a Alemanha

Leva minha terra

Para o Canadá

Leva minha terra

Para o Japão

O maior trem do mundo

Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel

Engatadas geminadas desembestadas

Leva meu tempo, minha infância, minha vida

Triturada em 163 vagões de minério e destruição

O maior trem do mundo

Transporta a coisa mínima do mundo

Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo

Vai serpenteando, vai sumindo

E um dia, eu sei não voltará

Pois nem terra nem coração existem mais.

Carlos Drummond de Andrade

Considerando que a dependência entre nações capitalistas para Marini (2005) jamais se reduziu a uma relação de subordinação política, mas foi sempre compreendida como um conjunto de relações econômicas, sociais e históricas, “[...] foi sempre entendida como uma forma peculiar de capitalismo, que surge com base na expansão mundial de um sistema que configura diversas formas de exploração” (MARINI, 2005 apud PRADO; GOUVEA, 2014, p. 62), defenderemos neste tópico que um elemento fundamental e central para entendimento, manutenção ou superação desta condição é a superexploração da força de trabalho.

Tendo isso em vista, podemos introduzir o estudo da superexploração da força de trabalho apresentando algumas

considerações sobre polêmicas²⁴ que continuam atuais em torno desta categoria formulada e utilizada por Marini (2005) desde princípios da década de 1960 para abordar e explicar a dinâmica de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano.

Uma primeira consideração que pode ser realizada acerca desta categoria é a seguinte: “trata-se de ‘superexploração do trabalho ou superexploração da força de trabalho’?” Embora esta pareça uma questão relativamente simples, trata-se na realidade de uma questão que traz dificuldades e embaraços, sendo o seu esclarecimento fundamental.

Concordamos e remetemos aqui ao esclarecimento que Carcanholo (2013) realiza para responder tal questão terminológica, que muitas vezes se torna uma “confusão terminológica”, justamente pelas dificuldades de se compreender as categorias envolvidas; dificuldades essas que acabam gerando implicações diretas tanto para o significado da categoria ‘dependência’ como para a própria categoria ‘superexploração’. Esta última deve ser entendida, defendemos aqui, como ‘superexploração da força de trabalho, e não superexploração do trabalho’.

De partida, é importante evidenciar que se trata de uma categoria e não de um mero conceito. Este último diz respeito “a uma construção ideal prévia de um sistema lógico-conceitual a partir do qual a realidade objetiva é apreendida, como se fosse uma manifestação objetiva da ideia, do conceito”.

²⁴ Importante referenciar que recentemente, mais precisamente no dia 11 de setembro de 2017, o autor argentino Claudio Katz publicou o artigo intitulado “*Aciertos y problemas de la superexplotación*”. Neste, o autor afirma que: “*La teoría de la dependencia no requiere un concepto de superexplotación omitido por Marx. Hay tasas de plusvalía superiores en el centro, pero mayor estrechez del consumo y agobio laboral en la periferia. En un cuadro de generalizada precarización se reordenan las diferencias nacionales de salarios de los explotados formales, informales y empobrecidos. Tanto la extensión del concepto de superexplotación a las metrópolis, como el desconocimiento de la mundialización neoliberal obstruyen la actualización de la teoría de la dependencia.*” Em resposta/diálogo aberto à esta formulação, Jaime Osorio publicou no dia 14 de setembro de 2017, um artigo intitulado: “*Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación. Una propuesta de desarme teórico para avanzar.*” Neste, o autor afirma que: “*Claudio Katz (CK) ha divulgado en fecha reciente un documento titulado “Aciertos y problemas de la superexplotación” en donde incurre en variados equívocos que lo llevan a plantear la necesidad de abandonar esta categoría. En este escrito pretendo dar respuesta a algunos de los puntos centrales de su exposición.*” Não adentraremos mais especificamente no debate travado entre ambos os autores, mas apontamos para a importância de conhecermos e adentrarmos ao mesmo.

(CARCANHOLO, 2013, p. 76). Já as categorias, para este mesmo autor, mas tomando por referência os dizeres de Abbagnano (1974 apud CARCANHOLO, 2013), “possuem uma existência real” e concreta, “são propriedades do objeto, que, em função de suas formas de manifestação, possibilitam – o que não é uma necessidade – a sua apreensão por parte do ser humano”, do pesquisador “que procura entendimento ou explicação deste objeto”. (CARCANHOLO, 2013, p. 76). Assim sendo, a superexploração da força de trabalho é uma categoria que possibilita a apreensão do real, isto é, de como o capitalismo se desenvolve na realidade Latino-Americana.

Ao nos remetermos a textos como: ‘Dialética da dependência e Sobre a dialética da dependência’, que evidenciam a superexploração como fundamento da dependência latino-americana em relação aos países de capitalismo central, verificamos a utilização pelo próprio Marini da redação “superexploração do trabalho”. No entanto, considerando que Marini formula suas reflexões a partir de Marx, é importante considerar que este último se refere à exploração da ‘mercadoria força de trabalho’ para a obtenção da mais-valia ou, na terminologia mais recente adotada pela tradução brasileira da Boitempo de “O Capital” (MARX, 2013), do mais-valor.

Marx (2013), no capítulo IV do Livro I de “O Capital”, afirma o seguinte: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem”, forças “que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. (MARX, 2013, p. 242). No capitalismo, essas “forças” e “capacidades físicas e mentais” se tornam mercadorias compradas pelo capitalista, que passa, dessa maneira, a ‘utilizar’, quer dizer, a ‘explorar’ a força de trabalho na produção. A ‘exploração’ dessa força de trabalho se dá pela expropriação do trabalho excedente que essa mercadoria tem a capacidade de produzir, ou seja, do valor excedente ou mais-valia que ela tem capacidade de produzir, em relação ao trabalho necessário (para cobrir seu próprio valor, seus próprios custos de produção).

Conforme explana Marx (2010, p. 117, grifo do autor), no texto “Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro”, fica explícito tal raciocínio, quando o autor afirma que “sempre que eu empregar, portanto, a expressão *valor do trabalho* empregá-la-ei

como termo popular, sinônimo de *valor da força de trabalho*". O autor declara ainda que "o *valor* da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua conservação e reprodução, mas o *uso* dessa força de trabalho só é limitado pela energia e pela força física do operário". (MARX, 2010, p.114, grifo do autor).

Portanto, tratar a força de trabalho (mercadoria) como sinônimo de trabalho (o valor de uso da mercadoria) significa perder de vista a 'dialética da mercadoria força de trabalho' – que se dá entre seu valor de uso e seu valor – nas relações capitalistas de produção. O que impede de entender a origem da mais-valia, onde mesmo com a troca de equivalentes nas relações dinheiro-mercadoria, no caso, dinheiro como capital e mercadoria como força de trabalho (que se torna, a partir de então, capital variável), o que ocorre é uma relação de exploração e de expropriação daquele valor excedente que a força de trabalho é capaz de produzir.

Feito este primeiro esclarecimento sobre a exploração da força de trabalho, outras indagações importantes que podem ser feitas são as seguintes: como distinguir "exploração da força de trabalho" de "superexploração da força de trabalho"? Existe superexploração em Marx? Ou melhor, Marx utilizou-se nas suas formulações clássicas a categoria superexploração da força de trabalho? Também aqui temos uma série de questões polêmicas, que parecem simples de serem respondidas e, no entanto, tratam-se de questões, como veremos a seguir, que trazem dificuldades e que precisam ser consideradas com cuidado.

No capítulo VIII do Livro I de "O capital", por exemplo, numa sessão em que trata da categoria da mais-valia absoluta e de questões que envolvem a jornada de trabalho, no processo da produção capitalista, Marx (2013) afirma que é próprio do funcionamento deste sistema que a exploração se acentue e se agrave até os limites físicos do operário, uma vez que o sistema de valorização do valor não tem limites nas suas buscas de expansão, onde o trabalhador com sua força de trabalho tem que se reproduzir enquanto tal e reproduzir o capitalista como capitalista. De acordo com o autor,

o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante,

que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista. (MARX, 2013, p. 307).

Nesse mesmo sentido, Marx (2010) afirma no texto “Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro”:

O homem que não dispunha de nenhum tempo livre, cuja vida - afora as interrupções puramente físicas, do sono, das refeições etc. - esteja toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destruída e brutalizada intelectualmente, para produzir riqueza para outrem. E, no entanto, toda a história da indústria moderna revela que o capital, se não tiver um freio, tudo fará, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação. (MARX, 2010, p. 130).

Dito isso, é possível afirmar que a superexploração diz respeito ao grau de exploração da força de trabalho? No caso do estudo que Marx faz sobre a jornada de trabalho, é possível afirmar que extensão da jornada no tempo caracteriza a superexploração do trabalho? A intensificação da exploração caracteriza a superexploração? Os baixos salários e as condições extremamente degradantes de trabalho analisadas por Marx caracterizam a superexploração da força de trabalho? Enfim, nas suas análises, Marx estava se referindo e utilizando-se da categoria ‘superexploração da força de trabalho’?

Para construir uma resposta às questões levantadas, podemos destacar de início que tal polêmica se explicita entre

diferentes grupos de autores que se propõem a estudar e a entender o pensamento marxiano e o pensamento de Ruy Mauro Marini. Para mencionar um dos debates importantes sobre o assunto, temos que, de um lado, a questão é apresentada pela reflexão de Nascimento, Dillenburg, Sobral (2015) em um artigo publicado na 'Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política' sob o título "Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx".

Neste artigo os autores apontam que "Marx elabora no Livro I de "O capital" não apenas uma teoria da exploração, mas, sobretudo, uma teoria do que chamaremos sinteticamente por superexploração da força de trabalho pelo capital" (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2015, p. 106).

Na compreensão dos autores supracitados:

a superexploração é uma categoria teórica em O capital. Ou seja, o autor de O capital trabalha a superexploração não apenas no plano do empirismo fornecendo ao leitor exemplos históricos e dados estatísticos a seu respeito. A superexploração no Livro I é um fato concreto, real, produzido pelo capital em seu desenvolvimento, que Marx reproduz no Livro I de forma lógico-histórica, realizando assim uma síntese dialética no seu modo de exposição do desenvolvimento real do capital. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 107).

De maneira enfática, os autores afirmam que:

Até o Capítulo VII, Marx manter-se-á no âmbito da teoria da exploração; somente a partir do Capítulo VIII é que Marx desenvolve, lógica e historicamente, isto é, teoricamente, a superexploração, a relação entre o valor da força de trabalho e o seu desgaste acima do nível necessário para repô-la em condições normais. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 109).

Percebemos que Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015),

em seu raciocínio, evidenciam momentos e graus distintos de utilização e descrição acerca da exploração e da superexploração da força de trabalho por Marx. Destacam, a partir de sua leitura e compreensão das formulações marxianas, que o autor de “O capital” chamara a atenção para o fato que

o valor da força de trabalho modifica-se com o aumento do seu desgaste para além daquele nível que a mantém em condições normais de força, saúde e vida. Portanto, aqui Marx já está apontando para um limite entre a exploração e a superexploração, de modo que esse limite diz respeito ao nível de desgaste da força de trabalho em relação à sua condição de reprodução dentro de um quadro normal de força, saúde e vida. (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2015, p. 109).

Para estes autores

A exploração e, sobretudo, a superexploração da força de trabalho pelo capital constituíam a realidade concreta, real, da relação capital-trabalho dominante na Inglaterra de meados do século XIX, fase de consolidação da grande indústria moderna. Esse é o nível de abstração real trabalhado por Marx no Livro I. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 126).

Os autores ressaltam que na Inglaterra, bem como em demais países avançados do período, quando da passagem do Século XIX para o Século XX, a relação capital-trabalho se modificou permitindo

que a força dos trabalhadores fizesse valer seu direito de vendedor da sua mercadoria especial, assegurando-lhes uma nova condição de predomínio da exploração (dentro da normalidade) sobre a exploração excessiva (superexploração). (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 126).

Ainda para dimensionar a tese defendida pelos autores em destaque, podemos considerar a análise que os mesmos fazem sobre um período já bem avançado do capitalismo em relação àquele analisado por Marx no século XIX. Assim, no período pós 2ª Guerra Mundial, “é possível a superexploração ter sido amenizada de forma planejada” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 126), em função de iniciativas como a implantação do chamado Estado de Bem-Estar Social, mas que após a década de 1960, nestes países centrais na acumulação capitalista, a situação da classe trabalhadora volta a deteriorar-se e as lutas voltam a acirrar-se, fazendo-os reafirmar, com base em Mézáros (2011, 2011a), que o capital é incontrolável e que, portanto, tal contexto

imprime mais sentido ao que indicamos neste artigo, ou seja, de que Marx deixa claro no Livro I de O capital que o capital não consegue apenas explorar (troca de equivalentes e reprodução normal da força de trabalho) a todos os trabalhadores, tendo também que – no movimento permanente de rompimento dos controles que as sociedades lhe tentam impor – superexplorar parte (crescente) dessa classe. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 126-127).

Em contraponto a tal entendimento está a posição de que a categoria superexploração da força de trabalho não está, nem poderia estar na formulação crítica de capitalismo realizada por Marx. Este posicionamento é sustentado por Corrêa e Carcanholo (2016), ao qual, manifestamos desde já, nos alinhamos teórica e politicamente, e é expresso em artigo também publicado na ‘Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política’ sob o título ‘Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx?’ Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido, em resposta às formulações contidas no artigo de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015).

De partida, é importante explicitar como Corrêa e Carcanholo (2016, p. 22) reconhecem o trabalho com o qual polemizam e contestam. Para os autores

um dos motivos para acreditarmos que o trabalho de Nascimento, Dillenburg e Sobral gera confusões é precisamente por desconsiderar, de forma intencional, o debate em torno desta categoria – não em Marx, mas na teoria marxista da dependência. (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 22).

Sob o ponto de vista de Corrêa e Carcanholo (2016, p. 10),

a superexploração da força de trabalho, enquanto categoria, só faria sentido em menor nível de abstração, no qual condições concretas de acumulação dependente são consideradas, e mesmo assim sujeita a uma consideração crítica. (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 10).

É importante destacar que no texto de Corrêa e Carcanholo (2016), além dos autores realizarem um rigoroso e importante debate categorial com Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) sobre as categorias e o pensamento marxiano, estes autores também dialogam a partir da formulação e utilização que a categoria em questão – superexploração da força de trabalho – tem no pensamento de Ruy Mauro Marini e, conseqüentemente, no marco da Teoria Marxista da Dependência. Para Corrêa e Carcanholo (2016), Marini (2005) utiliza a categoria de superexploração da força de trabalho para

[...] dar conta das especificidades do funcionamento do capitalismo em países dependentes (isto é, países que foram enredados numa teia de relações desiguais, contraditórias, dialéticas, com as potências imperialistas e que, conseqüentemente, tiveram suas relações de produção internas remodeladas nesse processo). É evidente, portanto, que Marini não está descrevendo uma “lei geral” da acumulação capitalista, mas sim colocando como, num plano mais concreto, a acumulação se faz com a (re)produção de espaços desiguais por entre os quais o capital se move; e sendo uma

característica desse movimento a formação daquilo que a tradição da teoria marxista da dependência está chamando de *transferência de valor*, seria criado nos países dependentes um mecanismo de compensação que retroagiria sobre suas relações de produção. (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 22).

Nesse sentido, é preciso dar ênfase a como Marini (2005) reconhece e trata da categoria em questão. Para Corrêa e Carcanholo (2016, p. 23), “Marini trata da superexploração como um mecanismo de compensação do capitalismo periférico à transferência de valor, e não como o mero pagamento da força de trabalho por valor aquém do que possui”.

Os autores prosseguem sua argumentação crítica às considerações de Nascimento, Dillenburg, Sobral (2015) destacando que as diferenças entre as interpretações sobre a categoria em questão desencadeiam consequências políticas, que podem assumir um entendimento e posicionamento revolucionário ou mitificado e contrarrevolucionário.

Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, p. 116) utilizam para refletir sua posição, uma passagem clássica do capítulo VIII de “O Capital”, mais especificamente o último ponto da primeira fala do trabalhador em que ele exige de seu empregador a condição de exploração “(nos termos com os quais Marx a está teorizando – troca de equivalentes e condições normais de reprodução da força de trabalho)”. Tal passagem é assumida por estes autores como fundamental para a apresentação da tese por eles defendida em seu artigo

porque ela revela que a teoria da exploração de Marx sozinha não coaduna com sua perspectiva da revolução, uma vez que o trabalhador está exigindo não o devir histórico da revolução, mas tão somente as condições próprias, asseguradas pelos pressupostos, da (teoria da) exploração. Em função dessa compreensão é que entendemos que a teoria da superexploração é que se apresenta como a portadora de um desdobramento teórico para uma perspectiva

revolucionária no Livro I de O capital de Marx. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 116).

Em suma, para estes autores,

A superexploração revela-se a contradição máxima do capital, enquanto relação social de produção, uma vez que sua existência, ao mesmo tempo em que é a válvula de segurança desse sistema social, constitui-se, por outro lado, a portadora do devir revolucionário, da transitoriedade do capital para uma forma superior de organização social. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p. 117).

Discordando desta argumentação, Corrêa e Carcanholo (2016, p. 27) comentam:

A conclusão que os autores querem extrair daí é que o capitalismo requer a superexploração e que esta explica a pulsão revolucionária dos movimentos dos trabalhadores. Mas a conclusão que de fato emerge é que sem essa exploração exacerbada, “desmedida”, não há razão revolucionária. (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 27).

Reforçam seu posicionamento afirmando que “para a existência do capital [...] a exploração é necessária, mas a superexploração não, já que é possível existir capital estejam os salários fixados acima ou abaixo do valor da força de trabalho”. (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 27).

Evidencia-se, portanto, pelo debate travado entre os dois grupos de autores, que há polêmicas recentes que se inscrevem a partir de um referencial teórico com importantes pontos comuns, no campo marxista, porém com interpretações que se encaminham em sentidos muito diferentes, podendo gerar consequências teóricas e políticas completamente opostas.

Assim, enfatizamos nosso alinhamento às formulações de Corrêa e Carcanholo (2016) por considerar o rigoroso e correto

entendimento acerca do método marxista de análise da realidade da produção capitalista, de apropriação das formulações originárias de Marx e por situar categorias daí decorrentes, ou formuladas posteriormente – como é o caso da SFT – em seu real contexto, tal qual fez Ruy Mauro Marini e a tradição de análise e interpretação desencadeada por seus movimentos explicativos da realidade latino-americana, isto é, pautada na transferência de valor.

Nesse sentido, um importante argumento a favor da posição que estamos assumindo está nos ‘diferentes níveis de abstração’ em que estão situados os trabalhos teóricos de Marx e Marini para explicar/decifrar o funcionamento do modo de produção capitalista. O movimento teórico-categorial realizado por Marx em “O Capital” objetivava demonstrar as leis gerais que operam no capitalismo. Assim, sua abordagem compreende um maior nível de abstração.

Na concepção de Osório (2009, p. 71),

Em *O Capital*, temos os elementos centrais que definem o modo de produção capitalista, em que se destacam as noções de mais-valia (forma que assume o produto excedente em uma organização societária definida pela relação capital-trabalho assalariado) e a tendência descendente da taxa de lucro. As categorias e as relações daquela obra constituem o ponto de partida para analisar a organização das unidades de análise menos abstratas (ou mais concretas), *mas não as esgotam*. Daí a necessidade de novas categorias para abordar a análise do sistema capitalista mundial, os padrões da reprodução de capital, as formações econômico-sociais e a conjuntura. (OSÓRIO, 2009, p. 71, grifo do autor).

Corroborando este posicionamento de Osório, e reconhecendo que a abordagem realizada por Marini se faz a partir de um nível de abstração menor daquele realizado por Marx, Carcanholo (2013, p. 79) nesta longa, mas esclarecedora citação esclarece que:

a temática que dá sentido à teoria marxista da dependência é justamente aquela que contém as distintas formas de inserção dentro de um processo de acumulação capitalista em escala mundial. É porque existem distintas formas de inserção – países centrais, majoritariamente com comportamentos imperialistas, que definem em maior ou menor grau a forma como a economia mundial se processa, e países dependentes, que são obrigados a inserir-se em função destes determinantes da economia mundial – que faz sentido pensar em uma teoria da dependência. Se não existisse esta especificidade, o nível de abstração em que se encontrava Marx em *O Capital*, aquilo que é próprio de uma economia capitalista, seria suficiente para entender toda localidade, nação ou região que se caracterizasse por ser capitalista. A teoria marxista da dependência deve tomar como pressuposto as leis gerais do modo de produção capitalista conforme aquilo que foi apontado por Marx em *O Capital*, mas não pode se restringir a isto, tratando aquela obra como se fosse um simples manual aplicável a todo e qualquer caso concreto. (CARCANHOLO, 2013, p. 79, grifo do autor).

Em síntese, para Carcanhólo (2013), Marx, na obra “*O Capital*”, trata pioneiramente de várias modalidades e graus diversos de exploração da força de trabalho, extensivos e intensivos, inclusive explicitando situações de remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Todos esses elementos presentes na análise pioneira de Marx são necessários para explicar a categoria superexploração da força de trabalho, mas não são suficientes, pois essa categoria, como temos já indicado no presente estudo, envolve também outras relações histórico-sociais, e só pode ser compreendida num nível mais concreto de análise, como fez Marini (2005).

Ressaltamos que este entendimento e coerência com o método histórico-dialético, Marini (2005) já assume desde as primeiras linhas escritas naquela que seria a sua mais importante

contribuição para o entendimento do capitalismo dependente, o ensaio a 'Dialética da Dependência', obra em que a categoria superexploração da força de trabalho aparece como elemento explicativo central, isto é, como fundamento da condição de dependência Latino-americana num contexto pautado pelas trocas desiguais entre distintos Estados-Nação.

Explicitada a centralidade e especificidade da categoria superexploração da força de trabalho para o entendimento da realidade do capitalismo dependente, podemos agora nos remeter mais detalhadamente à maneira como Marini abordou e explicou esta questão.

No ensaio 'Dialética da Dependência' são evidenciados três mecanismos pelo qual a superexploração da força de trabalho acontece no capitalismo dependente, que são: "a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho". (MARINI, 2005, p. 156).

Tais mecanismos são utilizados para compensar a perda de mais-valia decorrente da troca desigual entre a América Latina e países de capitalismo central-centralizadores de capital. Diante da impossibilidade de compensar esta perda no nível das relações de mercado "a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna". (MARINI, 2005, p. 154).

Dessa forma, a intensificação do trabalho vai aparecer neste processo como "uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva". A prolongação da jornada de trabalho vai significar neste contexto o aumento do trabalho excedente, isto é, o "aumento da mais valia absoluta na sua forma clássica" e o terceiro mecanismo será utilizado quando do movimento de "reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal". (MARINI, 2005, p. 154).

Este autor ainda destaca que a característica essencial destes três mecanismos é "o fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho". (MARINI, 2005, p. 156). Essa negação se evidencia por um dispêndio da força física de maneira superior ao que normalmente ocorre, o que desencadeia o esgotamento prematuro dos indivíduos/ da força de trabalho, além disso, pela negação do consumo àquilo que é basicamente necessário para

manter-se em estado normal de manutenção e venda da força de trabalho. Nas palavras do autor esses mecanismos, que geralmente acontecem de maneira combinada, “significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2005, p. 157).

Importante ressaltar que esta formulação está presente nos escritos do referido autor, datados do ano de 1973. No entanto, ao longo da sua obra, seja anterior à publicação de ‘Dialética da Dependência’, como por exemplo, no livro ‘Subdesenvolvimento e Revolução’²⁵, que foi publicado originalmente no México em 1969, bem como em escritos posteriores, a categoria da superexploração da força de trabalho é sempre evidenciada²⁶.

Ainda no sentido de enriquecer a análise sobre a ‘superexploração da força de trabalho’, podemos referenciar Osório (2009, p. 176), quando este considera que “é o valor total da força de trabalho que determina o seu valor diário”. Esta afirmação reconhece a seguinte formulação de Marx: “Sabemos que o valor diário da força de trabalho é calculado *tomando como base uma determinada duração de vida do operário [...]*”. (MARX, p. 451, apud OSÓRIO 2009, p. 176, grifo do autor). É preciso considerar que do desenvolvimento das forças produtivas decorrem as especificidades de cada momento histórico, e estas, conseqüentemente, fazem com que novas determinações se ponham, como, por exemplo, a elevação da expectativa de vida dos indivíduos, o que faz com que o tempo de vida produtiva

²⁵ Esta obra foi publicada em português no ano de 2012 pela Editora Insular. É o primeiro volume da coleção “Pátria Grande: Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano”, que é uma iniciativa do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

²⁶ Sobre a dialética da dependência, Jaime Osório nos apresenta a seguinte análise: “Esta tese não nega a existência de *superexploração* nas chamadas economias centrais, seja de maneira conjuntural, seja em tempos de maior duração. A diferença reside em que, nas economias dependentes, essa modalidade de exploração se encontra no centro da acumulação. Não é então nem conjuntural nem tangencial à lógica de como essas sociedades se organizam. E ganha sentido quando se analisa o capitalismo como sistema mundial, que reclama transferência de valores das regiões periféricas para o centro, e quando as primeiras, como forma de compensar essas transferências, acabam transformando parte do “fundo necessário de consumo do operário” em um “fundo de acumulação de capital”, dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista e a uma forma particular de capitalismo: o dependente”. (OSÓRIO, 2009, p. 174-175, grifo do autor).

também se eleve. Assim, o pagamento diário da força de trabalho deve permitir que o sujeito/trabalhador se reproduza de modo que possa vender esta mercadoria em condições normais de existência ao longo do tempo que estiver inserido no mercado de trabalho, bem como nos anos de aposentadoria.

Osório (2009, p. 178) acredita que “o valor diário da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência e a reprodução do seu possuidor”. Portanto, devem ser consideradas as necessidades de moradia, alimentação, vestuário, saúde, educação, transporte, dentre outras que são reconhecidas como necessidades básicas de existência biológica, social e cultural dos sujeitos. É fundamental ressaltar que estas necessidades vão se modificando ao longo da história da humanidade, inclusive porque é requisição do modo de produção capitalista que as mercadorias criadas sejam consumidas.

O aumento do número de bens necessários que o desenvolvimento histórico propicia pressiona no sentido da elevação do valor da força de trabalho. Mas, em geral, o aumento da produtividade e o barateamento dos bens indispensáveis atuam em sentido contrário, de modo que o valor da força de trabalho se veja permanentemente pressionado por essas duas forças. (OSÓRIO, 2009, p. 179).

Considerando estes elementos que conformam o valor da força de trabalho, seja ele diário ou total, fica evidente que diante de situações tais como “um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste [...] que encurte o tempo de vida útil total e de vida total” isto é, “*casos no qual o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida*” são “processos de superexploração, na medida em que se viola o valor da força de trabalho.” (OSÓRIO, 2009, p. 177, grifo do autor).

Outra questão fundamental que deve ser desmistificada e que tende a reforçar o contexto de superexploração é a questão da requisição e pagamento de horas extras de trabalho. Se, aparentemente, tal ação propicia um aumento do valor recebido pela venda da força de trabalho, isto é, um valor que é somado

ao salário recebido pelo trabalhador, esta questão, em sua essência, implica na apropriação do tempo de vida útil e total do trabalhador, uma vez que dele é retirada a possibilidade de “repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas”. Nas palavras de Osório (2009, p. 177, grifo do autor), “quando isso ocorre, *o salário extra só compensa parte dos anos futuros de que o capital se apropria com jornadas extenuantes ou de trabalho redobrado*”.

De acordo com o exposto acima, entende-se que o capital atenta contra o fundo de consumo e o fundo de vida do trabalhador, situações que remetem e reafirmam a especificidade do capitalismo dependente nestes trópicos.

Caminhando para o desfecho deste tópico, é importante enfatizar ainda a existência de distintas possibilidades de interpretação que decorrem da categoria superexploração da força de trabalho a partir das formulações de Marini (2005), como podemos observar nas diferenças de análise entre Martins (2013) e Corrêa e Carcanholo (2016).

Martins (2013, p. 37) sintetiza, na seguinte afirmação contundente, sua interpretação da tese de Marini sobre a superexploração da força de trabalho:

Haverá superexploração do trabalho sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, tiverem queda em face do múltiplo constituído pelos de qualificação e intensidade do trabalho, que representam o valor desta. Haverá ainda superexploração quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho. (MARTINS, 2013, p. 37).

Outra interpretação da tese de Marini (2005) que podemos destacar é aquela sobre a qual já nos detivemos em parágrafos anteriores, representada por Corrêa e Carcanholo (2016, p. 23) ao se referirem a esta categoria em questão:

Nem sempre a utilização (de qualquer um) desses recursos para ampliar o grau de exploração significa superexploração, e nem sempre a superexploração precisa se expressar exatamente dessa forma. Em nossa opinião, o que ajuda a confundir o debate é que Marini usou a mesma expressão (superexploração) tanto para a necessidade de compensar as transferências de valor (categoria), como para as distintas maneiras (formas) de obter essa compensação. (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 23).

“Marini trata da superexploração como um mecanismo de compensação do capitalismo periférico à transferência de valor, e não como o mero pagamento da força de trabalho por valor aquém do que possui”. (CORRÊA; CARCANHOLO, 2016, p. 23).

Entendemos que ambas as considerações conformam em termos categoriais a superexploração da força de trabalho, em consonância com as formulações de Marini (2005). Não assumimos, nem temos o intuito de apresentar ou defender em termos reducionistas o sentido, o fundamento e o significado desta categoria no entendimento e explicação das relações econômicas, políticas e sociais da sociedade burguesa.

Partimos do reconhecimento e aceitação, conforme apontado por Marx (2013), que a tendência geral do capital é explorar o trabalhador o máximo possível, até o limite do trabalhador manter sua vida. Compreendemos que o movimento analítico de Marini (2005) tem como principal intenção explicar a essência da dependência latino-americana em relação aos países de capitalismo central, dessa maneira, o autor reconhece as distintas formas e mecanismos de exploração pelo qual o capital intervém nesta região do globo, a fim de alcançar o seu objetivo final, a extração de mais-valia.

São estas diferentes formas de exploração, que na periferia capitalista assumem um caráter mais agravado e intenso, e, que expressam, em parte, o significado da superexploração da força de trabalho. No entanto, apenas este movimento analítico não basta para compreender a realidade em sua totalidade, isto é, sair da aparência do fenômeno, é

necessário explicar o porquê da sua manifestação.

Nesse sentido, é que a categoria superexploração da força de trabalho ganha relevância e ineditismo teórico em Marini (2005), pois o autor situa esta categoria enquanto estratégia assumida pelas burguesias locais para compensar a perda de valores nas trocas com os países desenvolvidos, ou seja, inscreve e apresenta o real sentido/fundamento da categoria superexploração da força de trabalho, que é o de se inscrever nas relações de dependência, entre diferentes Estados-nação no sistema capitalista.

Nessa perspectiva, é preciso retomar acerca da questão do valor diário e do valor total da força de trabalho para melhor entendimento desta questão. Para tanto, nos utilizaremos das formulações de Osório (2009) quando este se remete às formulações de Marx e Marini e esclarece que

A superexploração remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho. E isso pode se dar, como vimos, de maneira direta sobre o seu valor diário, via apropriação de salários. Ou então, de maneira indireta, via prolongamento da jornada ou intensificação do trabalho, que, ainda quando venham acompanhadas de aumentos salariais, acabam afetando o valor total da força de trabalho e, por intermédio disso, o seu valor diário. (OSÓRIO, 2009, p. 175-176, grifo do autor).

2.3 Subimperialismo: a conformação da condição de dependência econômica e política

Hino Nacional [excertos]

Precisamos descobrir o Brasil!
 Escondido atrás as florestas,
 com a água dos rios no meio,
 o Brasil está dormindo, coitado.
 Precisamos colonizar o Brasil.
 [...]
 Precisamos educar o Brasil.

Compraremos professores e livros,
assimilaremos finas culturas,
abriremos dancings e subvencionaremos as elites.

Cada brasileiro terá sua casa
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,
salão para conferências científicas.
E cuidaremos do Estado Técnico.

Precisamos louvar o Brasil.
Não é só um país sem igual.
Nossas revoluções são bem maiores
do que quaisquer outras; nossos erros também.
E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...
os Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...

Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens,
por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão
de seus sofrimentos.

Carlos Drummond de Andrade.

Para abordar a questão da dependência latino-americana, conseqüentemente brasileira, de maneira coerente com o método investigativo e interpretativo da realidade que orienta nossa análise, e no intuito de contribuir com as lutas da classe trabalhadora e dos povos do continente na superação de tal condição histórica, isto é, entender e abordar tal condição a partir de um sentido revolucionário e construtor de outra ordem societária livre da exploração/dominação de Estados-nação formalmente livres sobre outros, da dominação de classe que determina a questão social e que, assim, impera no capitalismo monopolista contemporâneo, requer situar e abordar as conformações econômicas, sociais, políticas e culturais relegadas e assumidas pelos países dependentes a partir de um entendimento que considera a totalidade enquanto uma categoria explicativa do real.

Tal entendimento alinha-se à afirmação de Marini (2012, p. 41), quando este admite que “é preciso reiterar a importância do estudo do subimperialismo para o desenvolvimento do movimento revolucionário latino-americano”.

Nesse sentido, é necessário reconhecer e abordar as

particularidades pelas quais se expressam as premissas e os fundamentos do fenômeno²⁷. O objetivo mais específico nesta parte do estudo é analisar a tese do caráter subimperialista do Brasil relacionando esta conformação sócio-histórica e econômica com a atividade da mineração extrativista. Compreendemos que são contextos imbricados, uma vez que as particularidades do capitalismo dependente se reafirmam historicamente neste contexto produtivo mais específico.

O ponto de partida é o entendimento de que a ordem capitalista impõe determinadas condições e características de desenvolvimento nos diferentes espaços do globo. Como referido por Marini (2005, 2012), o que se estabelece e se desenvolve ao longo dos anos na América Latina é um capitalismo *sui generis*, que acontece a partir de condições e características que lhe são distintas dentro de uma lógica de desenvolvimento do capitalismo como um todo.

Dessa forma, a dependência latino-americana, que possui a superexploração da força de trabalho como seu fundamento, conforma-se de maneira diversa entre os países do continente em relação aos países de capitalismo central e entre si próprios, uma vez que cada Estado-nação formalmente livre se inscreve e se insere de modo particular no contexto de generalização do capitalismo como modo de produção hegemônico, no entanto, sem conseguir romper a condição histórica de dependência do continente.

Como afirma Amaral (2012, p. 66):

O subimperialismo, então, pode ser entendido como uma forma de “compensar”, no plano interno (isto é, nas relações entre países dependentes), as perdas sofridas nas relações estabelecidas em nível mundial

²⁷ É importante referenciar dois estudos acerca dessa categoria no âmbito da Teoria Marxista da Dependência. Um deles é a tese de doutorado de Marisa Silva Amaral, intitulada ‘Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo’, apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, no ano de 2012 (AMARAL, 2012). O outro estudo é a tese de doutorado de Mathias Seibel Luce, intitulada ‘A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital’, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do sul. (LUCE, 2011).

entre nações subordinadas e centrais. Trata-se de uma espécie de ação imperialista dentro do campo dependente, exercida por determinados países periféricos cuja integração/incorporação à lógica imperialista mundial se encontra num estágio bastante avançado, mas, contraditoriamente, ainda dentro dos marcos da dependência. Grosso modo, trata-se de uma espécie de, digamos assim, “imperialismo dependente”, uma vez que os mecanismos aos quais recorrem as nações subimperialistas são, ao mesmo tempo, consequência e causa de sua condição dependente e das fortes relações e vínculos que estabelecem, no plano mais geral, com o centro imperialista. (AMARAL, 2012, p. 66).

É notório que para a construção do que denominou como ‘subimperialismo’, Marini (2005, 2012) recorre às formulações clássicas de Lenin, especialmente em sua obra ‘Imperialismo, estágio superior do capitalismo’, obra escrita no ano de 1916 e publicada em 1917.

Nesta obra, Lenin dedica-se, especialmente, ao estudo do modo de produção capitalista em uma “fase” específica de seu processo evolutivo contraditório. Alinhando-se às formulações revolucionárias de Marx, Lenin demonstra e reflete sobre o estágio de desenvolvimento capitalista da época monopolista. Em outras palavras podemos entender, acompanhando uma passagem da apresentação que Florestan Fernandes faz do livro clássico de Lenin (2012), que

Imperialismo, fase superior do capitalismo revela, no seu tempo, aquilo que à época de Marx já fora expresso e que ainda persiste: uma forma de produção e reprodução da vida baseada na exploração do homem pelo homem; a concentração dos meios fundamentais de produção por um punhado cada vez menor de corporações e da classe que as conduz, a burguesia; o desenvolvimento das forças produtivas com o objetivo único e exclusivo de intensificar a

extração de mais-valia dos trabalhadores e, com isso, gerar mais lucros para os exploradores; a dominação dos Estados imperialistas sobre outros Estados e diferentes povos. (LENIN, 2012, p. 18).

Dessa forma, pode-se afirmar que o imperialismo se caracteriza como uma fase particular do capitalismo em que as contradições deste modo de produção atingem um novo patamar de complexidade. Tal complexidade explicita-se fortemente pela conformação dos monopólios, pelo avanço além-mar destas grandes corporações capitalistas e pela busca desenfreada por superlucros. Lenin (2012, p. 42) enfatiza que “o surgimento do monopólio, devido à concentração da produção, é uma lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo”.

Afirmando que “a concorrência transforma-se em monopólio”, Lenin (2012, p. 47) demonstra que o atual estágio imperialista conduz e gera uma nova ordem social, no qual se apresentam e constituem novos movimentos do capital, a partir dos processos fundamentais de concentração e centralização da produção e da riqueza.

Tais movimentos ficam em evidência a partir da reafirmação da lógica capitalista de ‘produção coletiva’ (ou social) e ‘apropriação privada’, que permanece inalterada e passa a incluir, nesta particular fase de desenvolvimento, novos sujeitos além do capital industrial, tais como os bancos, que assumem um papel fundamental nesse processo de conformação das grandes corporações monopolistas.

Nas palavras de Lenin (2012, p. 62), que confirmam e desenvolvem tendências já apontadas anteriormente por Marx, os bancos “[...] em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e muitas vezes tornam mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios”.

Nesse sentido, “o século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”, isto é, a fusão entre o capital que os bancos dispõem e a sua utilização pelo capital industrial. (LENIN, 2012, p. 74).

A dominação decorrente desta nova fase do

desenvolvimento capitalista, conforma e efetiva uma nova divisão internacional do trabalho, ou uma partilha do mundo que se dá por meio da dominação e da violência. “Onde é possível apoderar-se de todas ou das mais importantes fontes de matérias-primas, o aparecimento de cartéis e a constituição de monopólios são particularmente fáceis”. (LENIN, 2012, p. 50).

Sob o ponto de vista de Lenin (2012, p. 87),

O monopólio, uma vez constituído e controlando bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em *todos* os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra “particularidade”. (LENIN, 2012, p. 87, grifo do autor).

A partilha do mundo decorrente de processos violentos de exploração e expropriação é uma necessidade do alto grau de concentração de capital atingido neste momento histórico de desenvolvimento capitalista, e é impulsionadora e a única forma de garantir os lucros que este sistema busca e requer cotidianamente para sua manutenção.

A época do capitalismo contemporâneo nos mostra que estão se estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, estão se estabelecendo determinadas relações entre os grupos políticos, entre os Estados, baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico”. (LENIN, 2012, p. 108).

É a partir deste contexto histórico, social, político e econômico que o continente latino-americano se insere no desenvolvimento capitalista. De acordo com Lenin (2012, p. 132), “a luta pela América do Sul se torna cada dia mais acirrada”.

Desse modo, é relevante reconhecermos que a condição de dependência latino-americana está imbricada e é parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo no globo, isto é,

na relação entre os países de capitalismo central (imperialistas – cuja realidade pautava-se em elevado desenvolvimento industrial e tecnológico que possibilitaram a criação de monopólios, via processos mais fundamentais de produção e acumulação capitalista, de concentração e centralização do capital, processo este sacramentado com o surgimento e a intervenção do capital financeiro) e os países de capitalismo dependente (ex-colônias, com as marcas da escravidão ainda latentes, com um histórico de expropriação e saqueio de bens primários, de gêneros alimentícios e materiais preciosos, com um desenvolvimento industrial a ser constituído sob a marca de baixo domínio e posse dos processos industriais e tecnológicos).

Nesse sentido, Marini (2012, p. 47) afirma: “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”, e esclarece que:

do ponto de vista estritamente econômico, o subimperialismo se define:

- a) A partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) A partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (MARINI, 2012, p. 40, grifo do autor).

Acerca da condição de subimperialismo e do lugar e papel do Brasil, Marini faz as seguintes considerações: “[...] em nossos dias, o Brasil se identifica com a mais pura expressão do subimperialismo”. (MARINI, 2012, p. 41). “[Na América latina] [...] o fenômeno adquiriu peso e dimensão através do caso do Brasil, o subimperialismo passou a cumprir um papel determinante no curso do processo político de nossos povos”. (MARINI, 2012, p.

42).

É relevante referenciar o período em que Marini realiza tais afirmações. Foi no ano de 1969, quando da publicação da sua obra 'Subdesenvolvimento e Revolução', no México. Naquele momento histórico, o Brasil apresentava duas condições que consideramos fundamentais para compreender como se forja e se perpetua a condição subimperialista do país, são elas: a) desenvolvimento industrial tardio e dependente aos centros imperialistas; b) momento em que vigorava o modelo/período ditatorial na condução do Estado-nação, cuja chegada ao poder pelos militares foi muito fortemente influenciada e possibilitada pela interferência econômica, política e militar estrangeira, principalmente daquele que se punha desde então como a maior potência imperialista da história, os Estados Unidos da América (EUA).

A partir da ditadura civil-militar inaugurada em 1964 [...], o Brasil entra na etapa subimperialista ou na fase dos monopólios e do capital financeiro sem romper com os fundamentos da dependência, ou seja, a superexploração da força de trabalho, a ruptura nas fases do ciclo do capital entre outras leis tendenciais do capital que se encontram agudizadas no capitalismo dependente [...]. (FERREIRA, 2014, p. 77).

Comprendemos que tais condições sócio-históricas contribuíram significativamente para a conformação do País em sua condição subimperialista, isto é: dependente em relação aos centros hegemônicos do capital e com certo desenvolvimento industrial que representa um grau de poder de dominação em relação a outros países do continente, o que possibilita que o Brasil se apresente na condição de dominante destes países vizinhos, desde meados dos anos 1960.

[...] o país subimperialista irá imprimir uma nova divisão regional do trabalho, estimulando a especialização dos países vizinhos na produção de alguns produtos, em proveito da sua burguesia e da burguesia imperialista a ela associada em uma relação

ao mesmo tempo de cooperação e de antagonismo com os interesses do imperialismo. (FERREIRA, 2014, p. 77-78).

Em suma, o subimperialismo, surge enquanto categoria analítica e explicativa da realidade latino-americana, uma vez que a teoria clássica do imperialismo não havia adentrado e abordado com maior precisão situações particulares do desenvolvimento capitalista na periferia, ou seja, “define-se o subimperialismo como uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente”. (LUCE, 2011, p. 9). Nesse sentido, “a noção de subimperialismo deixa ainda mais evidente a ideia de complementariedade da teoria da dependência em relação à teoria do imperialismo”. (AMARAL, 2012, p. 66)

Assim, os países nesta condição subimperialista estão subjugados ao poder de dominação dos centros capitalistas, embora também atuem externamente num movimento de apropriação de parte do valor produzido pelos trabalhadores dos países vizinhos. Isto é, a superexploração da força de trabalho e a cisão entre as fases do ciclo do capital, são uma constante ao longo de seu processo de reprodução.

Luce (2011) afirma que

O subimperialismo não é um imperialismo de menor grandeza ou de segunda categoria. É um fenômeno que compartilha leis do desenvolvimento capitalista comuns à teoria do imperialismo, mas que possui elementos próprios, que correspondem ao funcionamento do capitalismo dependente e conformam uma dimensão estudada pela TMD. (LUCE, 2011, p.187).

Nessa mesma perspectiva, Ferreira (2014, p. 82) ressalta que,

[...] a condição subimperialista não significa uma melhora relativa nas condições de vida dos trabalhadores e dos povos subjugados e explorados nem no interior do país subimperialista nem em seu entorno regional.

Alcançar a condição de país subimperialista não significa abandonar a dependência ao imperialismo. Ao contrário, implica em fortalecer os laços de dominação com mais um elo na cadeia dos grilhões que submetem os que trabalham e produzem riqueza. (FERREIRA, 2014. p. 82).

Ainda na visão de Ferreira (2014, p. 81-82),

[...] o subimperialismo acompanha as transformações que ocorrem nas diferentes conjunturas históricas. As citadas leis próprias das economias dependentes sofrem mudanças de forma de acordo com cada período da divisão do trabalho, a qual acompanha as transformações produtivas do capitalismo em escala mundial, especializando as diversas regiões do planeta na produção de certos produtos. Assim, por exemplo, no caso do Brasil dos anos 1970, a economia nacional respondia a um padrão industrial diversificado que impeliu o país a tornar-se o principal exportador de automóveis da América Latina e oitavo produtor no ranking mundial, fazendo inclusive surgir um complexo militar-industrial que alcançou a posição de Segundo produtor de armamentos do chamado “Terceiro Mundo”. Agora, nos anos 2000, sob um novo padrão exportador de especialização produtiva, a indústria de transformação cedeu posições para as extrativas como fator dinamizador da economia, segundo a nova divisão internacional do trabalho. Assim, indústria extrativa, atividades de valorização financeira e alguns poucos segmentos da indústria de transformação (como a automotriz) conformam o fundamento do capitalismo brasileiro neste início de século XXI. (FERREIRA, 2014, p. 81-82).

Amaral (2014), referenciando as formulações de Marini sobre o subimperialismo, declara que são necessários dois

elementos para a caracterização do fenômeno:

[...] um aparato produtivo nacional de composição orgânica mediana (em relação ao que se verifica no resto do mundo) e o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma. Esta última, por sua vez, implica uma maior integração da economia dependente ao sistema produtivo imperialista, mantendo-se assim no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional. (AMARAL, 2014, p. 65).

Desse modo, entendemos que o subimperialismo se consolida ao longo dos anos como uma característica própria do capitalismo dependente. Este processo, que é histórico, político, social e econômico, modifica-se a partir das requisições do capital em nível mundial, ou seja, a partir das novas conformações que a divisão social do trabalho assume no globo.

Segundo Luce (2011, p. 200),

O subimperialismo, ao reativar a dinâmica do capital na conjunção de suas variáveis, articula-se como uma forma do padrão de reprodução do capital. Em outras palavras, as contratendências postas em marcha para restaurar a unidade entre produção e realização são a síntese da lógica subimperialista, cujos traços característicos cumprem uma função no sentido de assegurar a reprodução do capital em escala mundial.

Ao observarmos mais proximamente a condição do Brasil, podemos constatar certas características que permitem evidenciar a sua condição de país subimperialista ao longo dos anos, inclusive ao considerarmos o papel do setor produtivo estudado mais de perto na presente tese, o setor da economia ligado à atividade da mineração extrativista. O prosseguimento do estudo trará outros elementos para que esta questão seja melhor pensada e evidenciada.

3 QUESTÃO SOCIAL, CRISE E OFENSIVA DO CAPITAL NA PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE

O pico de Itabirito

Será moído e exportado
Mas ficará no infinito
Seu fantasma desolado.

Com tanto minério em roda
Podendo ser extraído,
A icominas se açoda
E nem sequer presta ouvido
Ao grave apelo da história
Que recortou nessa imagem
Um outro azul da memória
E um assombro da paisagem.

St. John del rey mining sai,
Mais hanna mais icominas
E sem dizer água-vai
Serram os serros de Minas,
Nobres cimos altaneiros
Que davam com sobriedade,
Aos de casa e forasteiros
Um curso de eternidade.

A tripla, agressiva empresa
Acha que tudo se exporta
E galas da natureza
São luzes de estrela morta.

Traição? Ora, bulufas,
Ruínas, frases e ossos.
Algibeiras como estrofas
De ouro feito de destroços!

Mas eis que salta o conselho
Dos homens bons do Dphan,
No caso mete o bedelho
E na brisa da manhã
Acende um sol de esperança
Sobre a paisagem mineira.
(até onde a vista alcança,
Era dinamite e poeira.)

- o pico de Itabirito,
 Este há de ser preservado
 Com presença, não mito,
 De um brilhante passado.
 Conselho dixit. E "tombando"
 A rocha, mais rocha agora.
 Demonstra-nos como, quando,
 Com peito, uma lei vigora.
 St. John, hanna e ico, murchos,
 Detêm-se para pensar.

Queimaram-se os seus cartuchos
 Ou resta um jeitinho no ar?
 - vamos chorar nossas mágoas
 E, reforçando o lamento,
 Arar em sabidas águas:
 Ação, desenvolvimento!

Tudo exportar bem depressa,
 Suando as rotas camisas.
 Ficam buracos? Ora essa,
 O que vale são divisas
 Que tapem outros "buracos"
 Do tesouro nacional,
 Deixando em redor os cacos
 De um país colonial.

Escorre o tempo. E à cantiga
 Dessa viola afinada,
 Já ninguém mais lembra a antiga
 Voz do conselho, nem nada.

E vem de cima um despacho
 Autorizando: derruba!
 Role tudo, de alto a baixo,
 Como, ao vento, uma embaúba!

E o pico de Itabirito
 Será moído, exportado.
 Só quedará no infinito
 Seu fantasma desolado.

Carlos Drummond de Andrade.

Adentramos este início de século XXI inseridos em um contexto de acirramento da questão social, com a degradação das condições de vida, de sobrevivência, de trabalho das maiorias, resultado do atual estágio recessivo que afeta a relação 'Capital X Trabalho', bem como sua reprodução ampliada e de seu acirramento manifesto nas crises estruturais e cíclicas do capital (MÉSZÁROS, 2011, 2011a), o que pode ser evidenciado, por exemplo, nas condições dramáticas da vida do povo latino-americano. Dessa forma, entendemos que as relações imperialistas, de subordinação e dependência entre capitais e nações formalmente independentes, são uma realidade presente ao longo de todo o século XX, e que se agudizam nos dias atuais. Alteram-se as formas, permanece e se agrava a contradição capital-trabalho e a relação dialética dominação-dependência.

O que prevalece atualmente, sob a égide do capitalismo monopolista e da mundialização do capital, é um generalizado processo de desestruturação das relações sociais. Tais circunstâncias são fortemente conformadas pelo ordenamento econômico em vigência, que tudo sucumbe à sua lógica voraz de extração da mais-valia. Nesta seção, consideraremos essa dinâmica mais geral do capital e de suas incessantes crises.

Nesse contexto, o Estado cumpre um papel significativo, conformando o sociometabolismo do capital, tal como aponta Mézáros (2011, 2011a), e como apontam também vários autores da Teoria Marxista da Dependência. Assim, nas subseções seguintes, buscaremos evidenciar algumas nuances dessa funcionalidade que o Estado brasileiro tem cumprido historicamente e, em especial, na atualidade, a serviço da produção e da reprodução das relações econômicas do capitalismo dependente. Buscaremos demonstrar como a condição de dependência em relação aos países de capitalismo central se manifesta nas diferentes ou semelhantes – apenas metamorfoseadas – conformações que o Estado assume.

Para isso, destacaremos o papel do Estado na manutenção da ordem capitalista, em relação às privatizações das empresas minerário-extrativistas brasileiras. Avançando, assim, para um nível de abordagem mais próximo ao objeto da presente tese, discorreremos sobre o contexto econômico, político e social brasileiro mais recente, caracterizado e denominado por alguns estudiosos como um período de

“neodesenvolvimentismo”, quando faremos referência ao chamado *boom* das *commodities*, considerando especialmente o panorama contemporâneo da exportação do minério de ferro. Este panorama ajuda a colocar em evidência alguns elementos centrais do capitalismo dependente, da questão do subimperialismo e da presença da superexploração da força de trabalho nessa realidade mais específica analisada. Mais ao final da seção, faremos algumas considerações sobre aspectos das definições legais e normativas do trabalho e do meio ambiente no âmbito do Estado brasileiro na contemporaneidade, e sua manifestação cotidiana na relação com o setor minerário extrativista no País.

Compreendemos que, na condição estrutural do desenvolvimento capitalista neste território do globo, a mineração extrativista cumpre um papel fundamental no que se refere à perpetuação da condição de subordinação econômica, seja na ênfase da exploração de recursos minerais, conformando este setor em um relevante setor da economia dependente brasileira ou via privatização, o que significa possibilitar ao capital se apropriar dos bens e patrimônios público-nacionais deste setor e agravar as condições de trabalho introduzindo novos mecanismos de superexploração da força de trabalho.

3.1 Considerações sobre a crise estrutural e a permanente busca pela retomada das taxas de lucro

Nosso Tempo [excertos]

Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.

[...]

Esse é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,

obscenos gestos avulsos.

[...]

É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso
na esquina. Tempo de cinco sentidos
num só. O espião janta conosco.

[...]

Carlos Drummond de Andrade.

Partindo das considerações de Marx (2013), reconhecemos que é a lei do valor que rege a organização e o movimento da produção mercantil na sociabilidade burguesa que a estrutura e que é por ela mantida. Nesse contexto, a mercadoria é o seu elemento fundamental.

É na interação dos homens com a natureza e dos homens entre si que se desenvolve, por meio dos processos de trabalho, produção e troca, a criação de produtos que constituem, sob a forma da mercadoria, uma unidade de valor de uso e valor, de trabalho concreto e trabalho abstrato. Estas relações de produção e troca, sob o manto da sociabilidade capitalista, tendem a ampliar-se cada vez mais e a tornar-se estranhas ao próprio produtor, ao ponto de também convertê-lo em uma mercadoria, uma vez que o reduz à mera condição de força de trabalho, ou seja, algo passível de ser vendido e comprado (MARX, 2013).

Com o desenvolvimento cada vez mais ampliado desta relação, vai se consolidando um modo de produção econômico e social que se fundamenta sobre a detenção privada dos meios de produção e a generalização do trabalho assalariado.

Marx (2013, p. 695) afirma que

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de

mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. (MARX, 2013, p. 695).

Conforme assinalamos anteriormente, é inerente a este processo a exploração da força de trabalho e, a partir desta, a criação da mais-valia. Neste movimento contínuo do capital, parte da mais-valia é necessariamente reinvestida no ciclo produtivo, o que gera a partir de sucessivos ciclos produtivos, a reprodução ampliada do capital. Trata-se de um movimento que tem por objetivo e por parâmetro a “valorização do valor”, um movimento que não tem nem pode ter, portanto, uma medida humana, uma medida ligada à satisfação de necessidades humanas. Pelo contrário, trata-se de um movimento desmedido e impulsionado somente pelo ímpeto da acumulação de capital. Segundo Marx (2013, p. 700-701) tal processo é descrito da seguinte forma:

Se, portanto, certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista, e com ele, a acumulação do capital. (MARX, 2013, p. 700-701).

A partir destes fundamentos podemos evidenciar dois movimentos específicos e interligados: a concentração e a centralização do capital. Marx (2013) discorre sobre esses processos:

Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base de produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. (MARX, 2013, p. 701).

A centralização é possível por meio da mera alteração na distribuição de capitais já existentes, da simples modificação do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. Se aqui o capital pode crescer nas mãos de um homem até formar massas grandiosas é porque acolá ele é retirado das mãos de muitos outros homens. (MARX, 2013, p. 702-703).

Como evidenciamos na primeira seção do nosso estudo, esses movimentos contraditórios do capital – que estão diretamente ligados às crises que acompanham e se tornam cada vez mais fortes na história do capitalismo – foram posteriormente estudados por diferentes teóricos. Alinhado ao pensamento original de Marx (2013) destacamos os estudos de Lenin (2012). Em sua obra ‘Imperialismo, estágio superior do capitalismo’, observamos que Lenin (2012) dedicou-se ao estudo da estrutura e funcionamento da acumulação capitalista na fase denominada imperialismo, ou de efetivação da era dos monopólios. Esta fase está assentada, antes de tudo, na exploração de classe própria do capitalismo, no alto índice de desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais-centralizadores de capital, na fusão do capital bancário com o industrial, na busca por superlucros, na dominação e expansão violenta de Estados-nação sobre outros, no agravamento das condições de vida das maiorias, ou seja, da reafirmação de que o modo de produção capitalista se sustenta e se perpetua por meio da exploração e da dominação sobre homens e territórios.

Vimos que Lenin (2012) evidencia em sua obra o papel dos monopólios neste movimento de reprodução cada vez mais ampliado e violento, que configura o capitalismo na fase que compreende o final do século XIX e início do XX. Podemos considerar que tais tendências se acentuaram ao longo do século XX e neste início de século XXI, o que reafirma a pertinência das formulações clássicas do autor russo e de outros importantes teóricos críticos que continuaram estudando e pensando a sociabilidade capitalista, burguesa²⁸.

Podemos lembrar ainda que Lenin (2012, p. 74) entende que “o século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”.

O autor explicita que o elevado grau de concentração da produção e do capital conduz à formação dos monopólios e diante disso,

O monopólio, uma vez constituído e controlando bilhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra “particularidade”. (LENIN, 2013, p. 87).

Contudo, conforme já sinalizamos anteriormente, as explicações de Lenin (2013) sobre o imperialismo clássico, fundamentais para entender a dialética da dominação e da dependência de povos e territórios no globo, ganham mais força e ficam mais completas com outros estudos, realizados desde outros territórios, como é o caso dos estudos feitos desde a América Latina sobre o imperialismo. Com isso, queremos destacar novamente a importância das contribuições dos autores

²⁸ “Na sua trajetória de pouco mais de um século, o imperialismo sofreu significativas transformações. Na história desse estágio do MPC, podem-se distinguir pelo menos três fases: a fase ‘clássica’ que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os “anos dourados”, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos setenta aos dias atuais. Se, em como toda periodização histórica, essa cronologia é puramente indicativa, o que nos importa sublinhar é que, malgrado todas as transformações que assinalaremos, todo esse estágio do capitalismo se desenvolve sob a égide dos monopólios – o que significa dizer que o imperialismo se mantém em plena vigência na entrada do século XXI” (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 205).

alinhados à Teoria Marxista da Dependência. Dessa forma, como temos já afirmado, as contribuições de Ruy Mauro Marini são fundamentais para explicar como os processos da colonização e das várias formas de expropriação de riqueza do sul pelo norte, de subordinação e dependência das nações latino-americanas por nações centrais-centralizadoras de capital do norte do mundo foram fundamentais na constituição e na consolidação do imperialismo clássico, analisado por Lenin (2013), mas também do imperialismo que avançou pelos séculos XX e XXI, o que nos interessa evidenciar neste momento.

Nessa perspectiva, e trazendo a análise para o século XX, para avançar para o estudo da realidade contemporânea, podemos destacar também as importantes contribuições de Florestan Fernandes (1974) no seu livro “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, no qual o autor fala sobre quatro fases ou tipos de dominação que explicam a “dialética da dependência” latino-americana em relação às metrópoles europeias, que são: 1) A dominação propriamente colonialista (em geral, dos séculos XVI a inícios do XIX); 2) A dominação neocolonialista, especialmente da primeira metade do século XIX; 3) A dominação imperialista direta, quando o autor menciona que “o capitalismo dependente surge como uma realidade histórica na América Latina²⁹” (FERNANDES, 1974, p. 16); esta é a fase que Lenin estuda em seu livro clássico citado; e 4) “Imperialismo total” (FERNANDES, 1974, p. 18), com a

²⁹ Florestan Fernandes menciona que: “O terceiro tipo de dominação externa apareceu como consequência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa. Na verdade, o neocolonialismo citado acima teve uma função importante na dinamização da revolução industrial. Ele foi uma fonte (através do 'comércio triangular') de acumulação de capital nos países europeus, especialmente na Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Entretanto, a transformação do capitalismo na Europa provocou novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina, na direção dos dinamismos das economias capitalistas centrais. As novas tendências emergiram gradualmente, todavia as mudanças nos padrões existentes de dominação externa tornaram-se evidentes após a quarta ou quinta década do século XIX e converteram-se numa realidade inexorável nas últimas quatro décadas daquele século. As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina”. (FERNANDES, 1974, p. 16).

dominação consolidada do capitalismo monopolista, em especial o norte-americano. Sobre esse quarto tipo de dominação imperialista, presente na segunda metade do século XX no continente latino-americano, o autor explica:

O quarto padrão de dominação externa surgiu recentemente, em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos – muitas nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria nos campos da indústria leve e pesada. Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios – ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus *'policy-makers'*³⁰. (FERNANDES, 1974, p. 18).

³⁰ Sobre esse quarto tipo de dominação mais contemporânea, o autor menciona: “Três pontos são muito importantes, mesmo numa exposição sintética. Primeiro, essa tendência envolve um controle externo simétrico ao do antigo sistema colonial, nas condições de um moderno mercado capitalista, da tecnologia avançada, e da dominação externa compartilhada por diferentes nações: os Estados Unidos, como superpotência, e outros países europeus e o Japão, como parceiros menores, mas dotados de poder hegemônico. No fundo, tal tendência implica um imperialismo total, em contraste com o imperialismo restrito, descrito acima. O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da vida política nacional etc. Segundo, esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos se ressentem da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. Como nos outros três períodos, a implementação de mudanças é feita por pessoal estrangeiro, transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro. Terceiro, ela prova que uma economia satélite ou dependente não possui [p. 18] as condições estruturais e dinâmicas para

Partindo de algumas referências fundamentais da crítica da economia política de Marx, passando pelas contribuições de Lenin no estudo das configurações do capitalismo monopolista-imperialista clássico, destacamos as elaborações latino-americanas de autores como Marini e Fernandes, que trazem outros elementos fundamentais para a compreensão da realidade do continente e do Brasil. A preocupação e o desafio estão em conseguir compreender os fundamentos e as contradições gerais do capitalismo que avança século XX adentro e se acirram mais do que nunca nos dias atuais, e em especial suas particularidades na América Latina e no Brasil. Entendemos que somente, assim, conseguiremos situar corretamente nosso objeto de estudo.

De modo geral, na medida em que, na sua fase monopolista, o capitalismo acirra todas as suas contradições, ao passo que reafirma a Lei Geral da Acumulação capitalista, conforme Marx (2013) evidenciava, isto é, acumulação de riqueza, por uma minoria, e de pauperismo e degradação da vida por parte das maiorias, da classe trabalhadora e do povo, esta dinâmica explicita uma crescente acumulação contraditória, que é a principal referência para a explicação das crises capitalistas no globo e sua intensificação ao longo do século XX e neste início de novo século.

Nesse sentido, as crises deste sistema produtivo são estruturais, imanentes e sucessivas. Em suma, ao passo que o sistema se potencializa nos processos e ciclos produtivos, também produz as condições para o seu declínio³¹.

sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia (isto é, *lato sensu*, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas consequências. Como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas. Quando o assim chamado estágio de 'decolagem' parecia aproximar-se, a expansão iniciava-se como um processo impulsionado pelos interesses mais poderosos e, portanto, controlado a partir de fora. A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas'. (FERNANDES, 1974, p. 19).

³¹ De acordo com Carcanholo, "não há momento na história do capitalismo em que fases de crescimento, mais ou menos sustentadas, não tenham sido sucedidas por fases de crise, mais ou menos profundas, e em que estas conformem novos períodos de acumulação de capital, crescimento. É da natureza do capitalismo funcionar em

De acordo com Lenin (2012, p. 137):

[...] a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Não obstante, como todo monopólio, ele gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. (LENIN, 2012, p. 137).

Marx (2010, p. 66) ressalta que as crises:

[...] se tornam mais frequentes e mais violentas pelo próprio fato de, na medida em que cresce a massa de produtos, portanto, a necessidade de mercados mais extensos, o mercado mundial se contrair cada vez mais, restarem para exploração cada vez menos mercados novos, porque todas as crises anteriores sujeitaram ao comércio mundial mercados até então não explorados, ou apenas superficialmente explorados pelo comércio. (MARX, 2010, p. 66).

Decorrem deste processo de acumulação contraditória do capital, que se caracteriza pela concentração e centralização, nesta fase iniciada nos fins do século XIX e denominada de imperialismo, alguns elementos, que quando conjugados, tendenciam para a queda dos padrões de acumulação, dos quais destaca-se: a exponenciação do crescimento da composição orgânica do capital, em que se aumenta no processo produtivo o capital constante via, por exemplo, o incremento de tecnologia, e diminui o capital variável, isto é, a força de trabalho, o que desencadeia um segundo elemento que é o desemprego estrutural. Decorrente deste panorama, evidencia-se uma crise

ciclos, e isto por uma razão relativamente simples. Os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor". (CARCANHOLO, 2010, p. 1).

de superprodução e subconsumo de mercadorias (PAULO NETTO; BRAZ, 2011).

No entendimento destes mesmos autores, “o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção”. (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 168).

Temos, a partir desta situação, uma interrupção do movimento do capital em seu ciclo geral: D – M – D (MARX, 2013). Como já referido, o modo de produção capitalista move-se por meio de uma dinâmica contraditória, descrita por Marx (2010, p. 132) afirma:

[...] a produção capitalista move-se por ciclos periódicos determinados. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação. Os preços das mercadorias no mercado e a taxa de lucro no mercado seguem essas fases, ora descendo abaixo de seu nível médio, ora subindo acima desse nível. Se considerarmos todo o ciclo, veremos que um desvio dos preços do mercado é compensado por outro e que, considerando-se a média do ciclo, os preços das mercadorias do mercado são regulados por seus valores. (MARX, 2010, p. 132).

Em sua contraditoriedade metabólica, na busca pela reversão da tendência à queda da taxa de lucro, antigas e novas formas de exploração da força de trabalho são utilizadas a cada período de crise do capital, a fim de restaurar as taxas de lucro. Podemos citar como contratendências gerais do atual estágio de existência do capitalismo, e em forte vigência no tempo presente: a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Tais movimentos do capital incidem diretamente sobre a classe trabalhadora como um todo, no entanto, afetam prioritariamente os países que se inscrevem historicamente na categoria de capitalismo dependente, condição histórica do continente latino-americano, do Brasil, condição esta, que os indivíduos vinculados à mineração extrativista enfrentam cotidianamente, reafirmando a tese defendida por Marini (2005)

quando explana que a superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência.

É vasta a gama de autores contemporâneos, vinculados à teoria social crítica, que se debruçam sobre a temática das crises do capital, seus impactos sobre a classe trabalhadora, sua função contraditória seja de evidenciar a falência de capitalistas individuais, bancos, empresas, bem como de promover a retomada das taxas de crescimento econômico do sistema como um todo. Destacam-se os estudos de Mészáros (2011, 2011a), Antunes (2009, 2011) Chesnais (2005), Valencia (2009), Katz (2016), dentre outros. Na perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, importantes abordagens das particularidades da crise do capital no capitalismo dependente contemporâneo estão em autores como Carcanholo (2010)³², Souza (2013), Katz (2016), Valencia (2009), por exemplo.

Cada um dos elementos acima mencionados, seja a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e/ou o neoliberalismo, inscreve-se e conforma-se a partir do estágio atual do sistema capitalista, isto é: sua fase monopolista a qual se caracteriza pela mundialização do capital e pela conseqüentemente nova divisão internacional do trabalho. É este o contexto contemporâneo da reprodução ampliada e contraditória do capital no globo desencadeado principalmente após a crise estrutural do sistema que se inicia no final da década de 1960 e se estende ao longo da década de 1970 e que nos dias atuais, início de século XXI assume características cada vez mais agravadas, e são estas conformações que os autores mencionados evidenciam em seus estudos e que contribuem para o real deciframento da realidade.

É consenso nas interpretações elaboradas pelos autores acima mencionados, que o atual estágio da crise do capital se manifesta de maneira mais agravada a partir do final da década

³² Importante referenciar que em março do corrente ano, Marcelo Dias Carcanholo publicou o livro intitulado "*Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: Una interpretación desde Marx.*" Pela Editora Maya, no entanto não tivemos acesso ao material considerando que sua publicação se deu na Espanha e a obra ainda não foi publicada no Brasil. "*En este libro, el autor presenta una interpretación de la fase actual del capitalismo, que incluye: la formación del capitalismo contemporáneo; la crisis (que estalla en el 2007) de las perspectivas que la acumulación de capital ofrece para la constitución de la economía mundial; y sus efectos sobre las distintas economías que participan en la división internacional del trabajo, así como sobre la clase trabajadora en su conjunto.*" (MAIA EDICIONES, 2017).

de 1960 e início da década de 1970³³, num contexto de esgotamento do pacto firmado entre o Estado e o setor econômico produtivo desde o pós 2ª Guerra Mundial. Dessa pactuação, decorre, nos países de capitalismo central-centralizadores de capital, uma retomada expressiva dos níveis de produtividade e lucratividade por parte das classes dominantes, das grandes burguesias monopolistas-imperialistas. Já, a classe trabalhadora encontrava-se sob denominado *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. Essa aparente harmonia entre o Capital, o Trabalho e o Estado, perdurou cerca de 40 anos e ficou conhecida como os 'anos gloriosos' ou 'décadas de ouro' do capitalismo³⁴.

Nesse período histórico perdurou a produção em série, o chamado modelo de produção fordista/taylorista, o que necessitava e desencadeou a conformação de uma expressiva massa de operários que se vinculam ao atual estágio de desenvolvimento industrial, a fim de garantir sua sobrevivência sob forte sistema de proteção social estatal, nos países centrais-centralizadores de capital.

Após determinado período de 'harmonia' entre as classes sociais antagônicas, este pacto produtivo e reprodutivo em vigência nos países de capitalismo central-centralizadores de

³³ "No final dos anos 60 do século passado, a economia capitalista mundial chegou ao limite de uma etapa de expansão que caracterizou o pós-guerra, e esse momento de crise, que perpassou os anos 70, apresentou as duas formas clássicas de manifestação desse fenômeno no capitalismo: reduções das taxas de lucro e superacumulação/superprodução de capital. As crises no capitalismo nada mais representam do que uma produção excessiva de capital frente às suas possibilidades de valorização e/ou de manutenção da lucratividade obtida até aquele momento. Produz-se capital em demasia em todas as suas formas, seja na forma mais perceptível, a forma monetária, mas também na forma produtiva (meios de produção) e na forma mercadoria. Essa superprodução de capital frente a suas possibilidades de valorização se traduz na queda da taxa de lucro que, por sua vez, desestimula novos investimentos, levando a crise enquanto inflexão do crescimento a um processo cumulativo de recessão/depressão. Foi exatamente isso o que ocorreu naquela época". (CARCANHOLO, 2010, p. 2).

³⁴ "Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como os 'anos dourados' ou, ainda, as 'três décadas gloriosas'. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiriam mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas". (PAULO NETTO; BRAZ, 2010, p. 205-206).

capital, principalmente na Europa, passa a dar sinais de esgotamento, passa a manifestar fenomenicamente os sinais da crise estrutural do capital, ou dito de outra maneira, explicita as marcas da reprodução ampliada e contraditória do capital, tais como: queda da taxa de lucro, fenômeno este fortemente influenciado pelas lutas sociais travadas pela classe trabalhadora ao longo da década de 1960; esgotamento do padrão de produção e acumulação fordista/taylorista; ampliação expressiva da esfera financeira, ou seja, a especulação financeira alastra-se e passa a expressar uma nova fase do padrão de acumulação; exponenciação do movimento de concentração de capitais, uma vez que passa a aproximar e fundir monopólios conformando os chamados oligopólios; o esgotamento do padrão *Welfare State* e a retração do Estado no que se refere aos sistemas de proteção social e aos gastos sociais públicos, ao mesmo tempo em que direciona expressivamente os recursos para o setor privado/mercantil; aumento das privatizações e da flexibilização em relação ao mundo do trabalho e à proteção laboral (ANTUNES, 2009).

Em suma, podemos considerar que:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009, p. 33, grifo do autor).

Importa destacar que, para Marx, 'o capital é uma contradição viva', e a partir dessa contradição imanente à sua existência e funcionamento é ingênuo pensar tal processo sem considerar a expansão violenta – real e simbólica – a que grande parte do globo foi subjugada por estas potências imperialistas.

Reafirmam-se nessa relação o caráter exploratório, predatório, destrutivo e violento da extração da mais-valia nos mais distantes rincões do globo.

A América Latina e o Caribe não ficaram à parte de tal movimento do capital. Muito ao contrário, tais processos do capital monopolista-imperialista mostraram-se e mostram-se particularmente violentos nas latitudes do sul. De acordo com Carcanholo (2010), as múltiplas determinações estruturais da crise contemporânea se manifestam ainda de diferentes formas de acordo com mudanças conjunturais, no tempo e no espaço. A partir da crítica da economia política de Marx e das contradições fundamentais do capitalismo, o autor expõe e debate as múltiplas determinações da crise contemporânea, e ao evidenciar a importância da “lógica do capital fictício” nos ciclos da crise estrutural do sistema, no contexto de “redução das taxas de lucro e superacumulação/superprodução de capital”, destaca alguns dos rebatimentos da crise na América Latina. (CARCANHOLO, 2010, p. 2). Na conjuntura dos anos 1970, quando apesar da crise aguda havia maior “liquidez/crédito” de capital “no mercado internacional”,

para a América Latina, esse cenário externo de maior liquidez possibilitou, para alguns países, a elevação do financiamento externo que permitiu, em alguma medida, manter um relativo crescimento, mesmo em um contexto internacional de crise na economia mundial. Este foi o caso, por exemplo, do Brasil. Outros países, ainda que não tenham conseguido financiar atividades produtivas, também aumentaram seu financiamento externo, seja para utilizar a maior quantidade de divisas em programas de estabilização inflacionária, seja para simplesmente refinar suas contas externas. De uma forma ou de outra, isso implicou o crescimento sobremaneira das dívidas externas desses países, mesmo do Brasil, que acabou atraindo um volume de recursos externos muito maior do que o necessário para financiar os empreendimentos produtivos do período. (CARCANHOLO, 2010, p. 6-7).

Podemos evidenciar, a partir da análise do autor, que a crise mundial transfere para os países da periferia do sistema central-centralizador de capital um pesado ônus, “a explosão da dívida externa desses países fez com que vários deles entrassem em moratória” na década de 1980, num processo em que se agigantaram as dívidas internacionais dos países de capitalismo dependente, reafirmando os elos de subordinação e dependência. (CARCANHOLO, 2010, p. 7).

Carcanholo (2010) avalia que na “conjuntura externa” dos anos 1990, quando também crise e liquidez de capital no mercado internacional caminhavam juntas,

[...] a implementação das políticas econômicas de estabilização com âncora cambial, e das reformas estruturais pró-mercado, levaram ao quadro de instabilidade e crise que caracterizou o período. A década neoliberal, baseada nos programas do Consenso de Washington, teve como saldo taxas médias de crescimento inferiores aos anos 80, época conhecida como década perdida para a América Latina. Para a economia mundial, os anos 90 também representaram um período de instabilidade, dadas todas as crises financeiro-cambiais que o período vivenciou. (CARCANHOLO, 2010, p. 7).

Nesse contexto, as políticas de ajustes fiscais, de “austeridade das contas públicas”, de “reformas” trabalhistas, de sucateamento de políticas sociais, em especial na periferia do sistema, conduzidas por organismos comandados pelas nações e pelos interesses do grande capital monopolista-imperialista como FMI, BM, BIRD, buscaram garantir o “saneamento” do capital em crise.

De acordo com a análise de Carcanholo (2010, p. 7),

A virada para o século XXI parecia redefinir o sonho neoliberal. A estratégia do Consenso de Washington revisitada não só foi mantida na maioria dos países, mas também

aprofundada. O cenário externo era extremamente favorável: alta no ciclo de liquidez internacional; taxas internacionais de juros no menor patamar em décadas; crescimento da economia mundial. Especificamente para os países periféricos: maior margem para redução dos juros internos (em função da redução nos juros internacionais); crescimento na demanda pelas exportações (em função do crescimento da economia mundial); forte entrada de capital externo, dada a alta na liquidez internacional, o que permite tanto o refinanciamento de possíveis problemas nas contas externas, quanto acúmulo de divisas e manutenção de taxas de câmbio em patamares valorizados, o que contribui para o controle inflacionário. Para alguns países, ainda, a elevação da demanda por exportações ocorreu justamente nos produtos para os quais a estrutura produtivo-exportadora se voltou desde os anos 90, em especial, as *commodities*, inclusive as agrícolas. Para este mercado, não só o quantum de exportações cresceu, mas também o preço desses produtos, o que fez com que o valor total das exportações fosse extremamente elevado, garantindo superávits na balança comercial e aliviando, portanto, os problemas nas contas externas³⁵. (CARCANHOLO, 2010, p. 7).

No entanto, “o sonho neoliberal” muito rapidamente “se transforma em pesadelo” real. “Quando a economia capitalista mundial entra em crise em 2007/2008”, quando as bolhas do

³⁵ “A economia mundial, que tinha crescido apenas 2,5% em 2001, atinge 4,9% em 2004 e 5,0% em 2006 de crescimento. Entretanto, a maior contribuição para isso não foi das economias centrais. Os países desenvolvidos cresceram 3,2% em 2004 e 3,0% em 2006. Já os países em desenvolvimento cresceram 7,5 % em 2004, 7,8% em 2006 e 7,9% em 2007, sendo que a China cresceu 10,1% em 2004, 11,1% em 2006 e 11,4% em 2007, enquanto que a Índia 7,9% em 2004, 9,7% em 2006 e 9,2% em 2007. O período 2003-2007 foi, portanto, de forte ascenso na economia mundial, muito em conta da funcionalidade do capital fictício, que redefiniu a alta da liquidez internacional e a aceleração do processo de acumulação de capital”. (CARCANHOLO, 2010, p. 7-8).

capital fictício estouram, “as economias periféricas acompanham o movimento, uma vez que são dependentes dessa dinâmica de acumulação” (CARCANHOLO, 2010, p. 8). O autor evidencia que “a alta na liquidez internacional se transforma em forte baixa no mercado de crédito internacional” e “as economias periférico-dependentes” mais uma vez mostram “todo seu caráter efetivamente estrutural” (CARCANHOLO, 2010, p. 8).

Na conjuntura em que “a economia mundial entra em recessão no período 2008-2009”, uma das estratégias do capital para sanear sua crise de acumulação é incrementar a exploração na força de trabalho, o que só tende a reforçar na periferia o fundamento do capitalismo dependente, a superexploração da força de trabalho. Podemos evidenciar que um dos elementos

da resposta do capitalismo para sua atual crise é o aumento da exploração do trabalho. Se existe uma enorme massa de capital sobreacumulado, definido pela lógica da mera apropriação de mais-valia, trata-se de expandir a produção desta, como forma de adequar os direitos de apropriação ao montante de valor produzido. O problema é que os efeitos dessas medidas demoram em aparecer. Não é de um dia para o outro que se redefine a estrutura de exploração do trabalho, de produção de mais-valia. Leva tempo. Enquanto isso, toda a massa de capital fictício sobreacumulado tem que resistir às pressões efetivas para sua desvalorização. (CARCANHOLO, 2010, p. 9).

O autor considera em sua análise que:

Os impactos desse processo para a classe trabalhadora são óbvios. Em primeiro lugar, ela sofrerá todos os impactos da ofensiva do capital na tentativa de elevar a taxa de mais-valia, o que já é sinalizado pelo aprofundamento das reformas neoliberais em previdência e nos campos trabalhista e sindical. Em segundo lugar, todo o ajuste das contas públicas - vociferado pelo pensamento conservador como única forma

de sanear a atual fase da crise do capitalismo - significará a redução das escassas políticas públicas ainda praticadas, arrocho salarial e das condições trabalhistas no setor público, pressão por novas privatizações, redução de gastos e investimentos públicos, que, no limite, significam recessão e, portanto, desemprego, etc.³⁶. (CARCANHOLO, 2010, p. 9).

Analisaremos, na próxima subseção, as conformações assumidas por esses movimentos contraditórios do capital em crise na realidade do Brasil, dando ênfase à ação ofensiva do capital pelas vias do Estado, do neoliberalismo e das privatizações das empresas minerárias estatais, na qual a questionável privatização da Companhia Vale do Rio Doce é a ação mais expressiva na década de 1990, e no período atual, décadas 2000/2010 é a privatização do pré-sal.

3.2 O Estado na manutenção da ordem capitalista dependente: o papel da legislação e das privatizações a serviço do capital

Elegia 1938

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.

Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.

À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.

Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.

³⁶ “Em resumo, a saída da crise, teorizada pelo pensamento conservador e, mais grave do que isso, aplicada pelos governos da grande maioria dos países – mesmo alguns que se dizem de “esquerda” combina: (i) mais recursos para a manutenção da lógica de valorização do capital fictício; e (ii) maior arrocho das condições para a classe trabalhadora. Está claro quem é o destinatário do boleto que contem a conta pelos prejuízos provocados pela crise do capitalismo contemporâneo. Se ele vai, resignadamente, pagar esse boleto, ou sublevar-se contra ele, só saberemos *ex-post*. Pelo menos os primeiros sinais da segunda alternativa já começam a ser ouvidos”. (CARCANHOLO, 2010, p. 9).

Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.
Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.

Carlos Drummond de Andrade.

O capitalismo dependente não pode ser compreendido sem que se entenda a função desenvolvida historicamente pelo Estado neste lado do globo. Assim, economia e política são esferas que se inter-relacionam e complementam, que implicam uma na outra conformando a sociabilidade neste lado dependente e no lado dominante. Para dar conta do entendimento de uma estrutura que abarca os elementos estruturais que foram expressos na subseção anterior (dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo), é relevante recorrermos às formulações de Vânia Bambirra, autora que também se vincula à tradição da Teoria Marxista da Dependência, e que, dentre outras obras, mas prioritariamente em 'O capitalismo dependente latino-americano' se propõe a investigar e explicitar a dinâmica de funcionamento desta realidade contraditória.

A autora parte do entendimento de que o capitalismo na América Latina tem seu modo de funcionamento intrinsecamente vinculado à dinâmica de desenvolvimento nos países de capitalismo central. Desse modo, a anatomia geral do capitalismo assume formas específicas neste continente o que desencadeia tipos específicos de capitalismo dependente nos diferentes países latino-americanos. Bambirra (2012) aponta que no período do pós-guerra, a partir do ano de 1945, o desenvolvimento das forças produtivas daí decorrentes, os processos de monopolização, concentração e centralização do capital imprimem uma série de transformações substanciais no território latino-americano, reorientando o sentido da industrialização nestes países.

Na concepção de Bambirra (2012)

[...] essas transformações estão relacionadas

à aplicação dos investimentos das grandes empresas estrangeiras, particularmente as estadunidenses, no setor manufatureiro. A base material e o sentido ao qual se orienta a industrialização na América Latina são, desde então, fundamentalmente dados pelo capitalismo estrangeiro. (BAMBIRRA, 2012, p. 33).

No esforço analítico para explicar a integração dos países latino-americanos à ordem monopólica, Bambirra (2012) afirma que tal processo ocorre a partir de dois tipos de estruturas vigentes nos países, quais sejam:

1. Estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão.
2. Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Em todo o caso, o progresso de industrialização será um produto da integração monopólica mundial. (BAMBIRRA, 2012, p. 55).

Nesse sentido, a autora, na obra mencionada, assume uma metodologia que tipifica os países a partir destes tipos de estruturas classificando-os em “países com início antigo de industrialização” que compreendia: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia; e em “países cuja industrialização foi produto da integração monopólica” que eram: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. (BAMBIRRA, 2012).

Ainda, na mesma esteira de pensamento, a autora afirma que

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a Conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a *liquidação radical* dos modos de

produção que o precederam, mas sim sua *superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas*. É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial*. Mas são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente. (BAMBIRRA, 2012, p. 78, grifo do autor).

Esse percurso histórico, social, econômico e político, que compreende o surgimento e a expansão do desenvolvimento industrial latino-americano, conseqüentemente do Brasil, fez-se permeado de interesses divergentes, estes manifestos pelas classes sociais que os assumiam e os disputavam. Nesse contexto, é importante referenciar a compreensão de Bambirra (2012) acerca da função do Estado:

O Estado na sociedade burguesa é o instrumento de dominação das classes dominantes e nenhuma forma específica e particular que essa dominação assumam – seja através de governos populistas, social-democratas, trabalhistas, etc. – pode ocultar o fato de que os interesses fundamentais aos quais o Estado serve e representa são os dos proprietários dos meios de produção industrial. (BAMBIRRA, 2012, p. 102).

A partir dessa conformação econômica que se estabelece entre nações formalmente livres, porém imbricadas em uma relação de dominantes e dominadas, é que ocorre a disputa, em âmbito local, para o controle do Estado, pois parte da riqueza socialmente produzida e da mais-valia advinda do comércio mundial retorna à economia nacional através de tributos e impostos.

No capitalismo dependente brasileiro, a dominação política sempre se deu de forma concentrada, autocrática e violenta, a serviço da reprodução dos interesses econômicos das classes dominantes, o que pode ser evidenciado desde os tempos coloniais. Também a fase dita “republicana” da dominação política manteve a forma autocrática e violenta, seja na República Velha, com a dominação das oligarquias agrárias, seja desde 1930, com a ditadura de Vargas. Desde então, até 1988, prevaleceram no país formas estatais autocráticas e ditatoriais, que impuseram ao povo leis e estruturas administrativas antidemocráticas, a serviço dos interesses das burguesias nacional e das grandes burguesias monopolistas-imperialistas (FERNANDES, 2005).

Aproximando a análise do período mais recente dessa história, período que nos interessa mais diretamente no presente estudo, Marini (1988), em seu artigo denominado ‘A Constituição Federal de 1988’ apresenta uma importante reflexão crítica acerca do processo em que a mesma é elaborada. O autor argumenta que “a tradição constitucional brasileira, gestada no seio da teoria política burguesa tem como determinantes a corrente autoritária, primeiro, e a liberal, depois”. Considerando os ranços históricos, econômicos e sociais dos períodos precedentes, bem como os processos de mobilização e luta da classe trabalhadora, o autor destaca que “[...] a influência da vertente democrática burguesa na Constituição de 1988, que representa sua maior novidade, não contraria em absoluto a sua essência liberal”. (MARINI, 1988, p. 2).

Nessa mesma perspectiva, evidenciando o processo constituinte que resulta na promulgação da Constituição Federal de 1988, Fernandes (2014, p. 104, 105) afirma que “[...] o governo é um prolongamento da ditadura e de seu cronograma político-militar de transição lenta, gradual e segura. [...] querem uma transição “enxuta” (e não analítica) e que seja um primor de lógica formal jurídica”.

O autor acrescenta que “o fim último da Constituição consiste em legitimar o ilegítimo, forjando um mundo de aparências que consagra uma ordem social democrática e um Estado democrático imaginários e inexistentes”. (FERNANDES, 2014, p. 227, 228).

Fernandes (2014, p. 235) toma como base de sua argumentação o fato de que “a burguesia periférica constrói com

as próprias mãos a dependência e a usa como um ardil, pagando a conta através do Estado, com os recursos econômicos escassos tomados da nação”. Assim, “hoje já se sabe que a Constituição que está sendo elaborada realiza vários avanços, mas não é aquela que responde às exigências da situação histórica”. (FERNANDES, 2014, p. 234).

De maneira contundente, o autor destaca que a Constituição Federal de 1988:

[...] nasce entrevada, como um mero conglomerado de princípios constitucionais justapostos formalmente. Uma constituição sem vida, para um país que é um barril de pólvora e no qual fermentam todas as contradições do desenvolvimento capitalista desigual, da miséria como estilo de vida e da violência institucionalizada. (FERNANDES, 2014, p. 237).

Tal matriz, pautada no não reconhecimento dos interesses das majorias superexploradas, ocasiona um conflituoso e restrito campo de possibilidades de efetivação dos chamados direitos sociais, políticos, civis, trabalhistas, etc. dos brasileiros. Definições legais estas que se encontram num patamar de fragilidade perante aos interesses econômicos do capital internacional, sócio maior das burguesias locais. Dessa forma, por exemplo, o trabalho, ou o ‘direito ao trabalho’, conforme estabelecido nos Art.6º ao 11º da Constituição Federal de 1988, nada mais é do que o “direito” ao trabalho assalariado, estranhado, próprio da sociabilidade capitalista e que nestas terras assume a conformação de superexploração daqueles que o realizam.

Nestes artigos mencionados, são estabelecidos, por exemplo, direitos ao trabalhador, que a lei apresenta ideologicamente como “garantias”, tais como: gozo de um período de férias; possibilidade de associação/organização sindical; remuneração do trabalho noturno superior ao diurno; recebimento de um décimo terceiro salário; de seguro-desemprego – em caso de desemprego involuntário; acesso ao fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS); redução dos riscos inerentes ao trabalho; salário mínimo fixado em lei,

participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa; usufruir de repouso semanal remunerado; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; dentre outras garantias. (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, confere-se aos indivíduos o *status* de ‘cidadãos’ a partir do estabelecimento dos seus direitos e deveres, porém, cotidianamente e historicamente os cidadãos são na realidade submetidos à severas condições de produção e reprodução das suas vidas, isto é, à condição de superexploração. Percebe-se que em tal legislação e normativas, se cumprem uma função protetiva e de amparo, que podemos dizer ser de proteção e amparo à manutenção das estruturas que conformam a ordem societária vigente.

Tal compreensão alinha-se às formulações de Marini (2012, p. 67) quando afirma que “o processo de industrialização na América Latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das massas trabalhadoras da cidade e do campo”, para o que muito contribui a “essência liberal” da legislação brasileira vigente desde a Constituição Federal de 1988.

Aproximando a análise ao tema de interesse mais direto do presente estudo, podemos citar Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 184), quando afirmam que

o setor de extração mineral possui uma relação estrutural com o Estado brasileiro. Durante o período desenvolvimentista, a partir dos anos de 1930, o governo federal tinha na industrialização da economia uma de suas principais preocupações e considerava o desenvolvimento do setor mineral como um elemento estratégico para esse processo. (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p. 184).

Os autores referenciam a íntima relação do setor mineral com o Estado no país, especialmente com a esfera federal, pois

o subsolo é considerado patrimônio da União. Assim, é relevante apontarmos o caráter, a funcionalidade e o significado das pactuações legais normativas em âmbito do Estado entre as classes sociais, neste ponto em especial. Entendemos que, no setor minerário extrativista brasileiro, muitas das ditas “garantias” legais, num contexto explícito de luta de classes e busca por maior lucratividade pela classe dominante, não são observadas e cumpridas.

Feitas essas considerações mais gerais, podemos agora observar mais especificamente, com relação ao objeto do presente estudo, que a realidade da mineração no município *locus* desta pesquisa demonstra isso, principalmente, a realidade em que se encontram os trabalhadores na mineradora Samarco.

Analisando o rompimento da barragem de Fundão, ao qual voltaremos na última seção do presente estudo, Xavier e Vieira (2016) mostram os limites e as contradições entre legislação e realidade de produção na mineração, o que situamos, na presente tese, como uma situação característica do capitalismo dependente e de superexploração da força de trabalho, para os quais o Estado e a lei estão a serviço. Podemos evidenciar aqui o caráter parcial do Estado e o limite daquilo que é reconhecido e denominado legalmente enquanto ‘direitos’ dos trabalhadores, principalmente os do âmbito trabalhista.

As autoras reconhecem tal acontecimento, em muitas passagens de sua elaboração, enquanto um ‘crime’ cometido pela mineradora Samarco. Também apresentam, em âmbito legal e normativo, este evento enquanto um acidente de trabalho, próprio do modo de produção capitalista e de sua lógica destrutiva sobre o meio ambiente e à vida humana.

Apesar de o rompimento da barragem do Fundão configurar típico acidente do trabalho, no sentido atribuído pela Lei n. 8.213/91, não se pode dizer que os efeitos nefastos sobre as vidas de trabalhadoras e trabalhadores da empresa Samarco e de suas terceirizadas eram imprevisíveis e impassíveis de prevenção, tal como sugere o termo “acidente”. (XAVIER; VIEIRA, 2016. p.199).

Esta situação se inscreve num contexto de crise mundial,

queda da lucratividade, avanço predatório do capital sobre o meio ambiente, acentuação da superexploração da força de trabalho para compensar tal perda de lucros, seja pelo aumento da produtividade, seja por mecanismos que reestruturam o contexto laboral – como as terceirizações ou pela negligência no que se refere às condições adequadas e seguras de desenvolvimento do trabalho, dentre outras manifestações que o capitalismo monopolista assume no setor minerário extrativista brasileiro e também neste caso em específico.

Em entrevista concedida a Fabiano César e Indinayara Gouveia (2015) Márcio Zonta, coordenador Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), um expressivo movimento social que atua na área da mineração, isto é, ao enfrentamento à lógica extrativista da mineração no país afirma que:

A pensar pela exploração de minério de ferro, o ouro negro nesse segundo ciclo histórico de espoliação mineral no Brasil. Nossa capacidade de exportação é de 35 milhões de toneladas métricas anuais de minério de ferro. Porém, chegamos ao incoerente e absurdo recorde de 400 milhões de toneladas métricas ao ano, o que desabilita qualquer forma de soberania nacional sobre esse bem natural finito. (ZONTA, 2015).

Em consonância a essas perspectivas é importante evidenciar duas questões, as quais têm sido discutidas recentemente em âmbito legal e normativo no país, cujos efeitos são danosos sobre qualquer possibilidade de desenvolvimento de ações laborais e ambientais em patamares minimamente satisfatórios, mesmo que inscritas nesta sociabilidade que nada considera, a não ser o lucro. Essas questões se referem à terceirização em âmbito trabalhista e à questão da flexibilização das legislações ambientais e minerais.

Em relação às legislações ambientais e minerais Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 184, grifo do autor) evidenciam que desde o período desenvolvimentista as leis “costumavam reforçar a importância da extração mineral”. Os autores evidenciam duas legislações, são elas: o Decreto-Lei n. 3.365/1941, que define a

mineração como atividade de interesse público (BRASIL, 1941); e também o Código Mineral (Decreto-Lei n. 227/1967) que estabelece que “no curso de qualquer medida judicial não poderá haver embargo ou sequestro que resulte em interrupção dos trabalhos de lavra”. (BRASIL, 1967).

Na contemporaneidade tais premissas continuam sendo, inclusive, ‘moldadas’ a partir de novas legislações, aos interesses daqueles que exercem e dominam a atividade minerária extrativista no País. É importante destacar que as legislações ambiental e mineral, atuais e em processo de elaboração/votação/aprovação no País, se inscrevem num contexto de profundo retrocesso aos reais interesses da classe trabalhadora e na defesa e preservação do meio ambiente, seja no nível estadual ou no nível federal.

Referenciando o PL n. 5807/2013, constata-se que o mesmo traz propostas significativas de alteração da atividade minerária no país. Uma das principais delas é a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração (ANM). Uma implicância direta que a legislação traz a partir da criação desta agência é que

Com a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), chamam atenção as sutilezas de algumas mudanças no Capítulo VI do atual substitutivo em relação ao anterior. O art. 46, §2º, fixa que “A pedido do autorizatário ou concessionário, a ANM poderá declarar o imóvel ou parte dele de utilidade pública para fins de constituição de servidão mineral”. Ora, de acordo com o art. 6º do Decreto-Lei n. 3.365/41, a declaração de utilidade pública é de competência do presidente da República por meio de decreto. Assim, o texto do novo substitutivo subtrai essa prerrogativa do(a) presidente(a) e a transfere para a agência. Na sequência (art. 49), o novo substitutivo dispõe que a “[...] desapropriação do imóvel ou parte dele poderá ser promovida pelo autorizatário ou concessionário, na forma do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941”. Ou seja, subentende-se que a ANM declara a utilidade pública do imóvel e o autorizatário

ou concessionário promovem a desapropriação de acordo com os parâmetros definidos pelo decreto-lei. Na forma prevista, a agência poderá declarar a utilidade pública de extensas áreas para a atividade mineral, sensíveis nos planos social e ambiental, sem que o processo passe pela avaliação prévia dos órgãos ambientais e fundiário, por exemplo. (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2016).

Em referência ao Novo Código Mineral brasileiro, bem como à demora de sua aprovação, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho afirmou que "É necessário ter uma definição. Pior do que ter um código bom ou ruim é não saber o que vai ter. É essa dúvida que mata a tomada de decisão para o investimento." (WARTH; TEREZA, 2017).

Diante de tal tendência legal e normativa assumida pelo Estado brasileiro, Márcio Zonta, posiciona-se criticamente e afirma que:

O código da mineração é mais um acordo entre Estado e capital para aumentar a espoliação mineral no país. O Estado enquanto um coletivo capitalista tem dado todas as benesses para o capital avançar sobre a natureza através de leis de barragens, código florestal, e agora o código da mineração. Para se ter uma ideia, se aprovado hoje o novo código da mineração, teríamos a aprovação pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de 4,3 mil requerimentos. Serão 10,3 milhões de hectares do território nacional. Na prática, estão sob embargo 10,3 milhões de hectares do território nacional, área equivalente ao Estado de Santa Catarina. Se no campo do trabalhador, a mineração é atividade empregatícia que mais mata, mutila e enlouquece, para as comunidades qualquer atividade de mineração traz consigo a militarização do espaço, a espionagem, a criminalização, a violência entre os jovens, a judicialização contra lideranças comunitárias

e o fim de muitas perspectivas econômicas, por exemplo, a agricultura. (ZONTA, 2015).

Além disso, Zonta (2015) afirma que este novo instrumento legal e normativo evidencia como um problema na realidade brasileira

o aprofundamento da reprimarização da economia e de um pensamento socioeconômico neocolonial. Ou seja, tanto em nível nacional ou internacional o avanço de uma mineração, cujo metabolismo parece ensandecido, deve agudizar os conflitos pela disputa de território. (ZONTA, 2015).

Outro aspecto em relação às legislações ambientais e minerais é o fato de que elas são diretamente influenciadas e manipuladas pelos interesses do capital do setor minerário extrativista, o que também ocorre no caso das legislações de âmbito trabalhista, uma vez que a ofensiva e o desmonte das parcas garantias legais que os trabalhadores, por meio da luta de classes conquistaram historicamente, representam perda de lucratividade às classes dominantes³⁷.

³⁷ No estado de Minas Gerais é relevante evidenciar o PL n. 2.946/2015 e em nível federal PL do Senado 654/2015 e a proposta de um novo Código Mineral. Mansur et al. (2016, p. 37) afirmam que “muitos dos parlamentares envolvidos em tal debate foram financiados de forma significativa por empresas mineradoras, o que compromete sua independência e influencia suas decisões”. Os autores afirmam que “o Projeto de Lei do Executivo, que propunha o novo Código Mineral, encaminhado à Câmara dos Deputados em 2013, foi recebido por uma Comissão Especial formada por 27 titulares, dos quais 20 tiveram suas campanhas financiadas por empresas mineradoras”. (MANSUR et al., 2016, p. 44). Para maior aprofundamento a esta questão consultar o relevante estudo ‘Quem é quem nas discussões do novo código da mineração’ de autoria de Clarissa Reis Oliveira, publicado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (OLIVEIRA, 2013). Tal contexto nos remete a outra importante questão presente na relação Estado e Capital: a cooptação e o alinhamento de lideranças, governantes e partidos políticos aos interesses privados de um grupo minoritário de indivíduos, porém detentores dos meios de produção, em detrimento dos interesses da grande parcela da população, esta que compreende os indivíduos que possuem como única estratégia de sobrevivência a venda da força de trabalho na condição de superexploração. Um elemento intrínseco a esta questão é o financiamento das campanhas eleitorais. O panorama que se põe apresenta uma vinculação a diferentes partidos políticos e o financiamento de candidatos tanto ao poder executivo quanto ao legislativo e em todos os níveis, seja municipal, estadual ou federal, o que conforma uma rede de articulação do setor mineral extrativista que limita outras possibilidades de participação e tencionamento

Sendo assim, também é relevante referenciar a questão da terceirização e sua regulamentação via Estado, uma vez que

por parte da população, seja via sindicatos ou movimentos sociais. Em âmbito federal é relevante destacar que tal realidade assim se conformou no ano de 2014 sendo divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano de 2015: “Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (2015), a candidatura da presidenta Dilma Rousseff recebeu diretamente R\$ 12 milhões das empresas do grupo Vale (Vale Energia S.A., Minerações Brasileiras Reunidas S.A, Mineração Corumbaense Reunida S.A e Salobo Metais). Aécio Neves (PSDB) recebeu R\$ 3 milhões (Vale Energia e Vale Mina do Azul) via Comitê Financeiro Nacional para Presidência da República. O senador Antonio Anastasia (PSDB), de Minas Gerais, que presidiu a Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens, recebeu mais de R\$ 1 milhão das empresas do grupo Vale (Vale Energia, MBR, Vale Manganês) para sua campanha ao Senado em 2014. Rose de Freitas, também membro desta Comissão, recebeu R\$ 200 mil da Salobo Metais e R\$ 300 mil da Vale Energia para sua candidatura ao Senado” (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p. 187-188). Em âmbito estadual, os mesmos autores explicitam que tanto o governador de Minas Gerais como o governador do Espírito Santo receberam doações significativas do grupo minerário Vale, que é uma das proprietárias da empresa Samarco com sede em Mariana-MG, mas que escoar sua produção via minerodutos e via ferroviária pelo estado vizinho Espírito Santo. “O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), recebeu de todas as empresas do grupo Vale mencionadas acima (exceto a Vale Mina do Azul) um total de R\$ 3,1 milhões, via fundo partidário. Paulo Hartung (PMDB), governador do Espírito Santo, recebeu em sua campanha, via Comitê Único Partidário, R\$ 200 mil da Vale Manganês e R\$ 100 mil da Mineração Corumbaense Reunida” (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p.188). No que se refere ao poder legislativo do estado de Minas Gerais, a mesma realidade se põe, afirmam os mesmos autores: “Dos deputados estaduais membros da Comissão Extraordinária das Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, criada uma semana após o rompimento da barragem do Fundão, dois tiveram suas campanhas financiadas diretamente pelas empresas do grupo Vale, Gustavo Valadares (PSDB), com R\$ 60 mil da Salobo Metais; e Thiago Cota (PPS), com R\$ 50 mil da Mineração Corumbaense Reunida. (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p.188). A esse respeito é relevante explicitar o panorama dos partidos políticos que receberam doação do grupo Vale no ano de 2014. Conforme explicitam os autores COELHO, MILANEZ, PINTO (2016) foram 11 partidos que receberam um montante acima de 01 milhão de reais. Os três maiores beneficiados foram PMDB, PT e PSDB respectivamente. Os demais partidos que receberam doação e enquadraram-se nesta faixa de repasse, foram: PP, PSB, PSD, DEM, PCdoB, PR. Além destes, demais partidos (PPS, PDT, PV, PRB, PROS, PHS, PSL, PEN, PTN, PMN) também foram financiados pelas empresas do grupo o que nos remete à concordar com a afirmação que os autores realizam diante deste panorama: “Dessa forma, pode ser identificado o uso irrestrito do financiamento de campanha por empresas do grupo Vale a políticos de Minas Gerais e Espírito Santo. Percebe-se ainda que não existe nenhum vínculo direto com partidos, tendo doações sido feitas a diferentes legendas, independente de seu viés “ideológico”. Além disso, a presença de vários desses deputados nas comissões especiais que acompanharam o desastre ou que estudaram alterações na legislação referente à segurança de barragens sugere seus interesses particulares sobre o tema. Isso reforça a ideia de que tais comissões não representam proporcionalmente os interesses da sociedade relacionados à segurança de barragens e ao setor extrativo mineral” (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p.188).

esta forma de vinculação laboral tende a desregular e fragmentar a classe trabalhadora em seu conjunto e por incidir fortemente sobre os trabalhadores vinculados à mineração extrativista no País, conseqüentemente no município lócus de nosso estudo. Tal ofensiva se dá na contemporaneidade pelo trâmite, nas instâncias legislativas federais (câmara de deputados e senado), do PL n. 4.330³⁸. Este Projeto de Lei, aprovado recentemente, permite aos representantes do capital uma ampla utilização desta modalidade de contratação da força de trabalho no país. Traz em seu texto um conjunto de medidas e ações que contribuem significativamente para a desregulamentação e violação dos direitos trabalhistas já garantidos em legislações anteriores.

Em relação ao setor mineral extrativista, reconhecemos que as violações das legislações e normas ambientais e minerais, a terceirização da força de trabalho e os acidentes de trabalho são situações que se encontram imbricadas e são uma realidade constante. Analisando mais proximamente a mineradora Samarco, com operação em Mariana-MG, confirmamos tal entendimento. De acordo com Xavier e Vieira (2016, p. 224), a terceirização enquanto “modalidade de contratação precariza ainda mais as relações de trabalho já vitimadas pela relação de exploração inerente ao capitalismo”.

Tal afirmação se inscreve em um contexto de análise realizado pelas autoras sobre o já referido rompimento da barragem de Fundão, mas aponta para muito além dele, aponta para as estruturas produtivas determinantes de fenômenos extremos de degradação da vida. Nessa análise, um dos elementos explicitados e analisados pelas mesmas, refere-se à terceirização da força de trabalho na mineradora Samarco. As autoras explicitam em sua elaboração, com base no ‘Relatório de análise de acidente – Rompimento da barragem de rejeitos do Fundão em Mariana-MG’, elaborado pela Seção de Segurança e

³⁸ O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 22 de março de 2017. No dia 31 de março de 2017 o presidente Michel Temer sancionou a lei com três vetos parciais a três pontos da proposta. A nova lei autoriza a terceirização irrestrita, ou seja, também de atividades fim. Outra questão que em muito prejudica o trabalhador é que “o gerente contratado da empresa original terá direito aos benefícios [trabalhistas], mas a prestadora de serviço não precisará oferecer o benefício a seus funcionários, mesmo que exerçam o mesmo cargo na empresa tomadora. (URIBE; BOGHOSSIAN, 2017).

Saúde no Trabalho (SRTE) (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MG, 2016) que pelo menos 13 empresas terceirizadas prestavam serviço à Samarco, “várias das quais ligadas à manutenção e alteamento do dique de contenção dos rejeitos. Do total das empresas, sete possuíam empregados sem treinamento, em desrespeito às normas afetas à matéria”. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 202).

Constatou-se que a empresa negligenciou o cumprimento da legislação trabalhista relacionada à segurança do trabalho, submetendo trabalhadoras e trabalhadores a ritmo intenso de labor, valendo-se de terceirização ilícita e deixando de apresentar documentação comprobatória da adoção de medidas de segurança. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 204).

Evidencia-se, com tais informações, um emaranhado de relações entre a mineradora Samarco (representante do capital nacional e internacional) e o Estado (nas suas três esferas), principalmente no que se refere ao seu âmbito legal e normativo. Contexto este, que incide diretamente sobre a classe trabalhadora, reafirmando o caráter funcional do Estado à reprodução desta ordem societária de caráter explorador, predatório e dependente conforme vivenciamos em sentido mais amplo no continente latino-americano.

Procuramos apresentar nas linhas anteriores como acontece a ofensiva do capital sobre o trabalho pelas mediações no âmbito das relações formais, legais e normativas do Estado brasileiro e o papel que este cumpre que se expressa fortemente como submissão, omissão e anuência a tal contexto, o que o reafirma na contemporaneidade, como um verdadeiro *comitê executivo da burguesia* (a nosso ver, a extensa nota de rodapé 37 que apresentamos é uma evidência cabal dessa realidade). Voltaremos posteriormente a estas questões que reafirmam a existência dos mecanismos daquilo que, conforme as formulações de Marini (2005), é o fundamento da dependência, isto é: a superexploração da força de trabalho.

Nessa mesma perspectiva de análise, evidenciaremos agora considerações e elementos sobre como tal ofensiva

acontece no âmbito da apropriação privada dos bens públicos via privatizações (em referência específica ao setor mineral extrativista brasileiro), entendendo e situando este movimento do capital a partir do ideário neoliberal. Para tanto, nos utilizaremos prioritariamente da análise construída por Cláudio Katz (2016), intelectual argentino contemporâneo³⁹. Consideramos que sua obra 'Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo' contribui significativamente na evidência dos fundamentos desse contexto.

Parte-se da premissa de que a privatização dos bens públicos, ou seja, uma das práticas neoliberais ocorridas neste continente, está imbricada naquilo que viemos apontando e refletindo ao longo do estudo, isto é, a condição estrutural de capitalismo dependente. É premissa, também, que o entendimento que os contextos, os períodos históricos de acontecimento desta condição de dependência metamorfoseiam-se ao longo do tempo. Assim, podemos evidenciar na história do continente latino-americano e do Brasil, situações múltiplas de incidência neoliberal, ou seja, “o neoliberalismo foi definido nos anos 1980, como uma ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro”. Para Katz (2016, p. 79), “na década seguinte, constatou-se a hegemonia ideológica mundial alcançada por essa vertente”.

Este mesmo autor afirma que

A etapa que começou com o thatcherismo transformou o funcionamento do capitalismo mediante privatizações, aberturas comerciais e flexibilizações dos contratos de trabalho. Este esquema intensificou a competição global por aumentos da produtividade desvinculados do salário, aumentando todas as tensões da produção, do consumo e das finanças. (KATZ, 2016, p. 80).

Acerca deste movimento de ofensiva do capital sobre a América Latina e, conseqüentemente, sobre a classe trabalhadora, o entendimento de Katz (2016) alinha-se com as posições de Fernandes (2014) e Marini (1998) apresentadas anteriormente acerca do Estado e do processo de

³⁹ Para maiores informações consultar: www.lahaine.org/katz.

democratização (burguesa) vivenciado no Brasil. Segundo Katz (2016, p. 82),

O neoliberalismo foi legitimado pelos regimes constitucionais que se sucederam às tiranias do Cone Sul. Esta continuidade garantiu as transformações estruturais introduzidas pelo modelo da direita. [...]. A sua cruzada contra as reformas sociais, contra a redistribuição de renda e contra a defesa do patrimônio nacional marcou todo esse período de transição pós-ditatorial. Com algumas alterações de formato, foram revalidadas as principais mudanças conservadoras impostas pelos militares. (KATZ, 2016, p. 82).

Em relação ao plano econômico, foram duas etapas diferenciadas que o neoliberalismo latino-americano atravessou. A primeira delas, na década de 1980 que compreendeu as “reformas de primeira geração” que priorizava o ajuste anti-inflacionário. Na década seguinte, o que preponderou foram as recomendações advindas do “Consenso de Washington”, ou seja, abertura comercial, privatizações e flexibilizações no mundo do trabalho (KATZ, 2016).

No entendimento de que as transformações que decorrem deste sistema se caracterizam e operam de maneira distinta do keynesianismo do pós-guerra, as crises que dele decorrem são muito específicas, uma vez que, pós-década de 70, ou seja, após um período de mais de três décadas de reorganização do sistema capitalista, surgem novas contradições em múltiplas esferas (KATZ, 2016).

O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital. Além disso, intensificou uma deterioração do meio ambiente que ameaça desencadear desastres ecológicos inéditos. (KATZ, 2016, p. 81).

Nessa mesma perspectiva, Harvey (2007) afirma:

O neoliberalismo atingiu o mundo como uma violenta maré de reformas institucionais e ajustamento discursivo, impondo muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais existentes, mas também para a estrutura da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais. (HARVEY, 2007).

É perceptível que após décadas de sua perpetuação, a agenda neoliberal imposta desde fora para o continente latino-americano reafirma e agrava a condição de dependência. Foi, e continua sendo, uma estratégia do capital, em nível global, de restabelecer as taxas de lucro, e neste esquema, reafirma a condição estrutural de cada conjunto de países (dependentes ou dominantes) na perpetuação da lógica irracional do capitalismo. Em suma, o neoliberalismo

Prendia reverter o baixo crescimento e manteve um reduzido nível de expansão da economia; esperava eliminar as crises financeiro-cambias e agravou esses problemas; prometia erigir uma plataforma duradoura de investimento e acentuou a distância da região com os países que aumentaram seu desenvolvimento. (KATZ, 2016, p. 85).

É na entrada do século XXI o período em que irrompe a crise do neoliberalismo latino-americano. Segundo Katz (2016, p. 84), “os desequilíbrios gerados por este modelo espalharam-se por toda a região, juntamente com a primazia crescente do setor exportador em detrimento do desenvolvimento interno”.

Katz (2016) reforça esta ideia quando afirma que todos os governos da região compartilham o padrão de reprodução primário exportador.

A peculiaridade da América Latina nesta fase foi a sua inserção internacional como

fornecedora de matérias-primas. O neoliberalismo apresenta a justificativa desse modelo exportador com a primazia agromineradora, extrativismo, a indústria montadora e serviços transnacionais. (KATZ, 2016, p. 88).

A síntese desse processo significa que

As duas etapas neoliberais de ajuste e abertura não só deterioraram a renda da população como também provocaram a desintegração da velha indústria local gerada durante a substituição de importações. Acentuou-se a vulnerabilidade de todas as economias frente à descontrolada afluência ou saída de capitais externos. Também se intensificou a dependência da flutuação internacional dos preços das matérias-primas. (KATZ, 2016, p. 84).

Reportando-nos mais especificamente ao caso brasileiro e à atividade econômica estudada nesta tese, a mineração extrativista, é relevante evidenciar que “o neoliberalismo, inicialmente, melhorou o perfil dos setores financeiros e, posteriormente avalizou os negócios de agromineração voltados para a exportação”. (KATZ, 2016, p. 91). Este impulso econômico acontece pela opção dos neoliberais contemporâneos em utilizar “a velha característica do livre-comércio como chave mestra do desenvolvimento”. (KATZ, 2016, p. 92). Assim, “a implementação deste princípio na América Latina desembocou na primazia das exportações agrominerais e importações industriais. Essa assimetria levou ao subdesenvolvimento e à inserção dependente no mercado mundial”. (KATZ, 2016, p. 93).

Tal opção está endossada pela crítica ao protecionismo advinda dos neoliberais contemporâneos, que alegam ser necessário que cada país/região se utilize das vantagens corporativas. “Situam essas conveniências na agricultura ou na mineração, como se a América Latina carregasse um mandato divino de provisão de matérias-primas aos países desenvolvidos”. (KATZ, 2016, p. 93).

Reportando-nos à história recente do Brasil, em que o país

está inserido e perpetuando as práticas neoliberais, é relevante referenciar alguns elementos dos governos eleitos pós-período ditatorial, e que expressam a opção do Estado brasileiro por este ideário a favor do capital. Do governo Collor⁴⁰ (1990) ao atual governo Temer⁴¹ (2016/2018) as marcas são de ofensivas cada vez mais agravadas sobre a classe trabalhadora e na apropriação dos bens públicos, isto é, este período representa quase três décadas de saqueio institucionalizado via aparato estatal, sob o manto da democracia burguesa.

Foram diferentes as estratégias utilizadas por cada governo, desde a implantação de diferentes planos econômicos, cuja premissa era de enfrentamento da inflação generalizada; de impulso dos setores produtivos; de melhoria de vida da população, no entanto, as consequências somente reafirmam o caráter e o lugar destinado a este território na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Nessa referência, explicitaremos dois daqueles que, em nosso entender, são os maiores crimes lesa-pátria ocorridos na história recente do país vinculados à ação extrativista: a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso, e a privatização do pré-sal ocorrida no governo de Michel Temer. Também é importante enfatizar que o atual governo colocou em tramitação o 'Programa de Revitalização da Indústria Mineral'⁴², que propõe, a partir de

⁴⁰ É o primeiro governo pós ditadura militar a ser escolhido por meio de eleição direta. Fernando Collor de Melo toma posse em 15 de março de 1990. Em 2 de outubro do mesmo ano, Collor é afastado da presidência da república, ação esta que decorre da instauração de processo de impeachment. O desfecho deste governo ocorre quando Collor renuncia em 29 de dezembro de 1992. Para maiores informações consultar Sallum Junior (2011).

⁴¹ Michel Temer assume a presidência da República em 12 de maio de 2016, quando assume interinamente o cargo após o afastamento temporário de Dilma Rousseff. Tal contexto é desencadeado pela aceitação do processo de impeachment da então presidente, pelo Senado Federal. O processo de impeachment foi concluído em 31 de agosto, quando Temer assume o posto de forma definitiva. Desde então, o seu mandato está sendo marcado por inúmeras acusações de corrupção, manifestações públicas de rejeição e reivindicações contrárias às (contra)reformas trabalhistas, previdenciária e pelo direito à escolha de novo presidente da República por via eleitoral. Para maiores informações podem ser consultadas em: Marreiro (2017) e Partido dos Trabalhadores (2017).

⁴² "Repudiamos o Programa de Revitalização da Indústria Mineral como um caminho para a saída da crise. Repudiamos o Programa, acima de tudo, porque ele aprofundará os impactos sobre as populações ao redor dos grandes projetos, as comunidades que sofrem o impacto da sua logística, sobre a água, o solo, o ar e todo

Medidas Provisórias⁴³, mudanças significativas, com efeito benéfico apenas para o capital, em detrimento aos legítimos interesses do povo brasileiro.

Convém ressaltar que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), enquanto uma empresa estatal brasileira, foi fundada no ano de 1942, no governo de Getúlio Vargas, consagrando-se desde então como uma das maiores mineradoras do mundo. Minayo (2004), em seu livro 'De ferro e flexíveis: Marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária', aborda a questão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce a partir da visão dos operários,

A Companhia Vale do Rio Doce, desde o final dos anos 70 demonstrava inquietação quanto aos problemas estruturais que vivenciava, embora os anos 60 e 70 tivessem sido, para ela, uma etapa de desenvolvimento, crescimento e expansão. Os ares das transformações que ocorriam nos países centrais do capitalismo, porém,

meio ambiente, além de ampliar os riscos de desastres. São necessárias mudanças na mineração brasileira, mas para isso é necessária uma ampla e democrática discussão sobre o modelo mineral do nosso país, com a ampla participação de todos os atores envolvidos e os impactados pelo setor". Texto extraído de nota assinada por Mais de 70 organizações e movimentos sociais brasileiros, 17 organizações internacionais e mais de uma dezena de pesquisadores em repúdio ao Programa de Revitalização da Indústria Mineral. Para consultar a nota na íntegra acessar Instituto de Estudos Socioeconômicos (2017).

⁴³ Conforme nota emitida pela Coordenação Nacional do MAM: "No dia 25 de julho o presidente golpista apresentou três Medidas Provisórias (MPs) para reformular a legislação do setor mineral. Como já era esperado desde o final de 2016, Temer fatiou o Código da Mineração em três temas e os apresentou na forma antidemocrática de medidas provisórias, que impõe um tempo reduzido para qualquer debate (120 dias de tramitação entre Câmara e Senado, com a formação de uma comissão mista entre as duas casas). A escolha dos temas também foi previsível: a MP 789 que trata da nova regulação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM); a MP 790 sobre a reformulação de pontos do atual código de minas; e MP 791 que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), substituindo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)" [...] O MAM acredita que a construção de uma política mineral, voltada aos interesses do povo brasileiro, não perpassa apenas o envio de Medidas Provisórias colocando a alíquota sobre a receita bruta. O conjunto da pauta mineral não é somente isso, mas sim o destino e o controle dos nossos bens minerais que são fundamentais para o desenvolvimento da humanidade e que têm sido rifados da pior forma possível, passando por cima de comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponesas, assentadas; e ainda assoreando e contaminando as águas e o meio ambiente. "(MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017).

chegaram com certa defasagem no tempo nas minas de Itabira. Os anos 70 foram marcados por uma acelerada expansão da exploração de minério, da ampliação do mercado de trabalho e do investimento na ideologia estatizante do “Brasil grande” que marcou os governos militares. Essa década foi de consolidação exitosa da CVRD que havia passado os vinte e cinco primeiros anos de existência tentando firmar a sua marca no cenário nacional e internacional. (MINAYO, 2004, p. 11).

Segundo informações no sítio eletrônico da empresa:

Com mais de 70 anos de história, a Vale é uma das maiores empresas privadas do Brasil. Além de líder no segmento de mineração, no país, mantemos importantes operações nas áreas de Logística, Energia e Siderurgia. A Vale nasceu no Brasil, em 1942, em Minas Gerais, na cidade de Itabira. A sede global dos nossos negócios fica no Rio de Janeiro. Os metais ferrosos (minério de ferro e pelotas), que respondem pela maior parte da nossa receita operacional, são os carros-chefes da produção no país. (VALE S.A., 2017).

Minayo (2004) ainda afirma que

Foi no expirar da década de 70 que os novos tempos começaram a se impor efetivamente. A inquietação por mudanças está registrada no instrumento de planejamento estratégico elaborado pela empresa para contemplar o período de 1979 a 2010. Numa visão de longo prazo, aí estão previstas várias etapas de transformação estrutural, tecnológica, produtiva e organizacional. (MINAYO, 2004, p. 12).

A autora faz referência à década de 90, período que “correspondia à instauração do governo Collor que trazia uma

proposta radical de política de abertura de mercados e de reforma de estado”. (MINAYO, 2004, p. 12). Referenciando o período entre 1990 e 1997, a autora explica que

O processo de reconstrução que, então, se regula concomitante ao desmonte do passado foi tomando forma de um novo desenho estrutural, dentro de uma dinâmica de provisoriedade, peculiar aos interesses do capital. Dos destroços e escombros do modelo anterior brotou uma outra forma de organização: a da flexibilização da produção e das relações laborais [...]. (MINAYO, 2004, p. 13).

Assim, no ano de 1997, governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso⁴⁴, a empresa estatal é vendida para o capital privado. Um total de 41% das ações da Companhia são abertos ao capital nacional e internacional.

Tal venda é, até os dias presentes, muito questionada, juridicamente⁴⁵ e eticamente⁴⁶, devido o valor que foi pago às

⁴⁴ Convém enfatizar que na segunda seção deste estudo apresentamos a ‘teoria da dependência’ - ou da ‘interdependência’ como enfatiza Traspadini (2012) - a partir da concepção deste sociólogo que décadas posteriores viria a assumir a presidência da República. Para reforçar ainda mais os limites das formulações de FHC, referenciamos Katz (2016, p. 113-114) quando nos diz que: “A trajetória deste personagem é um exemplo extremo dos paradoxos que rodearam muitos intelectuais latino-americanos. Um ferrenho adversário da soberania nacional e das lutas sociais manteve durante décadas uma auréola de pensador crítico e surpreendeu muitos com a sua opção pelo neoliberalismo. Mas, esta involução não expressou apenas uma adaptação aos ventos retrógrados da era thatcherista. As teorias de Cardoso sempre estiveram imbuídas de raciocínios próximos do liberalismo. Esta familiaridade ficou explicitada quando o contexto externo permitiu que esses vínculos transparecessem.

⁴⁵ “Venderam uma empresa que dava lucro como nenhuma outra. Não se preocuparam nem em disfarçar as irregularidades. Entregaram mesmo”, afirma Eloá, autor de uma das mais de 100 ações populares que tramitam na justiça e que questionam o processo de privatização. Convicto na validade da letra da lei, Eloá segue firme no acompanhamento da ação a despeito da lentidão burocrática e da interdição dada ao processo atualmente estacionado no Supremo Tribunal Federal (STF)”. (MOURA, 2017).

⁴⁶ “Os movimentos sociais gritaram e, uma vez mais, denunciaram um modelo exportador adotado pela transnacional, que não gerava trabalho, beneficiamento e industrialização. O segundo Plebiscito Popular organizado pelos movimentos sociais movimentou três milhões e 700 mil votos, em 2007, com a bandeira da anulação do leilão da Vale”. (MOURA, 2017).

ações da Companhia, e também por reconhecer que enquanto empresa estatal a Vale do Rio Doce era patrimônio de todos os brasileiros, o que não se mantém após a venda das ações quando passa a ser comandada pelo capital privado nacional e internacional. Conforme informações obtidas via Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “a Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale) foi vendida por R\$ 3,3 bilhões, quando somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de R\$ 100 bilhões à época”. (CARRANO, 2017). Na concepção de Minayo (2004, p. 29) “as mãos do próprio Estado transformaram uma estatal lucrativa como a Companhia Vale do Rio Doce numa empresa privada mais lucrativa ainda”.

A empresa foi criada em 1942 com recursos do Tesouro Nacional. Durante 55 anos, foi uma empresa mista e o seu controle acionário pertencia ao governo. Depois do leilão de privatização da companhia, com militância ativa de José Serra, ministro do planejamento à época, a Vale passou a ser comandada pelo banco Bradesco, integrante do consórcio Valepar, detentor de 32 por cento das ações, enquanto os investidores estrangeiros passaram a somar 26,7% das ações totais da empresa. (CARRANO, 2017).

Ao longo da história do país, mudaram os governos, mas o caráter serviçal do Estado brasileiro aos interesses do capital não se alterou. Se no final do século XX ocorre a privatização da Vale, neste início de século XXI, mais precisamente no governo Temer, ocorre

[...] a pulverização das ações da Vale S.A., o que reforça o poder de influência de agentes financeiros e internacionais sobre os contextos locais de mineração onde esta empresa atua e na economia nacional. O acordo foi consideravelmente facilitado pela presença de Temer na Presidência, que, em pouco tempo de mandato, buscou acelerar os processos de liberação dos ativos estatais e favorecimento do mercado, num momento de forte desvalorização das commodities

minerais e das ações da mineradora. Mesmo que a alegação da pulverização das ações seja diminuir a influência política, a empresa continuará representando e sendo representada politicamente por diversos interesses, desta vez ligados predominantemente ao mercado financeiro. Sendo assim, ganham os investidores do mercado de capitais. (MILANEZ; COELHO; WANDERLEY, 2017, p. 9-10).

Outro movimento de abertura ao capital, privatização do patrimônio público, especificamente das riquezas naturais deste território, foi encaminhado ao longo dos governos Rousseff e Temer, é o caso da privatização do pré-sal⁴⁷.

No ano de 2013, a então presidente Dilma Rousseff afirmou em cadeia nacional de rádio e televisão após o leilão⁴⁸ de reserva localizada na Bacia de Santos, o seguinte:

O modelo de partilha que nós construímos significa também uma nova conquista para o Brasil. Com ele, estamos defendendo um equilíbrio justo entre os interesses do Estado brasileiro e os lucros da Petrobras e das empresas parceiras. Trata-se de uma parceria onde todos sairão ganhando. (DUARTE FILHO, 2014).

Recentemente, mais especificamente em 29 de novembro de 2016, o presidente Michel Temer sancionou a lei que “desobriga a Petrobras de ser a operadora única dos blocos de exploração do petróleo da camada pré-sal, no regime de partilha de produção. O texto surgiu de uma proposta (PL n. 4567/16) do Senado, aprovada pela Câmara dos Deputados no início de

⁴⁷ Para maior conhecimento consultar a homepage da Petrobras (2017).

⁴⁸ No Brasil, a União é proprietária do petróleo, mas a extração pode ser feita por empresas ou consórcios mediante diversas formas de pagamento, como os royalties, que dependem do sistema vigente. O sistema de concessão regeu exclusivamente as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural até 2010, quando foram promulgadas as Leis n. 12.276/10 e n. 12.351/10, que instituíram respectivamente os sistemas de cessão onerosa e partilha de produção. A partir de então, três sistemas passaram a conviver no país: concessão, partilha de produção e cessão onerosa.

novembro⁴⁹. (OLIVEIRA, 2016).

Acerca de tal aprovação, uma posição crítica emitida pelo Fórum Nacional dos Petroleiros, pode ser encontrada em: “Manifesto de repúdio à privatização do pré-sal e ao desmonte da Petrobras”. O texto apresenta o seguinte posicionamento: “Assim, reafirmamos: o pré-sal é patrimônio do povo brasileiro e a Petrobras deve ser preservada, sob controle estatal, a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional”. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS, 2016).

Em 22 e 28 de agosto de 2017, por meio dos Decretos n. 9.142/2017 (BRASIL, 2017) e n. 9.147/2017 (BRASIL, 2017a), respectivamente, acontece outra ofensiva do governo Temer sobre os bens e patrimônios naturais/públicos do povo brasileiro⁵⁰. Tais decretos que dispõem sobre a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), uma área de 47.000 m² na região da Amazônia, localizada nos estados do Pará e Amapá, tiveram ampla recusa e posição contrária da população brasileira e de diferentes entidades e movimentos sociais⁵¹.

⁴⁹ Maiores informações no artigo de Oliveira (2016) intitulado: “Sancionada lei que põe fim à exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal.”

⁵⁰ Evidenciamos o entendimento de Luiz Jardim Wanderley, com o qual concordamos, sobre tal movimento desencadeado pelo governo Temer: “Avaliamos não só em nosso grupo de pesquisa, chamado Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade - PoEMAS, mas também no Comitê em Defesa do Território da Mineração do qual fazemos parte, que a extinção da Renca tem um objetivo, em primeiro lugar, político, em que o governo Temer sinaliza para o mercado da mineração que ele vai promover medidas para flexibilizar qualquer tipo de projeto econômico via mineração. Então, o presidente vai tentar flexibilizar o setor da mineração, as barreiras que hoje existem e qualquer outro tipo de empecilho. O primeiro deles é justamente o das concessões que hoje estão sob o comando da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); ou seja, Temer vai disponibilizar ao mercado essas áreas que antes pertenciam ao governo federal. Trata-se de uma sinalização do governo de que esse setor será favorecido pela flexibilização e instalação de empreendimentos e pelo avanço da pesquisa mineral. Isso é altamente preocupante não só porque produz a ocupação de pesquisas nessa localidade, mas também indica que o governo abrirá novas áreas, sejam as que estão em pontos do CPRM, sejam as que são desejadas em outros projetos de lei, inclusive em áreas indígenas e em Unidades de Conservação de uso restrito”. A entrevista completa pode ser acessada em Fachin (2017).

⁵¹ No dia 04 de setembro de 2017 o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração emitiu uma Nota Pública repudiando a ação do governo de suspender o Decreto n. 9.147/2017 por 120 e de promover via Ministério de Minas e Energia debates com a sociedade sobre a extinção da RENCA. Conforme a nota: “O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, rede composta por mais de 110 organizações, movimentos sociais, pesquisadores e igrejas vem a público

O primeiro decreto foi, após seis dias, revogado pelo segundo, em uma clara tentativa do atual governo de regularizar a qualquer preço e modo a mineração extrativista no coração da Amazônia brasileira. No entanto, apesar da revogação do primeiro decreto, o segundo (n. 9.147/2017) mantém a posição entreguista/privatista do atual governo, uma vez que mantém a extinção da RENCA, conforme explicitado em seu Art. 2º “Fica extinta a Reserva Nacional de Cobre e Seus Associados, reserva mineral constituída pelo Decreto n. 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá”.

Consideramos, a partir destes casos emblemáticos, que qualquer modelo de extração dos recursos naturais/minerais brasileiros, realizado em ação conjunta/compartilhada, legalmente formalizada e normatizada⁵² pelo Estado brasileiro com empresas estrangeiras, isto é, multinacionais que atuam no setor extrativista, e que nada mais são do que representantes do capital que atuam vorazmente sobre os recursos naturais – que são finitos – nada mais é do que uma das expressões do capitalismo contemporâneo.

denunciar que o anúncio do Governo Temer em conceder 120 dias para debates sobre o decreto que extinguiu a RENCA é apenas uma cortina de fumaça, de caráter temporário. Que não abre para a possibilidade da manutenção da RENCA e da intensificação das políticas de preservação ambiental e étnica na área. Em nota na última quinta-feira (31), o Ministério de Minas e Energia afirmou que dará início a um amplo debate com a sociedade sobre as alternativas para a proteção da região. A nota deixa claro que serão discutidos os moldes de implementação dos projetos de mineração. Na prática, os 120 dias propostos pelo Ministério de Minas e Energia para discussões são uma tentativa de diminuir a pressão da opinião pública nacional e internacional sobre o caso, mas sem dar à sociedade o direito a decidir sobre o futuro da RENCA. [...] o Comitê defende a anulação definitiva do Decreto n. 9.147/2017, que extingue a RENCA, e alerta que a democracia só será respeitada se o diálogo com a sociedade nos 120 dias for sobre a manutenção da RENCA e não sobre os meios de exploração mineral por empresas privadas naquela região”. A nota na íntegra pode ser consultada em Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (2017).

⁵² “O governo vai leiloar áreas para prospecção mineral. As licitações serão virtuais, por meio do site da Receita Federal. Cerca de 20 mil áreas já podem ficar disponíveis para pesquisa e lavra mineral. O primeiro leilão deve ocorrer até dezembro, disse o secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo. [...] Nessa primeira licitação devem ser ofertadas cerca de mil áreas, majoritariamente localizadas no sudeste do Pará, norte de Mato Grosso e sudeste do Amapá. [...] Segundo Lôbo, o principal objetivo dos leilões não é arrecadatário, mas sim facilitar a exploração mineral e evitar a especulação paralela”. (WARTH, TEREZA, 2017).

Destacamos as palavras do ministro de Minas e Energia do governo Temer, Fernando Coelho Filho, em seminário para investidores estrangeiros em Nova York, onde afirma que o governo

Não está querendo mexer numa área indígena, numa reserva ambiental. O que nós queremos é que, a reserva mineral que foi feita em 1984, com expectativa que aquela exploração fosse feita pelo pelo Estado e o Estado não mais fará nenhum tipo de atividade mineral, possa ser ofertada à iniciativa privada. (FLECK, 2017).

Este movimento historicamente assumido pelo Estado, significa a opção pelo ideário neoliberal, este que “difunde o mito da obstrução estatista do desenvolvimento latino-americano, omitindo a dependência e a inserção primarizada da região no mercado mundial”. (KATZ, 2016, p. 104). O mesmo autor ainda afirma que “o neoliberalismo perdura pelo retrocesso que impôs aos trabalhadores. Sustenta-se do cansaço político gerado pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo”. (KATZ, 2016, p. 81). Ou seja, é a reafirmação da referência do Estado enquanto comitê executivo da burguesia, conforme Marx e Engels já nos alertam desde o ano de 1848.

É a partir dessa perspectiva – de avanço do capital sobre o continente latino-americano, especificamente por meio da mineração extrativista – que adentraremos na próxima seção, enfatizando mais proximamente o contexto contemporâneo deste processo no município de Mariana-MG e região. Demonstraremos, a partir das manifestações cotidianas na vida e no contexto laboral dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente com a atividade da mineração extrativista, como a questão social se manifesta. Explicitaremos que lhes são negadas as condições mínimas de sobrevivência e lhes são impostas as severas marcas de um sistema de produção e reprodução social que lhes trata como uma mera mercadoria descartável, os levando à morte.

4 O SETOR MINERÁRIO EXTRATIVISTA ENQUANTO UM ELEMENTO DE REAFIRMAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Os Bens e o Sangue
VI - Os urubus no telhado

E virá a companhia inglesa e por sua vez comprará tudo
e por sua vez perderá tudo e tudo volverá a nada e
secado o ouro escorrerá ferro, e secos morros de ferro taparão o vale
sinistro onde não mais haverá privilégios, e se irão os últimos escravos,
e virão os primeiros camaradas; e a besta Belisa renderá os arrogantes
corcéis da monarquia, e a vaca Belisa dará leite no curral vazio para o
menino doentio, e o menino crescerá sombrio, e
os antepassados no cemitério se rirão
Se rirão porque os mortos não choram.

Carlos Drummond de Andrade

Neste continente ‘das veias abertas’ podemos dizer que são diversos os ciclos de exploração extrativista que ocorreram e ocorrem no Brasil desde a colonização até os dias presentes. Do ouro ao minério de ferro, o que a história registra é um irracional exaurimento da natureza e dos homens diretamente envolvidos nesses processos. Da condição de escravo à de trabalhador assalariado, o destino de milhares de indivíduos é ser exaurido pela lógica de sistemas produtivos voltados à expropriação e à espoliação, especialmente, no caso da ordem destrutiva do capital no contexto extrativista que historicamente se pôs em curso neste tão rico território latino-americano.

Na presente seção, nossa pesquisa adentra o conteúdo da realidade do setor produtivo minerário brasileiro, mais precisamente, do estado de Minas Gerais e, neste, do município de Mariana-MG na contemporaneidade. De acordo com o que temos afirmado em nosso estudo, a condição histórica e contemporânea do capitalismo na América Latina e no Brasil é de dependência em relação aos países centrais-centralizadores de capital, e que a superexploração da força de trabalho é um elemento fundamental, dentre outros que fazem parte dessa “dialética da dependência”. Afirmamos, também, na segunda seção, subseção 2.3, acompanhando autores como Marini (2005) e Amaral (2012), que embora se evidencie a subordinação do capitalismo brasileiro às nações e aos capitais centrais-

centralizadores do globo, isso não impede que o capital no Brasil avance e se expanda para outros países buscando se impor e de certa forma dominar e “imperializar” sobre mercados e povos da América Latina e mesmo de outros continentes do globo. Dessa forma, nosso objetivo central na presente seção é compreender em que medida categorias como capitalismo dependente, subimperialismo e superexploração da força de trabalho condizem com a realidade do setor produtivo da mineração, no *lôcus* delimitado pela pesquisa, isto é, em que medida essas categorias expressam e explicam a realidade delimitada.

Assim, começaremos situando, na primeira subseção de estudo, o setor produtivo da mineração nos níveis nacional, estadual e municipal, com o objetivo de esclarecer a realidade deste setor no capitalismo dependente brasileiro e, ao mesmo tempo, buscando pensar a categoria “subimperialismo”. Na segunda subseção buscaremos evidenciar, dentre os elementos da dialética da dependência a superexploração da força de trabalho na mineração. Na terceira seção, analisaremos o fenômeno do rompimento da barragem de Fundão como um fenômeno típico dos processos produtivos do capitalismo dependente, imbricado ao subimperialismo e à superexploração da força de trabalho. E, para desfechar a seção, abordaremos sobre o panorama das lutas sociais no contexto de minério dependência vivenciado em Mariana-MG.

Este percurso contribui para o entendimento acerca da ‘questão social’, isto é, de seus fundamentos, das relações econômicas e políticas que a engendram e evidenciará suas manifestações na vida dos sujeitos. Nesse sentido, reiteramos que o rompimento da barragem de Fundão/crime é uma ‘máxima’ expressão da violência, da espoliação e da exploração que o capital assume no seu processo produtivo e de reprodução social.

4.1 O panorama econômico de Minas Gerais e do município de Mariana-MG: considerações sobre a questão social no contexto da mineração extrativista

"Trago Minas no peito. Minas me dói, demais, de ser como é. Dói tanto que morro de raiva. O diabo é que quanto mais odeio, mais me comovo.

Deve ser isso que me faz solene quando penso Minas. Mais ainda quando escrevo. Como não falar pausado, com voz sentida, os nomes

dos homens: Filipe dos Santos, despedaçado; Joaquim José, esquartejado. Antônio Francisco, aleijado, chagado. Esses no corpo, muitíssimos mais na alma. Esse chão de pedra de ferro. Esse povo de tristes almas alvoraçadas.

Tudo começou porque aqui se descobriu, faz tempo, pepitas, grãos, veios de ouro, puro ouro, brilhando nas bateias. Depois, no meio do cascalhal mais ordinário. Tanta riqueza desencadeou cobiças e ódios descomunais. Até guerras de mamelucos contra emboabas, com batalhas de emboscada. Na mais sangrenta delas foram trucidados mais de duzentos no Capão da Traição, que fica pertinho daqui, sem um marco sequer que assinale tamanho malfeito. Tudo isso nos fez e nos desgraçou. Fez Minas, tal qual".

Darcy Ribeiro.

É notória a riqueza deste continente e do Brasil no que se refere ao solo, às águas, às vegetações, aos minerais e minérios. Sobre essa expressiva abundância erguem-se agravadas ações do homem sobre a natureza ao longo do tempo. O contexto da mineração é uma destas expressões. Do ciclo do ouro ao de minério de ferro este território é fortemente devastado em nome da acumulação de capital.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) (2015, p. 8) no País “os recursos minerais são expressivos e abrangem uma produção de 72 substâncias minerais, das quais 23 são metálicas, 45 não metálicas e 4 energéticas. São 1.820 lavras garimpeiras; 830 complexos de água mineral; e 13.250 licenciamentos”.

Dentre esses ciclos extrativistas tem destaque o ciclo da mineração de ferro⁵³ que é fortemente direcionada à exportação.

O Brasil, detentor de território com extensão continental e de notável diversidade

⁵³ O Brasil produziu 400.000.000 toneladas de Minério de Ferro em 2014. “De acordo com a Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, em 2014, o minério de ferro permaneceu liderando, mais uma vez, a pauta de exportações na conta de Produtos Básicos. Minério de Ferro representa 11,47% dos produtos básicos, seguido da soja com 10,34%. E mesmo com uma variação no preço em 2014 (-20,54%), o minério de ferro permaneceu liderando este segmento”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p.10-15).

geológica propícia à existência de jazidas de vários minerais, algumas de classe mundial, conquistou posição de destaque no cenário global, tanto em reservas quanto em produção mineral, esta tendo atingido no ano de 2014 o valor de US\$ 40 bilhões, o que representou cerca de 5% do PIB Industrial do país. No Comércio Exterior, a indústria extrativa mineral contribuiu com mais de US\$ 34 bilhões em exportações de minérios, sendo somente o minério de ferro responsável por US\$ 25,8 bilhões deste valor. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 5).

Ainda segundo esta mesma fonte, a mineração é considerada um dos “pilares da sustentação econômica do país” uma vez que nos últimos dez anos, “o setor de ‘minérios e concentrados’ foi responsável pela agregação de 232 bilhões de dólares ao conjunto de nossas reservas cambiais”, sendo que a exportação de Ferro foi de 30.989,3 milhões de US\$ FOB⁵⁴ em 2012, de 32.491,5 milhões de US\$ FOB em 2013, e de 25.819,1 milhões de US\$ FOB em 2014, perfazendo um saldo mineral, considerando a relação exportação/importação, de 30.064,7; 32.501,9 e 26.358,3 nestes mesmos anos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 10).

Importante referenciar o papel da China neste contexto, uma vez que se caracteriza como o principal comprador do minério de ferro brasileiro. Mais de 45% do total da produção brasileira é comprada por aquele país, existindo a estimativa de que até 2020 a China importe no mínimo 400 milhões de toneladas/ano. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2012). Um indicativo de “390 milhões de toneladas foi a produção total brasileira em 2011 de Minério de Ferro, sendo que 330,8 milhões de toneladas foram exportadas”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2012, p. 36). Percebe-se, portanto, a forte ênfase na extração mineral de ferro para a exportação.

⁵⁴ FOB (Free on Board - Livre a bordo, ou seja, preço de venda do exportador colocado no navio, neste caso, no Brasil). (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p.10).

Passadas quase duas décadas da entrada no novo século, o cenário que se apresentou foi,

Desde o início do século XXI, mais definitivamente a partir de 2002, o mercado global passou pelo período denominado de ciclos de boom e pós-boom das *commodities*, em particular dos bens minerais, que produziu forte variação nos preços dos minérios e alterou o comportamento das empresas, governos e da sociedade no Brasil. (WANDERLEY, 2017, p. 1).

Assim, o período de *boom*⁵⁵ dos preços e das exportações de *commodities* consolidou, acerca da importação global de minério de ferro, o seguinte movimento: “passou de 500 milhões de toneladas em 2001 para 1.394 milhões de toneladas em 2014 (elevação de 178%)”. Nesse período, a “China era responsável por 18% em 2001, e passou a importar 67% do minério de ferro mundial em 2014”. (WANDERLEY, 2017, p. 2).

Ainda sobre a primeira fase desde ciclo de *boom* e pós-*boom* das *commodities*, o autor, utilizando-se de dados do Banco Mundial (2016), afirma:

A primeira parte do ciclo, que durou até 2011, corresponde à fase de constante e aguda valorização nos preços de várias *commodities* minerais no mercado internacional. O minério de ferro de 62% de teor que, em maio de 2002, custava US\$ 12,60 a tonelada, chegou a US\$ 187,10 em janeiro de 2011, uma valorização de quase 15 vezes em 10 anos. Este fenômeno também afetou o preço de outros minérios, elevando: a tonelada de níquel em 1.072%; a tonelada de estanho em 897%; a tonelada de carvão sul-africano em 789%; a onça-troy de ouro em 665%; e a tonelada alumínio em 239%. (WANDERLEY, 2017, p.1)

⁵⁵ Um contexto de elevação dos preços das *commodities* minerais no mercado global que influenciou diretamente a forma como tal ação se desenvolveu ao longo desde (recente e curto) período da história extrativa mineral no país. (WANDERLEY, 2017).

Mais especificamente em relação ao Brasil,

durante a valorização das commodities minerais, a exportação de minério, que representava 6,8% da pauta exportadora em 2000, subiu para 17,6% em 2011. A participação da indústria extrativa mineral na economia nacional subiu de 0,63% do Produto Interno Bruto para 1,77% entre 2001 e 2011 (ALMEIDA, 2017). A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Royalties da Mineração) subiu de R\$ 160 milhões para R\$ 2,38 bilhões entre 2001 e 2013 (DNPM, 2017). (WANDERLEY, 2017, p. 2).

Nesse contexto, um território brasileiro que ganha expressividade devido sua presença significativa no que se refere à mineração extrativista, especialmente de minério de ferro, é o estado de Minas Gerais⁵⁶, que como o próprio nome já deixa entendido, é um território com uma imensa riqueza natural subterrânea. São inúmeros e diferentes os tipos de minério e de

⁵⁶ “O desbravamento na região que hoje compreende o estado de Minas Gerais se iniciou no século XVI, por meio do trabalho dos bandeirantes, em busca de ouro e pedras preciosas. Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais. [...] A absoluta influência da mineração na economia do estado inibiu, de certa forma, o desenvolvimento de outras atividades econômicas de exportação. Por muitos anos, apesar dos avanços advindos da produção de açúcar, fumo e algodão, Minas Gerais continuou baseando sua economia nas grandes fazendas. O lento avanço da economia de Minas, como o de toda colônia, foi acelerado com o advento da produção e exportação de café. A introdução da cafeicultura em Minas Gerais ocorreu no início do século XIX e logo se transformou na principal atividade da província e no agente indutor do povoamento e desenvolvimento da infraestrutura de transportes. O predomínio da cafeicultura se alterou, gradualmente, a partir da década de 1930, com a afirmação da natural tendência do Estado para a produção siderúrgica e com o crescente aproveitamento dos recursos minerais. Ainda na década de 1950, no processo de substituição de importações, a indústria ampliou consideravelmente sua participação na economia brasileira. Na década de 1970, a economia mineira passou por mudanças estruturais graças a um grande volume de investimento. Nesse período, o Estado reverteu a perda de posição relativa no contexto nacional. Iniciou-se então um processo de adensamento e diversificação da sua estrutura industrial, de consolidação de novos setores industriais e de ampliação da inserção nacional e internacional da economia mineira. (MG.GOV.BR., 2016).

Atualmente Minas Gerais possui 853 municípios distribuídos num total de 586.519,727 Km². A população estimada em 2015 foi de 20.869.101 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

metais encontrados em seu solo o que o torna um estado com inegável caráter minerário. A história registra que este estado já vivenciou vários ciclos de mineração: ouro, esmeraldas, diamantes, dentre outras gemas.

Localiza-se no estado de Minas Gerais uma área territorial que é reconhecida como 'Quadrilátero Ferrífero'. Esta área pode ser definida como

uma estrutura geológica cuja forma se assemelha a um quadrado, perfaz uma área de aproximadamente 7000 km² e estende-se entre a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto a sudeste, e Belo Horizonte, a nova capital a noroeste. É a continuação sul da Serra do Espinhaço. Seu embasamento e áreas circunvizinhas são compostos de gnaisses tonalítico-graníticos de idade arqueana (> 2.7 bilhões de anos). (ROESER; ROESER, 2010, p. 33).

Segundo Prado Filho e Souza (2004, p. 344) avaliam-se as

reservas atuais de minério de ferro em aproximadamente 29 bilhões de toneladas. Além de abrigar grandes minerações de ferro, no Quadrilátero Ferrífero também estão presentes empreendimentos minerais de inúmeros outros tipos de rochas e substâncias materiais. Trata-se de uma das mais importantes províncias minerais produtivas do país e a mais conhecida, em termos geológicos. Além das importantes reservas de minério de ferro, o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais abriga vastas reservas de ouro, calcário, bauxita, manganês, argila, caulim, etc. (PRADO FILHO; SOUZA, 2004, p. 344).

O Quadrilátero Ferrífero de MG é uma área que tem como vértices as cidades de Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste e Itaúna, a noroeste. (GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO, 2016).

Atualmente, Minas Gerais possui expressivo destaque na

extração de minério de ferro. Segundo o IBRAM (2015), no ano de 2014, o estado originou 51,6% e o estado do Pará originou um total de 32% do minério exportado pelo País⁵⁷. “A produção de finos e granulados foi de 399,4 milhões de toneladas e a de pelotas, 58,9 milhões de toneladas”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 22). Merece destaque a informação de que a produção de pelotas foi realizada exclusivamente pelas mineradoras Vale S.A. e Samarco, produzindo 34,4 e 24,5 milhões de toneladas respectivamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015).

Também é relevante evidenciarmos como está distribuída a capacidade extrativista das empresas mineradoras no país. A Tabela 1 contribui para este entendimento.

⁵⁷ Traçando um comparativo entre a produção do Brasil e a produção mundial de Minério de Ferro, temos o seguinte panorama, tomando por referência o ano de 2014: O Brasil atingiu 400 milhões de toneladas de um total de 3.400 milhões de toneladas em nível mundial. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 22).

Tabela 1 - Produção Brasileira de Minério de Ferro Milhões de Toneladas/Ano

| Produção Brasileira de Minério de Ferro Milhões de Toneladas/Ano | | |
|---|---------------------------------|---------------------------------|
| Empresa | Ano 2014 Milhões t/a | Ano 2013 Milhões t/a |
| VALE S.A. | 319,2 | 299,8 |
| CSN/Namisa | 33,0 | 25,7 |
| Gerdau | 7,6 | 11,5 |
| Usiminas | 6,0 | 7,0 |
| COMISA - Cia. de Mineração Serra Azul | 6,0 | 6,0 |
| VALLOUREC (V&M Mineração) | 4,0 | 4,0 |
| Ferrous Resources | 3,8 | 5,1 |
| MMX | 2,7 | 5,9 |
| Arcelor Mittal | 2,6 | 4,3 |
| MINERITA - Minérios Itaúna Ltda. | 2,0 | 2,3 |
| Zamin Ferrous | 1,5 | 6,0 |
| Vetria Mineração S.A. | 1,0 | 1,5 |
| OUTRAS | 10,0 | 12,0 |
| TOTAL (minérios) | 399,4 | 391,1 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração⁵⁸ (2015, p. 22).

⁵⁸ "Para aquelas empresas que não possuem relatório de produção publicado foi estimada produção pelo IBRAM. Outras se referem a empresas pequena produção e/ou Quadrilátero Ferrífero-MG." (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 22).

Tais dados assinalam a expressiva capacidade de extração pela VALE S.A. em relação às demais empresas mineradoras. Segundo informações da própria Companhia, “a Vale é a maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a fabricação de aço”. (VALE S.A., 2016). Em termos de abrangência esta Companhia possui atuação nos cinco continentes do globo. Na América Latina, intervém no Peru, Argentina, Paraguai, Chile e no Brasil. Somente no estado de Minas Gerais possui 40 unidades, sendo elas de: minas, escritórios e terminais rodoviários. No município de Mariana-MG a Vale S.A. possui atuação por meio de quatro minas, sendo elas de Timbopeba, Fazendão, Fábrica Nova e Alegria, todas situadas dentro do Complexo Mariana Fazenda da Alegria (VALE S.A., 2016), o que reafirma a importância deste tão rico território no que concerne à atividade mineral extrativista em termos econômico-globais, também, na mesma proporção explícita o grau de devastação a que este território é submetido historicamente.

Acerca da indústria extrativa mineral no Brasil é importante evidenciar que no último trimestre de 2015 o nível de atividade do setor foi fortemente afetado pelo rompimento da barragem de Fundão de propriedade da Samarco⁵⁹, em Mariana-MG. Mesmo que a

extração de petróleo e gás tenha se mantido e que a extração de minério de ferro no Pará ter se elevado, o nível de atividade do setor de extrativa mineral foi reduzido em 6,6% na comparação com o trimestre anterior (queda de 15% em Minas Gerais). (BOLETIM DE

⁵⁹ No dia 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da Barragem de Fundão, esta pertencente a empresa Samarco, no interior do município de Mariana-MG. Como consequência direta houve 19 mortes (de funcionários e de moradores da região). O distrito de Bento Rodrigues que se localizava logo abaixo da barragem foi totalmente destruído, além dele o distrito de Paracatu e o município de Barra Longa-MG. Após percorrer mais de 100 km a lama tóxica que continha resíduos de minério e outras substâncias danosas à saúde chegou até a Foz do Rio Doce. Esta situação recebeu destaque e repercussão na mídia em nível nacional, e também internacional devido a gravidade do impacto ambiental, social e econômico gerado. Diferentes movimentos sociais, sindicatos, ONGs, além do poder público das três esferas atuaram e atuam diretamente no atendimento às vítimas desse que é considerado o maior desastre ambiental dos últimos 100 anos.

CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS, 2016, p. 22).

Nessa mesma referência, considerando o período de janeiro a dezembro, o estado de Minas Gerais registrou em 2015 uma queda de 24,9% no valor total das exportações, se considerarmos o mesmo período de 2014.

Percebe-se, portanto, o quão expressivo e impactante para o cenário econômico do estado (MG) e do País é a extração de minério de ferro na região do quadrilátero ferrífero, mais especificamente no município de Mariana-MG. Se considerarmos que foi apenas uma empresa multinacional (Samarco) que teve seu funcionamento afetado e momentaneamente paralisado⁶⁰, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão – Samarco, haja vista ter ficado sem um local para depositar os rejeitos decorrentes do processo de extração e também da questão de embargo formal e processo judicial em andamento, podemos ter uma maior clareza do quanto a atividade desta empresa impactava/impacta na economia do país, do estado, do município e na vida do trabalhador, sem, no entanto, que este significado seja semelhante para cada um destes.

[...]. Em termos de valor, as exportações de Minas Gerais, de janeiro a dezembro de 2015, alcançaram US\$ 22,0 bilhões (contra US\$ 29,3 bilhões de janeiro a dezembro de 2014) e as importações somaram US\$ 8,8 bilhões (contra US\$ 11,0 bilhões em igual período do ano anterior). Em decorrência, o superávit comercial mineiro atingiu US\$ 13,2 bilhões no período analisado, contra US\$ 18,3 bilhões no mesmo período de 2014. (BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS, 2016, p.10).

Essa desaceleração da atividade econômica extrativista

⁶⁰ Apenas o setor de extração teve seu funcionamento paralisado, os demais setores, principalmente administrativos continuaram e continuam em operação. No final do mês de junho de 2017 é divulgado na imprensa, o entendimento, por parte das controladoras da Samarco, que o retorno das atividades produtivas dificilmente ocorrerá ao longo de 2017. Maiores informações em: Jornal Ponto Final (2017; 2017a).

tem implicação na queda das receitas do estado. “O governo de Minas Gerais fechou o ano de 2015 com Déficit de R\$ 8,96 bilhões. Foi a terceira vez consecutiva em que o Resultado Orçamentário foi negativo nos últimos 10 anos. (BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS, 2016, p.10).

Outra consequência direta deste contexto, segundo esta mesma fonte bibliográfica/documental, é o aumento da taxa de desemprego. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) esta taxa atingiu o patamar de 5,6% em 2015, sendo a mais elevada desde o ano de 2010, conforme dados do IBGE.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o setor Extrativo Mineral possui 214.070 empregos diretos. (dados de julho/2015). [...]. Segundo dados do Informe Mineral 2º/2014 do DNPM, o setor extrativo mineral gera um efeito multiplicador de 3,6 postos de trabalho sobre a indústria de transformação mineral, ou seja, são 770.652 empregos na cadeia produtiva seguinte. Ao longo de toda cadeia industrial brasileira, o IBRAM apura que este efeito multiplicador ocorre para trás e para frente na cadeia produtiva. Efeito multiplicador de até 13 empregos indiretos ou induzidos; ou seja, quase 2,7 milhões de trabalhadores envolvidos de alguma forma com a atividade de mineração. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015, p. 10-11).

Estas consequências tendem a se agravar em momentos de crise do capital, tal qual o que estamos vivenciando desde os anos 2008/2009. “Os dados consolidados para o desempenho da economia mundial em 2015 revelam que o ano passado foi o de menor crescimento econômico (3,1%) desde o auge da crise em 2009”. (BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS, 2016, p. 11).

É preciso considerar que a China, num passado recente, assumiu o papel de maior comprador de minério de ferro do Brasil, e que também tem sofrido influência da atual crise do capital, o que implica que tenha um menor ritmo de crescimento, o que também desencadeia mudanças em sua estrutura

econômico-produtiva, como por exemplo, um maior dinamismo no setor de serviços em detrimento da retração de atividades como a construção civil e a indústria pesada. Como consequência da “absorção chinesa de bens e serviços produzidos no resto do mundo corresponde atualmente a somente um terço da registrada em 2012, com o colapso da parcela importada referente a minerais, aço e cimento”. (BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS, 2016, p. 11-12).

Para Wanderley (2017, p. 3) o que ocorreu foi que

Até 2011, o setor da mineração se comportava como se o crescimento da demanda e dos preços fosse se manter crescente, não restringindo novos investimentos e aquisições e sem limites para a expansão da fronteira mineral. A partir 2012, com o alastramento da crise econômica global, em especial para a Europa, e com a desaceleração do crescimento da economia na China, os preços das *commodities* minerais entram em decréscimo. (WANDERLEY, 2017, p. 3).

O autor afirma, a partir de dados do Banco Mundial (2016), que neste período “o níquel perdeu 84% do seu preço de mercado até 2016; já o minério de ferro voltou a US\$ 39,60 a tonelada, queda de 79%; o carvão mineral caiu 70%, o estanho, 57%; o ouro, 52%; e o alumínio, 40%”. (WANDERLEY, 2017, p. 3). Este movimento econômico caracteriza o período denominado de pós-*boom* das *commodities*. Período em que há excesso de oferta de minério no mercado internacional e retração do crescimento da demanda global e chinesa, o que ocasiona uma perspectiva de preços mais baixos no médio prazo, mesmo que com alguma oscilação (WANDERLEY, 2017).

Nesta conjuntura, os mercados de minérios se reajustam, favorecendo as grandes mineradoras que conseguem produzir a preços mais baixos e ter ganhos na produção em grande escala, enquanto as pequenas e médias mineradoras são colocadas para fora

do mercado. As empresas buscam repassar os efeitos negativos da queda em suas receitas para trabalhadores, comunidades e meio ambiente, com a conivência de um Estado endividado e dependente da exploração mineral. (WANDERLEY, 2017, p. 3).

Assim, este caráter de crises conjunturais e estruturais do capital, desencadeia para as economias nacionais momentos distintos, seja de aceleração do crescimento – sempre vinculado a uma maior subordinação econômica e política, seja de recessão – tal qual estamos nos deparando nesta segunda metade da primeira década deste novo século.

O cenário econômico que o Brasil vivencia nestes últimos anos é marcado pela piora dos termos de troca (considerando a queda do preço das *commodities*), pela elevação das taxas de juros (estratégia utilizada para atrair capital internacional e como forma de destinar intensamente recursos públicos para a apropriação privada/capital), pela corrosão da renda das famílias (que se dá num contexto em que o salário mínimo não é suficiente para garantir necessidades básicas de sobrevivência aos indivíduos, sendo que seu poder aquisitivo é cotidianamente diminuído em função da inflação no preço dos produtos e serviços), o que desencadeia, por parte dos governos locais, a realização de ajuste fiscais, isto é uma maior ofensiva sobre a classe trabalhadora, seus direitos – trabalhistas, sociais, previdenciários, sua condição de sobrevivência.

Este panorama não poderia ser diferente considerando a histórica dependência na qual o continente, os países latino-americanos estão inseridos. Ocupando o lugar de economia agrário-exportadoras (alimentos e matérias-primas industriais), o que cabe às economias periféricas nesta relação desigual e combinada com as economias centrais – produtoras de mercadorias a partir de um alto padrão tecnológico é uma condição de subordinação na divisão internacional do trabalho.

A consequência deste peculiar desenvolvimento capitalista periférico, não pode ser outra que não uma maior dependência (MARINI, 2005). Dependência esta que é fortalecida a cada ciclo de estagnação econômica vivido, principalmente após os ciclos

que promovem – mesmo que por muito pouco tempo – a ilusão de saída da condição de país subdesenvolvido, dependente.

Segundo Katz (2016, p. 34),

No contexto econômico atual da América Latina, prevalece um esquema de especialização produtiva baseada na agroexportação, na mineração a céu aberto, no declínio da indústria tradicional, nas remessas de lucro e no turismo. Este modelo implica uma generalizada reinserção periférica ou semiperiférica na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, a dependência em relação aos países com maior desenvolvimento e poderio econômico capitalista aparece como uma constante da realidade brasileira. Dependência esta, que é ocasionada e é condição do desenvolvimento deste sistema regido pelo capital no globo, em que cada território cumpre uma função historicamente determinada, no caso deste continente, do Brasil, se serem fornecedores de matérias-primas.

O desastre da Samarco/Vale/BHP marca, no Brasil, o fim do megaciclo das *commodities* que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Chamamos de megaciclo o período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões. O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos países e regiões. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um “orgulhoso” segundo lugar, respondendo por 14,3% das exportações de minérios no mundo (ITC, 2015). Ao longo desses anos, aprofundou-se a dependência econômica do Brasil com relação ao setor mineiro-exportador. No mesmo período, a participação dos minérios na exportação do país passou de 5% para 14,5%, tendo o minério de ferro correspondido a 92,6% desse total (ITC,

2015)". (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 41-42).

Diante disso, reafirma-se o entendimento de que a dependência só será suprimida quando primeiramente forem suprimidas as relações que causam tal condição, isto é, no limite, o próprio modo de produção capitalista. Destarte, ser um país cuja economia é fortemente conformada pela exportação de minério de ferro, ser um país que remunera a classe trabalhadora por meio de estratégias que 'violam o valor da força de trabalho' é ser um país que 'se especializou em perder', em ser presa fácil à voracidade do desenvolvimento capitalista internacional. No entender de Osório (2009 apud KATZ, 2016, p. 94):

Nenhum país latino-americano pode converter-se espontaneamente numa economia avançada sem modificar a matriz histórica que obstruiu o seu desenvolvimento produtivo. Essa estrutura gera transferência de recursos para os países desenvolvidos e reproduz modalidades distintas do atraso. (OSÓRIO, 2009 apud KATZ, 2016, p. 94).

Nesse sentido, considera-se ser importante, para um melhor entendimento das relações de trabalho e suas conformações contemporâneas na mineração, conhecer a realidade vivida pelos trabalhadores enquanto parte da população residente em Mariana-MG, uma vez que o trabalho na mineração e as condições de reprodução da vida no município são situações que se complementam.

Essa contextualização do *lócus* do estudo também é importante para melhor compreendermos a realidade deste município que tem em seu histórico, desde a sua fundação enquanto primeira vila, cidade, capital de MG, um lastro de exploração do capital sobre o gênero humano e que desde o dia 05 de novembro de 2015 possui sua história marcada pelo maior desastre socioambiental do País. Desastre esse, que reconhecemos e o inscrevemos nos marcos do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho, ou como se referem Wanderley, Mansur e Pinto (2016, p. 41), pode ser

um “pressuposto a correlação entre o aumento do risco de rompimento de barragens de rejeitos e o ciclo pós-boom do preço dos minérios”, situação fortemente vivenciada na realidade de Mariana-MG.

Reconhecendo este contexto regional econômico-minerário, é importante evidenciar aspectos do âmbito demográfico e social do município de Mariana-MG⁶¹, nosso *locus* de estudo.

O município de Mariana situa-se na vertente sul da Serra do Espinhaço, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, conhecida como Quadrilátero Ferrífero, a 697 metros de altitude. Faz limite com os municípios de Ouro Preto, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Acaiaca, Piranga, Catas Altas e Alvinópolis. Tem distância de cerca de 12 km de Ouro Preto e 110 km de Belo Horizonte. Situa-se na Bacia do Rio Doce, banhada pelo Rio do Carmo, que possui dois afluentes: Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul. A altitude máxima chega a 1.772 m no Pico do Itacolomi. (PREFEITURA DE MARIANA, 2016).

Localiza-se, portanto, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, compondo juntamente com os municípios de

⁶¹ “Primeira vila, primeira capital, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais. [...] Em 16 de julho de 1696, bandeirantes paulistas liderados por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça encontraram ouro em um rio batizado de Ribeirão Nossa Senhora do Carmo. As suas margens nasceu o arraial de Nossa Senhora do Carmo, que logo assumiria uma função estratégica no jogo de poder determinado pelo ouro. [...] Em 1711, por ordem do rei lusitano D. João V, a região foi elevada à cidade e nomeada Mariana – uma homenagem à rainha Maria Ana D’Austria, sua esposa. Transformando-se no centro religioso do Estado, nesta mesma época a cidade passou a ser sede do primeiro bispado mineiro. [...] Pioneira em comunicação, nas suas terras foi instalada a primeira agência dos Correios no Estado, em 1730. [...] Em 1945, Mariana recebe do presidente Getúlio Vargas o título de Monumento Nacional por seu “significativo patrimônio histórico, religioso e cultural” e ativa participação na vida cívica e política do país, contribuindo na Independência, no Império e na República, para a formação da nacionalidade brasileira. [...] A extração do minério de ferro é a principal atividade industrial do município, forte geradora de empregos e receita pública. Seus distritos desenvolvem atividades agropecuárias e apresentam artesanato variado, expressando a diversidade cultural de Minas Gerais.” (PREFEITURA DE MARIANA, 2016a).

Ouro Preto, Diogo de Vasconcelos e Itabirito a microrregião de Ouro Preto. (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2010).

Segundo dados do Censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mariana-MG possui uma área territorial de 1.194,208 Km². A população no ano de 2010 era de 54.219 habitantes (26.583 homens e 27.636 mulheres). Deste total, 6.577 viviam na área rural⁶² e 47.642 viviam na área urbana do município, o que gera uma estimativa de densidade geográfica de 45,40 hab/km². Para o ano de 2015, a estimativa era que o município tivesse uma população de 58.802 habitantes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016a).

É importante evidenciar acerca do crescimento populacional do município na década de 2000 a 2010, que este ocorreu a uma taxa de 1,50% ao ano, passando de 46.719 habitantes em 2000 para, como já mencionado, 54.219 habitantes, taxa esta que é superior à taxa de crescimento populacional do estado e da região sudoeste do país no mesmo período, que se pautou em 0,93% e 1,06% respectivamente. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016).

Reconhecemos que o aumento populacional em Mariana-MG é fortemente influenciado pela mineração extrativista. Tal atividade requisita uma expressiva quantidade de força de trabalho, o que faz com que os indivíduos se desloquem para o município, a fim de vincularem-se ao setor por meio do emprego. O fluxo migratório no município é conformado pelas fases de expansão da atividade minerária e pelas fases de recuo produtivo/econômico deste setor⁶³. Assim, requisita-se e repele-se a força de trabalho, o que altera significativamente o contingente populacional. Importante mencionar que são os trabalhadores vinculados às empresas terceirizadas que

⁶² O município de Mariana possui nove Distritos: Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeirantes (Ribeirão do Carmo), Padre Viegas (Sumidouro), Cláudio Manoel, Furquim, Passagem de Mariana, Cachoeira do Brumado. (PREFEITURA DE MARIANA, 2016b).

⁶³ Marx (2013, p. 786-787), ao tratar da estrutura econômica da sociedade capitalista afirma que a dissolução da sociedade feudal liberou os elementos dessa nova conformação econômico-societária, isto é, o trabalhador deixou de ser servo para tornar-se um “livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela”. Percebe-se, portanto, que o fluxo migratório é, desde os primórdios do capitalismo, uma constante.

prioritariamente vivenciam este fluxo migratório⁶⁴.

O contexto minerário extrativista em vigência em Mariana-MG demonstra que tal premissa se coloca como fundamental para o seu próprio funcionamento, o que impacta, altera e conforma às suas necessidades o panorama social e demográfico do município. Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 193) afirmam que,

a maioria dos postos de trabalho no setor mineral são temporários, sendo criados durante a etapa de instalação da infraestrutura dos complexos mineradores e, portanto, sendo fechados após sua conclusão. (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p. 193).

Estas mudanças de crescimento populacional influenciam diretamente a taxa de urbanização do município. Em 2000 a população urbana representava 82,81% e em 2010 passou a representar 87,87% do total dos habitantes. Acerca da infraestrutura urbana e acesso aos serviços básicos, o Censo demográfico do IBGE de 2010 revelou que

o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 90,1% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 91,9% dos domicílios particulares permanentes e 78,1% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016).

Tais estimativas demonstram que é expressivo o acesso aos serviços básicos de sobrevivência pela população marianense, no entanto, de maneira concomitante, a população

⁶⁴ A relação entre a mineração e o fluxo migratório está sendo estudada por meio de um projeto de pesquisa coordenado por esta doutoranda. O projeto intitula-se: "Mineração e migração: aproximações à realidade do município de Mariana-MG." Conta com dois bolsistas e é vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFOP.

vivencia condições extremas de sobrevivência, uma vez que cerca de “4,6% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (12,7% da população na extrema pobreza na área rural contra 3,5% na área urbana)”. Importante ainda evidenciar que tal condição tem relação direta com o analfabetismo, uma vez que esta é mais uma manifestação da negação de condições mínimas de reprodução da vida. Assim, “em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 6,0%. Na área urbana, a taxa era de 5,0% e na zona rural era de 13,8%”. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016).

Constata-se, portanto, que a área rural é mais atingida no tocante à violação de acessos e melhores condições de vida à população do município. Nessa mesma perspectiva, Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 192,193) destacam:

É justamente nas áreas rurais que as empresas terceirizadas das mineradoras contratam a parte de sua mão de obra com menos rendimentos. Por meio de contratos de curto prazo, a população mais pobre de Mariana consegue empregos que oferecem salários maiores do que a média da região, caracterizada por níveis de desemprego e subemprego elevados. Este é um fato concreto que restringe a capacidade de mobilização crítica aos grandes projetos mineradores na região e constrange sua população a aceitá-los. (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016, p. 192-193).

Alinhado a este entendimento, Katz (2016) afirma que as transformações da estrutura social latino-americana alteram conseqüentemente as classes dominadas. A estrutura latifundiária que criava a miséria camponesa perde representatividade frente às empresas capitalistas que expulsam o agricultor das suas terras forçando-os a migrar para as cidades tornando-os assalariados precarizados.

Este êxodo rural engrossa a massa de excluídos urbanos com pouco trabalho e remuneração reduzidos, em um cenário de

poucas alternativas de emprego para a população excedente da América Latina. Por isso, a informalidade se afirma como norma, tanto na recessão como na prosperidade das economias extrativistas. (KATZ, 2016, p. 32).

Tal contexto nos remete a explicitar sobre o mercado de trabalho formal no município. Destaca-se que no período compreendido entre 2004 e 2010 foram criadas 3.532 vagas de emprego. Em 2010 foram registradas 5.328 contratações contra 4.443 demissões, o que totalizava nesse mesmo ano, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 11.360 postos, 66,4% a mais em relação a 2004. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016).

A partir de informações extraídas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), tomando por referência o mês de outubro de 2016, em Mariana-MG foram realizadas 338 admissões e 445 desligamentos, o que representa um saldo negativo de 107 vagas significando em termos percentuais -0,98%. Ao longo do ano, o total de admissões foi de 4.045 enquanto que de desligamentos 4.162, representando um saldo negativo de 117 vagas ou -1,06%. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2016).

Acerca da população economicamente ativa, em agosto de 2010 o município possuía 26.062 pessoas economicamente ativas, destas 23.528 estavam ocupadas e 2.534 desocupadas. A taxa de participação foi de 56,1% enquanto que a taxa de desocupação municipal foi de 9,7%. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostrou que 55,9% tinha carteira assinada, 15,6% não tinha carteira assinada, 16,5% atuam por conta própria e 1,4% eram empregadores. Servidores públicos representavam 6,7% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 3,9% dos ocupados. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010).

Segundo a mesma fonte, do total das pessoas ocupadas 4,0% não tinham rendimentos e 39,3% ganhavam até um salário mínimo por mês. O que demonstra o quão mal remunerados, são os trabalhadores nesse contexto econômico municipal, um elemento central que possibilita evidenciar a superexploração da força de trabalho, e aponta ainda para uma discrepância entre o

rendimento do homem em relação ao da mulher, uma vez que “o valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.119,89. Entre os homens o rendimento era de R\$ 1.398,03 e entre as mulheres de R\$ 811,09, apontando uma diferença de 72,36% maior para os homens” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010, p. 2).

Merecem destaque alguns apontamentos acerca da distribuição da população ocupada a partir de uma organização em grandes grupos de ocupações: O setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas empregava 3.514 pessoas representando um percentual de 14,9%, em seguida aparece o setor das Indústrias extrativas com 3.346 pessoas empregadas gerando significando um total de 14,2%, como terceiro maior agrupamento aparece o setor da Construção absorvendo 2.764 pessoas e significando um total de 11,7%. Acerca da jornada de trabalho, “61,6% dos ocupados trabalhava de 40 a 48 horas e 12,8% tem uma jornada superior”. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010, p. 3).

Esta realidade demonstra que a condição de superexploração da força de trabalho em Mariana-MG defronta-se com o dado acerca do Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

No município, o PIB passou de R\$ 1.593,759 (x 1000), em 2008 para R\$ 4.001,950 (x 1000), em 2012. O cálculo detalhado do PIB mostra que a indústria participou com 72,9% do PIB municipal em 2012, o serviço contribuiu com 29,0%, seguido pelo imposto líquido com 2,4% e a agropecuária com 0,4%. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016).

Já no ano de 2013, o PIB municipal foi de 6.431.914 mil reais e teve como PIB *per capita* o valor de 114.347,90 reais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

As condições sociais do município são fortemente conformadas pela indústria extrativista. É deste setor, por meio da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos

Minerais (CFEM), que provém a maior parte da arrecadação de impostos do município.

Segundo o atual prefeito, Duarte Júnior, a realidade vivenciada após o rompimento da barragem de Fundão impacta profundamente na arrecadação municipal e conseqüentemente na oferta de serviços sociais públicos. Afirma ele: “A paralisação da Samarco vai representar uma queda de 27% da nossa arrecadação, cerca de R\$ 6 milhões por mês”. Segundo dados da consultoria Fioito, a arrecadação da CFEM em Mariana-MG no período de janeiro a novembro de 2016, acumula uma queda de 16,4%, significando R\$ 83,71 milhões. (COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS, 2015).

Acerca do contexto econômico municipal Klein, Souza e Faé (2014 apud WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 42) esclarecem:

A principal fonte de recursos para o município de Mariana (MG), por exemplo, é efetivamente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). De acordo com o prefeito em exercício de Mariana, Duarte Júnior, a mineração é responsável por cerca de 80% da arrecadação municipal (DUARTE, 2015). Em 2015, Mariana foi o município que mais recebeu repasses da CFEM em Minas Gerais, R\$ 106 milhões (DNPM, 2015), correspondentes à arrecadação proveniente de todas as empresas mineradoras com atividades de extração no município. O valor representou, no entanto, 3,7% do lucro líquido da Samarco em 2014, de R\$ 2,8 bilhões, totalmente repassados aos seus acionistas (Vale e BHP Billiton). A Samarco é responsável ainda por 26% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassado pelo Governo do Estado de Minas Gerais à prefeitura de Mariana (KLEIN; SOUZA; FAÉ, 2014 apud WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 42).

Percebe-se, com o acima exposto, o quão expressiva é a

desigualdade social e econômica neste tão rico território. Explicita-se uma realidade em que a parcela de renda a qual a maior parte da população tem acesso é aquela que possibilita apenas o suficiente para manter biologicamente viva uma singular mercadoria – a força de trabalho, nada além disso; o que remete estes indivíduos historicamente ao lugar de sujeitos superexplorados, seja no setor minerário extrativo ou no setor de serviços e de construção que servem de suporte para que o primeiro aconteça e se perpetue no município.

Estes dados empíricos contribuem para o entendimento da especialização produtiva de Mariana-MG na mineração⁶⁵. Esta condição a que o município está historicamente submetido pode ser entendida como minério-dependência. Nas palavras de Coelho (2017, p. 2):

A minério-dependência gera subordinação frente mercados globais de commodities, onde são definidos os preços dos minérios exportados, instabilizando social e economicamente os locais minerados devido a flutuações nos preços. Na situação de minério-dependência, por exemplo, a arrecadação municipal e a geração de empregos e renda, mesmo que relativamente pequenas, serão impulsionadas pela atividade na qual a estrutura produtiva está especializada, o que cria dificuldade em criar alternativas econômicas, uma vez que os investimentos públicos serão direcionados para a manutenção e incentivo da atividade principal. (COELHO, 2017, p. 2).

É a partir deste fundamento que as situações de existência do Homem enquanto “livre” vendedor da força de trabalho e reconhecido pelo Estado enquanto “cidadão de direitos” se estabelece após séculos de vigência deste modo de produção.

⁶⁵ Aconteceu no dia 06 de julho de 2017 a inauguração da Feira Noturna. “O projeto é uma iniciativa dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, com o apoio da Arquidiocese de Mariana, do Ministério Público e da Prefeitura da cidade. [...] A feira tem o intuito de gerar empregos e fazer circular renda entre os moradores de Mariana, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da economia local. Além disso, a ideia almeja gerar um espaço de convivência, interação e lazer para os habitantes da cidade”. (LUCAS, 2017).

As tensões, limitações e negações daí decorrentes são características que se acentuam em determinados contextos, como por exemplo, nos de agravamento e de maior exponenciação da crise do capital, isto é, em momentos em que se assevera a ofensiva sobre a classe trabalhadora, a fim de reestabelecer os patamares de lucratividade.

4.2 A superexploração da força de trabalho no Brasil: a mineração extrativista em evidência

Sentimento do Mundo

Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,
mas estou cheio de escravos,
minhas lembranças escorrem
e o corpo transige
na confluência do amor.
Quando me levantar, o céu
estará morto e saqueado,
eu mesmo estarei morto,
morto meu desejo, morto
o pântano sem acordes.
Os camaradas não disseram
que havia uma guerra
e era necessário
trazer fogo e alimento.
Sinto-me disperso,
anterior a fronteiras,
humildemente vos peço
que me perdoeis.
Quando os corpos passarem,
eu ficarei sozinho
desfiando a recordação
do sineiro, da viúva e do microcopista
que habitavam a barraca
e não foram encontrados
ao amanhecer
esse amanhecer
mais noite que a noite.

Carlos Drummond de Andrade

Adotamos como hipótese central ao longo de nossa análise, que a “questão social” no contexto da mineração extrativista em Mariana-MG e região assenta-se na lógica da dependência e tem como fundamento a superexploração da força de trabalho nos termos do processo de produção de valor, desencadeando junto aos trabalhadores um conjunto de misérias, privações e violências.

Nesse sentido, o rompimento da barragem de Fundão de propriedade da mineradora Samarco, ocorrido em 05 de novembro de 2015, é reconhecido como uma expressão máxima de confirmação desta hipótese. Tal acontecimento/crime evidencia a persistência da superexploração da força de trabalho no Brasil contemporâneo, uma vez que este mecanismo é próprio da configuração do capitalismo dependente, conforme explicitado nas originais formulações de Marini (2005).

Defendemos que a superexploração da força de trabalho se posiciona no contexto da mineração extrativista através de diferentes conformações das relações de trabalho⁶⁶, seja via pagamento de baixos salários, jornada de trabalho intensiva e prolongada, condição de desemprego conforme os ciclos produtivos, terceirização, flexibilização das legislações, baixa remuneração e enquanto fundamento da condição de dependência em que o país insere-se, assim, neste item, dialogaremos e demonstraremos acerca desta realidade.

Dito isso, é fundamental não reduzir o significado de superexploração da força de trabalho à uma interpretação que considera apenas condições extremas/agudas de prolongamento e de rebaixamento salarial, embora estes sejam também mecanismos possíveis e utilizados para que a superexploração aconteça. Queremos dizer que é preciso considerar, neste

⁶⁶ No dia 05 de setembro de 2017 foi lançado o documentário ‘Tantos e Quantos: os Mineiros do Morro Velho’ produzido por Tádzio Coelho, Jorge Antônio Pires e Henrique Napoleão Alves. Conforme descrição na página virtual, o documentário “Filmado durante quatro anos, Tantos e Quantos conta a história dos mineiros das Minas de Morro Velho que sofrem com a doença silicose. A silicose é uma doença irreversível, decorrente da inalação da poeira da sílica. As partículas da sílica, instaladas no pulmão, endurecem e reduzem progressivamente a capacidade respiratória da vítima. Descrita pela população como “doença do pó”, está intimamente ligada à história de cidades como Nova Lima, Raposos e outras. Hoje os mineiros do Morro Velho lutam por reparação e reconhecimento. Conheça melhor essa história do povo brasileiro”. (TANTOS E QUANTOS..., 2017). O filme/documentário está disponível em Tantos e Quantos... (2017a).

particular processo de exploração, que a força de trabalho possui um valor diário e um valor total, e isso precisa ser tomado como consideração central para desmistificar as falácias que se apresentam na atualidade e que podem ficar obscurecidas com procedimentos tais quais a política de reajuste salarial que vem sendo adotada nos últimos anos no Brasil, como por exemplo, durante os governos Lula e Rousseff. Segundo Luce (2013, p. 145),

[...] durante os anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, houve o incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil, a despeito da política de reajuste do salário mínimo, dado que este encontra-se longe de alcançar o salário mínimo necessário (SMN) e dado que houve o aprofundamento de outros mecanismos que configuram o fenômeno da superexploração.

Importa referenciar que há no País um descompasso histórico entre o salário mínimo necessário e o salário mínimo real⁶⁷. Esta condição se apresenta independentemente do governo, isto é, se assumidamente se configura de cunho neoliberal ou, se enfatiza em seus discursos e agendas um caráter mais progressista, tal como os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – governos estes também denominados de neodesenvolvimentistas – mas que em sua essência não rompem efetivamente com os preceitos oriundos das demandas e requisições do capital.

Ainda que reconheçamos que o poder de compra do salário mínimo real no sentido hegemônico (o salário nominal mais reajustes em relação à inflação do período) tenha apresentado melhora relativa nos anos Lula e Dilma na comparação com os anos 1990, a discussão não pode restringir-se ao terreno superficial da comparação salário mínimo oficial e inflação. Se formos mais a

⁶⁷ A título de exemplificação, no mês de maio de 2017, o salário mínimo real era de R\$ 937,00 e o salário mínimo necessário era de R\$ 3.869,92. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2017).

fundo e entendermos, conforme a teoria marxista da dependência (TMD), que salário real significa a relação do salário com o valor da força de trabalho, veremos como o propalado aumento recorde do salário mínimo esteve longe de recuperar as perdas anteriores, como se vê ao confrontarmos os índices do reajuste do salário mínimo legal com a série histórica do salário mínimo do DIEESE (salário mínimo necessário). (LUCE, 2017, p. 151-152).

Para Luce (2013, p. 145), este período de propagação de que o Brasil havia se tornado um ‘país de classe média’, “consiste, na verdade, de trabalhadores – e suas famílias – vivendo em condições de superexploração”.

Alinhamos nosso entendimento de que na história recente do país

[...] as semelhanças entre os governos progressistas e os conservadores são muito maiores do que as diferenças. Dilma, Lula, FHC, Itamar Franco e Collor de Mello fazem parte da mesma família – o neoliberalismo –, cada um responsável por um determinado momento do ajuste do Brasil aos imperativos da ordem global. (SAMPAIO JÚNIOR, 2017, p. 147-148).

Tal fato decorre da condição estrutural do país em relação ao desenvolvimento do capitalismo no globo. Assim, nesse período recente em que tanto se exaltou a melhoria (aparente e efêmera) da condição de vida da classe trabalhadora, também se vivenciou a reafirmação da condição de dependência e subimperialismo do país, por meio da

[...] subserviência aos cânones da ordem global e às exigências do império norte-americano. Na busca desesperada por novos mercados e por capitais estrangeiros, a Presidência da República foi instrumentalizada para vender o Brasil como *commodity* pelo mundo afora. Também foi

fartamente utilizada, principalmente na América Latina e na África, como representante especial de grandes grupos empresariais, basicamente empreiteiras e bancos, em busca de novos mercados nas franjas periféricas do sistema capitalista mundial. (SAMPAIO JÚNIOR, 2017, p. 146).

Nesse sentido, somente podemos entender as relações de trabalho na mineração se considerarmos a questão estrutural de dependência, isto é, a minério-dependência

[...] enquanto situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios externos. Obviamente, se trata também de uma relação entre classes sociais localizadas em diferentes locais. Esta relação de subordinação faz com que as decisões sobre o que ocorrerá na estrutura produtiva local sejam tomadas em centros políticos externos, sejam eles empresas multinacionais mineradoras e/ou mercados de *commodities* minerais, sejam centros consumidores dentro de um mesmo país ou internacionais. (COELHO, 2017, p. 2).

Reconhece-se que a especialização produtiva configura a condição de vida da classe trabalhadora nas regiões mineradoras e é influenciada pela flutuação dos preços do minério de ferro no mercado global. Decorre que o processo produtivo é definido por seus acionistas considerando as variações deste cenário econômico e nesse contexto, as relações de trabalho na mineração extrativista são pautadas na superexploração da força de trabalho conformada prioritariamente pelo pagamento de baixos salários, prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, terceirização e acidentes de trabalho.

No entendimento de Xavier e Vieira (2016, p. 198-199):

A relação de exploração viabilizada pelo

sistema produtivo capitalista legitima não apenas a degradação dos recursos naturais, mas também possibilita a ruína da qualidade de vida e da saúde daquelas e daqueles cuja força de trabalho é essencial para a produção do lucro. os espaços de reprodução da vida são, portanto, utilizados como instrumentos de dominação do capital, que se apodera, segundo a lógica do lucro e da apropriação privada, dos recursos naturais e dos ambientes de socialização construídos pelas mãos humanas. Entre as inúmeras consequências desse processo, está o adocimento e a morte do ser humano que trabalha em decorrência da atividade produtiva que exerce. (Xavier; Vieira, 2016, p. 198-199).

Conforme aponta o DNPM/sindiextra, o estado de Minas Gerais produz 68% do minério de ferro do país. A atividade minerário-extrativista está presente em 250 de seus municípios gerando cerca de 30 mil empregos e deste total, apenas 2,5% deles de nível superior. (PEDROSA; ARIADNE, 2017).

Sobre o restrito percentual de empregos de nível superior, consequentemente de maior remuneração, Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 193-194) afirmam que neste setor “os postos de trabalho mais qualificados são ainda geralmente ocupados por mão de obra originária dos grandes centros urbanos”. Os autores afirmam que as atividades de serviços, bem como os investimentos locais em educação e formação profissional se destinam a conformar um perfil de mão de obra que atenda as demandas deste setor econômico majoritário, que é reafirmada pela opção política conformada pela condição de dependência. (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016). Nesse sentido,

A mão de obra local é ocupada, em geral, por meio de contratos de limpeza e manutenção das infraestruturas, máquinas e equipamentos, em condições precárias definidas por empresas terceirizadas prestadoras de serviços para as mineradoras, e apresentando níveis de remuneração consideravelmente mais baixos. (COELHO; MILANEZ; PINTO, 2016,

p. 194).

Quando olhamos para a relação entre produção de excedente/mais-valia e apropriação deste pelos trabalhadores na mineração extrativista, dados divulgados em “A voz dos mineiros”⁶⁸, edição especial de agosto de 2015, demonstram que em 2014 cada trabalhador garantiu/gerou para a Vale S.A. U\$ 493 mil dólares e recebeu ao longo do ano, considerando seu salário, férias, 13º salário, PLR e cartão alimentação, menos de R\$ 50 mil. Proporcionalmente, e considerando o câmbio naquele período supracitado, os U\$ 493 mil significavam cerca de R\$ 2,1 milhões. Também evidenciam acerca do prolongamento e da intensificação da força de trabalho tomando por referência a Mina Timbopeba⁶⁹, que possui 400 trabalhadores, que estes garantem por dia seis carregamentos. Cada carregamento tem em média 84 vagões e cada vagão tem em média 85 toneladas. Considerando o preço médio de U\$ 50 a tonelada, isso equivale a U\$ 2,14 milhões por dia. Ao final de um mês foi produzido 1,285 milhão de toneladas que equivalem a U\$ 64,250 milhões e ao final de um ano U\$ 770 milhões. Assim, cada trabalhador garante ao longo do ano U\$ 1,9 milhão para a Vale, o que significa R\$ 6,5 milhões, sendo que receberá menos de R\$ 50 mil de remuneração e benefícios neste mesmo período. (A VOZ DOS MINEIROS, 2015).

É preciso considerar que o processo produtivo na mineração é altamente perigoso/danoso aos trabalhadores. Zonta (2016), utilizando de dados emitidos pela Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), afirma que na última década, mais precisamente entre os anos 2000 e 2010, o índice médio de acidente na mineração em Minas Gerais foi 21,99%, o que representa um indicador quase três vezes maior que a média nacional que foi de 8,66%.

[...] a mineração ao longo da história sempre foi um dos setores com índices mais altos de acidentes, doenças ocupacionais e mortes.

⁶⁸ Informativo organizado pelo Sindicato Metabase Inconfidentes.

⁶⁹ Mina de propriedade da Vale S.A. Localizada no município de Ouro Preto-MG, porém muito próxima do centro urbano de Mariana-MG (15km), o que impacta fortemente na configuração deste município mesmo não sendo a sede oficial da mesma.

Segundo o Ministério da Previdência Social houve, entre 2002 e 2010, o registro de 33.641 acidentes na indústria da mineração, levando ao óbito 341 trabalhadores. Esse lamentável contexto situa a mineração como o segmento que mais provoca acidentes, mata e mutila no mundo. O Brasil fica apenas atrás da África do Sul entre os países em número de óbitos registrados no trabalho na mineração. (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017, p. 17).

Acerca desta constante condição de acidentes e mortes na mineração extrativista, explicitamos um caso ocorrido recentemente, em 15 de agosto de 2017, na usina da Gerdau, localizada no município de Ouro Branco-MG. Uma explosão deixou três vítimas fatais; destas, apenas um era trabalhador direto, os outros dois eram funcionários de empresas terceirizadas. Além destas vítimas fatais, outras 10 pessoas foram encaminhadas com ferimentos aos hospitais da região.

Após o ocorrido, alinhando-se às lutas gerais da classe trabalhadora, o Sindicato Metabase Inconfidentes⁷⁰ emitiu uma nota reiterando as denúncias que vem fazendo acerca das condições de trabalho na mineração, especificamente nesta unidade produtiva, uma vez que têm sido recorrentes os acidentes com mortes. A nota emitida afirma:

Segundo denúncias, desde o primeiro minuto após a tragédia, a postura da Gerdau foi de tentar esconder ou tornar as informações obscuras. Fizeram, inclusive, pressão em cima de trabalhadores para que não dissessem nada. Um desrespeito tremendo com os familiares e amigos das vítimas. Essa postura da empresa se dá pelo fato de que ela sabe que é a culpada pelo acidente. Denúncias anônimas de trabalhadores dão conta de que as condições de trabalho são

⁷⁰ Importante evidenciar que o sindicato que representa os trabalhadores da Usina da Gerdau é o Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco e Base (SINDOB). Para maior conhecimento consultar: <http://www.sindob.org.br/>.

inseguras e de que existe excesso de hora extra, tudo isso para produzir mais com menos pessoas. Prova disso é que já somam sete óbitos por acidente de trabalho na usina da Gerdau em Ouro Branco nos últimos nove meses. Se voltarmos nos últimos dois anos, este número ultrapassa a casa dos dez óbitos, uma lástima. São números assustadores para as famílias operárias. [...] A Gerdau, por exemplo, mesmo chorando queda de vendas, lucrou, só de maio a junho deste ano, 75 milhões de reais. Por outro lado, segundo dados do Ilaese (Instituto Latino-Americano De Estudos Socioeconômicos), entre 2014 e 2015, a empresa reduziu em 28% o custo com salários. Também de acordo com o Ilaese, os gastos com salários equivalem a pouco mais de 1% da receita da empresa (dados de 2015). (SINDICATO METABASE INCONFIDENTES, 2017a).

Ainda, ao que circunscreve este perigoso contexto laboral, consideramos importante evidenciar o papel da mulher na mineração extrativista, pois o inscrevemos como uma manifestação da superexploração da força de trabalho que se estabelece a partir da divisão social do trabalho entre os sexos em uma sociabilidade em que o patriarcado se coloca como uma premissa de sustentação. Nessa esteira, Brito (2016, p. 16) afirma que

No caso do trabalho com a mineração, é possível observar que o princípio da separação dos trabalhos entre homens e mulheres se aplica de maneira muito evidente: tanto o garimpo quanto a mineração industrial são considerados trabalhos de homens, a ponto de uma generalização apressada poder conduzir a ideia equivocada de que não existem mulheres nesses espaços. (BRITO, 2016, p. 16).

Seja na mineração artesanal ou nas grandes mineradoras,

a realidade que se põe é de uma significativa e constante presença do trabalho das mulheres em diversas etapas dos processos produtivos. O que ocorre, no entanto, é que

[...] nem sempre o trabalho dessas mulheres é visibilizado e remunerado. Estima-se que em torno de 18% das mulheres que trabalham em mineração no Brasil não recebam remuneração. Isso se deve ao fato de as tarefas que essas mulheres exercem não serem consideradas como trabalho, remetendo a um importante debate sobre a economia, que, quando pensada nos marcos do capitalismo patriarcal, tende a ser definida meramente em termos mercantis e monetários, invisibilizando o trabalho das mulheres, que muitas vezes se dá na informalidade. (BRITO, 2016, p.17).

Acerca da participação das mulheres no contexto da grande mineração, isto é, a partir da lógica extrativista, a autora evidencia que

a intensificação da indústria da mineração no Brasil no último período fez com que a mão de obra das mulheres fosse mais incorporada nesse setor. Entre 2006 e 2014, o número de mulheres trabalhando formalmente na mineração mais que dobrou, passando de um pouco mais de 10.400 para em torno de 21.400. A maior parte delas trabalha na área de extração de minério de ferro e de pedra areia e argila. (BRITO, 2016, p. 18-19).

Tal realidade explicita proporcionalmente que “o trabalho formal das mulheres na mineração corresponde a pouco mais de 10%” (BRITO, 2016, p. 22), ou seja, ainda é restrito se comparado à proporção da força de trabalho masculina. Conforme dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a participação das mulheres na indústria da mineração por minério, excluindo pedras preciosas, se apresenta na seguinte proporção: 40% trabalham na extração de minério de

ferro; 32% na extração de pedra, areia e argila; 7% na extração de minerais metálicos e não metálicos, não especificados anteriormente; 6% na extração de minério de metais preciosos; 5% na extração de minerais metálicos não ferrosos, não especificados anteriormente, e 9% estão inseridas na extração de outros minérios. (BRITO, 2016).

A mesma autora evidencia que

Os estados com maior número de mulheres trabalhando formalmente na mineração são, respectivamente, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, que juntos empregam em torno de 70% das trabalhadoras do setor. O trabalho dessas mulheres na indústria da mineração se dá, geralmente, em postos de trabalho que exigem nível médio de qualificação, podendo variar de cargos de secretárias até operadoras de máquinas, supervisoras, técnicas. Parcela menor possui formação superior. (BRITO, 2016, p. 19).

Acerca da condição de inserção direta das mulheres no processo produtivo, Brito (2016, p. 20-21) argumenta:

Como acontece em outros setores, é recorrente que não recebam o mesmo salário que os homens para exercerem uma mesma função. No que se refere a participação em processos seletivos para concorrerem a vagas em empresas de mineração, as mulheres acabam sempre precisando ter mais qualificação profissional do que os homens para disputarem uma mesma vaga. Há registros de mulheres que perderam vagas em processos seletivos em empresas de mineração mesmo tendo maior qualificação do que o homem com quem concorria. Geralmente são as mulheres que ocupam os postos de trabalho mais precarizados, lidando, por exemplo, com resíduos e processamento de rejeitos, muitas vezes na informalidade, sem carteira assinada e garantias trabalhistas. As

condições e o ambiente de trabalho podem também ser danosos para sua saúde. (BRITO, 2016, p. 20-21).

Além destes elementos que confirmam que a inserção da mulher na mineração se dá a partir de uma condição de superexploração da força de trabalho, outro elemento relevante de ser explicitado e denunciado é a questão do assédio moral e sexual, que se apresenta no cotidiano de trabalho das trabalhadoras, uma vez que o ambiente é predominantemente ocupado por homens que reproduzem a lógica patriarcal, de opressão sobre suas colegas de profissão/atividade⁷¹.

Sobre esse aspecto, Brito (2016, p. 21) afirma que

Recorrentes são os casos de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. As mulheres que se encontram em cargos de supervisão nas minas podem ser deslegitimadas por partes dos seus subordinados, tendo frequentemente que adotar posturas associadas à masculinidade, que as coloquem como “bravas” e “agressivas”. Além disso, os canteiros de obras e o entorno das minas são ambientes mais inseguros para as mulheres. (BRITO, 2016, p. 21).

A partir destes elementos procuramos evidenciar que o contexto da mineração extrativista é danoso/perigoso às mulheres⁷² trabalhadoras. Nessa esteira, outro elemento que

⁷¹ Um caso recente de assédio moral ganhou repercussão na região. É o caso da trabalhadora Fátima Cunha, trabalhadora da Vale na Mina de Fábrica e diretora do Sindicato Metabase Inconfidentes. Conforme informações do sindicato: “No caso, o supervisor Reginaldo Gonzaga Melo disse que iria “quebrar a cara” da companheira Fátima caso ela não se calasse. Além de assédio moral gravíssimo, tal ameaça expressou a prática anti-sindical e machista da empresa, pois o Reginaldo disse isso porque Fátima luta em defesa dos trabalhadores. A Vale ainda tentou acobertar o supervisor, fazendo uma homenagem a ele dias antes da audiência, tentando fazer o sujeito se sair como boa gente. Absurdo completo! Este senhor já tinha histórico de assédio pra cima dos trabalhadores e, mesmo conhecendo os limites da justiça e entendendo que se trata de uma vitória parcial, este ocorrido ensina uma importante lição para os(as) operários(as): É possível e mais que necessário lutar contra o assédio moral!”. (SINDICATO METABASE INCONFIDENTES, 2017b).

⁷² As consequências do extrativismo no cotidiano e vida das mulheres são impactantes, prioritariamente danosas. Como forma de resistência queremos

deve ser evidenciado e que atinge todos os trabalhadores do setor, seja homem ou mulher, é a terceirização. Uma prática cada vez mais recorrente e utilizada pelas mineradoras no atual contexto que vivemos, pois, a terceirização situa-se como uma das estratégias de barateamento dos custos operacionais e manutenção/elevação das taxas de lucro.

Esse movimento é fortemente utilizado desde meados da década de 1970, quando processos de reestruturação produtiva passam a ser fortemente assumidos pelas indústrias no sentido de recuperar a competitividade e seu lugar na comercialização de mercadorias. (ANTUNES, 2009).

Em artigo que analisa a depredação socioambiental no estado do Espírito Santo, depredação causada pela mesma mineradora responsável pelo rompimento da barragem/crime em Mariana-MG, Freire e Prescholdt (2015, p. 489) discorrem sobre o panorama atual da terceirização no país:

evidenciar um importante projeto/documentário, coordenado pelo MAB. Segundo informações em página de rede social “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência é um projeto de documentário que retratará histórias de atingidas por barragens no Brasil, através das “arpilleras”, uma técnica de bordado utilizada por mulheres chilenas para denunciar as violações cometidas pela ditadura militar no país. O longa-metragem terá o foco em dez mulheres atingidas residentes nas diferentes regiões do país. Cada uma, a partir de sua realidade, mostrará seu cotidiano, dentro da perspectiva de expor o impacto social e as violações de direitos humanos causadas pela construção de hidrelétricas, que afetam especialmente as mulheres. A “costura” do documentário será a produção de uma arpillera. Cada uma das cinco mulheres fará uma parte dessa arpillera, bordando para as outras a sua história dentro da técnica criada pelas mulheres chilenas. O lançamento está previsto para agosto de 2017”. (ARPILLERAS: ATINGIDAS POR BARRAGENS BORDANDO A RESISTÊNCIA, 2017). Para maior conhecimento consultar: <http://arpilleras.wixsite.com/ofilme/sobre>. Também é importante evidenciar o documentário ‘Mulheres e mineração: vidas cortadas pela ferrovia’ produzido por Kezia Vieira e Thiago M. Cruz. O documentário é “realizado a partir da narrativa de doze mulheres moradoras do bairro Alzira Mutran/Km7. O Bairro fica localizado nas margens Estrada de Ferro Carajás que corta o município de Marabá-PA. O documentário mostra como essas mulheres e suas famílias vivem há 9 anos sendo constrangidas pela mineradora Vale S.A. Desde 2008 a mineradora tem impedido que as famílias construam ou reformem suas casas sob o pretexto de uma breve remoção para duplicação da ferrovia e construção de um muro de isolamento. O congelamento de seus planos de vida não é o único problema, recentemente foi construído um viaduto por cima das casas de moradores, a duplicação da ferrovia intensifica o barulho e trepidação nas residências, a preocupação com os filhos e acidentes, suas vidas sendo pautadas pelos horários dos trens e incertezas sobre seus futuros compõem o roteiro deste filme”. (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017). O filme está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4AQQUO6eEd4>.

É fato notório cada vez mais presente no Brasil e no mundo que, na reestruturação do capital com desestruturação da força de trabalho, uma das tendências crescentes para o primeiro compensar a sua própria crise, manifestada na queda da taxa de lucros, consiste nas subcontratações (pela via de contratos terceirizados e quarteirizados), existindo polêmica atual no Brasil entre defensores dos interesses do empresariado e representantes dos trabalhadores, que também apresentam corrente conservadora, diante da ameaça de ser legalizada a sua ampliação, por parte de parlamentares que representam o capital. (FREIRE; PRESCHOLDT, 2015, p. 489).

Reforçando tal premissa, Zonta (2016) afirma que

O ambiente da mineração é caracterizado por poucos trabalhadores assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por um grande número de terceirizados, uma organização sindical aliada às mineradoras e uma insuficiente fiscalização pelos órgãos públicos. O setor emprega 3 milhões de pessoas, dos quais 1,5 milhão são terceirizados e apenas 500 mil têm carteira assinada, segundo dados da Frente Sindical Mineral. (ZONTA, 2016).

O mesmo autor evidencia a realidade vivenciada por Jorge Luis Almeida, 36 anos, trabalhador terceirizado no setor da mineração extrativista no estado de Minas Gerais, que nos últimos cinco anos foi demitido oito vezes das empresas de mineração terceirizadas que prestam serviços para as mineradoras Samarco e Vale, e reforça que:

Em três dessas ocorrências de demissão, no entanto, a chefia permaneceu a mesma do contrato anterior e ele continuou atuando no mesmo serviço. *“Demítiam de uma empresa, eu ia procurar vaga em outra e era contratado para a vaga que eu mesmo tinha*

sido mandado embora, só mudava o uniforme e o salário que sempre diminuía”, conta o trabalhador. (ZONTA, 2016).

Em referência mais específica ao setor da mineração extrativista, mais precisamente à realidade de Mariana-MG a partir da mineradora responsável pelo rompimento da barragem de Fundão/crime, destacamos que

A terceirização veio acompanhada pela deterioração ampliada das condições de trabalho. Dentre as principais formas de descumprimento da legislação trabalhista pela Samarco encontram-se a terceirização ilícita; o não pagamento das horas *in itinere* para os trabalhadores diretos e terceirizados; a não fiscalização das condições de trabalho e do cumprimento das normas trabalhistas pelas prestadoras de serviço; dentre outras. (MANSUR, et al. 2016. p. 26).

Milanez, Santos, Mansur (2016, p. 76), a partir de dados emitidos pela própria empresa, evidenciam que

[...] a Samarco aumentou o seu número total de trabalhadores, adotando uma ampla política de terceirização. Ao longo dos últimos anos, dos seus mais de 6.600 empregados, a empresa manteve uma taxa média de terceirização de 56%, tendo chegado a um pico de 59% em 2011. (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 76).

Os autores esclarecem acerca da conformação da força de trabalho na mineradora, que no ano de 2009 eram 4.178 trabalhadores, destes, 2.191 eram terceirizados. No ano de 2010, o total de trabalhadores era de 4.917 e destes, 2.856 eram terceirizados. Em 2011, a referência foi de 5.729 trabalhadores e destes 3.370 eram terceirizados. Em 2012, o total de trabalhadores foi de 5.869, sendo que 3.433 eram terceirizados, e em 2013, a estimativa foi de 6.391 trabalhadores, sendo 3.492 terceirizados. (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 77).

Esta estratégia é recorrente na indústria extrativa mineral e é utilizada pela Samarco como

[...] uma de suas estratégias frente à queda nos preços do minério de ferro, ao aumento do endividamento da empresa e ao seu compromisso em reduzir custos relativos e incrementando a produção, como formas de sustentação dos níveis de lucratividade e de redistribuição de valor aos acionistas. (MANSUR et al., 2016. p. 26).

Evidenciado isso, é relevante relacionarmos tal contexto com o rompimento da barragem de Fundão/crime, uma vez que reconhecemos tal acontecimento como uma expressão máxima da superexploração da força de trabalho na mineração extrativista. Expressão esta, fortemente pautada na terceirização, prolongamento e intensificação da força de trabalho, isto é, na violação de qualquer ‘proteção ao trabalho’, inscrita no contexto de capitalismo dependente e busca para compensar as perdas de lucro. Importa ressaltar que “no dia do rompimento, mais de 600 (seiscentas) pessoas, dentre empregados e terceirizados, trabalharam no local”. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 202).

Nessa perspectiva,

As empresas responsáveis pelo rompimento da barragem do Fundão descumpriram inúmeras normas trabalhistas que visavam à preservação da segurança e da saúde das trabalhadoras e trabalhadores que lhes prestavam serviço, assumindo o risco não só do acontecimento do desastre verificado em novembro de 2015, mas também, submetendo as trabalhadoras e trabalhadores ao risco de lesão corporal e morte, destruindo a vida de 14 trabalhadores que laboravam a seu favor. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 224).

A morte de 14 trabalhadores, dentre os quais 12 eram terceirizados (ZONTA, 2016) insere-se na lógica apontada por organismos internacionais, como

Informa a Organização Internacional do Trabalho, “além dos poucos ou inexistentes mecanismos de segurança, trabalhar em uma mina é quase garantia de ter seus direitos desrespeitados também em termos de piso salarial, jornada de trabalho e abusos físicos por parte dos empregadores” (Alt, 2015). Ora, se o setor da mineração é o mais perigoso entre os setores da economia para se trabalhar por ser o que menos oferece medidas de segurança às trabalhadoras e aos trabalhadores, tal realidade é ainda mais severa ao analisarem-se as condições de trabalho daquelas e daqueles que são contratados mediante empresa interposta. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 202).

Na época do rompimento da barragem de Fundão/crime, nas atividades vinculadas à mineradora Samarco,

atuavam pelo menos 13 empresas terceirizadas, várias das quais ligadas à manutenção e alteamento do dique de contenção dos rejeitos. Do total das empresas, sete possuíam empregados sem treinamento, em desrespeito às normas afetas à matéria. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 202).

A realidade do trabalho terceirizado na mineração extrativista é de morte, conforme estimativa afirmada pelo presidente da Associação de Trabalhadores da Mineração (ATM), Anísio Teixeira. Segundo ele, “para cada dez mortes na mineração, oito são de terceirizados”. (ZONTA, 2016).

Nesse contexto em que a morte é eminente, é preciso evidenciar como ela está presente cotidianamente na vida do trabalhador. Queremos dizer que o exaurimento físico e psíquico, que os acidentes de trabalho, que o trabalho em turnos mata a potencialidade do indivíduo e o reduzem a uma mercadoria descartável.

Nessa referência, lamamoto, (2001, p. 10, grifo do autor) afirma que

[...] *a questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontram-se necessariamente situada em uma arena de disputas* entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, *acerca de concepções e propostas* para a condução das políticas econômicas e sociais. [...] *a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas*, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. (IAMAMOTO, 2001, p. 10, grifo do autor).

No dia 04 de setembro de 2017, o Sindicato Metabase Mariana divulgou um informativo em que denuncia a condição de trabalho imposta a trabalhadores da Mina Brucutu, de propriedade da Vale S.A, localizada no município de São Gonçalo do Rio Abaixo-MG. O informativo explicita que:

[...] os trabalhadores de todas as cinco letras do turno (operadores de equipamentos e de usina) estão sendo obrigados pelos seus gestores a chegarem mais cedo, uma vez por mês, para participarem de reuniões completamente desnecessárias. Os trabalhadores alegam que, devido ao horário do transporte, chegam a sair de casa até DUAS HORAS mais cedo na data determinada pelos supervisores, para chegarem mais cedo aos postos de trabalho. A maior reclamação da categoria é de que, tendo que chegar mais cedo na data marcada, eles perdem horas de sono, não conseguem descansar o suficiente para o próximo horário de turno, e ainda vão para os postos de trabalho logo após o jantar, gerando desconfortos no ambiente de trabalho e até riscos em questão de segurança. (SINDICATO METABASE MARIANA, 2017, p. 01, grifo do autor)⁷³.

⁷³ No dia 10 de setembro de 2017 foi realizado um ato com panfletagem e paralisação

Nessa mesma perspectiva de ofensiva sobre os trabalhadores, Zonta (2016) demonstra que “passar ‘dez anos sem férias’ é condição comum na mineração brasileira. Esta é a realidade e vida do trabalhador Gilberto Mendes, 41 anos, trabalhador de empresas terceirizadas prestadoras de serviços às mineradoras de Minas Gerais. Afirma Gilberto: “Meus contratos não duraram mais de dois anos, isso já faz dez anos. Vivo há dez anos, desde que ingressei na mineração, só para trabalhar, nunca parei para ter um mês de descanso”. (ZONTA, 2016).

Essa realidade aponta para outra questão sobre a qual se sustenta o trabalho na mineração extrativista: a histórica prática do trabalho em turnos⁷⁴. Tal condição repercute diretamente na socialização do indivíduo/trabalhador, uma vez que lhe é negada a possibilidade de estar presente numa rotina doméstica e na interação com a comunidade, uma vez que o mesmo é privado do convívio familiar, do sono regrado, de momentos de lazer, de acompanhamento do crescimento dos filhos, dentre outros aspectos, e, em âmbito social, é dificultada a sua participação em atividades como o acesso à educação, a eventos culturais,

na mina Brucutu. “O objetivo foi notificar a Vale de que o sindicato está ciente da atual situação de exploração dos trabalhadores e que, se as devidas medidas não forem tomadas pela empresa, o sindicato agirá de forma mais drástica. [...] O Sindicato Metabase avisa que não aceitará que trabalhadores sejam desrespeitados dessa maneira. “Exigimos o fim desse absurdo. E se a Vale não cumprir o que está sendo solicitado, vamos parar a Mina toda semana”, alerta a diretoria da entidade”. Fonte: <http://ugtminas.org.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=878>. Acesso em 14 de setembro de 2017 às 10h45min. Após esta mobilização foi divulgado em página virtual do sindicato a seguinte informação: “Após paralisação realizada pelo Sindicato Metabase Mariana na Mina de Brucutu, contra a injustiça que a Vale vem fazendo com o trabalhador, obrigando-os a fazer hora-extra, chegando mais cedo uma vez por mês para reuniões desnecessárias, o Supervisor de Base da Mina de Brucutu entrou em contato com um diretor do Sindicato informando que as reuniões foram suspensas. O Sindicato Metabase Mariana agradece o apoio e a confiança do trabalhador, sem o contato e as denúncias não seria possível tomar iniciativas que colaboram para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores”. (SINDICATO METABASE MARIANA, 2017a).

⁷⁴ Marx no capítulo 24 do livro ‘O Capital’ afirma que: “Os lucros dos fabricantes eram enormes. Mas isso só aguçava mais sua voracidade de lobisomem. Implementaram o trabalho noturno, isto é, depois de terem esgotado um grupo de operários pelo trabalho diurno, já dispunham de outro grupo pronto para o trabalho noturno; o grupo diurno ocupava as camas que o grupo noturno acabara de deixar, e vice-versa. Em Lancashire, dizia a tradição popular que as camas nunca esfriavam. (MARX; KARL, 2013, p. 828).

religiosos, etc.; o que tem influência direta no encurtamento da sua vida biológica, subjetiva e social.

Zonta (2016), ao evidenciar a realidade de vida de um trabalhador terceirizado da mineração extrativista, demonstra e confirma que o cenário que se apresenta é de vidas e relações dilaceradas pela superexploração da força de trabalho, enquanto resultado da lógica de produção mineral extrativista.

A noite cai e se aproxima o fim do domingo na cidade de Conceição de Mato Dentro, no interior mineiro. Rúbia Soares, de 34 anos, abre a porta que dá para a acanhada garagem da casa, ajeita os cabelos e vai até a calçada, onde lança um olhar para a esquina, à direita da rua. “Atrasado como sempre”, diz. “Se ele não chegar muito cansado quero ver se vamos passear com os meninos. Ele quase não tem tempo para nada”, resmunga. Passados quarenta minutos da espera de Rúbia no portão, um rapaz magro e de estatura mediana desponta na esquina. Com passos largos, ele chega rapidamente em casa. “Oi, amor”, exclama a moça e eles se abraçam. “Podemos dar uma volta hoje, ir comer um lanche com os meninos?”, pergunta Rúbia. A resposta vem imediata. “Sem condições, quero tomar um banho e dormir”, fala o marido de 41 anos, Gilberto Mendes, estafado, depois de um dia de quase 12 horas de trabalho na mineração. (ZONTA, 2016).

Essa realidade comum na mineração extrativista foi constatada também na forma de conduzir e organizar o processo produtivo na mineradora Samarco em Mariana-MG, cujo resultado foi o que entendemos como uma máxima expressão da superexploração da força de trabalho, manifestada no rompimento da barragem/crime, uma vez que se configurou pela evidência/manifestação de inúmeros mecanismos de exploração da força de trabalho, deixando um lastro de destruição de vidas e do meio ambiente sem igual na história do País, tudo inscrito em um contexto de busca de maiores lucros diante do contexto de queda do preço do minério de ferro no comércio mundial.

Conforme evidenciam Xavier e Vieira (2016), no dia seguinte ao ocorrido, em 06 de novembro de 2015, teve início uma ação fiscal com o objetivo de analisar tal contexto de destruição provocado e deixado pela atividade minerário-extrativista. A ação foi realizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, e foi concluída em abril de 2016. A partir desta ação fiscalizatória

Constatou-se que a empresa negligenciou o cumprimento da legislação trabalhista relacionada à segurança do trabalho, submetendo trabalhadoras e trabalhadores a ritmo intenso de labor, valendo-se de terceirização ilícita e deixando de apresentar documentação comprobatória da adoção de medidas de segurança. Não obstante utilizar-se de mão de obra terceirizada, a Samarco contratava empresas interpostas para realizarem atividades inerentes à extração mineral, sendo apontado no relatório que a empresa Vix logística S.A. realizava operações típicas da mineração, dentre as quais corte e espalhamento, escavação e carregamento, transporte de materiais, explosivos e equipamentos, umectação de vias, nivelamento, compactação e movimentação de materiais. Destaca-se que a empresa interposta não era especialista nas atividades para as quais fora contratada. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 204).

Também, nesse movimento de fiscalização assumido pelo Estado, (somente) após o impactante e expressivo acontecimento, foram constatadas diversas irregularidades sobre às condições em que os trabalhadores eram submetidos, tais como:

[...] a *joint venture* responsável pelo crime socioambiental de 05/11/2015 descumpria normas referentes à duração do trabalho,

não concedendo às trabalhadoras e trabalhadores os descansos determinados pela legislação trabalhista. [...] constatou-se que os trabalhadores eram submetidos ao trabalho em feriados, sem que se atendessem às hipóteses legais para trabalho em datas reservadas ao descanso por imposição de natureza civil ou religiosa, em franco atentado ao que dispõe o artigo 70 da CLT. Verificou-se, ainda, a habitualidade na cominação de “prorrogação excessiva da jornada de trabalho de diversos empregados, os quais laboraram mais de duas horas extras diárias”, atentando-se contra o artigo 59 da CLT, segundo o qual “a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho”. A empresa desrespeitou, também, “a obrigação legal de conceder folga semanal de 24 horas para descanso”, descumprindo a imposição o artigo 67 da CLT, que trata da concessão de período mínimo de descanso semanal. O intervalo interjornada de 11 horas, previsto no art. 66 da CLT, também foi desrespeitado pela Samarco. (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 206-207)

Percebe-se que há um histórico de irregularidades com relação ao âmbito legal-trabalhista. Tal descumprimento se configura no que entendemos e evidenciamos como superexploração da força de trabalho. Na visão de Osório (2009, p. 177),

Um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste (seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho), que encurte o tempo de vida útil total e de vida total, constitui um caso no qual o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida. (OSÓRIO, 2009, p. 177).

A omissão do Estado é outro elemento que se reafirma ao analisar tais informações. Dessa forma, sustenta-se a premissa de funcionalidade deste âmbito ao capital em detrimento de um posicionamento a favor (da vida) dos trabalhadores na mineração extrativista.

Afirmamos que tal contexto é cotidianamente recolocado pela mineradora Samarco e pelo Estado, após o rompimento da barragem/crime. Queremos apontar que em função da mineradora ter parte do processo produtivo interrompido (por não ter onde depositar os rejeitos), a ofensiva sobre os trabalhadores se apresenta como uma prática constante, inclusive, utilizando dessa estratégia para engrossar o coro do “volta Samarco”. Estamos nos referindo mais especificamente ao Programa de Demissão Voluntária e aos períodos de *layoff*. Inscrevemos tais ações utilizadas pela mineradora em um complexo cenário de compartilhamento com o Estado dos custos e responsabilidades para com os trabalhadores que vivenciam um cotidiano de incertezas, desproteção/desrespeito legal-trabalhista, mas que aparentemente se apresenta como proteção aos mesmos.

O Programa de Demissão Voluntária e os períodos de *layoff* são ações distintas, mas entendemos que estão imbricados um no outro. Ambas as estratégias compõem um quadro de negociação e disputa de interesses entre a mineradora Samarco, os Sindicatos dos trabalhadores do setor e o Estado brasileiro em seu âmbito jurídico. Considerando os anos de 2015 e 2016,

Segundo a companhia, para manter o quadro de funcionários, foram realizados diversos acordos com os sindicatos, como dois períodos de concessão de licença remunerada (novembro e janeiro), férias coletivas (novembro a dezembro), e dois períodos de *layoff* (de janeiro a abril e de abril a maio). (COSTA, 2016).

Conforme Rodrigues (2017), em junho de 2017 iniciou o terceiro período de *layoff*, com cerca de 800 funcionários, nessa condição que inscrevemos como de extrema vulnerabilidade, mas que é travestida de uma referência de proteção por parte da

mineradora e do Estado, uma vez que a mineradora ainda não voltou a operar. Sobre esta estratégia utilizada pela Samarco, podemos dizer que se insere em um contexto de socialização dos custos e responsabilidades, haja vista que

No layoff, o contrato de trabalho é suspenso, assim como o pagamento do salário. No entanto, a empresa tem que oferecer aos funcionários afastados treinamentos de requalificação, e os empregados têm direito a receber uma bolsa paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador. Para que não haja prejuízos aos trabalhadores, a Samarco propôs uma ajuda de custo complementar até atingir o valor do salário líquido de cada um e garantiu que irá manter os benefícios atuais como o plano de saúde e o vale alimentação. (RODRIGUES, 2017).

Percebe-se, que tal medida se configura tal qual apontam Gonçalves, Pinto, Wanderley (2016, p. 140), ou seja,

[...] provocar perdas sociais e ambientais a terceiros e à coletividade é constituinte do processo produtivo dos setores extrativos e industriais. Sobretudo, são atos concebidos estrategicamente como mecanismos de não se arcar privadamente com custos mais altos de manutenção, prevenção, qualificação do trabalho e qualidade dos materiais empregados e das obras executadas. Além disso, para manter seus ganhos e evitar prejuízos, as empresas se aproveitam da morosidade e benevolência da justiça e do Estado, utilizando de todas as artimanhas para não ressarcir e mitigar ao público as perdas causadas, de maneira justa. Assim ocorreu com os diversos crimes pretéritos provocados pela Samarco e igualmente se encaminha para resoluções decorrentes dos crimes sociais e ambientais sobre o rio Doce. (GONÇALVES; PINTO; WANDERLEY, 2016, p. 140).

Nessa mesma perspectiva, acerca do Programa de Demissão Voluntária, é relevante evidenciar que este foi apresentado pelos sindicatos dos trabalhadores do setor, especificamente o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana (Metabase) e o Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo (Sindmetal), após um primeiro período de *layoff*. A intenção da mineradora Samarco era de que 1.200 funcionários aderissem ao programa.

[...] a empresa terá que demitir cerca de 40% dos 3 mil funcionários que atuam nos dois estados, aproximadamente 1.200 trabalhadores. Os demitidos não necessariamente serão os trabalhadores em *lay-off*. “Chegamos a um ponto em que são necessários ajustes devido à nova realidade da Companhia: não sabemos quando serão concedidas as licenças para a volta da operação. Na melhor das hipóteses, isso pode acontecer no fim deste ano. Quando isto acontecer, a empresa terá que operar com, no máximo, 60% da capacidade por alguns anos”, explicou a Samarco em nota oficial. Os outros 40% seriam de funcionários demitidos. (COSTA, 2016).

Araújo e Cristini (2016) evidenciam o panorama que surge a partir da apresentação deste programa:

Segundo a empresa, 924 pessoas aderiram voluntariamente. Deste total, 854 deixaram os cargos até 29 de julho deste ano; os outros 70 tiveram a saída postergada para até 31 de dezembro. Por meio do Programa de Demissão Involuntária (PDI), outras 153 pessoas foram demitidas até 30 setembro. Segundo a empresa, para se aproximar da meta, ainda é necessário fazer 90 desligamentos, para os quais foi definido novo prazo na audiência de conciliação. Inicialmente, os cortes seriam feitos em setembro passado. Com o acordo, as demissões vão ocorrer até 31 de dezembro.

(ARAÚJO; CRISTINI, 2016).

Conforme Pimentel (2016), o programa teria a seguinte conformação:

Quem aderir ao programa de demissão voluntária vai receber metade do salário para cada ano de trabalho, limitado a quatro salários; valor fixo equivalente a três remunerações, plano de saúde por seis meses após a demissão entre outros benefícios. Empregados que ocupam cargos gerenciais, com exceção de chefe de equipe, não poderão aderir ao programa. Neste caso, as demissões serão realizadas a critério da empresa. (PIMENTEL, 2016).

A fim de ‘garantir o emprego dos funcionários’ que não aderiram ao Programa de Demissão Voluntária, foi firmado um acordo na Vara do Trabalho de Ouro Preto, no dia 18 de novembro de 2016, entre representantes da Mineradora Samarco e representantes dos trabalhadores. Este acordo define que não poderá ocorrer demissão coletiva até 31 de março de 2017. “Até a dada, a empresa se comprometeu a manter os postos de trabalho de 1,8 mil empregados que não aderiram a programas de demissão em Minas Gerais e no Espírito Santo”. (ARAÚJO; CRISTINI, 2016).

As autoras destacam o posicionamento do diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana (Metabase), Sérgio Alvarenga de Moura. Segundo elas, “disse que ficou satisfeito com o resultado do acordo, principalmente por causa da estabilidade de emprego dos funcionários da Samarco garantida até o dia 31 de março de 2017”. (ARAÚJO, CRISTINI, 2016).

Também evidenciam o posicionamento do diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo (SindiMetal-ES), Sérgio Luiz Guerra, que

também apontou o resultado como bom, porque os trabalhadores corriam o risco de não receber caso o acordo não fosse feito. “Ela [a Samarco] alegava que, com a

tragédia da barragem, não teria condições para pagar porque estava gastando muito dinheiro”. Guerra acredita que se não fosse a ação civil pública não teriam chegado a um consenso. “Esse processo a gente tinha que concluir. A estabilidade dos trabalhadores também foi um ponto gratificante. Valeu a pena o trabalho que a gente fez para garantir [o emprego dos funcionários até o dia 31 de março de 2017]”. (ARAÚJO; CRISTINI, 2016).

Fica perceptível nestes recentes movimentos a restrita possibilidade de negociação e de garantias aos trabalhadores. A presença do Estado, nos âmbitos legal/jurídico é uma constante, no entanto, na condição de intermediador entre partes com distintos/antagônicos interesses, em nosso entendimento, acaba por consolidar como “lado mais fraco” o dos trabalhadores, mesmo estes sendo representados por sujeitos coletivos como os sindicatos, uma vez que garante acordos com ganhos muito restritos, temporários, o que não significa um real e efetivo comprometimento da mineradora com seus funcionários.

Queremos ressaltar que a demissão possui dois significados, uma para cada lado desta disputa (Mineradora Samarco e Trabalhadores). Para a mineradora, entendemos que a demissão dos funcionários não significa maiores impactos, pelo contrário, acaba por assumir um caráter positivo, pois coloca trabalhador contra trabalhador, servindo para incitar a fragmentação da classe trabalhadora, como é o que acontece entre os empregados diretos da Samarco – que atualmente estão desempregados ou na eminência de demissão e os atingidos pelo rompimento da barragem/crime moradores das comunidades destruídas e que estão lutando pela ‘reconstituição’ de suas vidas e por ações reparadoras da mineradora, e que acabam sendo acusados como os responsáveis pelo ainda não retorno das atividades da mineradora.

Nesse contexto, é relevante não perdermos de referência que as terras, as minas e as estruturas produtivas permanecem como propriedade da Samarco, e que após conseguir legalmente permissão para o retorno das suas atividades de produção, a contratação de força de trabalho será uma ação prioritária, ou seja, demitir e contratar é uma ação constante na mineração

extrativista, uma vez que acontece conforme as necessidades do processo produtivo. Além disso, há força de trabalho disponível, interessada e necessitando destes empregos para sobreviver. Esse é o destino dos trabalhadores na mineração extrativista em Mariana-MG e região, esse é o destino da massa de trabalhadores assalariados nesta sociabilidade.

Já, pela perspectiva dos trabalhadores, o desemprego é condicionante direto na questão da sobrevivência. Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), considerando a população economicamente ativa, em 2017, o desemprego em Mariana-MG atinge uma estimativa de 13 mil pessoas, o que significa cerca de 23% da população. É importante referenciar que

Se a gente comparar o trimestre com o mesmo período de 2016, são 4 mil desempregados a mais. No ano passado, a taxa de desocupação era de 17%, ou nove mil desempregados. Segundo o coordenador do Sine, Gustavo Ribeiro, três setores que mais fizeram desempregados nos últimos meses foram a Indústria, a Construção Civil e o Comércio. Para o coordenador do Sine, a esperança de melhoria é somente com o retorno da Samarco. “Há esperança de que a empresa volte a operar para gerar emprego e renda para a região. Esperamos também que a construção do novo Bento e Paracatu gerem uma grande demanda por mão de obra”, explica o coordenador. (JORNAL PONTO FINAL, 2017c).

Entendemos, a partir dos dados e pelo posicionamento do coordenador do Sine de Mariana-MG, que a expectativa de geração de emprego vincula-se diretamente à questão da mineração extrativista, seja, diretamente nos postos de trabalho vinculados diretamente às atividades nas estruturas de funcionamento da mina ou no setor de serviços que é o setor que sustenta todo o aparato de funcionamento da mineração extrativista e que atinge diretamente a população residente e que trabalha na área urbana do município.

Explicitado isso, manifestamos nosso entendimento de que

os impactos da mineração, conseqüentemente sua conformação a partir da superexploração da força de trabalho, não se dão apenas no momento da extração do minério. Esta conformação é o que fundamenta as diversas etapas do processo produtivo e, em nosso entendimento, assumem uma caracterização ampliada gerando conseqüências de longo prazo sobre um contingente populacional que se encontra para além das estruturas das minas.

Nesse sentido, sobre o contexto da superexploração da força de trabalho na mineração extrativista, é pertinente evidenciar a ofensiva sobre sujeitos que não estão diretamente vinculados ao processo produtivo, mas que são diretamente violentados pela lógica destrutiva de busca por lucros neste setor. Estamos nos referindo às populações indígenas e ribeirinhas, especialmente às atingidas diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão/crime.

Partimos do entendimento de que a superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência. Marini (2005) expôs os mecanismos dessa estratégia utilizada pelas burguesias locais para compensar as perdas decorrentes do processo de intercâmbio desigual. Tais mecanismos podem ser evidenciados no processo produtivo da mineração extrativista, como buscamos demonstrar nas linhas anteriores, a partir de estratégias como: pagamento de baixos salários em relação ao excedente produzido pelos trabalhadores; prolongamento e intensificação da jornada de trabalho que é conformada por turnos; exaustão física e psicológica o que vincula-se diretamente ao alto índice de acidentes de trabalho, adoecimento, mortes; terceirização e violação de direitos trabalhistas, previdenciários, dentre outros que compõem histórica e cotidianamente o cenário de minério-dependência.

Entendemos que a superexploração é uma condição que incide sobre toda a classe trabalhadora do continente, do País. Procuramos evidenciar nas linhas anteriores mecanismos dessa condição diretamente sobre os trabalhadores inseridos no processo produtivo da mineração extrativista. Reconhecendo, neste contexto, o rompimento da barragem de Fundão/crime como uma máxima expressão da superexploração da força de trabalho, entendemos que esta condição se estende aos sujeitos que não estão diretamente vinculados ao processo produtivo nas mineradoras. Assim, as populações indígenas e ribeirinhas que

foram atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão/crime, ao terem seu modo de vida e de inserção laboral alterados, também conformam o panorama da superexploração da força de trabalho na mineração extrativista.

A vinculação dessas populações ao Rio Doce, que foi morto pelos rejeitos que se alastraram ao longo de seu leito, é o elemento que os vincula às consequências e aos mecanismos de funcionamento da mineração extrativista. A partir do rompimento da barragem/crime as relações de existência, seja via interrupção de captação de água e da pesca, seja para alimentação/subsistência ou como fonte de renda, inclui estes sujeitos num cenário mais ampliado da superexploração da força de trabalho, isto é, para além dos limites das estruturas minerárias, do processo produtivo.

A contaminação da bacia hidrográfica do rio Doce pelos rejeitos elevou consideravelmente os níveis de turbidez da água, tornando-a imprópria tanto para o consumo humano como para a agropecuária. O mesmo motivo fez com que a população de peixes fosse praticamente aniquilada de todos os cursos d'água que foram atingidos pela lama. Com os danos à ictiofauna, os pescadores perderam seu principal meio de subsistência. Diversas localidades que dependiam do turismo também contabilizaram amargos prejuízos. (LOPES, 2016).

As populações ribeirinhas, isto é, que vivem ao longo do Rio Doce e que dele provinham o seu sustento, tiveram sua realidade social e econômica completamente alterada os colocando em um contexto de incertezas e vulnerabilidades⁷⁵. Destacamos a fala de José Sabino, um dos três mil pescadores impactados pela chegada da lama no estado do Espírito Santo⁷⁶:

⁷⁵ “A população de Baixo Guandu, município do Espírito Santo vizinho de Minas Gerais, foi a primeira a sentir essas mudanças. A pescadora Vanda Lopes Rosa, moradora da vila de Mascarenhas, se viu mergulhada em depressão após a chegada dos rejeitos. “Hoje estou à base de tranquilizantes, estou indo a um psiquiatra. Não se pode nem pisar mais na água”, lamentou’. (FOLHA VITÓRIA, 2016a).

⁷⁶ “Só na vila de Regência, 56 famílias viviam exclusivamente da atividade pesqueira”.

“É triste a realidade de hoje, de não poder pescar, eu fico com o coração partido em não poder fazer que eu tanto fiz ao longo dos meus anos. É muito triste”. (FOLHA VITÓRIA, 2016a).

Nessa mesma perspectiva, Carlos Sangália, morador de Regência-ES e vice-presidente do Comitê da Bacia do Rio Doce, aponta os impactos que evidenciam como a superexploração da força de trabalho também atinge a comunidade: “Teve toda uma desestruturação sócio-organizacional, na questão socioeconômica, socioafetiva, a questão do turismo, que já tinha uma dinâmica de funcionamento que foi interrompida”. (FOLHA VITÓRIA, 2016a).

Importa evidenciar que as famílias que tiveram sua condição econômica alterada, passaram a receber, via cartão, um auxílio financeiro. “De acordo com a Samarco foram entregues 3.535 cartões de auxílio financeiro a famílias do Espírito Santo que dependiam do Rio Doce”. (FOLHA VITÓRIA, 2016a). Este é o mecanismo utilizado pela mineradora Samarco para compensar as perdas econômicas cotidianas que as inúmeras famílias atingidas vivenciam.

Conforme Cipriani (2015),

O ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, afirmou na tarde desta segunda-feira que a população que vive ao longo do Rio Doce ou que tira dele o seu sustento também terá direito a receber indenização da Samarco enquanto a bacia não for revitalizada. Por recomendação do Ministério Público, a mineradora, controlada pela Vale e a BHP Billiton, já concordou em pagar um salário mínimo por chefe de família e mais meio por dependente para os desabrigados em razão do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, Região Central de Minas Gerais. (CIPRIANI, 2015).

Acerca dos cartões de auxílio financeiro, que se tornou a única fonte de renda e sobrevivência dos atingidos, o endereço eletrônico da Fundação Renova informa que está em fase final o processo de substituição desses cartões ao longo de todo o Rio

Doce, trecho que vai de Mariana (MG) a Linhares (ES). O motivo da troca é o término do contrato com a empresa que fornecia o serviço. Conforme evidencia a Fundação:

Ao todo, 8.195 cartões de auxílio financeiro serão substituídos. Na primeira etapa do trabalho, a equipe de Auxílio Financeiro percorreu todo o trecho do Rio Doce e entregou 8.003 cartões. Agora, a equipe está realizando uma nova visita às comunidades para concluir a entrega de 58 cartões. 134 cartões foram devolvidos à Fundação, por motivos como falecimento ou troca de endereço dos beneficiários. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017a).

Entendemos que condicionar a sobrevivência de um contingente populacional ao recebimento de um auxílio financeiro via cartão, cuja finalidade é reparar os danos causados pelo rompimento da barragem/crime é mais uma expressão da superexploração da força de trabalho no contexto da mineração extrativista, uma vez que tal ação inscreve-se numa lógica precária, vexatória e coercitiva de ressarcimento, seja pelo baixo valor repassado, seja pela necessidade de comprovar que foi atingido e que teve sua forma se sobrevivência aletrada ou destruída.

Além dessa condição indigna que atinge os ribeirinhos, a realidade das populações indígenas é alarmante. Situamos que para estas populações, a superexploração da força de trabalho vem muito fortemente condicionada à ofensiva do capital sobre a sua cultura, sua forma de vida, e obviamente, também sobre a sua forma de sobrevivência no tocante à questão econômica.

A tribo Krenak foi diretamente atingida e vivencia cotidianamente a morte do Rio Doce e a morte de sua cultura, sua história⁷⁷. Conforme o procurador público Edmundo Antonio Dias Netto “Há danos de diferentes perspectivas, incluindo a

⁷⁷ “[...] a luta dos Krenak vem desde o começo do século 19, quando a influência colonial portuguesa declarou guerra aos povos indígenas que estavam “impedindo” a sociedade de progredir. Em toda oportunidade, os krenak eram demonizados como vagabundos, e, a qualquer sinal de objeção, eram chamados de provocadores e violentos. Perder o Rio Doce é apenas outro episódio da longa história de invasão de terras e extorsão sobre o povo krenak”. (IRWIN, 2017).

espiritual. Eles não conseguem mais executar seus rituais sagrados”. Nas palavras do indígena Leonir Boka: “Não temos casa, dinheiro ou qualquer meio para pagar pelo que fizeram com o rio, com a gente. O rio era um forte médium, onde praticávamos nossa cultura. [...]. Os anciões executavam rituais sagrados nas ilhas do Watu. Assim como o Rio Doce morreu, nossa cultura está morrendo”. (OPINIÃO & NOTÍCIA, 2017).

Antes do rompimento da barragem, cerca de 126 famílias indígenas da tribo krenak viviam espalhadas em sete vilarejos às margens do Rio Doce. Eles sobreviviam da pesca e da caça de animais e se abasteciam da água do rio para beber e irrigar plantações. Agora, eles recorrem à carne de aves, boi ou porcos, compradas em supermercados próximos. (OPINIÃO & NOTÍCIA, 2017).

Esta realidade a que os indígenas foram obrigados a submeter-se, cuja origem advém do processo produtivo da mineração extrativista é, em nosso entender, mais uma manifestação da superexploração da força de trabalho que se alastra para fora do sistema produtivo; que condiciona e submete tudo e todos à lógica destrutiva do capital pela busca de lucros em detrimento dos interesses legítimos da classe trabalhadora que é conformada não só por aqueles que se inserem diretamente nos processos produtivos, vendendo sua força de trabalho em exaustivas, intensas e prolongadas jornadas de trabalho, mas também àqueles que não detêm os meios de produção, àqueles que vivem a dolorosa história de destruição, espoliação e morte ao longo dos séculos neste tão rico território latino.

Dessa forma, o rompimento da barragem de Fundão não é apenas um desastre ambiental, é um crime, é uma manifestação da superexploração da força de trabalho com consequências aos trabalhadores envolvidos diretamente no processo produtivo, bem como àqueles⁷⁸ que dependiam do Rio Doce, ao longo de

⁷⁸ Priorizamos evidenciar as populações indígenas e ribeirinhas, no entanto, reconhecemos que compõem este quadro mais ampliado da superexploração da força de trabalho a partir do contexto e processo produtivo da mineração extrativista, outros sujeitos tais como: pequenos comerciantes que possuíam sua fonte de renda a partir, por exemplo, do potencial turístico do Rio doce, seja em atividades vinculadas

toda sua extensão, para a sobrevivência, como fonte de renda. Reivindicamos e nos alinhamos ao posicionamento do MAM, quando o movimento e sua militância afirmam que: “o que aconteceu no dia 5 de novembro de 2015 não foi um ponto fora da curva da história da mineração no Brasil. É, na verdade, a consequência maior desse modelo predatório, dependente, e que coloca o lucro acima da vida das pessoas”. (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017, p 11).

É a partir destes determinantes que o contexto minerário extrativista se reproduz e se perpetua e nesse sentido,

[...] acerca da estrutura do trabalho em regiões mineradas, podemos dizer que, em situações de minério-dependência, os postos de trabalho na mineração ou em atividades correlatas são relevantes para a sobrevivência das populações locais. Devido a estas condições, a população de Mariana se encontra em uma situação de restritas opções econômicas em curto prazo. (COELHO, 2017, p. 3)

Assim, faz-se urgente pensar as consequências dessa especialização produtiva de Mariana-MG, isto é, o real significado pela busca desenfreada de lucro pelas mineradoras multinacionais e as agravadas condições de sobrevivência impostas historicamente à população. Nesse sentido, nos próximos itens será evidenciado acerca do rompimento da barragem de Fundão/crime e o panorama das lutas sociais nesse contexto de minério-dependência, como expressão/manifestação da superexploração da força de trabalho, e como movimentos

ao surf ou à rede hoteleira e de alimentação. Tal realidade é muito bem evidenciada no documentário "Rio Doce: histórias de uma tragédia" que, para maior conhecimento, pode ser acessado o endereço eletrônico do mesmo: <https://www.riodoce.com/>. Também, é relevante mencionarmos que a condição de superexploração incide diretamente nos trabalhadores contratados, após o rompimento da barragem/crime por uma empresa terceirizada pela Samarco para prestar atendimento na área psicossocial à população atingida, especialmente aos moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima. Apontamos que tal contexto será temática de estudo desta doutoranda a curto prazo, uma vez que este debate é urgente e relevante de ser realizado no intuito de potencializar as profissões de serviço social e psicologia e seus exercícios profissionais diante do complexo quadro de precarização em que se inserem na contemporaneidade.

reivindicatórios de outra condição de existência/sociabilidade, respectivamente.

4.3 O rompimento da barragem de fundão: manifestação da questão social na condição de dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo

Paredão

Uma cidade toda paredão.
Paredão em volta das casas.
Em volta, paredão, das almas.
O paredão dos precipícios.
O paredão familiar.

Ruas feitas de paredão.
O paredão é a própria rua,
onde passar ou não passar
é a mesma forma de prisão.

Paredão de umidade e sombra,
sem uma fresta para a vida.
A canivete perfurá-lo,
a unha, a dente, a bofetão?
Se do outro lado existe apenas
outro, mais outro, paredão?

Carlos Drummond de Andrade.

O dia 05 de novembro de 2015 entra para a história mundial como o dia em que ocorreu aquilo que pode ser confirmado como uma ‘tragédia anunciada’⁷⁹/crime⁸⁰ resultado de

⁷⁹ Segundo hipótese divulgada pelo “Portal Confluências” e que está sendo investigada em forma de rede colaborativa de informações, no ano de 2009 a Vale iniciou a elaboração de um projeto de construção de uma nova barragem de rejeitos que seria construída na área de Bento Rodrigues, tal barragem seria denominada “Mirandinha”. Na época, a mineradora encontrou obstáculos para concretizar o projeto, tanto por parte de muitos moradores que não concordavam com a proposta e não aceitaram vender seus terrenos; como dificuldades referentes aos impactos ambientais e sobre o patrimônio histórico que seriam gerados. Segundo o Portal Confluências (2016): ‘Os acionistas querem tirar a turma do Bento de qualquer jeito’. Essa frase foi dita em 2012 por Kleber Terra, diretor de operações da Samarco, cuja interceptação foi divulgada recentemente pela Polícia Federal, e revela uma pressão exercida por acionistas para que o projeto da nova barragem acontecesse “de qualquer jeito”. Esse “de qualquer jeito” significaria negligenciar os limites da estrutura

um desenvolvimento pautado historicamente e cada vez mais acentuado, nesta região geográfica, pela mineração extrativista.

O rompimento da barragem de Fundão (uma das três barragens de rejeitos pertencentes à mineradora Samarco)⁸¹ despejou 34 milhões de m³ de lama sobre o povoado/distrito de Bento Rodrigues, pertencente ao município de Mariana-MG, destruindo-o completamente. Este acontecimento é considerado o maior desastre socioambiental do País no setor de mineração. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016).

A avalanche de lama, que ainda pode ser vista nos rios e nas cidades do entorno, atingiu área de cerca de 1.500 hectares, deixou 19 mortos, centenas de desabrigados, soterrou quase 30 comunidades e impactou na vida de cerca de 1 milhão de pessoas.” (PORTAL VERMELHO, 2016).

Considerando o exposto acima, pode-se afirmar que o lastro de destruição é incomensurável, uma vez que não foram destruídos somente bens materiais, mas a história, a cultura, a vida de um povoado, de 19 pessoas⁸² (14 trabalhadores da

das barragens antes de Bento Rodrigues para que um dia rompessem e transformassem a cidade numa barragem e ainda com o alibi de um "acidente"? "Esta é uma hipótese que não pode ser descartada". (PORTAL CONFLUÊNCIAS, 2016). No momento não temos maiores informações sobre o andamento das investigações, no entanto optamos por evidenciar tal informação/denúncia/hipótese levantada pelo 'Portal Confluências' pois consideramos que a mesma deve ser apurada/averiguada. Ressaltamos, portanto, que ela carece de ser comprovada ou não e uma vez comprovada os responsáveis devem responder pelas suas atitudes e consequências delas decorrentes.

⁸⁰ Segundo Xavier e Vieira (2016) "o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 05/11/2015 possui todos os elementos necessários ao enquadramento como crime. Falta apenas que o judiciário faça ecoar o som de seu martelo indicando aquelas e aqueles que não estão amparados pelas excludentes de culpabilidade e ilicitude mencionadas". Assim como as autoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens, dentre outros sujeitos coletivos, assume o entendimento de que o rompimento da Barragem de Fundão enquadra-se como crime. Também assumimos tal postura, uma vez que está alinhada à posição política e à luta dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.

⁸¹ "A barragem de Fundão [está] localizada no córrego vizinho da barragem do Germano e a montante da barragem do Santarém. (MILANEZ, SANTOS, MANSUR, 2016, p. 67).

⁸² Os dados oficiais apontam que foram 19 mortes, no entanto uma moradora/atingida de Bento Rodrigues sofreu um aborto involuntário em decorrência do rompimento da

mineração e cinco moradores), a biodiversidade de três rios (Gualaxo do Norte, Do Carmo e Doce) atingindo o oceano após percorrer 663,2 km de cursos d'água. São consequências do ocorrido:

O isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades pela destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortalidade de animais domésticos, silvestres e de produção; restrições à pesca; dizimação de fauna aquática silvestre em período de defeso; dificuldade de geração de energia elétrica pelas usinas atingidas; alteração na qualidade e quantidade de água; e sensação de perigo e desamparo da população em diversos níveis. (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2016).

Tal rastro de destruição, principalmente em sua forma subjetiva não pode ser medido nem ressarcido materialmente.⁸³ Está marcado em cada indivíduo que teve sua vida violentamente modificada, que teve sua vida dilacerada não

barragem, o que evidencia o número de 20 mortes. "Pensei que também iria morrer. Até hoje sinto dores no corpo. Perdi meu filho de 3 meses e minha sobrinha, que 40 minutos antes foi em casa e ao sair me pediu benção. Vou lutar por meus direitos até o fim. Dinheiro nenhum vai trazê-los de volta. Mas não vou desistir". (MADRUGA, 2015).

⁸³ "O Ministério Público Federal (MPF) denunciou a Samarco, Vale, BHP Billiton e VogBR e mais 22 pessoas como responsáveis pela tragédia ocorrida com o rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais. 21 destas pessoas responderão por homicídio qualificado com dolo eventual, quando se assume o risco de cometer o crime. Dentre os denunciados da Samarco estão o diretor-presidente, Ricardo Vescovi; o diretor de Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra; 3 gerentes operacionais; 11 integrantes do Conselho de Administração e representantes do conselho da empresa por indicação da BHP e Vale. Segundo os procuradores da República José Adércio Leite Sampaio, Eduardo Aguiar, Jorge Munhós e Eduardo Santos de Oliveira, os acusados, "de forma consciente, realizaram uma série de ações e omissões que levaram ao rompimento da barragem". Os acusados poderão ir a júri popular e, se condenados, terão penas de prisão de que podem ir até 54 anos, além de pagamento de multa, de reparação dos danos ao meio ambiente e daqueles causados às vítimas. (INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 2016).

apenas no momento do rompimento, mas cotidianamente. Segundo dados divulgados no mês de dezembro de 2016 pelo IBAMA, mais de 75% dos rejeitos de minério de ferro que estavam estocados na barragem de Fundão já vazaram. Ao longo de mais de um ano do rompimento 11,4 bilhões de litros de rejeitos continuaram vazando, o que demonstra uma ineficácia dos três diques de contenção construídos pela mineradora e em operação desde fevereiro de 2017.

Com estas recentes informações é possível afirmar que o rompimento da barragem de Fundão é um desastre/crime continuado. De acordo com Marcelo Belisário, superintendente do Ibama em Belo Horizonte:

Cerca de 60% do volume que vazou permanece dentro de Bento Rodrigues (subdistrito de Mariana), mas ainda é possível encontrar o DNA da mineração a 600 quilômetros do local do acidente porque as medidas de contenção não têm conseguido conter a fração mais fina do material. (EM.COM.BR., 2016).

O distrito de Bento Rodrigues, localizava-se cerca de 30 Km da sede do município de Mariana-MG. Possuía cerca de 200 famílias, o que representava um total de aproximadamente 600 moradores. Além da destruição completa deste povoado, a lama tóxica foi deixando um lastro de destruição em inúmeras outras localidades, impactando áreas de preservação ambiental, áreas de demarcação indígena, municípios vizinhos de Mariana-MG – como o município de Barra Longa-MG, que teve a área urbana invadida pela lama; vilarejos históricos como o “distrito de Camargos, vila fundada no século XVIII, onde 50 famílias abandonaram suas casas às pressas. Em Paracatu de Baixo, a lama destruiu casas de 80 famílias. Só a igreja e a escola ficaram de pé.” (SILVA LUZ, 2015, p. 24).

Este acontecimento/crime inscreve-se na lógica destrutiva do sistema produtivo. Nele, as barragens de rejeitos são parte das estruturas produtivas utilizadas na mineração extrativista. Segundo Santos e Wanderley (2016), as causas dos rompimentos de barragens são variadas, encontrando-se associadas seja a questões climáticas não usuais e/ou à

manutenção inapropriada.

Wanderley, Mansur e Pinto (2016, p. 39) afirmam que “elementos técnicos relacionados à estrutura da barragem, à deposição de rejeitos e ao rompimento da mesma só podem ser compreendidos em articulação com fatores econômicos, sociais, políticos e institucionais”.

Entendemos que é preciso considerar e inscrever o rompimento da barragem de Fundão à lógica irracional do sistema produtivo mineral extrativista em vigência no País. Há evidências de que tal acontecimento esteja relacionado aos períodos denominados de *boom* e *pós-boom* das *commodities*, uma vez que em ambos os contextos ocorre uma superprodução, ou uma intensiva extração de minério das minas, o que acaba por sobrecarregar as (precárias e não fiscalizadas) estruturas de contenção dos rejeitos.

Wanderley, Mansur e Pinto (2016, p. 40) colocam que

O primeiro ponto para compreender o caráter estrutural do rompimento da barragem do Fundão sustenta-se na hipótese de Davies e Martin (2009), a qual correlaciona o aumento das ocorrências de rompimento de barragens de rejeitos aos períodos recessivos dos ciclos de preços dos minérios. Segundo os autores, as causas para esse comportamento são múltiplas, entre elas: pressão para obter as licenças necessárias para operar e auferir ganhos no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação dos projetos, escolhas decorrentes de estudos pouco aprofundados, que priorizam a velocidade das obras e pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a escolhas e avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos; Movimento setorial de expansão, também durante o período de alta, causando um aquecimento do setor de engenharia e a contratação de serviços a preços mais elevados (aumentando o endividamento das firmas); por outro lado, a grande circulação e

a supervalorização dos profissionais no mercado geram necessidade de incorporação de técnicos menos experientes ou sobrecarga dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras); Intensificação da produção em volume e pressão por redução nos custos a partir do momento em que os preços baixam e voltam aos patamares usuais. (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 40).

Wanderley (2017, p.4) ainda reforça tal premissa quando afirma que a posição assumida pelas mineradoras diante da queda do preço da tonelada de minério de ferro foi de seguir “ampliando o volume extraído, intensificando a produção e aumentando a produtividade, no sentido de ganhar mais mercado frente à concorrência.”

Importa referenciar que

A barragem do Fundão foi licenciada entre 2005 e 2008, entrando em operação nesse último ano, exatamente quando os preços do minério de ferro alcançaram seu pico. Seu licenciamento foi realizado por órgãos públicos que passam por intenso processo de precarização e pressões políticas e sua aprovação ficou vinculada a uma série de condicionantes ambientais, que em alguns casos foram atendidas de maneira parcial ou pouco satisfatória. (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 40).

Conforme afirmam Milanez, Santos e Mansur (2016, p. 67)

O sistema de Fundão compreendia dois reservatórios independentes para a disposição de rejeitos arenosos (Dique 1) e lama (Dique 2). O projeto estimava que a capacidade plena e o tempo de vida útil do Dique 1 seria de 79,6 milhões m³ e 15,9 anos, enquanto no Dique 2 corresponderiam a 32,2 milhões de m³ e 5 anos, respectivamente, de modo que todo o

reservatório alcançaria a altura de 90m e ocuparia uma área de 250 ha (SUPRAM-ZM, 2008, p. 6). Em 2014, foram gerados 22,0 Mt de rejeitos, entre arenosos e lamas, depositados nas barragens acima identificadas. A massa movimentada de estéril foi de 60 Mt (SAMARCO MINERAÇÃO, 2015c, p. 72).

Explicita-se, a partir destas informações, uma elevada produção de rejeitos, o que significa que há uma elevada produção/extração de minério de ferro das minas. Assim, o rompimento da barragem/crime inscreve-se em um contexto de queda do preço do minério de ferro no mercado mundial, o que desencadeia, uma busca pela lucratividade via aumento da extração dos bens naturais e pela redução dos custos de produção, ou seja, é uma consequência da atuação das empresas mineradoras e está alinhado a uma atuação negligente de instâncias públicas fiscalizadoras, lógica de funcionamento esta que é própria do capitalismo e que historicamente tem se manifestado neste continente marcado pela condição de dependência.

Em laudo técnico, concluído em 21 de outubro de 2013, época da revalidação da licença de operação da barragem de rejeitos de Fundão, o Instituto Prístino – instituição de pesquisa e diagnósticos de conservação e uso racional do patrimônio natural –, destacou a sobreposição de áreas afetadas pela barragem e por uma pilha de material estéril da mineradora Vale. Segundo o relatório, o contato entre a pilha e a barragem era “inadequado para o contexto de ambas as estruturas, devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos”. (SILVA LUZ, 2015, p. 25).

Nos anos seguintes, 2014 e ao longo de 2015, até próximo à data do rompimento da barragem, a mineradora possuía laudos positivos em relação à estrutura e funcionamento da barragem, emitidos por órgãos públicos, das instâncias federal, estadual e

municipal. No estado de Minas Gerais é a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), o órgão responsável pela publicação do Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais, no caso das barragens de rejeitos de mineração a fiscalização ocorre de forma compartilhada com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Conforme apontam Santos e Wanderley (2016, p. 96-97)

Na lista de 2014 (FEAM, 2014b), as três barragens da Samarco em Mariana (fundão, Germano e Santarém), todas Classe III, tiveram sua estabilidade garantida pelo auditor. E ainda, quase quatro meses antes do rompimento, a própria barragem de Fundão teve a sua estabilidade garantida pelo engenheiro da empresa VogBR em auditoria realizada no dia 2 de julho de 2015 (Folha de São Paulo, 2016b). Cinco dias depois da auditoria, no dia 7 de julho, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente confirmou que a barragem se encontrava em condições adequadas de segurança (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016c).

Fica perceptível que a prioridade assumida por um conjunto de profissionais e órgãos responsáveis pela fiscalização dessas estruturas era manter o funcionamento da mineradora, pouco importando as reais condições de operacionalização, os eminentes perigos ao meio ambiente, aos trabalhadores da mineradora e à população do entorno. Tal premissa é evidenciada por Silva Luz (2016, p. 25) quando a autora dá voz ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Altamir de Araújo Rôso Filho, e este expõe:

Discordo que não haja rigidez no licenciamento ambiental, pelo contrário. Afirmo com toda tranquilidade que existe excesso de rigidez no licenciamento e um excesso de órgãos envolvidos. Por isso, temos até uma proposta para mudar esse sistema. Alguém precisa fiscalizar, não precisa ser o Estado, que pode delegar a

outros. Uma empresa pode ser contratada para fazer isso.

Silva Luz (2016, p. 25-26) destaca o posicionamento assumido pelo Estado brasileiro perante os interesses econômicos privados e referencia a fala do governador do estado de MG, Fernando Pimentel, quando menciona:

O meio ambiente não pode ser refém da economia e a economia não pode ser refém do meio ambiente. É imperioso que façamos essa reforma [refere-se ao projeto de Lei n. 2946/2015 que altera o Sistema Estadual de Meio Ambiente] num momento em que a economia passa por mudanças e ajustes. Minas não quer perder o trem do progresso.

Importa evidenciar que no início do mês de julho de 2017, a FEAM divulgou o Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais referente ao ano de 2016. Este documento aponta que

No ano de 2016, foram cadastradas 737 barragens, das quais, em 724 foram declaradas a condição de estabilidade. Dessas, 94,9% das barragens (687) possuem estabilidade garantida pelo auditor, em 3,2% (23) o auditor não concluiu a condição de estabilidade e em 1,9% (14) o auditor não garante a estabilidade. (FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 2017).

Realizamos esta breve descrição empírica acerca de aspectos referentes ao rompimento da barragem de Fundão para podermos analisá-los, à luz da teoria social crítica, em sua essência. Julgamos como fatos centrais para o real entendimento deste evento: a) a ofensiva cada vez mais exacerbada do capital sobre o meio ambiente; b) a funcionalidade do Estado frente aos interesses econômicos, neste caso o setor minerário extrativista; c) a superexploração da força de trabalho; e, d) a perpetuação da dependência a partir da especificidade da condição de país subimperialista.

Essa realidade constante na mineração extrativista vivenciada no *lôcus* delimitado para estudo, conforme demonstrado, inscreve-se naquilo que Mészáros (2011a) aborda como uma lógica incontrolável do sistema do capital. Segundo o autor, no capitalismo contemporâneo, em que o valor de uso é sucumbido ao valor de troca, e em que há uma aceleração da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias – o que acaba por acelerar o ciclo produtivo –, o capital conforma-se na sua amplitude de abrangência sobre o globo e na competitividade e concorrência intercapitalista. Tal movimento desencadeia uma lógica precarizante nas relações de trabalho, e uma lógica predatória na relação metabólica entre os homens e a natureza, subordinando a sociabilidade como um todo à lógica destrutiva do capital.

Nas palavras de Mészáros (2011a, p. 250),

a tentativa de ir além de suas possibilidades é a marca da relação do capital também com as condições elementares de reprodução sociometabólica, no intercâmbio absolutamente inevitável da humanidade com a natureza.

O autor analisa criticamente o papel da ciência e da tecnologia no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Para ele, ambas estão subordinadas às exigências de expansão e de acumulação do capital. “Hoje, a interferência irresponsável na casualidade da natureza é a norma; a pesquisa de projetos de produção realmente emancipadores, a rara exceção”. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 255).

Na linha do que afirma o autor, podemos situar os megaempreendimentos, tais quais os requeridos pela mineração extrativista, como por exemplo: a construção de barragens de rejeitos; os diversos maquinários utilizados nas escavações e no transporte (transoceânico, inclusive) dos minerais e minérios; as diferentes tecnologias que permitem a utilização de recursos naturais como a água para separação dos diferentes tipos e qualidades de minerais e minérios; para o transporte – por meio dos minerodutos; dentre outros, como movimentos de produção de conhecimento, de ciência e de tecnologia sucumbidos à lógica de acumulação do capital.

A verdade realista é que a ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção, por meio das quais o capital impõe à sociedade as condições necessárias de sua existência instável. Em outras palavras, a ciência e a tecnologia não são jogadores bem treinados e em boa forma que, sentados nos bancos de reservas, ficam à espera do chamado dos treinadores socialistas esclarecidos para virar o jogo. Em seu modo real de articulação e funcionamento, estão inteiramente implicadas num tipo de progresso *simultaneamente* produtivo e destrutivo. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 265).

Assim, reafirmamos que o rompimento da barragem de Fundão, situa-se neste movimento assumido pelo modo de produção socialmente hegemônico nos últimos séculos, movimento este que é acentuado em sua fase contemporânea: o capitalismo monopolista, cujo um dos traços fundamentais é o avanço do capital sobre os mais longínquos territórios do globo, a fim de conseguir implementar um processo de trabalho pautado na superexploração da força de trabalho e na depredação da natureza. Segundo Mézszáros (2011a, p. 267, grifo do autor):

Historicamente passamos da prática de “destruição *produtiva*” da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominantemente é o da produção *destrutiva* cada vez maior e mais irremediável.

Nesse sentido, um aspecto que possui referência direta com essa lógica de produção *destrutiva* no setor extrativista mineral no País, conseqüentemente em Mariana-MG, foi o período de *boom* das *commodities*, uma vez que

com o preço alto se tornou rentável investir em inovação tecnológica e em infraestrutura para explorar novas jazidas e expandir as

escalas de produção. Como reflexo sobre os territórios há um aumento da pressão do capital minerador e, com isso, a instalação e expansão de novas infraestruturas produtivas, logísticas e de descarte (barragens, minerodutos, ferrovias, usinas geradoras de energia, unidades de transformação, portos, etc.). Difundem-se os conflitos sociais e agravam-se os impactos socioambientais rurais e urbanos, principalmente, sobre povos tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis. (WANDERLEY, 2017, p.2).

Acerca do rompimento da barragem de Fundão/crime, Wanderley, Mansur e Pinto (2016, p. 40-41) ainda firmam que

tal questão torna-se ainda mais problemática se for levada em consideração a análise proposta por Bowker e Chambers (2015). Ao analisar rompimentos de barragens de rejeitos ocorridos entre 1910 e 2010, eles notam o aumento da ocorrência de rompimentos classificados como sérios e muito sérios, identificando mais de 30 rompimentos dessas proporções após a década de 1990 no mundo. Os autores argumentam que tal tendência é um reflexo das tecnologias modernas de mineração, que permitem a implantação de megaminas, construídas para extrair minérios a partir de reservas caracterizadas por concentrações cada vez menores de minérios. À medida que a qualidade dos minérios diminui, aumenta a quantidade de rejeitos e consequentemente, o tamanho das barragens. (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016, p. 40-41).

Considerando o acima exposto, é importante evidenciar mais um elemento desta lógica de produção 'destrutiva' e sua manifestação após mais de um ano do rompimento da barragem e da suspensão da produção nas minas de propriedade da mineradora Samarco, haja vista não ter onde depositar os rejeitos decorrentes do processo extrativo. A questão que se põe

desde o dia do rompimento da barragem/crime e que foi se acentuando com o passar do tempo, é sobre a retomada da produção.

Questão esta que envolve diferentes aspectos, interesses e sujeitos, desde a pressão por parte dos trabalhadores da mineradora – haja vista o horizonte de desemprego; do comércio e estrutura de serviços locais – haja vista a queda de acesso e comercialização dos produtos e serviços ofertados; por parte da mineradora e, conseqüentemente de seus acionistas – haja vista a urgência da retomada da lucratividade – este último aspecto com expressivo aval do governo do estado de MG, por exemplo, pela autorização concedida à construção do Dique S4 estrutura de ampliação do sistema de contenção de rejeitos; e demais manifestações públicas dos governos das esferas estadual e municipal, uma vez que consideram prioritariamente a questão da arrecadação de impostos a partir do funcionamento da mineradora ao real significado do rompimento/crime às populações atingidas e à natureza destruída.

Acerca do alinhamento favorável do poder público governamental à retomada da produção/extração pela Samarco, podemos destacar a decisão emitida via Decreto NE n. 500 do Governo do Estado, emitido no dia 21 de setembro de 2016 e que viabiliza o início das obras do Dique S4 no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana-MG.

O S4 integra o sistema emergencial de retenção de sedimentos composto pelos Diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém. As obras serão iniciadas imediatamente. Na prática, o decreto do Governo estabelece a requisição administrativa das 55 propriedades impactadas na área de Bento Rodrigues onde será instalado o S4. (SAMARCO, 2016).

Em suma, esta obra significa ampliação do sistema de armazenamento de rejeitos e irá soterrar o distrito de Bento Rodrigues⁸⁴. Conforme afirmação da mineradora:

⁸⁴ Este é mais um elemento que contribui para que a suspeita apontada na abertura deste item, sobre a intenção da construção da barragem de Mirandinha e que esta

Após a construção do Dique S4, haverá o alagamento de parte da área já impactada em Bento Rodrigues. O muro de pedras existente no distrito também será preservado por uma cobertura que será feita pela Empresa. A ruína da Capela São Bento e o Cemitério não serão alagados. (SAMARCO, 2016).

Faz-se fundamental apontar que o posicionamento dos moradores, proprietários dos terrenos na área atingida de Bento Rodrigues, é contrário à realização desta obra que terá capacidade de armazenamento de 1,05 milhão de m³. “Permitir a construção do dique S4 é compactuar com esse crime contra uma comunidade que merece ter sua memória viva” posiciona-se Lucimar Muniz, uma das proprietárias do terreno onde a empresa quer construir o dique.” Prossegue a atingida afirmando que

A empresa quer se apropriar desse território para construção de uma nova barragem. Ela sempre buscou afastar os moradores de Bento Rodrigues para dominar o distrito e ampliar seus grandes depósitos de rejeitos. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2016).

Diante da exponenciação da circunstância é relevante ainda apresentar o posicionamento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), um movimento social que tem intervindo junto às famílias desde o ocorrido. Para o MAB,

este decreto só simboliza um Estado refém dos interesses privados das mineradoras transnacionais. A construção do Dique S4 em Bento Rodrigues só acarreta na consolidação de uma nova barragem no distrito, destruindo a memória do crime e o alagamento de um patrimônio cultural e histórico. Para o MAB o dique S4 é mais uma manobra das empresas para garantir o futuro da expansão minerária

e o Governo de Minas Gerais se mostra empenhado a assegurar os privilégios da Samarco. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2016).

Além deste movimento de expansão da área destinada aos rejeitos por meio do Dique S4, é importante ressaltar que no mês de dezembro de 2016, mais precisamente nos dias 14,15 e 16, foram realizadas audiências públicas nos municípios de Ouro Preto-MG⁸⁵ e Mariana-MG, respectivamente. Estas audiências tiveram como objetivo discutir o processo de licenciamento do Sistema de Disposição de Rejeito da Cava de Alegria Sul. Cerca de 1.800 pessoas participaram deste momento de apresentação e discussão do projeto, dentre elas representantes do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC), da Prefeitura de Mariana-MG, representantes da Samarco e da empresa responsável pelo estudo de impacto ambiental, moradores das cidades, trabalhadores da mineradora, vereadores, representantes do Ministério Público, Sindicatos representantes dos trabalhadores da mineração, etc. A Samarco, maior interessada para que a obra aconteça, defende a importância da mesma. Esse sistema seria utilizado por dois anos e teria capacidade de armazenamento de 17 milhões de m³ de rejeitos (DO VALE, 2016).

Destacamos a fala da representante do movimento ‘Justiça Sim, desemprego Não! Fica Samarco.’ na audiência pública realizada em Mariana-MG em 15 de dezembro de 2016: “Temos que recomeçar sim, nós estamos vivos. Infelizmente quem não pode recomeçar são os que se foram, não vamos nos enterrar junto”. Nessa mesma perspectiva, neste mesmo evento, o gerente de Meio Ambiente da Samarco, Márcio Perdigão, afirmou: “O emprego é um direito, e a Samarco quer garantir este direito para os trabalhadores da região”.

Nessa perspectiva, uma terceira estratégia realizada pela Samarco para ampliação das áreas de armazenamento de rejeitos, e divulgada poucos dias após a realização das audiências públicas, foi firmar um acordo não vinculante entre ela e a BHP Billiton Brasil com a mineradora Vale para utilização da

⁸⁵ A audiência também foi realizada em Ouro Preto-MG, pois a Cava de Alegria Sul tem parte de sua operação em território pertencente ao município.

cava da mina Timbopeba, que é de propriedade desta, caso a Samarco obtenha as licenças para voltar a operar. A mineradora Vale, afirma que “o uso da cava de Timbopeba permitirá à Samarco operar por vários anos, sem a necessidade de uma nova estrutura de barragens”. O presidente da Vale, Murilo Ferreira, disse em evento realizado em Londres, com investidores da mineradora, que a alternativa de se utilizar a mina de Timbopeba não precisaria do licenciamento ambiental tradicional, “e daria mais 11 anos de contenção de rejeitos”. (CARRANÇA, 2016).

Estes Movimentos estão intimamente ligados à intenção da Samarco voltar a operar ainda no ano de 2017, já que dentro de um prazo de seis meses a mineradora esperava ter em mãos as licenças do empreendimento do Sistema de Disposição de Rejeito da Cava de Alegria Sul, o que permitiria a retomada da produção em sua capacidade de 60%, representando cerca de 18 milhões de toneladas por ano, deste total, cerca de 9 milhões de toneladas seriam de pelotas de minério de ferro, principal mercadoria comercializada pela mesma. (AREDES, 2016).

Sobre o trâmite de aprovação dos licenciamentos junto ao órgão responsável, Roberto Carvalho, presidente da Samarco, é enfático em comentar: “Temos o apoio do governador (Fernando Pimentel), de empresários e de prefeituras, mas a SEMAD é um órgão independente e é ela quem decide as licenças”. (AREDES, 2016). Percebe-se nesta afirmação uma ampla coalizão entre a mineradora e diferentes instâncias do poder público estatal, mesmo enfatizando a autonomia do órgão responsável – que é um órgão vinculado ao governo do estado de MG.

Além do apoio do governo estadual, é relevante referenciar o posicionamento do governo municipal de Mariana-MG. Em sua fala durante a audiência pública realizada no dia 15 de dezembro, o prefeito reeleito (Duarte Júnior) afirmou: “A empresa é responsável pelo desastre e não pode ser vista como vítima. Mas nós poderíamos estar passando por uma segunda tragédia, caso a empresa não retorne [às operações]”. Ao fazer tal afirmação o prefeito traz em evidência a questão da arrecadação de impostos via Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM). O montante de recursos arrecadados no ano de 2013 foi de R\$ 6,5 milhões mensais, já em 2016 o valor foi de menos de R\$ 800 mil mensais. (PORTAL VÉRTICES, 2016).

A partir de tais apontamentos é possível demonstrar a pertinência da premissa de que o Estado assume o posicionamento de um 'comitê executivo da burguesia' conforme apontado por Marx e Engels (2008) e retomada por Mészáros (2011), quando afirma que o sociometabolismo do capital é conformado em seu núcleo pelo capital, trabalho e Estado, e que estes encontram-se imbricados um ao outro para o funcionamento do sistema sociometabólico do capital.

Segue uma esclarecedora citação Mészáros (2011a, p. 131),

O sistema do capital é um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão. Dada a determinação mais interna de sua natureza, as funções políticas e reprodutivas materiais devem estar nele radicalmente separadas (gerando assim o Estado moderno como a *estrutura de alienação por excelência*), exatamente como a produção e o controle devem nele estar radicalmente isolados. No entanto, neste sistema, "expansão" só pode significar *expansão do capital*, a que deve se subordinar tudo o mais, e não o aperfeiçoamento das aspirações humanas e o fornecimento coordenado dos meios para sua realização. É por isso que, no sistema do capital, os critérios totalmente fetichistas da expansão têm de se impor à sociedade também na forma de separação e alienação radicais do poder de tomada de decisões de *todos* – inclusive as "personificações do capital", cuja "liberdade" consiste em impor a outros os imperativos do capital – e em todos os níveis de reprodução social, desde o campo da produção material até os níveis mais altos da política. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 131).

A referente posição teórica e política vincula-se à questão da emancipação humana, situação esta que compreende e pressupõe a superação da sociabilidade capitalista, do seu modo de produção e da subordinação da atividade inerente à

existência da humanidade aos preceitos do capital, ou seja, conformação do trabalho sob os moldes da exploração. Este processo é permeado de disputas materiais e disputas subjetivas, ambas imbricadas e manifestas pelos diferentes sujeitos e setores a que representam ou identificam-se. É o caso da luta desencadeada por setores da sociedade civil (principalmente setor de serviços e do comércio de Mariana-MG e trabalhadores da mineradora) cuja pauta de luta é a volta das atividades da Samarco. O movimento intitula-se 'Fica Samarco – Justiça Sim, desemprego não!'.

Conforme informações disponíveis na página do movimento em rede social, as primeiras iniciativas desencadeadas ocorreram logo após o rompimento da barragem. No dia 17 de novembro de 2015 ocorreu a primeira passeata pelas ruas de Mariana-MG e em 07 de março de 2016 aconteceu o segundo ato chamado pelo movimento. Decorreu desta mobilização o chamado para um terceiro ato que ocorreu no dia 12 de março, esta terceira passeata aconteceu em parceria com a prefeitura do município de Mariana-MG.

Segundo a precursora do grupo, Poliane Freitas (comerciante), o argumento para tal mobilização pauta-se prioritariamente sobre a questão do desemprego. Justifica ela: “resolvi chamar atenção para a volta da Samarco, quando vi que meus familiares estavam bem assistidos pela empresa e Mariana afetada diretamente com a falta de emprego”. (FICA SAMARCO, 2016). Nessa mesma perspectiva, é apresentada na página do movimento em rede social a seguinte descrição sobre quem são e o que buscam: “Como cidadãos de Mariana, sabemos que a cidade precisa da mineração pra sobreviver. Queremos que Samarco fique, para que nossas famílias tenham como viver”. (FICA SAMARCO, 2016a).

É importante mencionar que este movimento encontra amparo, constrói alianças e alinha-se com aspirações e movimentos realizados pela mídia local⁸⁶, regional e, dessa forma, conseguem um alcance populacional significativo no que se refere à apresentação da sua bandeira de luta.

⁸⁶ O Jornal marianense Ponto Final “que aceita colaboração de colunistas externos, publicou texto que dizia: “Todos estão aproveitando do ocorrido para extorquir dinheiro e levar alguma vantagem”. O autor do texto se retratou por escrito após o Ministério Público propor ação pública contra ele. (RIBEIRO; FERNANDES, 2016).

Tal movimento nos remete àquilo que Ludovico Silva (2013) denomina de “mais-valia ideológica”. Nas palavras do autor, esta categoria circunscreve-se no seguinte contexto de existência:

Do operário descrito por Marx em O Capital era, ocultamente, subtraída a mais-valia material sem que ele o percebesse; do mesmo modo, da psique do homem médio do capitalismo é extraída a mais-valia ideológica que se traduz como escravidão inconsciente ao sistema. Todas as lealdades que a indústria ideológica cria para o mercado de mercadorias e, portanto, para a política capitalista – são pura e simples mais-valia ideológica. Não é consciente por um duplo motivo: por ser mais-valia e por ser ideológica. Trata-se, em síntese, de um excedente de energia mental do qual o capitalismo se apropria. (SILVA, 2013, p. 182, grifo do autor).

Um dos contrapontos deste contexto de ‘lealdades’ forjadas ao sistema capitalista e suas manifestações destrutivas, opressoras e exploratórias, está outro movimento organizado a partir do rompimento da barragem de Fundão, é o ‘Coletivo Um Minuto de Sirene’⁸⁷. Este movimento é composto por moradores de Mariana-MG e Ouro Preto-MG e representa prioritariamente os atingidos – ex-moradores dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Na luta pelo reconhecimento dos direitos que estes indivíduos tiveram violentamente retirados quando do rompimento da barragem, este coletivo realiza, no dia 05 de cada mês, um ato em que é acionada uma sirene. Esta imagem é simbólica, pois representa a ausência de um sistema sonoro de alarme por parte da mineradora que pudesse avisar aos moradores em caso de qualquer irregularidade na barragem, e estes tivessem mais tempo de sair do distrito e deslocar-se para um local seguro.

Este coletivo também publica, desde o mês de fevereiro de

⁸⁷Para maiores informações consultar a página no Facebook: Um minuto de Sirene (2016).

2016, um jornal denominado 'A Sirene'. Segundo informações do próprio jornal, constantes na página virtual em que estão disponibilizadas todas as edições⁸⁸, ele é

um veículo de comunicação que luta pelo direito de voz dos atingidos pela barragem do Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana/MG. Realizado pelos próprios atingidos, o jornal é mantido por um acordo entre eles, a Arquidiocese de Mariana e o Ministério Público. A produção do veículo é feita a partir do coletivo "Um Minuto de Sirene", dos projetos de extensão da UFOP "Nos Bastidores da Notícia" e "A Sirene e o Direito à Comunicação dos Atingidos pela Lama". O Jornal A Sirene também recebe o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do coletivo "Mídia, Identidade, Cultura e Arte (MICA)", por meio da ONG "Brazil Foundation". (A SIRENE, 2016).

Diante de tal contexto, é possível perceber que diferentes interesses mobilizam diferentes grupos de indivíduos, estes por sua vez utilizam-se de diferentes estratégias e parcerias para divulgar e mobilizar mais pessoas às suas causas. Recorrendo à formulação de Silva (2013), podemos afirmar que é expressiva a captura da subjetividade dos indivíduos, ou seja, aquilo que o autor denomina de mais-valia ideológica. No contexto minerário extrativista esta conforma-se como o instrumento e o mecanismo utilizado (pela mineradora, pelo poder público municipal e por diferentes setores organizados da sociedade civil) para justificar a dependência econômica do município em relação a esta atividade cujo caráter é extremamente predatório seja em relação à força de trabalho e à natureza/meio ambiente.

Inscribe-se neste contexto o estranhamento gerado entre os indivíduos que ocupam diferentes lugares e posições neste amplo emaranhado de relações circunscritas ao rompimento da barragem de Fundão/crime, isto é, entre ex-moradores de Bento Rodrigues – atingidos diretamente pela lama e indivíduos cuja

⁸⁸ Edições disponíveis em: A Sirene (2017a).

renda provinha da vinculação com a Samarco – sejam trabalhadores da mineradora, trabalhadores de empresas prestadoras de serviço e/ou comerciantes locais. Destacamos algumas falas dos atingidos que explicitam o preconceito e o estranhamento por eles vivenciados nas relações cotidianas que mantém atualmente no centro urbano de Mariana-MG, local onde prioritariamente foram alocados até a construção do Novo Bento Rodrigues⁸⁹.

A gente se sente refugiado aqui, como naquelas imagens de refugiados que vemos na TV. Estamos em um lugar que não queríamos, e tem gente que não nos queria aqui também. A gente evita sair de casa. Só sai para trabalhar e voltar. Ou para visitar as ruínas de Bento. (Maria das Graças Quintão dos Santos, 59 anos).

Você entra no mercado para comprar as coisas do dia e, quando mostra o cartão (da Samarco), eles dizem: 'olha o povo do Bento'. Eu tinha renda de R\$ 8 mil. Como vou ser um 'proveitador' com um salário mínimo? (Alexandre Juliano Vieira, 39 anos).

As crianças devem mudar de colégio no ano que vem. Vão para uma escola só delas. Estavam se acostumando, mas tem gente que está chamando elas de pé de lama. Tem muita gente triste, com depressão. A pessoa tem isso e vai ficando ruim, com problemas de saúde. Antes, raramente morria alguém. Depois da tragédia, três moradores de Bento já morreram. Para mim, foi de tristeza. Não estavam se acostumando. É capaz de a gente voltar para o novo Bento doente. (Francisco de Paula Felipe, 47 anos) (RIBEIRO; FERNANDES, 2016).

"Já ouvi gente falando que devia ter morrido

⁸⁹ No dia 07 de maio de 2016 foi escolhido, por meio de votação, o local de construção do Novo Bento Rodrigues. A área escolhida pertence ao distrito de Camargos, distante oito quilômetros da sede do município. Atualmente pertence à siderúrgica ArcelorMittal e será adquirida pela Samarco. Dentre as três opções de terrenos a escolhida por ampla maioria, foi por Lavoura, com 206 votos de um total de 236. O prazo de entrega das obras é 2019. (AUGUSTO, 2016).

todo mundo na tragédia de Mariana". "Tem gente revoltada com os atingidos pela lama, falando que Mariana está quebrando sem a Samarco e que nós estamos bem, vivendo de aluguel aqui na cidade e ganhando salário da empresa. Como podem dizer que estamos bem?". "Quem construiu aquela barragem bem acima da nossa comunidade foram eles. Se a Samarco devolver as minhas coisas, a minha casa e o meu restaurante, eu vou dizer 'tchau Samarco', eu quero viver a minha vida sem ela". (Sandra Quintão). (MENDONÇA, 2016).

Conforme a mesma fonte,

Há realmente um preconceito. As pessoas acabaram fazendo uma associação errada. Justamente quando os ex-moradores começaram a receber esse cartão de auxílio exigido pelo Ministério Público, a Samarco iniciou as demissões, mas isso é um direito deles, eles são as vítimas", explica o promotor da comarca de Mariana, Guilherme Meneghin. (MENDONÇA, 2016).

Tal contexto demonstra que o grau de tensão na cidade é constante e expressivo. Os âmbitos, social, cultural e políticos do município são condicionados à dinâmica econômica vinculada à mineração extrativista e o rompimento da barragem de Fundão tornou mais latentes questões estruturais da sociabilidade, que historicamente, sob o manto da aparência dos fenômenos, tomava-se por pressuposto que haviam sido superadas.

Tais manifestações, seja dos atingidos ou dos defensores da mineradora, são expressões da latente correlação de forças vigente neste território. Passou-se do período escravocrata para o período da "liberdade" capitalista, porém o homem continua sendo 'tão escravo quanto antes'. Alteram-se as aparências da escravidão, tornando-a modernizada, tornando-a consentida, fazendo com que os próprios indivíduos se culpem uns aos outros pelo significativo grau de falência que o atual momento histórico significa no percurso da humanidade. O rompimento da barragem de Fundão/crime contém, é demarcado e demonstra

estes aspectos. Resta à humanidade a construção urgente do caminho que leve a todos à verdadeira liberdade, não esta, da apenas, neste caso em questão, venda da força de trabalho à uma gigante indústria do setor da mineração extrativista e ser vítima das consequências que emanam desta relação.

4.4 O contexto da mineração extrativista e das lutas sociais em Mariana-MG: dilemas sobre a condição de minério-dependência e sua superação

Mãos Dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco
 Também não cantarei o mundo futuro
 Estou preso à vida e olho meus companheiros
 Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças
 Entre eles, considero a enorme realidade
 O presente é tão grande, não nos afastemos
 Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
 Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela
 Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida
 Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins
 O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens
 presentes
 A vida presente.

Carlos Drummond de Andrade.

Ao se abordar a questão da mineração não podemos perder de referência que esta atividade é finita diante da lógica predatória do atual estágio de desenvolvimento capitalista. Os recursos minerais, por mais que se apresentem em abundância na natureza, ao serem passíveis de uma intensa extração vão extinguindo-se. Conforme afirmam Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 195), com base em dados disponibilizados pela Vale S.A. (2015), “no caso da Samarco em Mariana a estimativa atual é de que as minas do Complexo Alegria estejam exauridas em 2053”.

Para Coelho (2017, p. 6)

O tempo de mineração é uma variável importante a ser considerada, pois existem diferentes possibilidades e condições para regiões antes da instalação de mineradoras, durante as atividades de extração e após a finalização da atividade mineradora no local. (COELHO, 2017, p. 6).

Assim, é preciso considerar que não há uma alternativa única e possível de ser homogeneizada para todas as regiões mineradoras após o término/esgotamento desta atividade produtiva. É preciso considerar as particularidades locais e regionais, a fim de pensar a continuidade da reprodução social e econômica nestes territórios⁹⁰.

Segundo Trocate, Zanon e Vieira (2015, p. 11)

São mais de 300 anos de mineração no Brasil, divididos em dois grandes ciclos temporais: o período colonial, centrado na exploração de ouro e pedras preciosas, e o que se inicia em meados do século XX, tendo o minério de ferro como carro-chefe. Em nenhum desses momentos o povo brasileiro obteve êxito em imprimir um maior controle sobre a extração de um dos mais estratégicos bens naturais do país: os minerais. (TROCATE; ZANON; VIEIRA, 2015, p. 11).

⁹⁰ No dia 27 de julho de 2017 aconteceu o evento de lançamento do 'Programa Mariana- Presente e Futuro'. Tal iniciativa conta com o apoio da Prefeitura de Mariana, da Fundação Renova e da CDL/ACIAM – Associação Comercial de Mariana. Conforme publicidade do evento na página da Fundação Renova “Construído coletivamente entre a gestão pública, sociedade civil, empresas e instituições, o Programa Mariana – Presente e Futuro pretende levar a cidade de Mariana (MG) a um dos 10 primeiros lugares no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) até 2030. [...] Para o prefeito de Mariana, Duarte Júnior, esta é uma oportunidade para apresentar à comunidade um plano de desenvolvimento econômico. “Queremos apresentar e ouvir a população sobre nossas perspectivas e objetivos para os próximos anos”, afirmou Duarte, reforçando ainda que a discussão é uma contribuição que damos para as gerações futuras”. (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017b). Apontamos tal iniciativa, porém não temos maiores informações sobre a condução e o desenvolvimento do Programa, haja vista não termos o conhecimento de maiores publicizações ou mobilizações sociais/coletivas após o evento de lançamento. Dessa forma, somente com o tempo poderemos apontar os rumos e os impactos provocados por esta iniciativa.

Nesse sentido, as lutas sociais travadas por sujeitos coletivos que se posicionam efetivamente a favor dos interesses da classe trabalhadora são imprescindíveis. Nas palavras de Coelho (2017, p. 6),

A influência de sindicatos dos trabalhadores, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e da população local, assim como a capacidade de fiscalização e monitoramento do aparato estatal, e a diversificação econômica, são variáveis que podem atenuar e diminuir a amplitude e profundidade dos impactos causados pela atividade mineradora e sua dependência. (COELHO, 2017, p. 6).

Consideramos, portanto, e relevante referenciar, as lutas sociais travadas em Mariana-MG e região por diferentes sujeitos coletivos, tais como o MAB, o MAM e o Sindicato Metabase Inconfidentes, além da própria organização dos atingidos pelo rompimento da barragem/crime via assessoria técnica desenvolvida pela Cáritas do Brasil⁹¹.

⁹¹ Além destes movimentos sociais e organizações mencionados é importante referenciar a realização do “Fórum Acolher”, um evento/seminário construído por diferentes sujeitos coletivos, profissionais, instituições que visou debater acerca do rompimento da barragem de Fundão/crime e pode se constituir em mais um espaço de organização e fortalecimento das lutas dos atingidos. O I Seminário do Fórum Acolher ocorreu em Mariana-MG no dia 05 de outubro de 2016, data que marcou 11 meses do rompimento da barragem de Fundão de propriedade da Samarco/Vale e BHP Billiton. Conforme Carta elaborada e divulgada a partir dos debates e reflexões ocorridas no Seminário, este espaço teve como objetivo/intenção “Nos reunimos para discutir coletivamente sobre as inter-relações entre cidade, alteridade e diversidade. Traçando reflexões para a construção de territórios sociais, espaciais e subjetivos que possam integrar, respeitar, construir cidadania e relações de reconhecimento para as populações atingidas diante do novo contexto social advindo do rompimento da barragem de Fundão. [...] Nós, participantes do I Seminário do Fórum Acolher compreendemos que a cidade, este campo geopolítico e de produção de territórios subjetivos não nos fala apenas de um espaço habitado, mas sobretudo de quem o habita, nos diz sobre quem somos sujeitos marcados pelo contexto e pela história. Onde se tecem relações de poder, campos de força, de regimes normativos, espaço também da diferença, da alteridade e da luta política. Desse modo, este seminário foi um primeiro esforço coletivo de discutir a cidade e as diferentes políticas públicas que tem atuado diretamente com a população atingida. Nos juntamos agora nos esforços de ampliar os debates iniciados e dar encaminhamentos às demandas, sugestões e temas levantados no seminário”. (Extraído da Carta do I Seminário do Fórum Acolher,

Acerca dos movimentos sociais MAB e MAM é relevante referenciar a constante luta dos mesmos na defesa dos direitos das populações atingidas, seja do município de Mariana-MG, especialmente dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e no município de Barra Longa-MG, especialmente do distrito de Gesteira, e demais localidades de Minas Gerais e do estado do Espírito Santo. Além, e consoante a tal posicionamento, estes movimentos sociais denunciam acerca da real condição de desenvolvimento da mineração extrativista e suas consequências na vida do povo⁹².

Denunciamos o atual modelo de mineração do Brasil, que viola as leis ambientais e trabalhistas e que visa a flexibilização das mesmas. Um modelo que contamina rios e nascentes, que consome enormes quantidades de água e energia. Tudo isto subsidiado pelo Estado, enquanto a população tem que arcar com o alto custo para o seu acesso. Este modelo torna o Brasil mero exportador de commodities sem agregar valor e sem desenvolver a indústria nacional. Denunciamos que toda esta situação é autorizada e protegida pelo Estado em todas as esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário). Em grande parte dos casos, o Estado protege o capital e as grandes empresas e nega os direitos do povo e o adequado tratamento das questões sociais e ambientais, que poderiam prevenir crimes iguais ao ocorrido com a Bacia do Rio Doce. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2016).

Para Thiago Alves, militante do MAB e com atuação na

2016).

⁹² Às vésperas de completar um ano do rompimento da barragem de Fundão/crime, o MAB organizou uma marcha ao longo de toda “a extensão da Bacia do Rio Doce, fazendo o caminho contrario à lama”. Militantes, simpatizantes, atingidos saíram de Regência-ES no dia 31 de outubro com destino final em Mariana-MG no dia 05 de novembro. Tal ação denominada “Marcha e Encontro Um ano de lama e luta”. Para maiores informações sobre o documento final deste evento, que foi assinado por vários sujeitos coletivos, consultar Movimento dos Atingidos por Barragens (2016).

região, especialmente em Barra Longa-MG⁹³, município que também foi fortemente atingido pela lama da barragem tanto na área urbana como na área rural, a atuação do movimento orienta-se pela seguinte perspectiva

Nosso trabalho junto aos atingidos tem sido no sentido de levar informação e construir protagonismo a partir dos argumentos construídos de forma coletiva. [...] Além disto, estamos no esforço de envolver os atingidos pela Samarco das mobilizações e lutas gerais da classe trabalhadora. Isto permite um salto de qualidade na compreensão da nossa tarefa histórica e da amplitude da luta, além de dar mais energia. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2017b).

Nessa perspectiva, é relevante referenciar que o MAM⁹⁴ tem atuado na região a partir de 'Assembleias Populares na Mineração'⁹⁵. Consideramos que fomentar o debate e a reflexão a partir da perspectiva da classe trabalhadora⁹⁶ é urgente e

⁹³ Para maiores informações consultar: (SILVA, 2015).

⁹⁴ Para maior conhecimento do Movimento consultar: Trocate, Zanon, Vieira (2015).

⁹⁵ "As assembleias populares são um esforço de politizar o debate, nacionalizando o conflito político, que hoje é em geral tratado cidade a cidade, região a região, empresa por empresa. Contribuir para que tenhamos um diagnóstico regional e nacional de como as empresas e governos atuam, e como o povo está se organizando para defender os seus direitos e os seus territórios. As assembleias trazem também a necessidade de resgatarmos uma narrativa de Brasil, para que possamos nos enxergar cada vez mais como o que também somos: um país minerador, e muito minerado. E que teve seus bens minerais saqueados em toda a sua história. E o seu povo explorado no trabalho na mineração. E muitos dos territórios e da nossa natureza, destruídos em nome de uma lógica privatista. Nunca tivemos soberania quando se trata da mineração". (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017).

⁹⁶ É relevante referenciar o "I Curso de Introdução ao Problema Mineral Brasileiro, que durou 45 dias com 70 jovens vindos de sete estados que vivenciam a contradição na mineração realizado pelo MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, em parceria com a ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes, refletimos sobre a necessidade de falar sobre cultura de uma outra maneira: saindo do modelo de sala de aula e trabalhando o tema através de oficinas artísticas de diferentes linguagens. [...] A proposta com essas atividades foi criar e estimular a consciência corporal e artística dos militantes, apresentando princípios de organização e análise do movimento, sensibilização da percepção corpórea aplicada à expressividade nas diversas linguagens, proporcionando a compreensão dos elementos políticos de luta como ferramentas a serem desenvolvidas e exploradas,

necessário a fim de desencadear movimentos e tomadas de decisão coletivas de enfrentamento e disputa diante dos imperativos do capital⁹⁷. Nesse sentido, as assembleias populares, circunscrevem-se no contexto e no entendimento de que

A história recente, de intensificação da extração mineral no Brasil, produziu uma série de contradições na sociedade, nas cidades mineradas, na classe trabalhadora, nos ecossistemas e biodiversidade de inúmeros territórios, sejam eles indígenas e/ou quilombolas, assim como em outros territórios rurais de assentados de reforma agrária, ou de pequenas e médias propriedades; em todas as situações a indústria extrativa se apoderou por pilhagem da riqueza social e da natureza, transformando-a em mercadoria e em lucro dos seus acionistas. Existe uma ligação entre os interesses do setor extrativo e a corroboração exercida em diferentes instituições do Estado, e em todos os níveis (municipal, estadual e federal). Esta combinação de interesses não é pontual, mas sim sistemática, tendo efeitos diretos na pauta política nacional. A prática das

permitindo uma ampla compreensão entre forma e conteúdo e o uso das linguagens como formas de lutas e enfrentamentos para o debate político sobre a questão da mineração no Brasil, o modelo mineral e a espoliação da classe trabalhadora. [...] Todas essas atividades com o objetivo de qualificar nossos embates regionais para a massificação do debate sobre a questão mineral e a preparação das Assembleias Populares da Mineração”. (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017b). Para maiores informações consultar também: (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017c).

⁹⁷ “Moradores da comunidade Botafogo, em Santo Antônio do Itambé inauguraram, no dia 20 de maio, a jornada de debates sobre a mineração em Minas Gerais. A Assembleia Popular debateu a mineração e seus impactos na região e reuniu agricultores, jovens, professores do município e atingidos pelo Projeto Minas-Rio de Conceição do Mato Dentro. A Assembleia foi um momento de discussão sobre os impactos e violações sofridas pelas populações atingidas por empreendimentos minerários e a ameaça de mineração no território com o Projeto Serro, da Anglo American. “Não podemos deixar a mineração chegar aqui. Temos o exemplo bem perto da gente, na cidade vizinha em Conceição. Eles chegaram prometendo empregos e melhorias, mas a gente vê que só vem destruição, falta de água e problemas”, alertou dona Odete, moradora da comunidade Queimadas”. (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017d).

empresas não está desassociada da política que tem sido historicamente exercida pelo Estado brasileiro no setor da mineração. Este é um debate fundamental, e precisa também ser feito nas assembleias populares. Devemos, com o conhecimento, despertar a luta para estas contradições. (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2017a, p. 7-8).

Além destes movimentos sociais, é relevante mencionar a atuação da Cáritas⁹⁸, por meio de uma equipe técnica multidisciplinar⁹⁹, no atendimento aos atingidos¹⁰⁰ pelo rompimento da barragem/crime, ou seja prestando assessoria técnica¹⁰¹ aos mesmos em relação às indenizações e processo de reconstrução do Novo Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, ou seja, de reassentamento das famílias¹⁰², conforme

⁹⁸ “A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural”. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2017).

⁹⁹ “O grupo de trabalho da Cáritas que atua em Mariana é composto por 17 pessoas, sendo quatro profissionais da assessoria jurídica, quatro pessoas na comissão de arquitetura, três pessoas que fazem a mediação na área rural, duas pessoas atuando com questões psicossociais e outras quatro pessoas atuando no desenvolvimento, administração e coordenação dos projetos”. (JORNAL PONTO FINAL, 2017b).

¹⁰⁰ Convém explicitar que somente no mês de junho de 2017 os atingidos do município de Barra Longa conseguiram garantir e ter acesso à assessoria técnica. “A contratação de uma assessoria técnica independente já havia sido prevista no acordo preliminar firmado em 18 de janeiro entre o MPF e as empresas”. “A própria comunidade constituiu uma Comissão de Atingidos de Barra Longa, que escolheu a Associação Estadual de Defesa Ambiental (AEDAS), entidade sem fins lucrativos para a assessoria”. “A entidade pagadora será a Fundação Renova (criada pelas mineradoras envolvidas no desastre ambiental), cabendo a ela repassar à AEDAS os recursos acordados, a partir de uma reserva que foi criada pelas empresas com base no acordo preliminar firmado em janeiro deste ano, no valor de R\$ 200 milhões, a serem destinados à reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais na região do município de Barra Longa”. (HOJE EM DIA, 2017).

¹⁰¹ “A assistência técnica consiste em um conjunto de profissionais que auxiliará os atingidos na definição de seus direitos. Na hora de fixar a indenização, a Samarco vai emitir um laudo determinando o valor do que foi perdido. A intenção é que peritos de confiança do MP e dos atingidos possam emitir um contralaudo para que possamos chegar ao valor mais justo possível”. (CASTRO, 2016).

¹⁰² O promotor de justiça Guilherme de Sá Meneghin afirma em reportagem publicada no jornal ‘A sirene’: “Praticamente aniquiladas pela lama formada por rejeitos de minério de ferro oriundos do rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu aguardam, até hoje –

determinado por acordo firmado entre o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem/crime Samarco, Vale e BHP Billinton Brasil.

Convém ressaltar, que neste contexto de disputa de interesses (prioritariamente financeiros – por parte da mineradora Samarco) e atendimento digno e justo (por parte dos atingidos), constroem-se entraves, diálogos acirrados entre grupos e instituições alinhadas a estas antagônicas posições¹⁰³. Em nosso

passados praticamente dois anos do crime – a reconstrução de suas casas e o regresso das famílias aos seus locais de origem. [...] Apesar da relutância inicial, na audiência do dia 28/11/2016, as empresas responsáveis pelo desastre assumiram a obrigação de realizar o reassentamento das comunidades destruídas. Para tanto, criaram a Fundação Renova, que ficou responsável por executar as obras. [...]. Assim, para instaurar o licenciamento a Fundação Renova precisa encaminhar diversos documentos, especialmente relativos à propriedade dos terrenos onde serão realizadas as construções, os projetos urbanísticos pretendidos e a comprovação de que as áreas observam o Plano Diretor Municipal. Lamentavelmente, foi justamente em tais pontos que a Fundação Renova falhou, frustrando as expectativas dos atingidos. Inicialmente, constatou-se que a Fundação Renova não registrou os imóveis comprados para os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu. Quanto aos terrenos para reassentar Paracatu, verificou-se também que a entidade ainda não adquiriu todos os imóveis necessários. [...] Em segundo lugar, o projeto da poligonal urbanística de Bento Rodrigues, elaborado pela "equipe técnica" da Fundação Renova, invadiu áreas de alta declividade e de Mata Atlântica, o que é vedado pela normatização brasileira. Logo, será necessário reajustar esse projeto, de forma participativa, para que possa ser encaminhado à SEMAD. Além disso, as áreas almeçadas para os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu ainda não foram incluídas no vetor de crescimento urbano do Plano Diretor do Município de Mariana. Isso significa que as áreas rurais devem ser convertidas em urbanas, para que possam ser edificadas casas, ruas e demais construções. E por fim, por mais absurdo que pareça, a Fundação Renova fez medições equivocadas dos terrenos – um erro primário, que vem atrasando ainda mais o processo de reassentamento. Nesse sentido, os problemas no processo de licenciamento ambiental e no reassentamento são de responsabilidade exclusiva das empresas responsáveis (Samarco, Vale e BHP) e da Fundação Renova, que devem adotar as medidas para corrigir os equívocos descritos. (MENECHIN, 2017).

¹⁰³ Importante evidenciar que no mês de junho de 2017 "Atendendo ao Requerimento n. 130/2017, de autoria do vereador Tenente Freitas (PHS), a Câmara recebeu, no último dia 12, o secretário-executivo da unidade regional de Minas Gerais da Cáritas Brasileira, Rodrigo Pires Vieira. "O objetivo do Requerimento seria mostrar para a população marianense o que é a Cáritas, qual o trabalho que desenvolve e o que vem sendo feito em nosso município", declara Tenente Freitas sobre o pedido de esclarecimentos a respeito das atividades que a entidade realiza com os atingidos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana. [...] A participação do representante da Cáritas contou com a presença do membro da Comissão dos Atingidos de Paracatu, Marinho D'Ángelo Júnior, e foi precedida pela apresentação do promotor de justiça, Guilherme Meneghin, que autorizou a explanação da entidade em Plenário. [...] O presidente da Câmara, Fernando Sampaio (PRB), encerrou a reunião por

entendimento e vivência próxima a este contexto, podemos dizer que nada mais é do que a expressão da luta de classe neste território tão rico em seu solo e gentes e uma das expressões desta tensa relação é a criação e a atuação da Fundação Renova¹⁰⁴.

Esta organização não governamental criada pelas empresas mineradoras para o atendimento aos atingidos não é reconhecida pelos atingidos. Conforme explica o Promotor de Justiça da Comarca de Mariana Guilherme de Sá Meneghin: “a Fundação é rejeitada pela comunidade atingida e não conta com o respaldo do Ministério Público Federal nem do Ministério Público de Minas Gerais”. Meneghin salienta ainda que a “transparência das atividades e na participação dos membros da comunidade – dois requisitos essenciais que não estão presentes nesta relação e que são a fonte de toda ilegitimidade da Fundação Renova”. (MENEZHIN, 2017a).

Em suma, por reconhecer que o “poder está concentrado em seus órgãos internos e no Comitê Interfederativo – composto em sua maioria por pessoas indicadas pelas empresas e pelos governos que pouco ou nada fizeram pelos atingidos”, (MENEZHIN, 2017a), o promotor categoricamente afirma que

razões de descumprimento do regimento interno. O vereador Tenente Freitas lamentou que a apresentação não tenha chegado ao final e declarou que avaliará as respostas encaminhadas pela Cáritas”. (PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, 2017).

¹⁰⁴ “A Fundação Renova tem a missão de implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais. Os programas, previstos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), estão reunidos em duas principais frentes: socioambiental e socioeconômica. O Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi assinado pela Samarco, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, com o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2017). Mais informações podem ser acessadas no site da Fundação: <<http://www.fundacaorenova.org/>>.

[...] a Fundação Renova possui legalidade, pois sua criação está de acordo com a lei, mas não possui legitimidade, porque sua forma de administração, fiscalização e atuação não contempla de maneira adequada a participação dos atingidos, nem a transparência em suas ações.” (MENEGBIN, 2017a).

Vale destacar, neste sentido de demonstração da forma como vem sendo desenvolvida a atuação da Fundação Renova, que suas ações foram motivo de discussão em audiência pública chamada pelo Ministério Público da comarca de Mariana-MG ocorrida no final do mês de junho de 2017. Neste espaço foram discutidas questões, tais como: atrasos em relação ao reassentamento das famílias atingidas; à falta ou restrita contratação de mão de obra local e também à questão da inadimplência decorrente do não pagamento a comerciantes e trabalhadores por empresas terceirizadas que atuam a partir da contratação para prestação de serviços à Fundação.

Nas palavras do promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin:

Recebemos várias reclamações de trabalhadores, empresários e atingidos sobre esses problemas. O primeiro deles é que a empresa contratada pela Renova não pagou os fornecedores locais, o que agravou ainda mais a situação de desemprego na cidade. A empresa, contratada pela Fundação, usufruiu de 28 empresários locais e não pagou, o que gerou um prejuízo de quase R\$1,8 milhão. (O LIBERAL, 2017).

Além do posicionamento dos atingidos e da Promotoria de Justiça, a atuação da Fundação Renova é questionada pelos movimentos sociais que atuam na região e na causa. De acordo com Thiago Alves, representante do MAB,

Vinte meses depois o que vemos é isto: a Samarco, por meio da Fundação Renova, se apoia na publicidade, promove a divisão, fomenta a desinformação, atua 'empurrando

os problemas com a barriga' ao mesmo tempo em que trabalha impedindo a autonomia organizativa das famílias. Esta não é nossa opinião, é nossa experiência em todo este tempo de trabalho. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2017).

Ainda nesse contexto da luta de classes no território, é importante referenciar a atuação do Sindicato Metabase Inconfidentes¹⁰⁵, Organização esta, que possui uma subseção em Mariana¹⁰⁶ e se posiciona explícita e fortemente a favor dos interesses dos trabalhadores e contra os desmandos do capital/empresas mineradoras, nesse sentido, soma-se e alinha-se às lutas travadas no atendimento aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão/crime.

A organização dos trabalhadores da mineração, bem como das populações atingidas é a engrenagem que tenciona a ordem posta e conformada pela hegemonia do capital sobre a classe trabalhadora. Resgatamos e explicitamos o posicionamento assumido pelo Sindicato Metabase Inconfidentes e CSP/Conlutas desde o dia do rompimento da barragem de Fundão/crime, que em nota afirma:

O Sindicato Metabase Inconfidentes e a CSP-Conlutas se solidarizam com as vítimas e se colocam à disposição dos trabalhadores e das comunidades neste momento de dor e sofrimento. Também nos colocamos à disposição do Metabase Mariana, representante dos trabalhadores da Samarco Mineração para, juntos, darmos uma resposta do conjunto do movimento sindical

¹⁰⁵ Conforme informações na página virtual da organização: "O Sindicato Metabase Inconfidentes representa os trabalhadores da Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Congonhas, Belo Vale, Ouro Preto e região. A entidade é filiada à CSP-Conlutas e atua junto de outros movimentos sociais de luta para defender uma sociedade mais justa". (SINDICATO METABASE INCONFIDENTES, 2017).

¹⁰⁶ Convém ressaltar que a sede deste Sindicato é no município de Congonhas-MG. Além disso, possui atuação em Mariana-MG, como já mencionado e em Itabira-MG. Importante referenciar que ambos os municípios não são territórios de abrangência territorial do mesmo. Existe nestes municípios a atuação dos Sindicatos Metabase de Mariana e Metabase Itabira. Para maiores informações sobre a atuação destas organizações consultar: Sindicato Metabase Mariana (2017) e Metabase Forte (2017).

para este grave problema causado pela Samarco. A política da Samarco para com os trabalhadores e as comunidades é a mais perversa possível. Uma empresa que lucra bilhões todos os anos e investe muito pouco em seus trabalhadores, em segurança e nas cidades. Há aproximadamente um mês, a CSP-Conlutas divulgou um boletim informativo com uma grave denúncia sobre o aumento dos acidentes de trabalho na empresa. Mesmo diante da grave situação de risco, a Samarco manteve sua produção, sem se preocupar com os riscos de acidentes iminentes. Para as grandes mineradoras, o mais importante é o lucro. A preocupação com a vida dos trabalhadores e das comunidades é secundarizada. (CAHIS CONTRA CORRENTE, 2015).

Importa especificar, acerca do Sindicato Metabase Inconfidentes, que o processo de luta junto aos trabalhadores e consequentemente junto às comunidades dos municípios mineradores acontece por meio de assembleias, participação e realização de debates públicos, assessoria junto aos trabalhadores, dentre outras ações que vão além das pautas locais e da categoria, uma vez que se alinham a questões que atingem e marcam a vida da classe trabalhadora como um todo¹⁰⁷.

Nesse sentido, uma das bandeiras de luta que consideramos relevante e que tem sido debatida e enfatizada por diferentes instituições, dentre elas o Sindicato Metabase Inconfidentes, é a luta pela reestatização¹⁰⁸ da Vale [sob o controle social dos trabalhadores], um gigantesco patrimônio público que passou às mãos e controle do grande capital

¹⁰⁷ Para maiores informações consultar a página virtual do sindicato (SINDICATO METABASE INCONFIDENTES, 2017).

¹⁰⁸ Debate este que intencionamos aprofundar em estudos posteriores. Cabe neste momento referenciar que entendemos esta ação como uma estratégia imediata de tencionamento ao Capital. Nesse sentido, reafirmamos que não basta apenas reestatizar, é preciso que os bens e patrimônios estejam sob o comando dos trabalhadores, uma vez que, sob o comando da classe que produz a riqueza, os bens e patrimônios podem servir de base para a ampliação das reivindicações e lutas por outra sociabilidade.

internacional, que desenvolve sua atuação a partir da lógica predatória que orienta este modo de produção no globo e que devastou a vida de biomas e de pessoas – trabalhadores e moradores – ao longo de mais de 600 km de destruição causados pelo rompimento da barragem de Fundão/crime de propriedade da Samarco.

Nessa perspectiva, Coelho (2017, p. 6) aponta que

Mais uma alternativa relevante é a da autogestão das empresas feita pelos próprios trabalhadores por meio de cooperativas. O objetivo seria subverter o princípio da propriedade privada dos meios de produção e da divisão do trabalho (em intelectual e manual, fundamentalmente), além de abolir a figura do patrão (RASLAN, 2010). Entretanto, algumas cooperativas foram englobadas pela reestruturação produtiva dos anos 1990, que passa a utilizá-las como forma de diminuir custos de produção (NUNES REIS, 2003). Mesmo que esta temática se desenvolva de muitas vezes de maneira problemática, há larga experiência de cooperativismo mineiro na América do Sul em países como Bolívia, Peru e Chile. (COELHO, 2017, p. 6).

A propriedade privada dos meios de produção e a conformação de vida da classe trabalhadora no contexto de minério-dependência é questão pujante neste continente de ‘veias abertas’, e o rompimento da barragem de Fundão/crime é uma expressão desta conflituosa condição.

A megamineração, em particular, provoca mega afetações e mega destruições. As amputações que se fazem ao planeta demandam obras de engenharia que não podem se sustentar no tempo. Tenha em conta que os diques, carregados de milhões de litros de líquidos e materiais tóxicos, devem ser protegidos por décadas ou centenas de anos depois de concluída a extração dos minerais. São verdadeiras bombas de tempo que explodem cedo ou

tarde, como aconteceu em Mariana. A maior lição é não seguir aprofundando o modelo extrativista, e sim propor transições para ir desmontando-o a partir de transições nas estruturas de produção e consumo de nossas economias. Isso demanda superar o discurso de quem lucra com o extrativismo, que tem permeado nossas sociedades. É urgente deixar o caminho do extrativismo. (ACOSTA, 2017).

Prossegue Acosta (2017) afirmando que

A saída dos extrativismos demanda estratégias plurais claras que permitem começar a transitar a outras economias, que implicam a construção democrática de outro tipo de sociedade. Paulatinamente haverá que desmontar o extrativismo. Isso não se consegue da noite pro dia. Para conseguir haverá de ter um horizonte que nos oriente. Isso implica superar a lógica colonial que nos têm presos a um mundo em que aparentemente não haveria alternativas e em que a única opção seria continuar pelos caminhos do desenvolvimento e do progresso, que apontam a lógica da modernidade capitalista: um caminho em que a conquista e a colonização seguem presentes de mãos dadas com o extrativismo, negando a possibilidade de uma vida digna para todos os seres do planeta. (ACOSTA, 2017).

Ressaltamos que somente com uma posição combativa das organizações e movimentos sociais será possível a superação da condição que historicamente este continente e suas gentes são submetidos, isto é, de capitalismo dependente e de superexploração da força. Superação esta, não no sentido de “busca de melhores patamares de desenvolvimento” dentro da ordem capitalista, mas sim de rumo a outra sociabilidade, efetivamente livre e igualitária. Na compreensão de Harvey (2007):

O neoliberalismo gerou um leque de movimentos de oposição. Quanto mais claramente os movimentos oposicionistas reconheçam que o seu objetivo central deve ser enfrentar o poder de classe que foi tão efetivamente restaurado sob o neoliberalismo, tanto maior será a coesão entre eles. (HARVEY, 2007).

O caminho e a forma deste enfrentamento está sendo cotidianamente construído pelas gentes latina, brasileira, mineira, marianense, que insistem século após século em recusar¹⁰⁹ esse destino que aparentemente parece inalterável, mas que em sua essência não é.

Passados quase dois anos do rompimento da barragem/crime o descaso e a resistência conformam as duas faces da realidade em Mariana-MG, na região e ao longo dos 600 Km de destruição causada pela lama, expressão da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora. É relevante evidenciarmos que no dia 14 de julho de 2017 os atingidos realizaram uma manifestação pacífica de fechamento da rodovia MG 129 e em frente à mineradora Samarco. A ação reivindicativa acontece um ano e oito meses após o inesquecível 05 de novembro de 2015. Destacamos dois depoimentos de atingidas que expressam o sentido e proporção da luta travada.

Decidimos nos manifestar e dar nosso recado para a Samarco. Vinte meses depois do crime, ainda não temos casa e a Samarco, por meio da Fundação Renova,

¹⁰⁹ “No Estado que leva a mineração no nome, 11 pessoas, moradoras de cinco cidades de regiões diferentes, estão incluídas em programas de proteção da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania depois de terem sido ameaçadas em decorrência de suas atuações em conflitos territoriais, sociais e ambientais envolvendo comunidades e mineradoras. “Não posso dizer que são as mineradoras que ameaçam, mas o pano de fundo é a mineração. Elas (as mineradoras) colocam as pessoas umas contra as outras”, disse a coordenadora do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Maria Emília da Silva, em entrevista concedida ao fim de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em maio. A inclusão deles nos programas de proteção foi solicitada, na maioria dos casos, pelos Ministérios Públicos Federal (MPF) ou de Minas Gerais (MPE), ou pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG.” (PEDROSA; ARIADNE, 2017).

continua negando nossos direitos. Não vamos ficar parados enquanto esperamos a boa vontade da mineradora em resolver um problema que ela mesma criou. (Marta, moradora da comunidade de Paracatu de Baixo). (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2017a).

Nesse mesmo sentido, Maria do Carmo, atingida, militante do MAB, e moradora da comunidade de Paracatu de Cima reafirma: “Vamos lutar pelo o que é nosso até o fim, mesmo que a empresa queira nos cansar”. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2017a).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra Minas

Minas não é palavra montanhosa
 É palavra abissal
 Minas é dentro e fundo
 As montanhas escondem o que é Minas.
 No alto mais celeste, subterrânea,
 é galeria vertical varando o ferro
 para chegar ninguém sabe onde.
 Ninguém sabe Minas. A pedra
 o buriti
 a carranca
 o nevoeiro
 o raio
 selam a verdade primeira,
 sepultada em eras geológicas de sonho.
 Só mineiros sabem.
 E não dizem nem a si mesmos o
 irrevelável segredo
 chamado Minas.

Carlos Drummond de Andrade.

Falar sobre Minas Gerais, falar sobre as gerais minas neste tão rico território em que a ‘questão social’ é conformada no e pelo contexto da mineração extrativista, assumindo como *lôcus* de estudo o município de Mariana-MG e região, é tarefa exigente e que entendemos não esgotar sua completude e complexidade nos limites deste estudo. Porém, entendemos que este é um debate latente, urgente e importante de ser realizado à luz da crítica da economia política e da perspectiva teórica e política da Teoria Marxista da Dependência, a fim de evidenciar tal contexto e potencializar os interesses legítimos da classe trabalhadora.

Assim, para adentrar neste percurso foi realizado um movimento investigativo e reflexivo acerca do modo de produção capitalista – sistema que, nas palavras de Traspadini (2010, p. 11), “gera morte em vida” – e, na esteira de seu desenvolvimento, a particularidade que assume na América Latina que se inscreve a partir da dependência em relação aos países de capitalismo central, cujo fundamento é a

superexploração da força de trabalho.

Da extração do ouro, dos diamantes à extração do minério de ferro; da condição de escravo à de trabalhador livre, Minas Gerais é um território marcado pelo exaurimento e degradação do ser humano e da natureza. A superexploração da força de trabalho tem sido uma constante na vida de gerações de trabalhadores, seja população nativa ou a que para ali forçadamente se deslocou e que são empregados nos diferentes setores e turnos que a mineração extrativista requer para o funcionamento do atual estágio de produção.

A superexploração da força de trabalho é o mecanismo pelo qual o capital, nestas terras, efetiva sua reprodução ampliada e contraditória. Podemos inscrever tal condição como uma contratendência à queda da taxa de lucro pelas burguesias locais – ‘sócias menores do capital internacional’–, como é explicitado pela condição dependente e subimperialista do País. Tais condições de dependência e de subimperialismo reafirmam e demonstram que o desenvolvimento deste sistema de produção e reprodução social se dá, e só pode acontecer, por meio da dominação e espoliação de um Estado-nação sobre outro, de uma classe sobre outra.

Entender e refletir sobre a essência deste fenômeno, deste contexto, isto é, sobre os reais beneficiados, as reais aspirações e intenções – que em última instância é o lucro dos proprietários, acionistas das empresas mineradoras – deste contexto minerário extrativista atualmente em vigência no município de Mariana-MG e região e que encontram-se encobertas pela aparência, pelo discurso de geração de progresso, desenvolvimento e de renda ao município, de possibilidade de enriquecimento do trabalhador, etc.; mas que na verdade significa uma pífia taxação/arrecadação de impostos, um desgaste e exaurimento físico e mental dos trabalhadores que os leva precocemente à morte – é tarefa exigente e que precisa ser debatida e explicitada para fortalecer as lutas cotidianas destes sujeitos superexplorados. Descobrir a questão social e lutar contra a exploração das riquezas naturais e da vida humana, em todos os padrões ditados pela voracidade do capital, se faz urgente.

Neste início de século, as estratégias do capital de se recompor diante das crises se complexificam, porém, a principal delas é explorar os trabalhadores, uma vez que, conforme Marx

(2013) nos demonstra, é a força de trabalho a única mercadoria capaz de gerar um novo valor. Entende-se, portanto, que enquanto a sociabilidade humana for conformada por este modo de produção, este será o destino das mãos e braços dos homens, mulheres, idosos e crianças. Todos são reduzidos à uma mercadoria facilmente descartável.

Nesse sentido, procurou-se demonstrar, ao longo deste estudo, como isso se evidencia no contexto minerário extrativista no município de Mariana-MG e região. Nos deparamos com uma realidade pautada em um alto índice de trabalhadores terceirizados e de desemprego; acidentes de trabalho como uma constante; mortes precoces; pagamento de baixos salários; intensificação e prolongamento da jornada de trabalho; presença do machismo nas relações entre chefias e trabalhadoras e, o emblemático rompimento da barragem de Fundão/crime que resultou na morte de 20 pessoas, dentre estas, a morte de 14 trabalhadores (12 terceirizados) naquele que é considerado o maior desastre ambiental do País.

Entendemos estas manifestações cotidianas, empíricas, que levam os sujeitos à morte, como demonstrações e evidência da ofensiva do capital sobre o trabalho, o que é assumido neste estudo como 'questão social' manifestada por meio da superexploração da força de trabalho, isto é, expressões da 'questão social'. Nesse sentido, inscrevemos o rompimento da barragem de Fundão/crime como uma máxima expressão da superexploração da força de trabalho, uma vez que foi forjada em um contexto de busca pela retomada das taxas de lucro das empresas mineradoras nos períodos denominados *boom* e *pós-boom* das *commodities*, em que o preço do minério de ferro, principal *commodity* exportada das minas de Mariana-MG e região, sofreu grande alteração no comércio mundial.

Tal contexto denominado de *boom* e *pós-boom* das *commodities* compreende um período de menos de duas décadas neste início de novo século. Mesmo sendo reconhecido como um período relativamente curto, as alterações e os impactos dele decorrentes são de expressiva ordem. Em contextos distintos, porém imbricados, o que ocorreu foi um acentuado aumento da produção/extração mineral – especialmente do minério de ferro. Seja em momentos de ganho de lucratividade ou de rápida e expressiva queda das taxas de lucro, a estratégia utilizada pelo capital foi de ofensiva e

destruição da força de trabalho e da natureza, conforme a história demonstra.

Nessa realidade contraditória, de espoliação e superexploração da força de trabalho, a subserviência do Estado ao capital é explicitada como uma constante histórica. Como exemplos dessa submissão, que na verdade nada mais é do que uma engrenagem do próprio sistema, temos na história recente do Brasil a questionável privatização da Companhia Vale do Rio Doce na segunda metade da década de 1990, do Pré-sal no início do século XXI, e, neste ano de 2017, a tentativa de privatização da área denominada RENCA, território que compõe a região amazônica do País.

Tais movimentos assumidos e protagonizados pelo Estado brasileiro, de entrega dos bens e patrimônios coletivos/sociais ao capital – prioritariamente internacional –, inscrevem-se na lógica privatizante enfatizada e propagada pela face neoliberal do capital. É uma constante destes processos de venda/privatização dos bens públicos do país, os questionamentos e refutação por parte da população brasileira organizada em sujeitos coletivos de luta, uma vez que a cada ação privatizante são retiradas as condições mínimas de soberania e poder de decisão sobre relevantes empresas públicas, serviços públicos e sobre a riqueza deles decorrentes que poderia/deveria ser socializada a todos os brasileiros e não ser direcionada ao controle e posse de poucos indivíduos.

É a partir dessa realidade que se reivindicam as lutas sociais e as formas de resistência da classe trabalhadora para fazer frente aos imperativos do capital que historicamente foram, mas que na atualidade tem sido cada vez mais fortemente operacionalizados por meio do Estado, uma vez que assume o caráter e a posição de elemento constitutivo necessário à reprodução ampliada do capital, seja via ‘entrega’ dos bens públicos ou a partir da repressão aos trabalhadores e aos sujeitos coletivos em que se organizam¹¹⁰.

Assim, mais especificamente no tocante ao contexto da mineração extrativista em Mariana-MG e região, é relevante

¹¹⁰ É o caso da Lei n. 13.260 de 16 de março de 2016 que “Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e n. 12.850, de 2 de agosto de 2013”. (BRASIL, 2016).

referenciar a luta cotidiana postulada prioritariamente via movimentos sociais e sindicatos vinculados diretamente a este contexto tão adverso ao avanço da perspectiva da classe trabalhadora, isto é, de uma sociabilidade verdadeiramente livre e sem exploração de uma classe sobre a outra.

O debate, reivindicações e ações de tais organizações sociais/coletivas, conforme demonstramos ao longo deste estudo, tem pautado-se prioritariamente na luta por melhores condições ao que se refere diretamente ao trabalho nas minas, o que remete à luta por melhores salários, condições seguras de desenvolvimento das atividades laborais, igualdade de tratamento entre os sexos e respeito às mulheres, combate ao desemprego, denúncia às estratégias de terceirização irregulares e precarização dos vínculos de trabalho, dentre outras ações.

Também é uma constante da luta destes sujeitos coletivos, a luta por “justiça” quanto ao rompimento da barragem de Fundão/crime, o que remete à reivindicações básicas de sobrevivência dos atingidos direta e indiretamente, tais como: acesso à renda; acesso à moradia; ao atendimento médico perante as inúmeras doenças adquiridas pela lama e/ou pela poeira tóxica dela decorrente e pelo sofrimento mental; reconstrução dos distritos destruídos pela lama e reassentamento das famílias conforme os vínculos existentes, construídos e mantidos por gerações; preservação da história material e imaterial dos povoados/distritos; dentre outras ações.

Além disso, conforme procuramos demonstrar, estes sujeitos coletivos, especialmente: o MAB, o MAM, o Sindicato Metabase Inconfidentes, a Assessoria Técnica da Cáritas e os próprios atingidos, apontam e orientam suas intervenções para o entendimento, reflexão e intervenção crítica perante a prevalência dos desmandos do capital sobre a classe trabalhadora, afirmando-se como instâncias de luta a favor dos legítimos interesses da população superexplorada e atingida.

A partir de suas especificidades e particularidades, cada luta desencadeada por estes sujeitos coletivos se põe e compõe a trincheira de resistência contra o capital minerário-extrativista em Mariana-MG e região, território este, que tem como sua maior riqueza, como sua maior ‘lavra’ as gentes e suas histórias de resistência e sobrevivência aos fundamentos dessa contraditória sociabilidade, isto é, a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado na condição de

superexploração da força de trabalho.

Desse modo, pautas como: a reafirmação de que a água e demais bens naturais não são mercadorias; a luta pela soberania popular e pelo fortalecimento e potencialização da participação e da tomada de decisão pela população brasileira com relação ao contexto minerário; a reestatização dos bens públicos vinculados à questão de extração mineral; dentre outras, são questões que devem orientar e estar presentes nas lutas travadas cotidianamente, para que não se perca do horizonte a luta pela superação da condição de dependência e dominação a que somos submetidos enquanto país e população historicamente explorados.

Diante do exposto, e na certeza de que há muito por dizer ainda – tarefa que assumimos para a vida acadêmica, política e social – mais uma vez, recorremos à visceral, sensível e intensa referência manifestada em forma de poesia pelo poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, por tão bem expressar o contexto minerário extrativista, a destruição decorrente e reafirmar a perspectiva e necessidade de transformação dessa realidade pela classe trabalhadora.

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê.
Na cidade toda de ferro
As ferraduras batem como sinos.
Os meninos seguem para a escola.
Os homens olham para o chão.
Os ingleses compram a mina.
Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na derrota
incomparável.

Por fim, evidenciamos que o período em que esta tese foi defendida, tornada pública – novembro de 2017 – , coincide com o período que marca dois anos do rompimento da barragem de Fundão de propriedade da mineradora Samarco no município de Mariana-MG. Acontecimento este, que assim como os atingidos e os movimentos sociais, compreendemos e referenciamos como um crime. Crime que devastou a vida de milhares de pessoas, soterrou a cultura e a história de povoados centenários, matou o Rio Doce, a fauna e a flora que estavam no caminho da lama/rejeitos tóxicos até a sua chegada ao mar no estado do Espírito Santo. Ao longo deste período constantemente doloroso,

foram poucos os avanços e as conquistas. Foram significativos os retrocessos e as negativas de acessos aos atingidos direta e indiretamente¹¹¹, conforme procuramos demonstrar ao longo deste estudo.

Consideramos que o panorama que foi se moldando e que colocamos para o futuro, é de árduos e exigentes embates com os representantes do capital minerário-extrativista, isto é, com as mineradoras. Contexto este, que reafirma a premissa de que somente com a superação desta sociabilidade regida pela ordem burguesa de produção e reprodução da vida social será possível a supressão da “questão social” e de suas manifestações cada vez mais agravadas e violentas.

Assim, reafirmamos o entendimento que conformamos um contingente de trabalhadores superexplorados, que ‘somos todos atingidos’¹¹² pela lógica violenta, espoliativa e destrutiva que a reprodução do capitalismo dependente assume nestas terras e, portanto, o que se requer é uma posição combativa, que pode e deve ser travada nos mais diferentes âmbitos da luta de classes, dentre eles, na produção de conhecimento. Foi com este intuito que esta tese foi elaborada.

¹¹¹ “Tem dia que minha menina fala: 'Pai, eu quero voltar para o Bento'. Eu falo que não tem Bento mais. Ela responde que quer ir para outro lugar, não quer ficar aqui. Isso dói na gente”, diz Expedito da Silva, 46.

“Você fica sofrendo por dentro em ver as pessoas sofrendo e não ter o que fazer”, completa. Ele, a mulher e quatro filhos vivem juntos em Mariana. Para manter a família, ele trabalha no transporte de carvão e na apicultura.

“Isso é que é a tristeza. Ser tão acolhido num momento e hoje se sentir prisioneiro por estar lutando por direitos.”

“O que eu mais sinto falta é das minhas galinhas e da minha lenha. Eu queria ter um fogão a lenha”, diz Maria do Carmo, 56, ex-moradora de Paracatu.

“Estou doida pra dar tchau pra vocês. Vou passar um ano sem vir a Mariana.”

Joaquim Zeferino Arcanjo, 73, conta que no começo da manhã já tinha tirado o leite, separado os bezerros e cortado capim. “Saía a cavalo ou de moto, juntando a criação. Agora não faço nada, só passeio pela rua afora, fazer o quê?”

“Aqui parece que é bom, a casa é muito boa, parece que eu estou bem, mas no meu pensar eu estou mal”, diz. “Porque o bom é o que é seu, nunca gostei de nada dos outros. Hoje estou dependendo.”

“Tem gente que eu não vi até hoje depois da tragédia. Está tudo esparrodado, um aqui, outro ali”, diz Antônio Alves, 72, antes adepto dos encontros com os colegas no bar e na igreja. “Era sossegado. Todo dia a gente via a turma”. (LINHARES; MARQUES; PRADO, 2017).

¹¹² Movimento dos Atingidos por Barragens (2017a).

REFERÊNCIAS

A SIRENE. Após manifestação em frente à Justiça Federal, atingidos conseguem conversa com juiz. **Jornal A Sirene**, 23 ago. 2017. Disponível em: <<https://jornalasurene.wordpress.com/2017/08/23/apos-manifestacao-em-frente-a-justica-federal-atingidos-conseguem-conversa-com-juiz/>>. Acesso em: 24 set.2017.

_____. **Edições**, Edição Especial Foz do Rio Doce, set. 2017. 2017a. Disponível em: <<https://jornalasurene.wordpress.com/edicoes/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **Jornal A Sirene**: a voz dos atingidos pela lama: atingidos pela barragem da Samarco relatam vida pós-tragédia em jornal. Disponível em: <<https://jornalasurene.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

ACOSTA, Alberto. A lição de Mariana é não aprofundar o extrativismo: O economista e ex-ministro equatoriano Alberto Acosta fala sobre as limitações socioambientais do extrativismo, adotados inclusive por governos progressistas da América Latina. Entrevistador: Vitor Taveira. **Calle 2**, 04 nov. 2016. Disponível em: <<http://calle2.com/a-licao-de-mariana-e-nao-seguir-aprofundando-o-extrativismo-2/>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

ARPILLERAS: ATINGIDAS POR BARRAGENS BORDANDO A RESISTÊNCIA. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/arpilleras/about/?ref=page_interal>. Acesso em: 10 jul. 2017.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. **Superexploração do trabalho**. In: LUEDEMANN, C.; YOSHIDA, M. M. C. (Coord.). Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência. São Paulo: Expressão Popular: 2014. p. 63-73.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Alex; CRISTINI, Flávia. Acordo entre Samarco e empregados evita demissão coletiva até março/17: empresa e sindicatos participaram de audiência de conciliação: após desastre, quase 1,2 mil já foram incluídos em programas de demissão. **G1**, Minas Gerais, 18 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/11/acordo-entre-samarco-e-empregados-evita-demissao-coletiva-ate-marco17.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

AREDES, Karlon. Samarco planeja volta e faturamento de US\$ 1 bi em 2017: valor é três vezes maior que gasto nos reparos da tragédia. **O Tempo**, 08 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/samarco-planeja-volta-e-faturamento-de-us-1-bi-em-2017-1.1409205>>. Acesso em: 20 dez. 2016.17:00.

AUGUSTO, Leonardo. Novo distrito de Bento Rodrigues ficará a 8 km de Mariana: região conhecida como Lavoura, que pertence à siderúrgica ArcelorMittal, foi escolhida para reconstrução das casas afetadas pela lama. **Especial para O Estado São Paulo**, 07 maio 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-de-bento-rodrigues-votam-para-escolher-local-onde-distrito-sera-reconstruido,10000049696>>. Acesso em 21 dez. 2016.19:00.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BERTOLLO, Kathiúça. **A contraditória relação entre trabalho e o direito à assistência social**: um estudo desde a perspectiva latino-americana da dependência. 2012. 185 f. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGSS0112-D.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, a. 9, n. 1, p. 1-125, fev. 2016. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2016. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/boletim-de-conjuntura/605-boletimdeconjuntura3oquadrimestre06-03-2016/file>>. Acesso em: 28 mar. 2016.17:00.

BORÓN, Atilio. *Teoría(s) de la dependência*. Disponível em: <<http://www.estudiosdeltrabajo.cl/wp-content/uploads/2008/12/teorias-de-la-dependencia-a1-boron.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.16:00. Endereço não abre

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

_____. **Decreto-lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967**. Dá nova redação ao Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.10:00.

_____. **Decreto n. 9.142, de 22 de agosto de 2017**. Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto n. 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá. Revogado pelo Decreto n. 9.147, de 2017. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9142.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Decreto n. 9.147, de 28 de agosto de 2017**. Revoga o Decreto n. 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca e extingue a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados -

Renca para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira.

Revogado pelo Decreto n. 9.159, de 2017. 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9142.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016.** Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm>. Acesso em: 13 out. 2017.8:00.

_____. **Projeto de lei.** Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração – ANM, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1101841>. Acesso em: 16 jun. 2017.9:00.

BRITO, Marianna Fernandes S. de. **Mulheres e mineração no Brasil.** Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://industriaextrativa.ibase.br/files/2016/10/mulheres-e-mineracao-final-2.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CAHIS CONTRA CORRENTE. Centro Acadêmico de História da Universidade Federal de Ouro Preto. **Nota do Sindicato Metabase Inconfidentes e da CSP:** conlutas sobre o grave acidente na barragem da Samarco Mineração. 5 nov. 2015. Disponível em: <<http://cahiscontracorrente.wordpress.com/2015/11/06/nota-do-sindicato-metabase-inconfidentes-e-da-csp-conlutas-sobre-o-grave-acidente-na-barragem-da-samarco-mineracao/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.12:00.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta.** Porto seguro, 1 maio 1500.

Portal Domínio Público. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>
>. Acesso em: 21 mar. 2016.16:00.

CARCANHOLO, Marcelo Dias (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: FILHO, N. A. (Org). **Desenvolvimento e Dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 71-98.

_____. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Aurora**, a. 4, n. 6, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em:
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1226/1093>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. Prefácio. In: TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CÁRITAS BRASILEIRA. Organismo da CNBB. **Quem somos**. 2017. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CARRANÇA, Thais. Vale e BHP Billiton chegam a acordo. **Boletim Ambiental**, 21 dez. 2016. Disponível em:
<<http://www.boletimambiental.com.br/noticia/2016-12-21/vale-e-bhp-billiton-chegam-a-acordo/>>. Acesso em: 25 dez. 2016. 19:30.

CARRANO, Pedro. **Venda da Vale completa 20 anos e foi um dos maiores crimes cometidos contra o Brasil**. Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), 7 maio 2017. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/05/07/venda-da-vale-completa-20-anos-e-foi-um-dos-maiores-crimes-cometidos-contra-o-brasil/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.22:30.

CASTRO, Álvaro. Atingidos por tragédia em Mariana terão assistência técnica para calcular indenizações. **Hoje em dia**, 26

ago. 2016. Disponível em:

<<http://hojeemdia.com.br/horizontes/atingidos-por-trag%C3%A9dia-em-mariana-ter%C3%A3o-assist%C3%AAncia-t%C3%A9cnica-para-calculer-indeniza%C3%A7%C3%B5es-1.409718>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Tradução Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CIPRIANI, Juliana. Ministro Occhi quer indenização para pescadores e população ribeirinha do Rio Doce. **Em.com.br**, 23 nov. 2015. Disponível em:

<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/23/interna_gerais,710778/ministro-occhi-quer-indenizacao-para-pescadores-e-populacao-ribeirinha.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2017.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos**: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 3, p. 1-8, ago. 2017. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/318926395_Minerio-dependencia_e_alternativas_em_economias_locais>. Acesso em: 10 out. 2017.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, Márcio e TROCATE Charles (Org.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016. p. 183-228 (Coleção A questão mineral, v. 2).

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. **O novo acordo dos acionistas da Vale**. Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), 15 maio 2017. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/05/15/o-novo-acordo-dos-acionistas-da-vale/>>. Acesso em: 15 jul. 2017. 23:40.

COLETIVO VEIAS ABERTAS. 2017. Disponível em:

<<http://iela.ufsc.br/veias-abertas>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL).

História da CEPAL. 2017. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>>. Acesso em: 13 jan. 2017.23:00.

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **Em defesa dos territórios frente à mineração.** Brasília, 04 set. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/emdefesadosterritorios/posts/1865939913432555>>. Acesso em: 10 set. 2017.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM). Exclusivo: acidente da Samarco vai afetar balança comercial e derrubar arrecadação de royalties. **O blog do royalty da mineração**, 11 dez. 2015. Disponível em: <<http://blog.cfem.com.br/>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

CORRÊA, Hugo Figueira; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 44, p.10-30, jun./set. 2016. Disponível em: <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/192>>. Acesso em: 17 dez. 2016. 14:30.

COSTA, Débora. Samarco entra em acordo com funcionários para demissão voluntária: a mineradora afirma não ter mais recursos legais para manter todo o quadro operacional e o prazo final da suspensão temporária termina no dia 25 deste mês. **O Tempo**, Cidades, 03 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/samarco-entra-em-acordo-com-funcion%C3%A1rios-para-demiss%C3%A3o-volunt%C3%A1ria-1.1313333>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos:** salário mínimo nominal e necessário. 2017. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 04 jul. 2017.18:00.

DIETERICH, Heinz. **Novo guia para a pesquisa científica**. Tradução Eliete Ávila Wolff. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

DO VALE, João Henrique. Audiência pública discute projeto da Samarco para depositar rejeitos em Ouro Preto: aproximadamente 1,8 mil pessoas participaram do encontro no ginásio de Mariana, na Região Central de Minas Gerais, nessa quinta-feira. **em.com.br.**, 16 dez. 2016. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/12/16/interna_gerais,833205/audiencia-publica-discute-projeto-da-samarco-para-depositar-rejeitos-e.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2016. 18:00.

DOS SANTOS, Teotonio. **Teoria da dependência**: balanços e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015. (Obras escolhidas, v. 1)

_____. *The structure of dependence*. **American Economic Review**, New York, 60, n. 2, p. 231-236, maio, 1970.

DUARTE FILHO, Hécio. Petróleo: Após leiloar pré-sal, Dilma tenta negar privatização que prometeu jamais fazer. **JusBrasil**, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Estado de Mato Grosso, 23 out. 2014. Disponível em: <<https://sindjufemt.jusbrasil.com.br/noticias/111981828/petroleo-apos-leiloar-pre-sal-dilma-tenta-negar-privatizacao-que-prometeu-jamais-fazer>>. Acesso em: 17 jun. 2016.20:00.

EM.COM.BR. Portal de Minas. Ibama revela que 75% dos rejeitos já atingiram a Bacia do Rio Doce: cálculos recentes feitos pelo Ibama mostram que ao longo do período de um ano que sucedeu a tragédia mais 11,4 bilhões de litros deixaram a barragem. **em.com.br**, Agência Estado, Minas Gerais, 19 dez. 2016. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/12/19/interna_gerais,833668/ibama-revela-que-75-dos-rejeitos-ja-atingiram-a-bacia-do-rio-doce.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2016. 12:30.

ESTADÃO. **Portal do Estado de São Paulo. Justiça Federal abre ação criminal contra 22 por tragédia de Mariana**. 18 nov. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-abre-acao-contra-22-por-tragedia-de-mariana/>>.

Acesso em: 15 dez. 2016.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Meso e microrregiões do IBGE**: Site Minas On-Line atualizado em dezembro de 2010. Disponível em:

<http://mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

FACHIN, Patrícia. Amazônia, o paraíso fiscal das mineradoras. Entrevista especial com Luiz Jardim. **Revista Ihu On-line**, 13 set. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/571611-amazonia-o-paraíso-fiscal-das-mineradoras-entrevista-especial-com-luiz-jardim>>. Acesso em: 14 set. 2017.11:20

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS. **Manifesto de repúdio à privatização do pré-sal e ao desmonte da Petrobrás**. Notícias, Rio de Janeiro, 10 out. 2016. Disponível em: <http://fnpetroleiros.org.br/manifesto-de-repudio-a-privatizacao-do-pre-sal-e-ao-desmonte-da-petrobras/>. Acesso em: 15 jun. 2017.23:15.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERREIRA, Carla C. Subimperialismo. In: LUEDEMANN, C.; YOSHIDA, M. M. C.(Coord.). **Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 74-83.

FICA SAMARCO. **Mariana quer a Samarco de volta às atividades**. 5 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ficasamarco/photos/pb.77498969929>>

0487.-207520000.1482324466.
/1041250969331024/?type=3&theater>. Acesso em: 21 dez.
2016.11:00.

FICA SAMARCO. **Sobre**. 2016a. Disponível em:
<[https://www.facebook.com/pg/ficasamarco/about/?ref=page_inte
rnal](https://www.facebook.com/pg/ficasamarco/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 21 dez. 2016.11:30.

FLECK, Isabel. **Em NY, ministro diz que Mariana foi 'fatalidade' e defende fim da Renca**. Disponível em:
<[http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/09/1920131-em-ny-
ministro-diz-que-mariana-foi-fatalidade-e-defende-fim-da-
renca.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/09/1920131-em-ny-ministro-diz-que-mariana-foi-fatalidade-e-defende-fim-da-renca.shtml)>. Acesso em: 24 set.2017:10:50.

FRANK, Andre Gunder. *Latinoamérica: subdesarrollo capitalista o revolución socialista*. **Pensamiento Crítico**, Habana, v. 13, p. 3-41, 1968. Disponível em:
<<http://www.filosofia.org/rev/pch/1968/pdf/n13p003.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.13:30.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros; PRESCHOLDT, Soraya Gama de Ataíde. Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 476-500, jul./set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-
sssoc-123-0476.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0476.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2016.11:00.

FOLHA VITÓRIA. Justiça Federal abre ação criminal contra 22 por tragédia de Mariana: quatro empresas também são acusadas na ação penal: Samarco Mineração S.A., BHP Billiton Brasil, Vale e VogBR Recursos Hídricos e Geotécnica. **Folha Vitória**, Vitória, 18 nov. 2016. 2016. Disponível em:
<[http://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/2016/11/justica-
federal-abre-acao-criminal-contra-22-por-tragedia-de-
mariana.html](http://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/2016/11/justica-federal-abre-acao-criminal-contra-22-por-tragedia-de-mariana.html)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. **Rastro de destruição e os impactos da lama na população ribeirinha do Rio Doce**: segunda reportagem da série sobre o aniversário da chegada da lama de rejeitos ao Espírito Santo mostra como está a vida dos capixabas que tiravam água e sustento do rio. **Folha Vitória**, Vitória, 22 nov.

2016. 2016a. Disponível em:

<<http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2016/11/rastro-de-destruicao-e-os-impactos-da-lama-na-populacao-ribeirinha-do-rio-doce.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). Feam divulga dados de Inventário de barragens 2016. Portal meioambiente.mg, 03 jul. 2017. Disponível em:

<<http://www.feam.br/noticias/1/1551-feam-divulga-dados-de-inventario-de-barragens-2016>>. Acesso em: 11 jul. 2017.23:00.

_____. **Inventário de barragem do Estado de Minas Gerais.** 2016. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2016.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Programa inédito para o desenvolvimento sustentável pretende colocar Mariana entre os 10 maiores IDHS do país:** Iniciativa prevê perspectivas de crescimento e desenvolvimento sustentável do município. 25 jul. 2017. 2017b. Disponível em:

<<http://www.fundacaorenova.org/noticia/programa-inedito-para-o-desenvolvimento-sustentavel-pretende-colocar-mariana-entre-os-10-maiores-idhs-do-pais/>>. Acesso em: 05 set. 2017.11:00.

_____. **Quem somos:** a Fundação. 2017. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

_____. **Substituição de cartões de auxílio financeiro chega em sua fase final.** 29 jun. 2017. 2017a. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/noticia/substituicao-de-cartoes-de-auxilio-financeiro-chega-em-sua-fase-final/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

G1. Barragem se rompe, e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana. Acidente foi em Bento Rodrigues e bombeiros confirmam uma morte; Localidade está sendo esvaziada; MP vai investigar causa do acidente. **Globo.com**, 05 nov. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>>. Acesso em: Acesso em: 10 dez. 2016.

G1. Veja lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG. 15 jun. 2016. (imagem). Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016:10:00.

G1. Vista aérea do distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, após o rompimento de barragens de rejeitos da mineradora Samarco. Minas gerais, Desastre ambiental em Mariana, 05 set. 2017. (Imagem: Ricardo Moraes/Reuters). Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/samarco-solicita-licenca-para-retomar-operacoes-no-complexo-de-germano.ghtml>>. Acesso em: 1a set. 2017:11:44.

GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO. Localização. 2016. Disponível em: <<http://www.geoparkquadrilatero.org/?pg=geopark&id=162>>. Acesso em: 19 mar. 2016.11:30.

GOOGLE. Mapa do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais. (imagem) Disponível em: <<https://www.google.com.br>>. Acesso em: 18 mar. 2016.19:00.

GRUPO POLÍTICA, ECONOMIA, MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE (PoEMAS). 2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente. 2013. 217f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286059/1/Hadler_JoaoPaulodeToledoCamargo_D.pdf>. Acesso em:

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS:** Revista de Gestão Integrada em Saúde do

Trabalhado e Meio Ambiente. v.2, n. 4, ago. 2007. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.9:00.

HOJE EM DIA. Atingidos pelo desastre em Barra Longa terão assessoria técnica paga por mineradoras. **Da Redação**, 05 jun. 2017. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/atingidos-pelo-desastre-em-barra-longa-ter%C3%A3o-assessoria-t%C3%A9cnica-paga-por-mineradoras-1.533423>>. Acesso em: 10 set. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a. 2, n. 3, jan./jun. 2001. Brasília: ABEPSS; Grafile, 2001. p.09-32.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estados@**: Minas Gerais: síntese. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg#>>. Acesso em: 18 mar. 2016.18:30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Minas Gerais, Mariana**: produto interno bruto dos municípios 2013. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314000&idtema=152&search=minas-gerais%7cmariana%7cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2013>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Minas Gerais, Mariana**: censo demográfico 2010: sinopse. 2016a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?ang=&codmun=314000&idtema=1&search=minas-gerais|mariana|censo-demografico-2010:-sinopse->>>. Acesso em: 22 mar. 2016.11:30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações e análises da economia mineral Brasileira**. 7. ed. Brasília, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00003797.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

_____. **Informações sobre a economia mineral Brasileira**

2015. Brasília, out. 2015. 25p. Disponível em:

<<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005957.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.11:25.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG**. 2016.

Disponível em:

<<http://www.ibama.gov.br/publicadas/documentos-do-ibama-sobre-o-desastre-da-samarco-no-rio-doce>>. Acesso em: 17 dez. 2016.20:00.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC).

Novo código da mineração: avanços ou retrocessos. 01 fev.

2016. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2016/fevereiro/>

[novo-codigo-da-mineracao-avancos-ou-retrocessos](http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2016/fevereiro/novo-codigo-da-mineracao-avancos-ou-retrocessos). Acesso em: 16 jul. 2017.10:15.

_____. Nota de Repúdio ao Programa de Revitalização da Indústria Mineral. **Notícias do INESC**, 28 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/noticias-do-inesc/2017/julho/nota-de-repudio-ao-programa-de-revitalizacao-da-industria-mineral>>.

INSTITUTO SAÚDE E SUSTENTABILIDADE. Ministério Público denuncia 4 empresas e 22 duas pessoas por desastre em Mariana. **Instituto Saúde e Sustentabilidade**, 25 out. 2016.

Disponível em:

<<http://www.saudeesustentabilidade.org.br/noticias/ministerio-publico-denuncia-4-empresas-e-22-duas-pessoas-por-desastre-em-mariana/>>. Acesso em: 23 dez. 2016.10:00.

IRWIN, Nigel. Como o desastre de Mariana devastou um grupo indígena no Brasil. **Vice**, Desastre em Mariana, 7 mar. 2017.

Disponível em:

<https://www.vice.com/pt_br/article/4xpxng/desastre-de-mariana-devastou-grupo-indigena-brasil>. Acesso em: 05 set. 2017.11:40.

JORNAL PONTO FINAL. Cáritas vai à câmara tentar explicar acordo milionário com a Samarco: Entidade receberá R\$ 9 milhões da mineradora para “defender” os atingidos pela barragem de Fundão. **Da redação**, 13 jun. 2017. 2017b. Disponível em: <<http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5688/caritas-vai-a-camara-tentar-explicar-acordo-milionario-com-a-samarco>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Desemprego em Mariana atinge 23% da população e bate novo recorde: Indústria, Construção Civil e Comércio foram os setores com maior número de dispensa. **Da Redação**, 12 abr. 2017. 2017c. Disponível em: <<http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5591/desemprego-atinge-13-mil-pessoas-e-atinge-novo-recorde-em-mariana>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. Empresa Samarco não volta a operar este ano, afirmam BHP e Vale. Brasil, **Da redação**, 30 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5714/samarco-nao-voltara-a-operar-em-este-ano>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Presidente da Samarco diz acreditar no retorno da empresa em 2018. Brasil, **Da redação**, 01 jul. 2017. 2017a. Disponível em: <<http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5716/presidente-da-samarco-diz-acreditar-no-retorno-da-empresa-em-2018>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Mulheres e mineração**: vidas cortadas pela ferrovia. Mulheres, 2 ago. 2017. Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/2017/08/02/documentario-mulheres-e-mineracao-vidas-cortadas-pela-ferrovia/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.11:20.

KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

LENIN, Vladimir. I. **Imperialismo, estágio superior do**

capitalismo: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LINHARES, Carolina; MARQUES, José; PRADO, Avenir. Tragédia no rio doce: medo e depressão marcam atingidos dois anos após tragédia em Mariana. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 22 out. 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1929165-medo-e-depressao-marcam-a-rotina-em-vilas-afetadas-por-tragedia-em-mariana.shtml>>. Acesso em: 24 out. 2017.

LOPES, Luciano M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/11377>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

LUCAS, Wandeir. Feira Noturna de Mariana é inaugurada. **Jornal A Sirene**, 7 jul. 2017. Disponível em: <<https://jornalasirene.wordpress.com/2017/07/07/feira-noturna-de-mariana-e-inaugurada/>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Org.) **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p.145-166.

_____. **A Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. 2011. 225 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MADRUGA, Joka. Grávida sofre aborto durante avalanche de lama da Samarco/Vale. **Tragédia em Mariana** (MG), 30 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.terrasemmas.com.br/gravida-perde-o-filho-durante-avalanche-de-lama-da-samarcovale/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MAIA EDICIONES. ***Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx***. Disponível em: <<http://www.maiaediciones.com/libro.php?l=409>>. Acesso em: 15 jun. 2017.22:00.

MANSUR, Máira Sertã; et al. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. In: ZONTA, Márcio; TROCATE Charles (Org.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016, (pág. 17-50). (A questão mineral, v. 2).

Marini, Ruy Mauro. **A Constituição de 1988**. 1988. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1988/mes/constituicao.htm>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. O Ciclo do capital na economia dependente. In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (org). Boitempo, São Paulo, 2012, (p. 21- 36).

_____. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p. 137-180.

_____. *Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra*, 1978. In: América Latina, dependencia y globalización. **Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini**. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre, CLACSO, 2008.

_____. Sobre o Estado na América Latina. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. p. 224-235.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012. (Pátria Grande, v. 1).

MARREIRO, Flávia. Novas acusações de Joesley pressionam Temer em momento crítico. **El País**, São Paulo, 17 jun. 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/17/politica/1497680686_896825.html>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.) **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013.p.15-48.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro 1).

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Heloísa. Preconceito e espera em Mariana, epicentro da dependência da mineração: atingidos pelo rompimento da barragem convivem com discriminação em Mariana e têm dificuldade de se acostumar com a nova rotina urbana. **El País**, 6 nov. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722_606609.html>. Acesso em: 21 dez. 2016.17:40.

MENEGHIN, Guilherme de Sá. A Fundação Renova tem legitimidade para atuar em Mariana? **Jornal A Sirene**, 6 set. 2017. 2017a. Disponível em: <<https://jornalasurene.wordpress.com/2017/06/19/a-fundacao-renova-tem-legitimidade-para-atuar-em-mariana/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

MENEGHIN, Guilherme de Sá. Reassentamento: aspectos jurídicos dos problemas causados pela Samarco/Fundação

Renova. **Jornal A Sirene**, 6 set. 2017. Disponível em: <<https://jornalasurene.wordpress.com/2017/09/06/reassentamento-aspectos-juridicos-dos-problemas-causados-pela-samarcofundacao-renova/>>. Acesso em: 14 set. 2017.10:00.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo: 2011.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo. 2011a.

METABASE FORTE. 2017. Disponível em: <<http://www.metabase.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MG.GOV.BR. **Conheça a história do Estado de Minas Gerais**. História, 2016. Disponível em: <<http://mg.gov.br/conheca-minas/historia>>. Acesso em: 18 mar. 2016. 18:25.

MILANEZ, Bruno; COELHO, Tádzio P.; WANDERLEY, Luiz J. M. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado. **Versos**: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 2, p.1-15, ago. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317777433_O_projeto_mineral_no_Governo_Temer_menos_Estado_mais_mercado>. Acesso em: 18 set. 2017.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MANSUR, Maíra Sertã. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities. In: ZONTA, Márcio e TROCATE Charles (Org.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016. p. 51-86 (A questão mineral, v. 2).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis**: marcas do estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Sistemas**: relatório de informações sociais. 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=panora>

ma_municipal>. Acesso em: 09 jun. 2016.19:15.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Sistemas:** relatório de informações sociais. 2016a. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=inclusao_economica>. Acesso em: 09 jun. 2016.19:15.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Mercado de Trabalho no Censo 2010: **Boletim:** Dados Municipais, p. 1-4, 2010. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=mercado_de_trabalho&ibge=314000#>. Acesso em: 09 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Programa de Disseminação das estatísticas do Trabalho** (PDET). Evolução do emprego formal em municípios com mais de 30.000 habitantes. 2016. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

MINIVER JORNALISMO INDEPENDENTE. **Urgente:** MPF exige prosseguimento da ação criminal e conclui improcedente defesa da Samarco. 20 out. 2017. Disponível em: <<http://crimideia.com.br/miniver/urgente-mpf-exige-prosseguimento-da-acao-criminal-e-conclui-improcedente-defesa-da-samarco/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MOURA, Iara. **Privatização da Vale:** a resistência de um cidadão brasileiro em busca de justiça. Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), 7 maio 2017. (entrevista publicada originalmente no site do Instituto PACS em 15 de abril de 2015). Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/05/07/privatizacao-da-vale-a-resistencia-de-um-cidadao-brasileiro-em-busca-de-justica/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.23:00.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Atingidos repudiam suspensão de processo criminal contra a Samarco.** São Paulo, 08 ago. 2017. Disponível em: <<http://mabnacional.org.br/noticia/atingidos-repudiam-suspensao-processo-criminal-contra-samarco-0>>. Acesso em: 04 set.

2017.9:00.

_____. **Atingidos pela Samarco trancam rodovia em Mariana (MG)**: manifestantes organizados no MAB fecharam principal via de acesso à mineradora. 04 jul. 2017. 2017a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-samarco-trancam-rodovia-em-mariana-mg>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. **Posição do MAB sobre o decreto que permite construção do Dique S4 em Bento Rodrigues**. 22 set. 2016. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/posi-do-mab-sobre-decreto-que-permite-constru-do-dique-s4-em-bento-rodrigues-0>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

_____. **A tragédia 20 meses depois: nenhum tijolo no reassentamento de Gesteira**. 04 jul. 2017. 2017b. Disponível em: <<http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/2017/07/04/a-tragedia-20-meses-depois-nenhum-tijolo-no-reassentamento-de-gesteira/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.22:00.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Documento final da Marcha e do Encontro “Um ano de lama e luta”**. Brasília, 10 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/documento-final-da-marcha-e-do-encontro-um-ano-lama-e-luta-0>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (MAM). **Assembleias populares da mineração**: um debate urgente e necessário. Texto de subsídio para a militância. Marabá, PA; 2017.

_____. **Formação cultural crítica é fundamental nas lutas sociais, sobretudo na luta pela soberania popular na mineração**. Artigo, Notícia 16 jun. 2017. 2017b. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/06/16/formacao-cultural-critica-e-fundamental-nas-lutas-sociais-sobretudo-na-luta-contra-a-mineracao/>>. Acesso em: 15 jul. 2017. 21:45.

_____. O Golpismo de Temer e as Medidas Provisórias da

Mineração. **Coordenação Nacional do MAM**, Destaque, 28 ago. 2017. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/08/28/o-golpismo-de-temer-e-as-medidas-provisorias-da-mineracao/>>. Acesso em: 05 set. 2017. 23:00.

_____. MG: Assembleia Popular discute mineração em Santo Antônio do Itambé. **Notícia**, 23 maio 2017. 2017d. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/05/23/mg-assembleia-popular-discute-mineracao-em-santo-antonio-do-itambe/>>. Acesso em: 15 jul. 2017. 21:30.

_____. Militantes do MAM participam de I Curso sobre Introdução ao Problema Mineral no país. **Notícia**, 15 maio 2017. 2017c. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/05/15/militantes-do-mam-participam-de-i-curso-sobre-introducao-ao-problema-mineral-no-pais/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 40, p. 106-131, fev./maio 2015. Disponível em: <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/108/116>>. Acesso em: 17 dez. 2016.14:00.

O LIBERAL. **Ações da Fundação Renova são discutidas em audiência Pública em Mariana**. 23 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.jornaloliberal.net/noticia/acoes-da-fundacao-renova-sao-discutidas-em-audiencia-publica-em-mariana/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.11:15.

OLIVEIRA, Clarissa Reis. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro: iBase, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/ibase/docs/quem_e_quem_na_mineracao4>. Acesso em: 10 out. 2015.

OLIVEIRA, José Carlos. Sancionada lei que põe fim à exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal. **Câmara dos Deputados**, Notícias, 29 nov. 2016. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/520347-SANCIONADA-LEI-QUE-POE-FIM-A-EXCLUSIVIDADE-DA-PETROBRAS-NA-EXPLORACAO-DO-PRE-SAL.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.23:00.

OPINIÃO & NOTÍCIA. **A dura vida da tribo krenak após o colapso do Rio Doce**: quase dois anos após o Rio Doce ser palco do maior desastre ambiental do país, indígenas da tribo krenak ainda sofrem efeitos da lama tóxica. População indígena, 3 jul. 2017. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/brasil/dura-vida-da-tribo-krenak-apos-o-colapso-do-rio-doce/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

OSÓRIO, Jaime. As classes Sociais no capitalismo. In: **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. 2014. p.109-142.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotônio (coord.). MARTINS, Carlos E.; VALENCIA, Adrian Sotelo (org.) **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p. 167-188.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Veja como foram os atos por “diretas já” em todo Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/liveblog/acompanhe-os-atos-por-diretas-ja-em-todo-brasil/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da "questão social" [apêndice]. In: _____. (Ed.). **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do Serviço Social; v.1)

PEDROSA, Ana Paula; ARIADNE, Queila. **Mina de Conflitos**,

2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/hotsites/mina-de-conflito>>. Acesso em: 11 jul. 2017.23:00.

PETROBRAS. Pré-sal. **Exploração e produção de petróleo e gás**, 2017. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PIMENTEL, Thais. Samarco propõe Programa de Demissão Voluntária a empregados. **G1**, Minas Gerais, 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/samarco-propoe-programa-de-demissao-voluntaria-empregados.html>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PORTAL CONFLUÊNCIAS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/portalconfluencias/?fref=ts>>. Acesso em: 17 dez. 2016. 19:30.

PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. Câmara recebe secretário-executivo da Cáritas e atingidos do rompimento da barragem. **Notícias**, 12 jun. 2017. Disponível em: <<http://camarademariana.mg.gov.br/noticia/731/camara-recebe-secretario-executivo-da-caritas-e-atingidos-do-rompimento-da-barragem>>. Acesso em: 01 jul. 2017.11:00.

PORTAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Mapa do município de Mariana-MG**. Disponível em: <http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_eau.php?id=83>. Acesso em: 18 mar. 2016.19:10.

PORTAL VERMELHO. **O drama das vítimas da Samarco um ano após a tragédia de Mariana**. 9 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/290839-1>>. Acesso em: 17 dez. 2016.18:30.

PORTAL VÉRTICES. **Prefeito de Mariana chama paralisação da Samarco de “segunda tragédia”; empresa quer nova obra**. Disponível em: <<http://verticesinconfidentes.com.br/3275-2/3275>>. Acesso em: 24 dez. 2016.13:00.

PRADO, Fernando C.; GOUVEA, Marina M. Categorias centrais da Teoria da Dependência: Dependência. In: LUEDEMANN, C.; YOSHIDA, M. M. C. (Coord.). **Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular: 2014. p. 53-62.

PRADO FILHO, José Francisco do; SOUZA, Marcelo Pereira. de. O licenciamento ambiental da mineração no quadrilátero ferrífero de minas gerais: uma análise da implementação de medidas de controle ambiental formuladas em eias/rimas. **Engenharia Sanitária Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p.343-349, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522004000400012>. Acesso em: 19 mar. 2016.11:30.

PREFEITURA DE MARIANA. **Distritos de Mariana**, 2016b. Disponível em: <<http://pmmariana.com.br/todos-distritos>>. Acesso em: 22 mar. 2016.11:45.

_____. **Histórico**, 2016a. Disponível em: <<http://pmmariana.com.br/historico>>. Acesso em: 22 mar. 2016.11:15.

_____. **Localização**, 2016. Disponível em: <<http://pmmariana.com.br/localizacao>>. Acesso em: 22 mar. 2016.11:00.

RIBEIRO, B. FERNANDES, M. Desabrigados pela lama enfrentam preconceito e desconfiança em Mariana. **Estadão, Especial**, 29 out. 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,desabrigados-pela-lama-enfrentam-preconceito-e-desconfianca-em-mariana,10000085277>>. Acesso em: 21 dez. 2016. 17:30.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Léo. Sem previsão para retomar operações, Samarco inicia mais um período de layoff. **EBC Agência Brasil**, 01 jun. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/sem>>

previsao-para-retomar-operacoes-samarco-inicia-mais-um-periodo-de-layoff>. Acesso em: 19 jul. 2017.

ROESER, Hubert M. P; ROESER, Patrícia A. O Quadrilátero Ferrífero-MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. **Geonomos**, v. 18, n. 1, p.33-37, 2010. Disponível em: <http://igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/1.06_Hubertetal_33_37.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.11:00.

SADER, Emir. Ruy Mauro, intelectual revolucionário. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrian Sotelo (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p. 27-36.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Dados**, v. 54, n. 2, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200002&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SAMARCO. Decreto do Governo Estadual viabiliza obras do Dique S4. **Notícias**, 21 set. 2016. Disponível em: <http://www.samarco.com/noticia/decreto-do-governo-estadual-viabiliza-obras-do-dique-s4/>. Acesso em: 20 dez. 2016.17:00.

_____. **Investidores**, 2017. Disponível em: <<http://www.samarco.com/investidores/>>. Acesso em: 18 mar. 2016.17:45.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Crônica de uma morte anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo, SP: Amarante Editorial, 2017.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; WANDERLEY, Luiz Jardim. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, Márcio e TROCATE Charles (Org.). **Antes fosse mais leve a carga**:

reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016. p. 87-138. (A questão mineral, v. 2).

SILVA, Cristiane. Barra Longa é atingida pela lama de rompimento de barragens. **em.com.br**, 06 nov. 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705121/barra-longa-e-atingida-pela-lama-de-rompimento-de-barragens.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SILVA LUZ, Cassia Regina da. Quantas toneladas exportamos de ferro? Quantas lágrimas disfarçamos sem berro? In: CANUTO, Antônio; SILVA LUZ, Cássia Regina da; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional. Brasil, 2015. 240 p.

SINDICATO METABASE MARIANA. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sindicatometabasemariana>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. 2017a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sindicatometabasemariana/posts/1660486470628278>>. Acesso em: 14 set. 2017.11:00.

SINDICATO METABASE INCONFIDENTES. **Acidente na Usina da Gerdau em Ouro Branco escancara a política das grandes empresas de colocar o lucro acima da vida**. 18 ago. 2017.

2017a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/sindicato-metabase-inconfidentes/acidente-na-usina-da-gerdau-em-ouro-branco-escancara-a-pol%C3%ADtica-das-grandes-empr/1449888911755695>>. Acesso em: 05 set. 2017. 19:00.

SINDICATO METABASE INCONFIDENTES. **História**. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/metabaseinconfidentes/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 01 jul. 2017.

SINDICATO METABASE INCONFIDENTES. **Supervisor ameaça agredir trabalhadora e Vale perde o processo em primeira instância**. 25 jul. 2017. 2017b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/sindicato-metabase->

inconfidentes/supervisor-amea%C3%A7a-agredir-trabalhadora-dentro-da-empresa-e-vale-perde-o-processo/1427734490637804/. Acesso em: 03 ago. 2017.11:00.

SOUZA, Nilson A. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e “ciclo longo”. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Org). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.p. 189-230.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MG (SRTE/MG) **Relatório de análise de acidente**: Rompimento da barragem de rejeitos Fundão em Mariana-MG. Belo Horizonte: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em MG, Ministério do Trabalho e Previdência Social. 2016.

TANTOS E QUANTOS: os Mineiros do Morro Velho. 4 set. 2017. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/TantoseQuantos/?pnref=story>>. Acesso em: 20 set. 2017.

TANTOS E QUANTOS: os Mineiros do Morro Velho. **Documentário**: aborda os dilemas, as memórias e a luta por indenização e reconhecimento dos mineiros de Morro Velho. Expõe os problemas causados pela mineração de ouro na saúde dos mineiros que trabalharam nas minas de Morro Velho. A silicose foi a principal doença adquirida nas minas subterrâneas. 2017a. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=0YJjQ3H-RSc>>. Acesso em: 20 set. 2017.

TAVEIRA, Vitor. (Entrevista com Alberto Acosta) **‘A lição de Mariana é não aprofundar o extrativismo’**. Disponível em: <http://calle2.com/a-licao-de-mariana-e-nao-seguir-aprofundando-o-extrativismo-2/>. Acesso em 08 de julho de 2017 às 16h.

TOMAZ, Rafael (2015). **Mineradoras instaladas em Minas intensificam demissões**. Diário do Comércio, 14/05/2015. Disponível em:
http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=mineradoras_instalada_s_em_minas_intensificam_demissoes&id=153740.

Acesso em 20 de maio de 2016 às 10h.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. **(Apresentação)**. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TROCATE, Charles; ZANON, Maria Júlia; VIEIRA, Jarbas (Org.). **Elementos constitutivos do MAM: Movimento pela Soberania Popular na Mineração-MAM**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2015.

UM MINUTO DE SIRENE. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/528010130687236/permalink/608217752666473/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. José Miguel Wisnik: “A obra de Drummond é inseparável da mineração”. **Ufba Em Pauta**, 04 out. 2016. Disponível em: <https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/jos%C3%A9-miguel-wisnik-%E2%80%9Cobra-de-drummond-%C3%A9-insepar%C3%A1vel-da-minera%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D>. Acesso em

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO(UFOP). **Cônsul da Holanda visita UFOP para debater mineração e sustentabilidade**. 20 set. 2017. Disponível em: <<http://www.ufop.br/noticias/internacionalizacao/consul-da-holanda-visita-ufop-para-debater-mineracao-e-sustentabilidade>>. Acesso em: 25 set. 2017 (13h).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **História**. 2016. Disponível em: <<http://www.ufop.br/historia-da-ufop>>. Acesso em: 18 mar. 2016.17:00.

URIBE, Gustavo; BOGHOSSIAN, Bruno. Temer sanciona lei de terceirização com pouca proteção a trabalhador. **Folha de São Paulo**, Mercado, 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1871722-para->

evitar-retaliacoes-temer-sanciona-proposta-que-regulamenta-a-terceirizacao.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2017.12h:00.

VALE S.A. **Mineração**. Minério de Ferro e Pelotas. 2016a.

Disponível em:

<<http://www.vale.com/brasil/pt/business/mining/iron-ore-pellets/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 mar. 2016.10:15.

_____. **Sobre a Vale**. 2017. Disponível em:

<<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/across-world/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. 2016. Disponível em:

<<http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 mar. 2016. 10:18.

VALENCIA, Adrian Sotelo. Lei do Valor e mundialização do capital. In: **A Reestruturação do mundo do trabalho: Superexploração e novos paradigmas da organização do Trabalho**. Uberlândia: EDUFU. 2009.

XAVIER, Juliana Benício; VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. O trabalho e seus sentidos: a destruição da força humana que trabalha. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016. p. 197-232.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016. p. 39-90.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Do Boom ao Pós- Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil.

Versos: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 1, p.1-7, ago. 2017. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/318213362_Do_Boom

_ao_Pos-Boom_das_commodities_o_comportamento_do_setor_mineral_no_Brasil>. Acesso em: 25 set. 2017.

WARTH Anne; TEREZA Irany. União vai refazer código de mineração. **Estadão**, Economia & Negócios, 27 jan. 2017.

Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,uniao-vai-refazer-codigo-de-mineracao,70001643479>>. Acesso em: 16 jun. 2017.10:30.

ZONTA, Marcio. **Marcio Zonta, Coordenador Nacional do MAM**: mineração é luta de Classes, 9 jul. 2015. Entrevistadores: Fabiano César e Indinayara Gouveia. Entrevista concedida ao Centro de Agricultura Alternativa. Não paginado. Disponível em: <<https://caa.org.br/biblioteca/noticia/mineracao-e-luta-de-classes>>. Acesso em: 16 jun. 2017.09:45.

_____. Passar “dez anos sem férias” é condição comum na mineração brasileira, diz sindicato: terceirização alcança 50% da categoria, deixando os empregados desassistidos, segundo dados da Frente Sindical Mineral. **Brasil de Fato**, 04 jul 2016.

Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/04/passar-dez-anos-sem-ferias-e-condicao-comum-na-mineracao-brasileira-diz-sindicato/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.17:40.

ANEXO A - Poema 'América' na íntegra. Autoria de Carlos Drummond de Andrade.

América

Sou apenas um homem.
Um homem pequeno à beira de um rio.
Vejo as águas que passam e não as compreendo.
Sei apenas que é noite porque me chamam de casa.
Vi que amanheceu porque os galos cantaram.
Como poderia compreender-te, América?
É muito difícil.
Passo a mão na cabeça que vai embranquecer.
O rosto denuncia certa experiência.
A mão escreveu tanto, e não sabe contar!
A boca também não sabe.
Os olhos sabem – e calam-se.
Ai, América, só suspirando.
Suspiro brando, que pelos ares vai se exalando.
Lembro alguns homens que me acompanhavam e hoje não me acompanham.
Inútil chamá-los: o vento, as doenças, o simples tempo
dispersaram esses velhos amigos em pequenos cemitérios do interior,
por trás de cordilheiras ou dentro do mar.
Eles me ajudariam, América, neste momento
de tímida conversa de amor.
Ah, por que tocar em cordilheiras e oceanos!
Sou tão pequeno (sou apenas um homem)
e verdadeiramente só conheço minha terra natal,
dois ou três bois, o caminho da roça,
alguns versos que li há tempos, alguns rostos que contemplei.
Nada conto do ar e da água, do mineral e da folha,
ignoro profundamente a natureza humana
e acho que não devia falar nessas coisas.
Uma rua começa em Itabira, que vai dar no meu coração.
Nessa rua passam meus pais, meus tios, a preta que me criou.
Passa também uma escola – o mapa -, o mundo de todas as cores.
Sei que há países roxos, ilhas brancas, promontórios azuis.
A terra é mais colorida do que redonda, os nomes gravam-se
em amarelo, em vermelho, em preto, no fundo cinza da infância.
América, muitas vezes viajei nas tuas tintas.
Sempre me perdia, não era fácil voltar.
O navio estava na sala.
Como rodava!

As cores foram murchando, ficou apenas o tom escuro, no mundo escuro.

Uma rua começa em Itabira, que vai dar em qualquer ponto da terra. Nessa rua passam chineses, índios, negros, mexicanos, turcos, uruguaios.

Seus passos urgentes ressoam na pedra, ressoam em mim.

Pisado por todos, como sorrir, pedir que sejam felizes?

Sou apenas uma rua
numa cidadezinha de Minas
humilde caminho da América.

Ainda bem que a noite baixou: é mais simples conversar à noite.

Muitas palavras já nem precisam ser ditas.

Há o indistinto mover de lábios no galpão, há sobretudo silêncio, certo cheiro de erva, menos dureza nas coisas, violas sobem até à lua, e elas cantam melhor do que eu.

Canto uma canção,
de viola ou banjo,
dentes cerrados,
alma entreaberta,
decanta a memória,
do tempo mais fundo
quando não havia
nem casa nem rês
e tudo era rio,
era cobra e onça,
não havia lanterna
e nem diamante,
não havia nada.

Só o primeiro cão,
em frente do homem
cheirando o futuro.

Os dois se reparam,
se julgam, se pesam,
e o carinho mudo
corta a solidão.

Canta uma canção
no ermo continente,
baixo, não te exaltes.

Olha ao pé do fogo
homens agachados
esperando comida.

Como a barba cresce,
como as mãos são duras,
negras de cansaço.

Canta a estela maia,
reza ao deus do milho,
mergulha no sonho
anterior às artes,
quando a forma hesita
em consubstanciar-se
Canta os elementos
em busca de forma.
Entretanto a vida
elege semblante.
Olha: uma cidade.
Quem a viu nascer?
O sono dos homens
após tanto esforço
tem frio de morte.
Não vás acordá-los,
se é que estão dormindo.
Tantas cidades no mapa...Nenhuma, porém, tem mil anos.
E as mais novas, que pena: nem sempre são as mais lindas.
Como fazer uma cidade? Com que elementos tecê-la? Quantos fogos
terá?
Nunca se sabe, as cidades crescem,
mergulham no campo, tornam a aparecer.
O ouro as forma e dissolve, restam navetas de ouro.
Ver tudo isso do alto: a ponte onde passam soldados
(que vão esmagar a última revolução)
o pouso onde trocar de animal; a cruz marcando o encontro dos
valentes;
a pequena fábrica de chapéus; a professora que tinha sardas...
Esses pedaços de ti, América, partiram-se na minha mão.
A criação espantada
não sabe juntá-los.
Contaram-me que também há desertos,
E plantas tristes, animais confusos, ainda não completamente
determinados.
Certos homens vão de país em país procurando um metal raro
ou distribuindo palavras.
Certas mulheres são tão desesperadamente formosas que é impossível
não comer-lhe os retratos e não proclamá-las demônios.
Há vozes no rádio e no interior das árvores,
cabogramas, vitrolas e tiros.
Que barulho na noite,
que solidão!
Esta solidão da América... Ermo e cidade grande se espreitando.
Vozes do tempo colonial irrompem nas modernas canções,

e o barranqueiro do Rio São Francisco
- esse homem silencioso, na última luz da tarde,
junto à cabeça majestosa do cavalo de proa imobilizado
contempla num pedaço de jornal a iara vulcânica da Broadway.
O sentimento da mata e da ilha
perdura em meus filhos que não amanheceram de todo
e têm medo da noite, do espaço e da morte.
Solidão de milhões de corpos nas casas, nas minas, no ar.
Mas de cada peito nasce um vacilante, pálido amor,
procura desajeitada de mão, desejo de ajudar,
carta posta no correio, sono que custa a chegar
porque na cadeira elétrica um homem (que não conhecemos) morreu.
Portanto, é possível distribuir minha solidão, torná-la meio de
conhecimento.
Portanto, solidão é palavra de amor.
Não é mais um crime, um vício, o desencanto das coisas.
Ela fixa no tempo a memória
ou o pressentimento ou a ânsia
de outros homens que a pé, a cavalo, de avião ou barco,
percorrem teus caminhos, América.
Estes homens estão silenciosos mas sorriem de tanto sofrimento
dominado.
Sou apenas o sorriso
na face de um homem calado.

ANEXO B - Poema 'Nosso Tempo' de autoria de Carlos Drummon de Andrade

Nosso tempo

Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?
Miúdas certezas de empréstimos, nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos.

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!
Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.

II

Esse é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.

Mudou-se a rua da infância.
E o vestido vermelho
vermelho
cobre a nudez do amor,
ao relento, no vale.

Símbolos obscuros se multiplicam.
 Guerra, verdade, flores?
 Dos laboratórios platônicos mobilizados
 vem um sopro que cresta as faces
 e dissipa, na praia, as palavras.

A escuridão estende-se mas não elimina
 o sucedâneo da estrela nas mãos.
 Certas partes de nós como brilham! São unhas,
 anéis, pérolas, cigarros, lanternas,
 são partes mais íntimas,
 e pulsação, o ofego,
 e o ar da noite é o estritamente necessário
 para continuar, e continuamos.

III

E continuamos. É tempo de muletas.
 Tempo de mortos faladores
 e velhas paralíticas, nostálgicas de bailado,
 mas ainda é tempo de viver e contar.
 Certas histórias não se perderam.
 Conheço bem esta casa,
 pela direita entra-se, pela esquerda sobe-se,
 a sala grande conduz a quartos terríveis,
 como o do enterro que não foi feito, do corpo esquecido na mesa,
 conduz à copa de frutas ácidas,
 ao claro jardim central, à água
 que goteja e segreda
 o incesto, a bênção, a partida,
 conduz às celas fechadas, que contêm:
 papéis?
 crimes?
 moedas?

Ó conta, velha preta, ó jornalista, poeta, pequeno historiados urbano,
 ó surdo-mudo, depositário de meus desfalecimentos, abre-te e conta,
 moça presa na memória, velho aleijado, baratas dos arquivos, portas
 rangentes, solidão e asco,
 pessoas e coisas enigmáticas, contai;
 capa de poeira dos pianos desmantelados, contai;
 velhos selos do imperador, aparelhos de porcelana partidos, contai;
 ossos na rua, fragmentos de jornal, colchetes no chão da
 costureira, luto no braço, pombas, cães errantes, animais caçados,
 contai.

Tudo tão difícil depois que vos calastes...
E muitos de vós nunca se abriram.

IV

É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso
na esquina. Tempo de cinco sentidos
num só. O espião janta conosco.

É tempo de cortinas pardas,
de céu neutro, política
na maçã, no santo, no gozo,
amor e desamor, cólera
branda, gim com água tônica,
olhos pintados,
dentes de vidro,
grotesca língua torcida.
A isso chamamos: balanço.

No beco,
apenas um muro,
sobre ele a polícia.
No céu da propaganda
aves anunciam
a glória.
No quarto,
irrisão e três colarinhos sujos.

V

Escuta a hora formidável do almoço
na cidade. Os escritórios, num passe, esvaziam-se.
As bocas sugam um rio de carne, legumes e tortas vitaminosas.
Salta depressa do mar a bandeja de peixes argênteos!
Os subterrâneos da fome choram caldo de sopa,
olhos líquidos de cão através do vidro devoram teu osso.
Come, braço mecânico, alimenta-te, mão de papel, é tempo de comida,
mais tarde será o de amor.

Lentamente os escritórios se recuperam, e os negócios, forma indecisa,
evoluem.

O esplêndido negócio insinua-se no tráfego.
Multidões que o cruzam não vêem. É sem cor e sem cheiro.
Está dissimulado no bonde, por trás da brisa do sul,
vem na areia, no telefone, na batalha de aviões,

toma conta de tua alma e dela extrai uma porcentagem.

Escuta a hora expandongada da volta.
 Homem depois de homem, mulher, criança, homem,
 roupa, cigarro, chapéu, roupa, roupa, roupa,
 homem, homem, mulher, homem, mulher, roupa, homem,
 imaginam esperar qualquer coisa,
 e se quedam mudos, escoam-se passo a passo, sentam-se,
 últimos servos do negócio, imaginam voltar para casa,
 já noite, entre muros apagados, numa suposta cidade, imaginam.
 Escuta a pequena hora noturna de compensação, leituras, apelo ao
 cassino, passeio na praia,
 o corpo ao lado do corpo, afinal distendido,
 com as calças despido o incômodo pensamento de escravo,
 escuta o corpo ranger, enlaçar, refluir,
 errar em objetos remotos e, sob eles soterrados sem dor,
 confiar-se ao que bem me importa
 do sono.

Escuta o horrível emprego do dia
 em todos os países de fala humana,
 a falsificação das palavras pingando nos jornais,
 o mundo irreal dos cartórios onde a propriedade é um bolo com flores,
 os bancos triturando suavemente o pescoço do açúcar,
 a constelação das formigas e usurários,
 a má poesia, o mau romance,
 os frágeis que se entregam à proteção do basilisco,
 o homem feio, de mortal feiúra,
 passeando de bote
 num sinistro crepúsculo de sábado.

VI

Nos porões da família
 orquídeas e opções
 de compra e desquite.
 A gravidez elétrica
 já não traz delíquios.
 Crianças alérgicas
 trocam-se; reformam-se.
 Há uma implacável
 guerra às baratas.
 Contam-se histórias
 por correspondência.
 A mesa reúne
 um copo, uma faca,

e a cama devora
tua solidão.
Salva-se a honra
e a herança do gado.

VII

Ou não se salva, e é o mesmo. Há soluções, há bálsamos
para cada hora e dor. Há fortes bálsamos,
dores de classe, de sangrenta fúria
e plácido rosto. E há mínimos
bálsamos, recalcadas dores ignóbeis,
lesões que nenhum governo autoriza,
não obstante doem,
melancolias insubornáveis,
ira, reprovação, desgosto
desse chapéu velho, da rua lodosa, do Estado.
Há o pranto no teatro,
no palco ? no público ? nas poltronas ?
há sobretudo o pranto no teatro,
já tarde, já confuso,
ele embacia as luzes, se engolfa no linóleo,
vai minar nos armazéns, nos becos coloniais onde passeiam ratos
noturnos,
vai molhar, na roça madura, o milho ondulante,
e secar ao sol, em poça amarga.
E dentro do pranto minha face trocista,
meu olho que ri e despreza,
minha repugnância total por vosso lirismo deteriorado,
que polui a essência mesma dos diamantes.

VIII

O poeta
declina de toda responsabilidade
na marcha do mundo capitalista
e com suas palavras, intuições, símbolos e outras armas
prometa ajudar
a destruí-lo
como uma pedreira, uma floresta
um verme.

ANEXO C - Poema 'Hino Nacional' de autoria de Carlos Drummond de Andrade.

Hino nacional

Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás as florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.

O que faremos importando francesas
muito louras, de pele macia,
alemãs gordas, russas nostálgicas para
garçonetes dos restaurantes noturnos.
E virão sírias fidelíssimas.
Não convém desprezar as japonesas...

Precisamos educar o Brasil.
Compraremos professores e livros,
assimilaremos finas culturas,
abriremos dancings e subvencionaremos as elites.

Cada brasileiro terá sua casa
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,
salão para conferências científicas.
E cuidaremos do Estado Técnico.

Precisamos louvar o Brasil.
Não é só um país sem igual.
Nossas revoluções são bem maiores
do que quaisquer outras; nossos erros também.
E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...
os Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...

Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens,
por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão
de seus sofrimentos.

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.

Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?

Eduardo Alves da Costa

Quanto a mim, sonharei com Portugal

Às vezes, quando

estou triste e há silêncio

nos corredores e nas veias,

vem-me um desejo de voltar

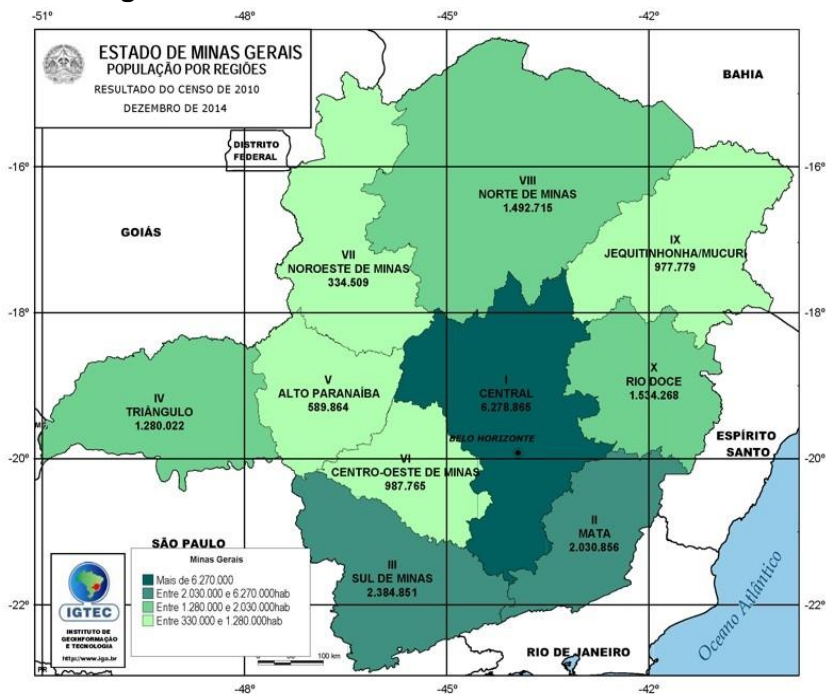
a Portugal. Nunca lá estive,

é certo, como também

é certo meu coração, em dias tais,

ser um deserto.

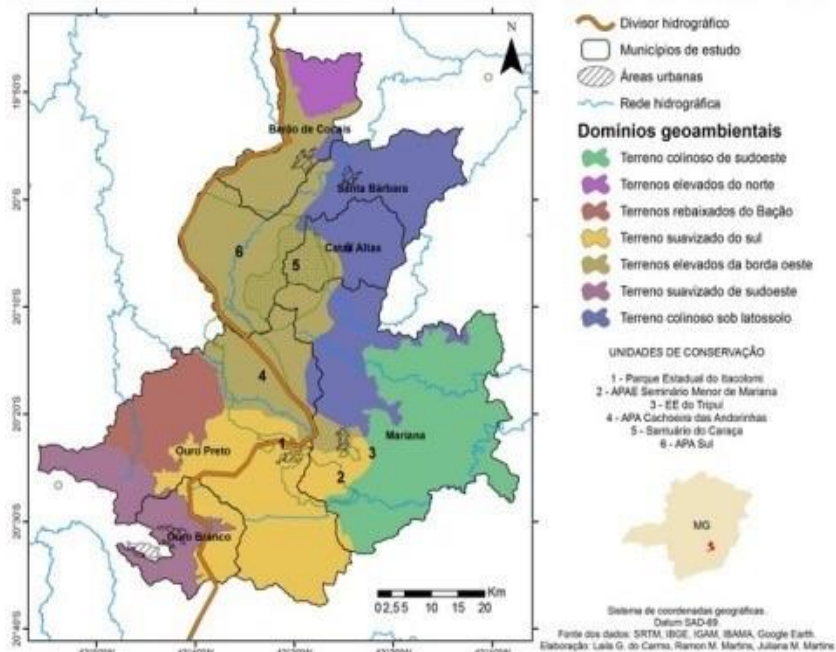
ANEXO D - Mapa do Estado de Minas Gerais e suas mesorregiões



Fonte: Estado de Minas Gerais (2010).

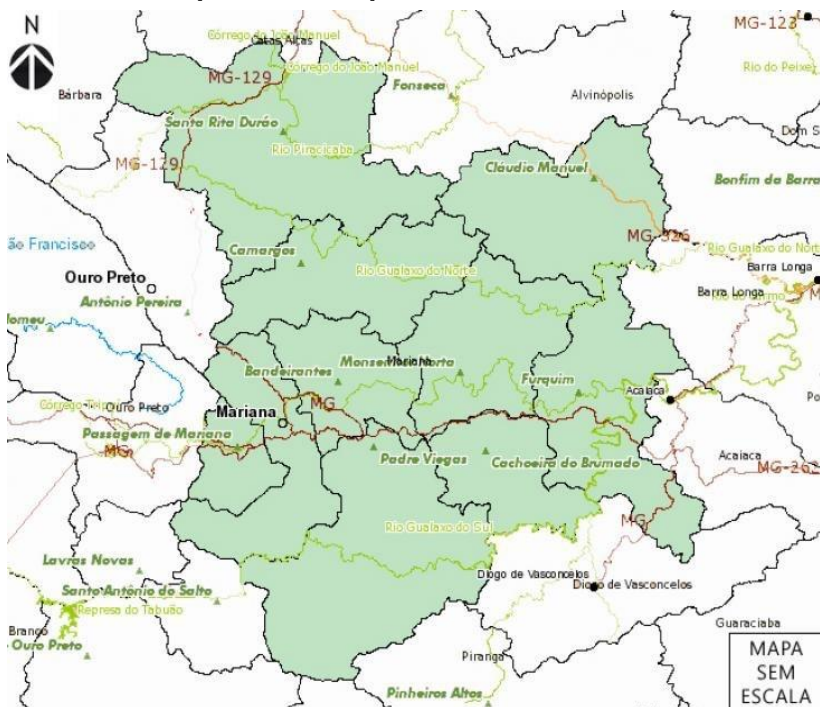
ANEXO E - Mapa do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais

DOMÍNIOS GEOAMBIENTAIS DAS BORDAS SUL E LESTE DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO



Fonte: Google (2016).

ANEXO F - Mapa do município de Mariana-MG



Fonte: Portal do Patrimônio Cultural (2016).

ANEXO G - Percurso da lama da barragem de Fundão até a chegada ao oceano no estado do Espírito Santo (ES)



Fonte: G1 (2016).

ANEXO H - Foto de satélite da localização das barragens e de Bento Rodrigues antes e após o rompimento da barragem de Fundão



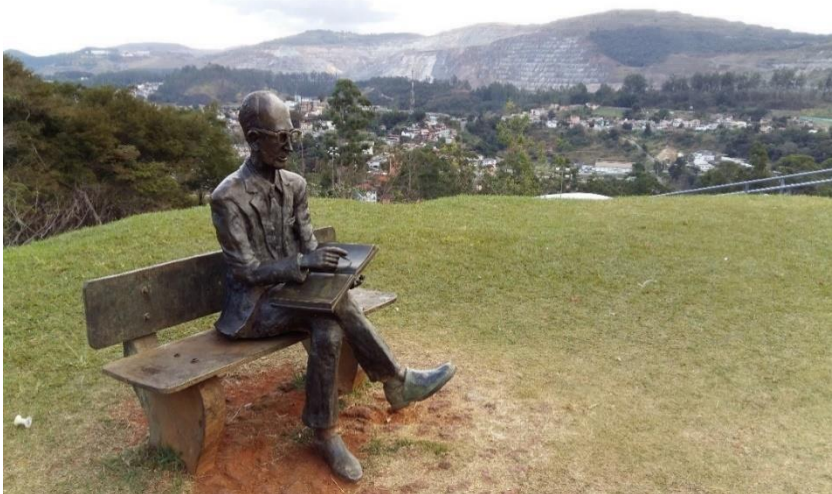
Fonte: G1 (2016).

ANEXO I - Vista aérea do distrito de Bento Rodrigues/Mariana-MG, após o rompimento da barragem de rejeitos (Fundão) de propriedade da mineradora Samarco



Foto: G1 (2017).

ANEXO J - Estátua do poeta Carlos Drummond de Andrade e ao fundo a atividade da mineração na cidade de Itabira-MG



Fonte: Acervo pessoal da autora (2017).

ANEXO K - Cartaz do filme 'Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência'

